



Estela Martini Willeman

**Condições de acesso e permanência
das mulheres da Periferia ao ensino
superior: o caso de Duque de Caxias
- RJ**

Tese de Doutorado

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Departamento de Educação da PUC - Rio como parte dos requisitos parciais para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora: Profa. Vera Maria Ferrão Candau

Rio de Janeiro
Abril de 2013



Estela Martini Willeman

**“Condições de acesso e permanência
das mulheres da Periferia ao ensino
superior: o caso de Duque de Caxias –
RJ”**

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de
Pós-graduação em Educação do Departamento
de Educação do Centro de Teologia e Ciências
Humanas da PUC - Rio. Aprovada pela Comissão
Examinadora abaixo assinada.

Profa. Vera Maria Ferrão Candau

Orientadora

Departamento de Educação – PUC-Rio

Profa. Tania Dauster Magalhães e Silva

Departamento de Educação – PUC-Rio

Prof. Ralph Ingss Banell

Departamento de Educação – PUC-Rio

Profa. Kelly Cristina Russo de Souza

UERJ

Profa. Stella Cecilia Segenreich

UCP

Profa. DENISE BERRUEZO PORTINARI

Coordenadora Setorial do Centro de Teologia e Ciências Humanas
PUC-Rio

Rio de Janeiro, 12 de Abril de 2013.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, do autor e do orientador.

Estela Martini Willeman

Estela Martini Willeman graduou-se em Serviço Social em 2003 pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Obteve o título de mestre em Serviço Social pela PUC-Rio em 2007 com a dissertação “Marambaia: “ilha subversiva”. Múltiplos aspectos do processo de formação de identidades no “território negro” remanescente de quilombo”, orientada pela Profa. Dra. Denise Pini Rosalen da Fonseca. É professora do Departamento de Serviço Social do Centro Educacional Augusto Motta (UNISUAM); é assessora do INEP/Ministério da Educação na Comissão Organizadora do ENADE de Serviço Social.

Ficha Catalográfica

Willeman, Estela Martini

Condições de acesso e permanência das mulheres da periferia ao ensino superior: o caso de Duque de Caxias - RJ / Estela Martini Willeman; orientador: Vera Maria Ferrão Candau. – 2013.

248 f. : il. (color.) ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Educação, 2013.

Inclui bibliografia

1. Educação – Teses. 2. Baixada Fluminense. 3. Duque de Caxias. 4. Educação superior. 5. Ideologia de gênero. 6. Mulher. I. Candau, Vera Maria Ferrão. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Educação. III. Título.

CDD: 370

Dedico este trabalho às mulheres da minha vida:

Àquela que me concebeu – Iyá Oxum;

Àquela que me pariu, amou, educou e criou – Rita
Martini Willeman e

Àquela que eu mesma concebi, pari, e que é a fonte de
minha vida, força e fé – Laura Willeman Bastos.

Agradecimentos

Agradeço a todos aqueles, pessoas e instituições, energias ou circunstâncias, que, de forma direta ou indireta contribuíram para a construção deste trabalho.

Agradeço à CAPES pelos auxílios prestados.

Resumo

Willeman, Estela Martini; Candau, Vera Maria Ferrão. **Condições de acesso e permanência das mulheres da Periferia ao ensino superior: o caso de Duque de Caxias – RJ.** Rio de Janeiro, 2013. 248p. Tese de Doutorado - Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A presente tese desenvolve como tema as condições de acesso e permanência de mulheres oriundas de periferias urbanas, em específico, Duque de Caxias - Baixada Fluminense, à educação superior. Parte de uma opção teórico metodológica e ético política ancorada no método crítico dialético, que privilegia a compreensão da totalidade e não alguns de seus fragmentos isoladamente. Assim, o problema de investigação trata não apenas de entender quais as principais tensões e questões que envolvem a escolha destas mulheres por acessar a educação de nível superior, mas as estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais que influenciam nesta escolha e em sua permanência. A tese se estrutura em três eixos principais de discussão que se entrecruzam de maneira dinâmica e complexa: territorialidade, educação superior e gênero. Tem como objetivos identificar a percepção destas mulheres sobre a existência de políticas sociais em Duque de Caxias relacionadas à educação e às relações de gênero e políticas sociais públicas voltadas para as mulheres bem como a existência de organizações sociais de outra natureza e redes de mobilizações com os mesmos objetivos; descrever o perfil sócio econômico de mulheres em cursos de nível superior em Duque de Caxias; analisar a trajetória de mulheres de Duque de Caxias cursando o ensino superior, as dificuldades que enfrentam, assim como o que facilita e/ou mobiliza sua permanência nos cursos escolhidos; compreender o papel e o sentido da educação para mulheres de Duque de Caxias e como as instituições formais influenciam nesta construção nos dias atuais (Estado, família, escola, religião). Como suporte teórico, baseia-se, sobretudo, na contribuição de autores marxistas na intenção de compreender a realidade social como fato histórico, dinâmico, complexo e substrato da totalidade. Desenvolve uma pesquisa empírica de caráter qualitativo e quantitativo, através de questionários e entrevistas semi-estruturadas com estudantes mulheres de uma Instituição de Educação Superior em Duque de Caxias de três diferentes cursos e, com o recurso da triangulação, procura cotejar os dados com a análise documental e bibliográfica. Os resultados da investigação

apontam para a constatação que as estudantes, diante das condições objetivas e subjetivas na consecução de seus cursos de educação superior em Duque de Caxias, são submetidas a um franco processo de longa duração de alienação que redundará no enfrentamento contínuo de vivências complexas e não óbvias de grandes desafios de ordem política, identitária e material com o predomínio de uma violência consentida e construída ao longo da história da região em consonância com processos maiores de nível nacional.

Palavras-chave

Baixada Fluminense; Duque de Caxias; Educação Superior; Ideologia de Gênero; Mulher.

Abstract

Willeman, Estela Martini; Candau, Vera Maria Ferrão (Advisor). **Conditions of access and retention of women in the Periphery to higher education: the case of Duque de Caxias - RJ.** Rio de Janeiro, 2013. 248p. Doctoral Thesis – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This thesis develops the theme conditions of access and retention of women from urban peripheries, in particular, Duque de Caxias – Baixada Fluminense, to higher education. By here is processing to a theoretical methodological and ethical policy option anchored in critical dialectical method, which focuses on the understanding of the whole and not in isolation some of its fragments. The research problem is not only to understand what the main tensions and issues surrounding choice for these women access to higher education, but can understand most social structures, political, economic and cultural factors that influence this choice and its permanence. The thesis is structured in three main areas of discussion that are interwoven in a dynamic and complex: territoriality, higher education, and gender. Aims to identify the perceptions of these women on the existence of social policies in Duque de Caxias related to education and gender relations and public social policies toward women and the existence of other types of social organizations and networks with demonstrations same goals; describe the socio-economic profile of women in upper-level educational courses in Duque de Caxias, analyze the trajectory of women in Duque de Caxias attending college, the difficulties they face, as well as making it easy and / or mobilizes its permanence courses chosen; understand the role and meaning of education for women in Duque de Caxias and how formal institutions influence this building today (state, family, school, religion). As theoretical support, relies mainly on contributions from authors Marxists intent on understanding the social reality as historical fact, dynamic, complex and full of substrate. Develops empirical qualitative and quantitative, through questionnaires and semi-structured interviews with female students of an institution of higher education in Duque de Caxias three different courses, and with the use of triangulation seeks to collate the data analysis bibliographical and documentary. The research findings point to

the conclusion that students, given the objective and subjective conditions in achieving their higher education courses in Duque de Caxias, are subject to a clear process of long-term alienation that results in continuous confrontation of complex experiences and no obvious major challenges of political, identity and material with the predominance of violence consented and constructed throughout the history of the region in line with the larger processes nationally.

Keywords

Baixada Fluminense; Duque de Caxias, Higher Education, Gender Ideology; woman.

Sumário

Introdução	13
1. Territorialidade ou geopolítica da Baixada Fluminense	30
1.1 Política e participação: construindo o território	38
1.2. Aparelhos privados de consenso: alienação ou emancipação?	39
1.3. Baixada Fluminense	51
1.3.1. Duque de Caxias	56
2. Educação Superior	71
2.1. Análises críticas acerca da Educação Superior no Brasil	77
2.2. Análise de dados educacionais e demográficos	100
2.2.1. Brasil – instituições	100
2.2.2. Rio de Janeiro – instituições	108
a) Município do Rio de Janeiro	112
b) Município de Duque de Caxias	112
3. Gênero: ideologia e determinação	116
3.1. Estudos sobre a condição feminina	121
3.2. Os estudos sobre as mulheres	128
3.3. Conceito de gênero: uma categoria histórica útil para análise	131
3.3.1. Papéis de gênero, identidades de gênero e sexualidade.	137
3.4. Articulação gênero-política: o aparato legal e organizativo	144
3.5. Políticas para as mulheres e o papel dos movimentos sociais	147
3.6. Analisando alguns Indicadores Sociais	157
3.6.1. Mulheres na educação superior	161
4. A reprodução ideal do movimento real	171
4.1. A instituição em que foi realizada a pesquisa	174
4.2. Caracterização das entrevistadas	175
4.2.1. Emprego e Renda	178
4.2.2. Origem geográfica e Condições de moradia	180
4.2.2.1. Violência e consciência: imbricações entre identidade e território	182
4.2.3. Faixa etária	195
4.2.4. Trajetórias e ideologia de gênero: conjugalidades, família e sexualidade	196
4.2.4.1. Violência contra a mulher	210
4.2.5. Religião	214
4.2.6. Pertencimento étnico-racial	215
4.2.7. O significado da educação superior	218
4.2.8. Política, participação e emancipação: os desafios que permanecem para as mulheres da periferia na educação superior	222
Considerações Finais	225
Referências bibliográficas	233
ANEXOS	244

Siglário

ABM – Associação de Bairros e Moradores
AECI – Agencia Espanhola de Cooperação Internacional
AGCS – Acordo Geral sobre Comercio e Serviços
BM – Banco Mundial
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEA – Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior
CEB – Comunidade Eclesial de Base
CEFET – Centro Federal de Educação Tecnológica
DEAM – Delegacia Especializada de Atendimento   Mulher
ENC – Exame Nacional de Cursos
FALERJ – Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro
FLACSO – Faculdade Latino Americana de Ciências Sociais
FLERJ - Federação das Associações de Bairro de Nova Iguaçu
FUNDREM - Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços
IES – Instituição de Ensino Superior
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
IMIL – Instituto Millenium
IVC – Instituto Verificador de Circulação
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MAB – Movimento de Amigos de Bairros
MEC – Ministério da Educação e Cultura
OEI – Organização dos Estados Iberoamericanos
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMC – Organização Mundial do Comércio
OMS – Organização Mundial de Saúde
PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras.
PARU – Programa de Avaliação da Reforma Universitária
PBF – Programa Bolsa Família
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PROUNI – Programa Universidade para Todos
REUNI – Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SESU – Secretaria de Educação Superior
SIS – Síntese dos Indicadores Sociais
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UPP – Unidade de Polícia Pacificadora

Lista de Figuras, tabelas e gráficos

Fig. 1	Distribuição das IES públicas e privadas por regiões	79
Fig. 2	Distribuição EAD no Brasil segundo as grandes regiões	104
Gráf. 1	Modalidade das IES públicas no Brasil	79
Gráf. 2	Matrículas nos turnos diurnos e noturnos %	80
Gráf. 3	Distribuição das IES por modalidade, nas regiões no Brasil	101
Gráf. 4	Distribuição de polos de educação à distância por natureza	102
Gráf. 5	Quadro comparativo Regiões RJ	109
Gráf. 6	Quantitativo de IES no Rio de Janeiro	109
Gráf. 7	Distribuição de IES segundo modalidade – Brasil	112
Gráf. 8	Distribuição de cursos de Educação Superior do rio de Janeiro	164
Gráf. 9	IES públicas – Duque de Caxias	164
Gráf. 10	IES privadas – Duque de Caxias	165
Gráf. 11	Comparativo da ocupação de cursos segundo sexo	166
Tabela 1	Crescimento dos cursos de educação superior no Brasil (1991 – 2007)	101
Tabela 2	Quantitativo de IES no Brasil por modalidade	
Tabela 3	Número de polos, ingressos total, ingressos por vestibular e outros processos seletivos, matrículas e concluintes – EAD – Brasil	103
Tabela 4	distribuição EAD no Brasil segundo as grandes regiões – números absolutos	104
Tabela 5	Número de polos, ingressos Total, ingressos por vestibular e outros processos seletivos, Matrículas e concluintes nos cursos de graduação à distância, por organização acadêmica, segundo a unidade de federação	106
Tabela 6	Quadro comparativo entre municípios do Rio de Janeiro e Duque de Caxias com dados gerais territoriais, populacionais, educacionais	107
Tabela 7	Quantitativo de cursos de graduação presenciais por organização acadêmica e categoria universitária – RJ	108
Tabela 8	Número de IES por organização acadêmica – Rio de Janeiro (2009)	114

Introdução

Inicialmente, o que me levou a pensar sobre o tema das relações de gênero e o acesso a direitos pelas mulheres (sobretudo o direito à educação superior) implicadas nestas relações de gênero foi a convivência com a realidade das estudantes de um curso de bacharelado em Serviço Social de um centro universitário de um dos 13 municípios da Baixada Fluminense, onde atuava como coordenadora acadêmica em meados da primeira década dos anos 2000.

No discurso de considerável parte destas estudantes provenientes desta periferia urbana, era muito forte a ideia de que cursar nível superior significava um sonho pessoal e também de toda a família. Ao que parecia, neste grupo social o ensino superior teria um significado que associava status social à educação formal. Para além da possibilidade de ascensão intelectual, profissional e economicamente, parecia haver aí um significado específico sobre o que simbolizava a academia para estas mulheres e seu grupo familiar.

Porém, contraditoriamente a esta noção de sonho familiar, chamou minha atenção o fato de que muitos dos relatos destas mulheres indicavam que sua trajetória educacional – não apenas a do ensino superior, mas esta também – sofria interferências negativas para sua consecução vindas tanto de sua condição específica de mulheres numa sociedade com fortes traços machistas, quanto eram impostas por alguns sujeitos de sua convivência cotidiana e familiar. Fosse pela situação concreta contemporânea de esta mulher ter de enfrentar múltipla jornada de trabalho [que é generalizada e não apenas característica deste grupo], fosse por impedimentos de caráter mais doméstico, estas mulheres sempre traziam em suas falas reclamações quanto às dificuldades que enfrentavam no seu cotidiano e que as ameaçavam de ter tal sonho realizado.

Foi possível perceber que, em geral, relatavam que os agentes mais significativos nesta dificuldade eram homens: filhos, pais,

companheiros, pessoas próximas que tinham alguma influência econômica e/ou emocional em suas vidas. Estas situações se materializavam de maneira simbólica e mais sutil com feições de reprovação, desestímulo ou chantagem emocional, e também de maneira mais explícita e violenta como em casos de companheiros que passaram a praticar violência física, econômica e mesmo sexual para com suas companheiras a partir do momento em que estas passaram a ter como objetivo a sua própria qualificação profissional/intelectual através da formação no nível superior.

A partir do relato destas estudantes mulheres foi possível identificar considerável influência da ideologia de gênero na operacionalização de suas vidas cotidianas nos aspectos mais simples, e que, pela condição de mulheres, lhes eram impostas dificuldades e tentativas de impedimentos para sua expansão e emancipação humanas a partir da educação formal.

Na condição de pessoa oriunda da Baixada Fluminense, mas que transitou em instituições de outras localidades do estado do Rio de Janeiro foi possível desenvolver um senso de estranhamento a tal conjuntura observada e supor que tais fatos pareciam estar intimamente ligados não apenas à ideologia de gênero – que é amplamente praticada em todo o território nacional (e mesmo em dimensões globais) – mas também à formação histórica, social, política e econômica daquela territorialidade enquanto espaço periférico, já que tais experiências pareciam ter outras feições em outras territorialidades consideradas centrais no mesmo estado (Rio de Janeiro). Dito de outra forma, a possibilidade de observação de realidades de outras territorialidades permitiu que a presente pesquisadora não naturalizasse as práticas sociais deste espaço periférico do estado do Rio de Janeiro chamado Baixada Fluminense como práticas comuns a outros territórios: parecia tratar-se de práticas específicas daquela regionalidade. Ao se considerar tal aspecto, a investigação sobre a formação e a dinâmica desta territorialidade em sua totalidade (assim como sua relação com outras totalidades territoriais) pareceu necessária para o entendimento dos modos de vida destas mulheres e suas lógicas de formação e funcionamento.

Para Santos (2001:259), apesar do fato de que

As desigualdades territoriais do presente têm como fundamento um número de variáveis bem [...] vasto, cuja combinação produz uma enorme gama de situações de difícil classificação.

Haveria que considerar desde as características naturais herdadas até as modalidades de modificação da materialidade no meio geográfico, até as diferenças de densidade [...], a diversidade das heranças e das formas de impacto no presente.

Ainda assim, algo que o mencionado geógrafo afirma é que

De um modo geral, e como resultado da globalização da economia, o espaço nacional é organizado para servir às grandes empresas hegemônicas e paga por isso um preço, tornando-se fragmentado, incoerente, anárquico para todos os demais atores. (SANTOS, 2001: 258).

Afirma-se aqui como hipótese¹ a existência de um *ethos* específico das periferias dos países em desenvolvimento (não algo fixo, mas com características próprias que as diferenciam de outras que variam de acordo com a construção sociohistórica), diferentes, por exemplo, das áreas rurais e das áreas centrais urbanas destes países, e ainda, de áreas periféricas em países considerados desenvolvidos.

A partir desta hipótese, existiria um *ethos* específico da Baixada Fluminense que adensa elementos de classe e gênero que são específicos da construção social da região e são baseados em práticas violentas, na formação da sociabilidade fortemente determinada pela

¹ Segundo Minayo (2009), as hipóteses são “afirmações provisórias ou uma solução possível a respeito do problema colocado em estudo (SANTOS, 2004). Entretanto, as hipóteses não constituem os pressupostos de estudo, porque estes já estão confirmados pela literatura, constituindo o acervo de evidências prévias sobre a questão (SEVERINO, 2002). Um estudo pode articular uma ou mais hipóteses. As hipóteses são elaboradas a partir de fontes diversas, tais como a observação, resultados de outras pesquisas, teorias ou mesmo intuição (GIL, 1991). A analogia com as soluções dadas a outros casos comparáveis também constitui um mecanismo de elaboração de hipóteses (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999). Possui também algumas características para ser considerada uma ‘hipótese aplicável’ (GIL, 1991) (...): Deve ter como base uma teoria que a sustente. Este último aspecto da elaboração das hipóteses (o embasamento de uma teoria ou conjunto de conhecimentos) vai contra a idéia positivista da resposta espontânea ou fruto da indução a partir de uma coletânea de fatos anteriormente observados (BOURDIEU; CHAMBOREDON; PASSERON, 1999). A hipótese é também um diálogo que se estabelece entre o olhar criativo do pesquisador, o conhecimento existente e a realidade a ser investigada. (MINAYO: 2009: 42-43).

violência, em códigos de silenciamento coletivos e mesmo no consentimento desta violência como forma de sociabilidade. Evidentemente, se se considerar toda a extensão territorial da Baixada Fluminense e as diferentes formações históricas, organizações sociais, culturais e econômicas, ver-se-à grandes disparidades, contudo, mantem-se ainda da supracitada hipótese justamente o elemento da formação de uma sociabilidade violenta como elemento comum de toda esta grande região.

Na formação sociohistórica dos Estados enquanto nações as determinações econômicas, culturais e políticas são elementos indispensáveis para a formação das identidades nacionais, regionais e locais. Estas identidades determinam fortemente o comportamento dos indivíduos a partir da formação de *ethos* diferenciados de região para região, ou, de território para território, muito embora todos sejam formalmente regulados por uma carta constitucional nacional. Há especificidades geográficas e históricas, abarcando toda a vida econômica, social e política, incluindo aí fotes noções compartilhadas pelos grupos sociais quanto a questões geracionais, raciais, de classe, de gênero, religiosas, de pertencimento geográfico, etc.

Talvez estas diferenças no bojo de uma sociedade capitalista sejam um ponto explicativo fundamental para o fato de haver tanta desigualdade no acesso ao direito, à participação política e, portanto, à construção de uma sociedade democrática nas diferentes regiões. Isto se deve à natureza desigual que funda o sistema capitalista. Neste sistema há uma combinação de avanços em alguns lugares e atrasos em outros como parte de um mesmo processo.

Na trilha destas impressões, manifestou-se um interesse em compreender quais as condições de acesso e permanência de mulheres da Baixada Fluminense à educação formal, especificamente, a educação superior, o que resultou no presente trabalho de investigação que se estrutura em três grandes eixos de discussão: a questão de gênero, sua ideologia, influência e políticas; a questão da formação, estrutura e dinâmica dos territórios brasileiros, com ênfase para a Baixada Fluminense (e, nela, Duque de Caxias); a história, função e lugar da

educação superior no Brasil, suas potencialidades e representações dentre as estudantes da Baixada Fluminense.

Algumas questões que permeiam este trabalho baseiam-se na compreensão de que o Brasil é um país com formação sócio histórica que guarda ainda forte tradição machista, na qual às mulheres são impostas posições hierarquicamente inferiores às dos homens em muitos aspectos da vida. Pôde-se perceber nos últimos anos muitas iniciativas protagonizadas por movimentos sociais e alguns avanços em termos de propostas formais do governo federal voltadas para a construção democrática de superação de desigualdades estruturais de gênero de longa duração, porém ainda há muito o que se construir para haver equidade entre os gêneros. Também aqui, trata-se da busca pelo consenso na dialética consenso/conquista que significa ao mesmo tempo legitimação da dominação via aparato legal, mas também o reflexo da luta dos de baixo que arrancam em busca de reconhecimento e de forjar seu lugar na sociedade não mais subalternizado.

Outras questões importantes aqui a serem discutidas referem-se à história e ao papel que a educação tem desempenhado na formação do país e na vida prática e política dos sujeitos. Nesta discussão, entende-se a educação como potencialmente emancipatória dado seu caráter formativo e mobilizador; entretanto, não se dá a ela uma responsabilidade messiânica ou um papel redentor isolado. Tal potencialidade apenas tem alguma chance de concretude para a emancipação e expansão dos sujeitos, conjugada a outras condições políticas, sociais e econômicas, ou seja, a educação não pode ser vista isoladamente, mas no conjunto da sociedade. Na história do Brasil, percebe-se a educação de qualidade (ou mesmo apenas o acesso à educação) como privilégio de poucos, em conformidade com o tradicional modelo econômico implementado no país desde a sua invasão pelos portugueses e demais europeus exploradores do território nacional. Este modelo ora colonizador, e hoje pouco menos subserviente aos interesses externos, pouco se alterou, tendo apenas nos últimos anos sofrido algumas tentativas de se democratizar e se tornar acessível às camadas mais pobres da sociedade. Exemplos seriam os casos das políticas de cotas para segmentos considerados minoritários

em termos de representação política ou as iniciativas populares de escolas superiores de formação com vinculação a determinados movimentos sociais e políticos.

Noutro eixo que se impõe nesta discussão – a territorialidade – diversos elementos merecem cotejamento e estão ligados tanto à historicidade das regiões, suas funções e seus usos quanto à sua relação com a dinâmica do país como totalidade maior, ocupando algumas, não por acaso, lugares centrais, e outras, lugares periféricos.

Em sua última obra publicada ainda em vida, Santos (2001: 259-265), cuidadosamente, explica diversas dinâmicas de ocupação e regulação dos territórios no Brasil. Fala de espaços que mandam e espaços que obedecem; espaços luminosos e espaços opacos; espaços de rapidez e de lentidão; zonas de densidade e de rarefação; zonas de fluidez e viscosidade; e, por fim, fala de novas lógicas centro-periferia. Para ele, ao longo dos últimos anos, esta tipologia foi adquirindo significações novas, o que requer mais cuidado ainda em seu uso já que considera que *“há espaços que mandam e espaços que obedecem, mas o comando e a obediência resultam de um conjunto de condições, e não de uma delas isoladamente.”* (265). É neste sentido que utiliza-se aqui neste trabalho a categoria periferia – na condição de espaço que obedece, de espaço opaco, de espaço de lentidão, de zona de rarefação e de viscosidade; a despeito de todas as condições favoráveis da ordem dos recursos naturais e econômicos que o território da Baixada Fluminense possa comportar.

Partindo deste pressuposto e entendendo que a Baixada Fluminense não destoa da formação nacional, somam-se aqui outros questionamentos que conjugam a discussão sobre a territorialidade, a questão de gênero e o tema da educação como: quais seriam as diferenças concretas entre ser homem e mulher nesta região? Há implicações na conjugação entre ser mulher e ser estudante de educação superior para as moradoras da Baixada Fluminense? Havendo implicações, estas são percebidas por elas? Como elas entendem sua posição social e econômica em relação aos homens e em relação a si mesmas?

Alinhada com os pressupostos deste trabalho, que se referem a: a) o valor potencial da educação formal, bem como da formação e participação política para a construção da consciência crítica e consequente emancipação dos sujeitos; b) nossa formação sócio histórica baseada em desigualdades hierárquicas de gênero, classe, raça (dentre outras); algumas outras questões se impõem para maior delineamento deste trabalho. Algumas delas são a linha condutora de nossa investigação: há políticas educacionais e de gênero na região da Baixada Fluminense que propiciem esta emancipação? Havendo, como elas são implementadas e a que interesses elas servem? De que forma foi e é construída a participação política na região? Quais os significados da educação superior para as mulheres moradoras de Duque de Caxias? Elas entendem a educação como um direito, como uma forma de ascensão econômica, como um símbolo de status?

Na impossibilidade de investigar a totalidade da Baixada Fluminense, o escopo deste trabalho se ateve à realidade do município de Duque de Caxias que, por si só, já é de magnitude ampla e complexa, mas que, parece, pode ter considerável representatividade quanto à compreensão da Baixada Fluminense na condição de região periférica do estado do Rio de Janeiro.

Há fundamental importância em compreender como esta formação cultural local, fruto da dinâmica histórica, econômica e social local em articulação com a supra local podem dar à Baixada Fluminense, em especial, Duque de Caxias, uma face diferenciada no tocante ao desenvolvimento e implementação de direitos sociais, à construção moral em torno dos limites de tolerância relativos à violência e, por fim, para o foco deste trabalho, ao direito à educação das mulheres provenientes desta região do estado do Rio de Janeiro, sobretudo a educação superior. Nesta discussão cujo objeto centra-se na pergunta central “quais são as condições de acesso e permanência de mulheres da periferia a instituições de nível superior?”, sobressaem categorias importantes para análise que darão origem aos capítulos deste trabalho: território – com sua formação histórica, dinâmica política e econômica e construção cultural; educação superior – com sua história, função concreta,

potencialidades e possibilidades de influência na construção intelectual e política como vias de emancipação através da formação de consciência crítica; gênero – com sua ideologia e espectro de influência a partir da hierarquização das vidas concretas de homens e mulheres. Coroando estes capítulos, ainda apresentamos uma análise de alguns dados empíricos construídos a partir da fala de mulheres caxienses estudantes de cursos de educação superior.

Para problematizar estas questões, percorremos, em base a revisão bibliográfica, pesquisa de campo e análise documental, questões relativas a: 1) gênero e condição das mulheres no Brasil; 2) acesso das mulheres a políticas sociais públicas e à esfera democrática nas periferias; 3) condições de acesso e permanência ao ensino superior para a mulher da periferia; 4) formação do *ethos* das periferias urbanas. Para todas estas questões, o vetor sempre pretende ir de análises mais macro sociais para especificar questões mais locais, pensando no contexto específico da Baixada Fluminense e, nela, Duque de Caxias.

Ademais, foi possível perceber através de inferências político-acadêmicas que as políticas públicas que existem na Baixada Fluminense voltadas para as mulheres ocorrem de forma particular, em relação ao que se pode observar em outras localidades do estado do Rio de Janeiro, predominando relações de clientelismo e paternalismo com o predomínio do mandonismo e da violência mesmo na regulação das organizações sem vínculo direto com a participação política, o que compromete fundamentalmente a construção de práticas políticas democráticas de construção e acesso aos direitos por parte das mulheres, bem como à construção de um *ethos* de equidade entre os gêneros.

Portanto, é possível – o que, contudo, não é aqui o objeto principal - também avaliar de que forma a construção das políticas públicas e a participação da população (sobretudo das mulheres) na vida política influencia na manutenção ou superação das relações ordenadas de acordo com a ideologia de gênero e capitalista.

Considerando a formação sócio histórica específica deste território do estado do Rio de Janeiro, a periferia da Baixada Fluminense, e

pensando nos impactos da ideologia de gênero de forma transversal na vida dos sujeitos, interessa-nos saber:

- a) quais as características da formação histórica e cultural do território da Baixada Fluminense, de gênero, de classe e de raça que permeiam a opção das mulheres da Baixada Fluminense- Duque de Caxias - que decidem cursar o ensino superior, bem como,
- b) quais são as principais dificuldades que enfrentam, o que favorece sua permanência nos cursos e as estratégias que mobilizam para viabilizá-la.

Muito embora sejam públicos os dados que revelam o avanço no processo de superação e tentativa de eliminação da ideologia de gênero e suas consequências para a vida das mulheres no Brasil, também percebemos que este avanço não é homogêneo se compararmos as diferentes regiões geográficas.

O mesmo acontece para o acesso à participação democrática e o acesso a bens e serviços sociais. Daí que supomos que, para além das questões de gênero e classe na sociedade contemporânea, a especificidade regional (portanto, cultural) da Baixada Fluminense tem um peso que diferencia as condições vividas por suas moradoras no acesso à vivência política, às formulações políticas, aos seus direitos sociais, inclusive, à educação superior, como bem cultural produzido socialmente pela coletividade.

Como objetivos específicos, a) Identificar a percepção destas mulheres sobre a existência de políticas sociais em Duque de Caxias - Baixada Fluminense relacionadas à educação e às relações de gênero e políticas sociais públicas voltadas para as mulheres bem como sua percepção sobre a existência de organizações sociais de outras naturezas e redes de mobilizações com os mesmos objetivos; b) Descrever o perfil sócio-econômico de mulheres em cursos de nível superior em Duque de Caxias – Baixada Fluminense; c) Analisar a trajetória de mulheres de Duque de Caxias – Baixada Fluminense cursando o ensino superior, as dificuldades que enfrentam, assim como o que facilita e/ou mobiliza sua permanência nos cursos escolhidos; d)

Compreender o papel e o sentido da educação para mulheres de Duque de Caxias – Baixada Fluminense e como as instituições formais influenciam nesta construção nos dias atuais (Estado, família, escola, religião).

Dentre os autores mais significativos para a compreensão das questões relacionadas a **gênero**, utilizaremos com referência Safiotti, Kérgeat, Hirata, Giffin, Bruschini, Scott, Lovel, Lauretis, Vinagre Silva, Soares, Almeida, Miotto, Butler, Carrara, dentre outros.

Os dados estatísticos principais são provenientes da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios realizada pelo IBGE em 2009 e divulgada no final de 2010 por meio da síntese de indicadores sociais (SIS) e da análise crítica de minha autoria.

Referente à educação superior, foram utilizados dados do Censo do Ensino Superior elaborado pelo INEP e divulgado em 2010 e a base teórica tem como forte influência as obras de Gramsci, Mészáros, Marx, Neves, Sobrinho, Ribeiro, Barreyro, Dias, Cunha, dentre outros.

No eixo da Territorialidade e geopolítica na Baixada Fluminense utilizo inicialmente o referencial teórico de Milton Santos, Haesbaert e Harvey no campo da geografia e Alves, Barroco, Neves, Gramsci para entender a questão da participação política, formação social da consciência, cultura e ethos.

Neste trabalho parti da perspectiva que toma os princípios do materialismo histórico e do materialismo dialético para compreensão da totalidade social, das forças em disputa de poder no interior do bloco histórico para formação de consensos, ou mesmo da coerção, e da direção intelectual e moral da sociedade. Toma-se como base central a perspectiva marxiana como método para análise da totalidade social compreendendo, conforme Lukács (1974: 41), que *“é o ponto de vista da totalidade e não a predominância das causas econômicas na explicação da história que distingue de forma decisiva o marxismo da ciência burguesa”*.

Para isto, utiliza-se tanto a abordagem qualitativa quanto a quantitativa para construção dos dados de pesquisa numa tentativa de produzir aproximações e possíveis generalizações através da técnica

conhecida como triangulação. Carrara (2011, p.62) referindo-se à triangulação afirma que conjugar os resultados de distintas técnicas pode evidenciar vários aspectos do mesmo problema, ou evidenciar diferenças nos resultados que podem ser explicadas a partir das peculiaridades de cada técnica – o que pode indicar bons caminhos para perquirir a maior parte possível das dimensões do objeto de estudo.

Em todos os capítulos foram feitos tratamentos qualitativos de dados primários e secundários quantitativos (fonte: IBGE, PNAD, PNUD, MUNIC, IPEA, INEP e outros) através da técnica de análise documental em base à revisão teórica, visitando textos teóricos e históricos para compreensão mais profunda do panorama da Baixada Fluminense a partir de seus determinantes históricos, materiais, políticos, econômicos e culturais.

Além disto, optei por uma seleção intencional de sujeitos de pesquisa. As 12 selecionadas para a amostra foram escolhidas mediante os seguintes critérios: residirem em Duque de Caxias, serem mulheres de três diferentes cursos de graduação da mesma instituição pública em Duque de Caxias – Baixada Fluminense - que estivessem matriculadas entre o 4º. e o 5º. período – aproximadamente a metade do curso de graduação – no momento das entrevistas. Nesta seleção utilizei as técnicas de uma ficha de dados pessoais afim de identificar o perfil sócio-econômico das entrevistadas; e entrevista semiestruturada com questões nos eixos: Educação Superior, Gênero-família; Gênero-educação; Sociabilidade-Baixada Fluminense para compreender elementos das suas trajetórias, bem como a sua compreensão a respeito. Estes eixos igualmente determinaram a construção dos capítulos deste trabalho.

É fundamental examinar cuidadosamente não apenas as determinações materiais que definem tanto a estrutura quanto a superestrutura, mas compreender que a instância de mediação é ontológica e composta também pela dimensão da cultura e se concretiza na práxis. Portanto, quanto à compreensão ôntica e cultural do ser social, tentei aprofundar as reflexões a partir principalmente das perspectivas marxiana e gramsciana, e reexaminei a partir desta concepção histórica a

realidade social, conforme sugerem Engels e Marx (*apud* Netto, 2009: 04).

Segundo Marx, esta concepção histórica é, antes de tudo, um guia para o estudo. Para ele,

É necessário estudar novamente toda a história – e estudar, em suas minúcias, as condições de vida das diversas formações sociais – antes de fazer derivar delas as idéias políticas, estéticas, religiosas [...] etc. que lhes correspondem. (MARX;ENGELS, 1963, p. 283).

Lukács, por exemplo, avaliando a base ontológica do ser social em Marx, define que a capacidade teleológica de desenvolver processos de trabalho é central para definir o ser social como diferente do restante da natureza, sua práxis e, portanto, a definição do ser para si, muito além do ser em si.

A definição de um ser para si, no bojo dos processos sociais, e contextualizada na totalidade histórica, parece importante para conhecer de forma profunda os elos que determinam a posição de classe ocupada por grupos sociais nas mais diversas culturas. Já a definição de ser para si, principalmente determinada pela posição de classe na sociedade capitalista, é o elemento fundamental que permite a expansão dos sujeitos sociais e o enfrentamento das desigualdades que lhe são impostas pelos sistemas de dominação hegemônicos tanto econômica quanto ideologicamente.

Parece igualmente importante a compreensão da incidência da ideologia de gênero, ancorada em processos de dominação não apenas do ponto de vista das subjetividades, mas pensando na determinação material da totalidade como última instância² para compreender os processos sociais.

A escolha deste momento exato da trajetória destas estudantes partiu de uma reflexão sobre o fato de que, neste momento (a metade do curso) haveria um número maior de estudantes, pois muitas das

² Segundo Marx e Engels (*apud* Netto, 2009:03): “Nem Marx nem eu afirmamos, uma vez sequer, algo mais que isto. Se alguém o modifica, afirmando que o fato econômico é o único fato determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda” (ENGELS, op. e loc. cit., p. 284).

estudantes que ingressaram no curso, mesmo que porventura tenham alguma dificuldade de se manter no curso, ainda não optaram por trancar matrícula, portanto, a diversidade de depoimentos que podíamos colher seria mais rica. A idéia inicial era de escolher estudantes dos últimos períodos, entretanto, refleti que perderia a possibilidade de conhecer aquelas estudantes que decidiram não continuar com a graduação em fases anteriores do curso. Por outro lado, se abordasse estudantes dos primeiros períodos, não teria uma adequada reflexão por parte delas mesmas a respeito de suas próprias trajetórias já que a compreensão deste novo espaço de socialização não é imediata, mas sim um processo lento.

Optar por uma metodologia coerente com uma teoria social que busque a compreensão totalizante da sociedade penetrada por múltiplos processos politicoeconômicos, ideologias, territorialidades, histórias, condições de produção e reprodução, éticos, e não por fenômenos fragmentados/isolados, tem significado remar contra a maré.

Netto, ao apresentar “Política Social no capitalismo tardio” de Elaine Rossetti Behring (2007) apresenta um cenário intelectual bastante árduo que caracteriza como mais um aspecto da crise global cujas crises *“seccionaram a análise social da análise econômica”*(p.09).

Para ele,

... em todo o espectro do pensamento social do Ocidente, ficou medularmente comprometida a constituição de uma teoria social totalizante que, arrancando da crítica das relações materiais de produção e reprodução da sociedade, fosse capaz de dar conta quer da autonomia relativa dos múltiplos níveis da socialidade (com suas particularidades estruturais), quer da totalidade concreta e dinâmica que tais níveis articulam na efetividade histórica da sociedade. (NETTO *apud* BEHRING, 2007: 10).

Como consequência desta crise, no plano do pensamento, apresenta-se, então, a

crítica ligeira e irresponsável aos paradigmas teóricos clássicos, a negação dos nexos pluricausais na dinâmica social, a desconsideração da materialidade e da objetividade das práticas sociais, o desprezo pelo caráter de totalidade da vida social, entre outros (p.11).

Na presente aposta de pesquisa norteadas por esta opção teórico metodológica e ético-política de compreensão da sociedade e, conseqüentemente, no tratamento de dados, a proposta é seguir o caminho oposto ao que tem se apresentado no cenário atual de forma cada vez mais veemente. Por conta disto, evidentemente, se impuseram trabalhos redobrados e complexidade multiplicada, contudo espera-se que tal empreendimento não redunde em algo que, na verdade, não passe de “... *decálogo dos preceitos tecnológicos*” (Bourdieu, 2000, p. 53) ou, simplesmente, senso comum baseado em impressões fenomênicas catalográficas fragmentadas em vez de processos sociais com múltiplas determinações.

Adverte Guerra (2009:10)

estas representações na mente do sujeito social, derivadas imediatamente do aspecto fenomênico da realidade, divergem da lógica constitutiva do objeto, da sua estrutura, do seu núcleo essencial. Compreender como as relações de fato se dão exige que se reconheça a historicidade dos processos sociais bem como a particularidade do conhecimento sobre o ser social e do método que permite conhecê-lo.

A construção e conjugação/cruzamento de dados a partir desta perspectiva exige, então, revisão histórica e teórica num movimento dialético de constante mediação, o que tornou muito mais lento o trabalho. Porém, conforme recomenda Guerra (2009:10) acerca da categoria totalidade para compreensão da realidade social:

Ao ser apreendida como processo de totalização e interpretada numa perspectiva de totalidade, a realidade é concebida de maneira mais abrangente: como totalidade em permanente processo de totalização. As partes que a compõem devem ser analisadas também como totalidades em processo, de modo que elas não possam ser explicadas por si mesmas, mas em relação, através de seus nexos com outras partes.

Importa nesta pesquisa, então, vários elementos que estão interligados:

- Reconstrução teórica, histórica e política do movimento real da dimensão do território: a Baixada Fluminense – e, nela, Duque de Caxias;
- Revisão das interconexões existentes entre a dimensão teórica, prática, ética e política das instituições privadas de consenso (incluindo universidade, família, religião e mídia) e as implicações desta configuração para a vida concreta dos sujeitos de pesquisa;
- Compreender a trajetória das estudantes mulheres moradoras da Baixada Fluminense que decidiram cursar a educação superior: ligado aqui neste trabalho à questão da reconstrução teórica da classe em si;
- Examinar a partir de suas falas o significado que todos os elementos anteriores têm na construção de sua trajetória concreta e para a construção de uma classe para si.
- também conjugar a compreensão do potencial emancipador do ambiente de desenvolvimento e aquisição de conhecimentos com a compreensão lúcida da estrutura violenta de gênero que predomina na cultura nacional e regional para, então, identificar quais condições sociais são mantidas e quais podem ser superadas através do ambiente educativo – neste caso, na educação superior.

Esta pesquisa foi construída em três etapas. Na primeira etapa houve a coleta de informações documentais nas bases de dados já mencionadas bem como a revisão bibliográfica também já descrita.

A segunda etapa se deu em dois momentos de análise: fase quantitativa, em que se procurou compreender o perfil socioeconômico dos sujeitos de pesquisa de uma forma geral; e a fase qualitativa, em que se utilizou a técnica de entrevista semi estruturada – que visa compreender o sentido, as dificuldades e os elementos mobilizadores da trajetória acadêmica das mulheres em foco.

Na terceira etapa, foi feita uma articulação (triangulação) entre os dados coletados na pesquisa empírica, os dados secundários coletados nas bases de dados já mencionadas e submetidos à análise, e o material contido na revisão e análise bibliográfica.

Cabe esclarecer que, devido ao limitado (numericamente) material empírico colhido para a construção do objeto, uma das estratégias aqui utilizadas para conferir maior validade científica ao produto da análise foi proceder a exaustivo cotejamento das obras de autores já reconhecidos na comunidade acadêmica. Tal esforço permaneceu como grande desafio dada a exiguidade do tempo disponível para a construção de trabalhos científicos determinada pelas atuais Políticas de Educação no Brasil.

Esta pesquisa se focou no município de Duque de Caxias, na região da Baixada Fluminense. Os estudos sobre a Baixada Fluminense como um todo são de fundamental importância se se considera a invisibilidade (principalmente acadêmica e política) um fator de impedimento de participação ativa e consciente de várias parcelas da sociedade das importantes nas esferas de decisão e, conseqüentemente, de construção/autoconstrução e participação dos sujeitos no usufruto dos bens sociais, econômicos e políticos produzidos coletivamente.

Neste trabalho a ideia de participação não é vista apenas como a afiliação ou ingresso em partidos políticos, organizações sindicais ou equivalentes e nem mesmo em algum tipo de atividade de prática política concreta enquanto prática coletiva. Numa perspectiva mais ampla, considera-se que todos os sujeitos sociais são parte indissociável do tecido social e político e, mesmo de forma inconsciente, legitimam o modelo de sociedade em que estão inseridos. A forma como os sujeitos participam é o que define que tipo de sociedade se tem. Esta forma, por sua vez, é determinada pelo nível de consciência que os sujeitos tem de sua posição social traduzida não na classe em si, mas na construção da classe para si e no encarnar (ou não) o papel de atores sociais, para além de indivíduos, ou mesmo sujeitos sociais.

A partir daí, inclusive, não se utiliza neste trabalho o conceito de “exclusão social”³ da forma como este vem sendo adotado em algumas perspectivas teórico políticas correntes: como inexistência social ou anomia. Talvez do ponto de vista de uma classe para si, pudesse ser considerada esta anomia uma vez que o sujeito não tem a compreensão de que lugar ocupa na totalidade concreta e a que interesses sua existência enquanto classe dominada serve, ou seja, como instrumento de manutenção da sociedade de classe; mas considerar, por exemplo, que o não acesso a bens e serviços públicos seria uma forma de exclusão não passa de uma compreensão equivocada.

Compreende-se aqui que não existe exclusão social, já que principalmente pela condição de alienação, a grande massa de sujeitos que compõem a base da pirâmide social é a engrenagem fundamental que permite que o sistema capitalista (ou qualquer outro) se reproduza e permaneça influenciando práticas, comportamentos, ideologias. Sem a classe trabalhadora ocupando um local de subalternidade, exploração e subserviência, não seria possível existir a classe dominante, tal como é possível compreender através da lei geral da acumulação capitalista. Desta forma, conclui-se que todos os sujeitos sociais participam do tecido social de forma consciente ou inconsciente: criticando ou legitimando ativamente seu modo de funcionamento ou mesmo legitimando-o através da omissão alienada – uma das armas mais contundentes dos sistemas autoritários.

³ Diversos autores tem se dedicado a estudos sobre a pobreza dando os mais variados nomes a ela como “desqualificação” (PAUGAN, 1999); “desfiliação” (POCHMANN); “exclusão” (ALVES, 2003); “sobrantes” (CASTELS, 1996), dentre outros Cf. Willeman (2006) disponível em http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/rev_emdebate.php?strSecao=input0.

1. Territorialidade ou geopolítica da Baixada Fluminense

“É preciso explicar porque o mundo de hoje, que é horrível, é apenas um momento do longo desenvolvimento histórico. E que a esperança sempre foi umas das forças dominantes das revoluções e das insurreições. E eu ainda sinto a esperança como minha concepção de futuro.”

[Jean Paul Sartre. Prefácio de “Os condenados da terra” (1963) de Frantz Fanon].

Neste capítulo pretende-se analisar alguns elementos da geografia política nacional com foco na construção de uma territorialidade específica, a da Baixada Fluminense. Intencionamos compreender a formação do *ethos* fluminense e sua constituição fortemente atrelada à história política, cultural e econômica da região, bem como a implicação destes elementos para a qualidade de vida dos cidadãos baixadenses, em especial, as mulheres.

Inicialmente, é importante compreender que, dada a variabilidade de critérios para sua classificação, não há um consenso quanto à sua composição em termos de quais municípios abarca. Do ponto de vista de uma definição da geografia física, a Baixada Fluminense seria uma área composta por planícies baixas, constantemente alagadiças, entre o litoral e a Serra do Mar. Órgãos como o IBGE e o FUNDREM (Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro) ainda não encontraram um consenso para definir tal área (BARRETO, 2004: 45). Alguns autores excluem os municípios mais próximos da Região Serrana, outros excluem os da Costa Verde, no Sul Fluminense. O único consenso que parece haver, seria o de uma Baixada Fluminense composta pelos municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu e São João de Meriti. Outros como Paracambi, Queimados,

Mangaratiba, Magé, Seropédica, Guapimirim e Itaguaí fariam parte de outros arranjos geográficos, políticos, históricos e econômicos.

De fato, há um conflito não resolvido nesta tese quanto ao que chamamos de Baixada Fluminense, sendo assim, compete informar que trabalha-se ora com uma definição mais ampla e geograficamente ancorada de Baixada Fluminense, que compreende todos os 14 municípios e, ora com a definição que, ao que parece, refere-se à Baixada Fluminense com muitas histórias em comum, sobretudo no que se refere à organização política, então, os municípios da concepção mais reduzida e ligada a uma história e política comum de Baixada Fluminense mencionada acima, onde percebe-se uma identidade comum entre seus moradores de população baixadense – o que quer que isso signifique para a população citada.

Sendo assim, será trabalhado aqui, em maior escala, com o território geográfico Baixada Fluminense mais ligado a uma história e política em comum, portanto, a segunda classificação mencionada: um território periférico, marcado pela violência, pobreza e abandono pelos representantes políticos.

Quando me propus à tarefa de pensar a periferia me deparei com diversas questões transversais a este empreendimento como: o que se entende como periferia, as relações de forças políticas que perpassam o conceito teórico e a realidade empírica periférica, qual a constituição cultural, política, histórica e econômica de espaços territoriais desta forma denominados, dentre outros elementos.

Outrossim, ressalva-se que nesse estudo, pretende-se apenas tratar das questões relativas a um território urbano do Sudeste brasileiro, em especial, Rio de Janeiro, já por demais complexo – a cidade de Duque de Caxias – ficando a discussão sobre outras regionalidades e paisagens geopolíticas reservada a estudos posteriores.

Esta ressalva se mostra relevante na medida em que se considera haver distinções fundamentais entre os diferentes espaços geográficos como as elencadas anteriormente que afetam todas as relações e compõem estas ditas paisagens (SANTOS, 2000), descrevendo-as e também as qualificando.

Desde a revolução urbana e demográfica dos anos 1950, no Brasil, houve diversos tipos de processos de crescimento nas cidades e regiões, contando com urbanização aglomerada, urbanização concentrada e o estágio da metropolização (SANTOS, 2001, p.202), sendo o tamanho e complexidade das cidades fundamental para a divisão intra e inter metropolitana do trabalho, que afeta diretamente aspectos econômicos, mas também sociais e culturais, num *“jogo dialético entre a criação de riqueza e a criação de pobreza sobre o mesmo território”*. (idem, p.203).

Nesta perspectiva, o autor percebe a eclosão contemporânea de um fenômeno, o da consolidação de uma metrópole informacional, dando às cidades centrais uma característica relacional: ser *“o centro que promove a coleta das informações, as armazena, classifica, manipula e utiliza a serviço dos atores hegemônicos da economia, da sociedade, da cultura e da política.”* (p.210).

Se isto determina sobremaneira a imigração entre os estados e as regiões, podemos perceber um movimento de duplo e contraditório fluxo de pessoas no interior do estado do Rio de Janeiro, em específico.

Por um lado, com as atividades laborais da região Sudeste e do o Rio de Janeiro progressivamente se condensando em maior parte (mais da metade) no setor de serviços e estes se concentrarem nas regiões centrais, a oferta destes serviços tende a criar um fluxo de demanda residencial para pessoas nas regiões metropolitanas.

Por outro lado, o alto custo de vida nestas regiões repele a maior parte dos trabalhadores para residirem nas regiões periféricas mais distantes, causando o fenômeno de fluxo pendular que classifica muitas estas regiões como *“cidades dormitório”*⁴, que consistem basicamente em locais de *“baixo dinamismo econômico, elevado crescimento populacional e expansão urbana em assentamentos precários de população de baixa renda.”* (OJIMA *et al*, 2007: 05), caracterizando os estados brasileiros, sobretudo, no Sudeste, por sua desigualdade territorial há muitos anos.

Nas palavras de Santos (2001: 259),

⁴ Um estudo profundo sobre as diferentes acepções deste conceito encontra-se no trabalho de . Ver artigo completo em http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anaais/outros/5EncNacSobreMigracao/comunic_sec_1_mo_b_pen_def.pdf . Consultado em 15 de janeiro de 2011, às 20:50h.

A noção de desigualdade territorial persiste nas condições atuais. Todavia, produzir uma tipologia de tais diferenciações é, hoje, muito mais difícil do que nos períodos históricos precedentes. As desigualdades territoriais do presente têm como fundamento um número de variáveis bem mais vasto, cuja combinação produz uma enorme gama de situações de difícil classificação.

Haveria que considerar desde as características naturais herdadas até as modalidades de modificação da materialidade no meio geográfico, até as diferenças de densidade [...], a diversidade das heranças e das formas de impacto do presente, antes de se propor um esquema abrangente.

Parte-se, então da noção de território para, depois, qualificá-lo diferenciando-o. Para Santos (2001: 260), *“o território mostra diferenças de densidades quanto às coisas, aos objetos, ao movimento das coisas, dos homens, das informações, do dinheiro e também quanto às ações”*. Acrescenta que a densidade do território, muitas vezes, medida em números, se não problematizada, nada mais significa que indicadores abstratos que não traduzem estas relações complexas.

Salientar isto em nossa reflexão implica em problematizar a diferenciação no repasse de verbas públicas para as regiões, o que atende a interesses de longa duração histórica (Braudel, 1958) determinados pelos modelos políticos econômicos de sociedades de classes. A complexidade do território pode ser medida segundo sua densidade que, no pensar de Santos (2001: 261) é aplicável para calcular

... densidades técnicas, informacionais, normativas, comunicacionais, etc. Nesse caso, encontraremos no território maior ou menor presença de próteses, maior ou menor disponibilidade de informações, maior ou menor uso de tais informações, maior ou menor densidade de leis, normas e regras regulando a vida coletiva e, também, maior ou menor interação subjetiva. .

Outro conceito utilizado por Santos (2001) é o de fluidez, consistindo na capacidade de dar movimento às relações e características do território. Para ele, esta fluidez é determinada, sobretudo, pelos investimentos públicos nos territórios e na capacidade política que os sujeitos tem de torná-los disponíveis ao maior número de sujeitos, e este

investimento vem acontecendo de forma desigual mediante alguns critérios de interesse dos grupos hegemônicos no poder.

Para qualificar os territórios em sua complexidade Santos (2001) utiliza-se de noções comparativas como densidade/rarefação, fluidez/viscosidade, rapidez/lentidão, espaços luminosos/opacos, espaços que mandam/que obedecem e as lógicas centro-periferia.

A compreensão crítica destas últimas em sua totalidade complexa, sendo influenciadas organicamente pelas demais, é fundamental uma vez que

Uma visão superficial do funcionamento do território levaria a responder imediatamente que sim [à pergunta sobre haverem espaços que comandam e espaços que obedecem], na medida em que as decisões, as ordens, etc. são seletivamente instaladas, e todas as etapas do processo produtivo, na maior parte do espaço nacional, dependem desses insumos técnicos e políticos. [...]

Sem dúvida, o exercício do poder regulatório por empresas e pelo poder público não é independente dos sistemas de engenharia e dos sistemas normativos presentes em cada lugar, mas este, em si mesmo, não dispõe de nenhuma força de comando. (SANTOS, 2001: 264-5).

Desta forma o autor define espaço como *“um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ação, consideração indispensável para não se atribuir valor à metáfora.”*. p.265.

No esforço de definir centro e periferia (concepções relacionais), Santos (2001) diz que estas adquiriram significações novas ao longo da história.

Focalizando nas regiões do Rio de Janeiro e São Paulo, elencadas pelo autor como diferenciadas em relação ao resto do país, destaca-se que as dinâmicas centro-periferia destas regiões foram orientadas desde o século XIX pela rede de ferrovias e pelo intercâmbio baseado numa divisão territorial do trabalho, onde a relação com a periferia do país era incompleta e num crescimento desigual em relação ao resto do país lançando as sementes da disparidade regional e seu aprofundamento (2001, p.266), constatação que permite supor que um dos papéis dos centros seria a *regulação econômica e política das periferias*. O aumento da regulação, elevado a grandes proporções, implica na relativa dissolução da metrópole, ou do centro, já que ela(e) está em todo o lugar

através de imposições industriais, de serviços e da tomada de decisões, apoiado pelo meio técnico-informacional.

Com o advento do fenômeno da globalização e seus impactos econômicos e políticos, convém perceber que “... a instalação do meio técnico-científico-informacional em certas manchas do território nacional [...] vão-se dar sobre um quadro socioespacial praticamente engessado.” O que, no dizer de Santos (2001), “abre a perspectiva de importantes fraturas na história social, com mudanças brutais dos papéis econômicos e políticos de grupos e pessoas e também de lugares.” (idem, ibidem), o que, contudo, não tem demonstrado alterar substancialmente a condição sócio-econômica da maioria da população.

No final do século XX, pode-se dizer que os territórios foram mais amplamente apropriados tendo em face à ampliação das fronteiras econômicas, técnicas e informacionais, ainda que de maneira desigual, catalizadas pelo fenômeno do êxodo rural e urbano, cumulando, contemporaneamente, em aglomerações urbanas maiores.

Alguns dos fatos que super dimensionaram as aglomerações urbanas estão relacionados à capacidade técnica de produção e circulação, de transporte e informação terem aumentado significativamente, o que implica em menor necessidade de proliferação de núcleos urbanos, transformando as cidades em reservatórios de mão-de-obra guiados por novos padrões de consumo, atraindo um número cada vez maior de pobres.

Dissertando sobre as diferentes lógicas que regem as cidades urbanas e as do campo, Santos (2001) fala sobre como se constituem a superposição entre horizontalidades e verticalidades, dando ênfase para a análise do desenvolvimento de meios de consumo final das famílias (consumo “consumptivo⁵”) e das empresas (consumo “produtivo”) como

⁵ Santos (2001: 280) denomina “consumo consumptivo” o consumo das famílias. Ele afirma: “Entre as formas de consumo consumptivo, isto é, de consumo das famílias, podemos incluir o consumo de educação, de saúde, de lazer, de religião, de informação geral ou especializada e o consumo político, na forma do exercício da cidadania.” Por outro lado, afirma que o consumo produtivo é “o consumo da ciência embutida nas sementes, nos clones, nos fertilizantes, etc., o consumo de consultorias e o consumo de dinheiro adiantado como crédito.” Segundo ele, ainda, “As atividades urbanas estão ligadas a esses tipos de consumo, e é assim que as cidades cumprem o papel de responder às necessidades da vida de relações, que recentemente aumentaram quantitativamente e se diversificaram qualitativamente.”.

vetores diferenciadores de demandas atendidas pelo poder público tendo em vista o atendimento a alguns interesses em detrimento de outros. No determinar da demanda a ser privilegiada nos planos regionais, a demanda das famílias é considerada “residual”, exceto naquilo em que representa, direta ou indiretamente, uma demanda empresarial. Assim as cidades constituem uma ponte entre o local e o global.

Para Lago (2009: 02-03), baseada em David Harvey (1980),

qualquer investimento público, ao ganhar sua localização na cidade, gera necessariamente situações desiguais de acessibilidade ao serviço entre os moradores. Portanto, a disputa por recursos públicos, no sentido da redução das desigualdades sociais, é também uma disputa por localização na cidade. No campo dos estudos urbanos latino-americanos, a primeira ideia a que nos remete o termo periferia é a da “distância”, a de um lugar integrado ao processo de acumulação urbana, porém onde a urbanidade não se completou em função da própria lógica desse processo. Como categorias complementares, o “centro” e a “periferia” abriram a perspectiva de pensar a metrópole como uma totalidade profundamente desigual. Nesse sentido, a periferia reúne um somatório de “distâncias”: geográfica, cultural, social e econômica. A concentração do emprego, da moradia das classes médias e superiores e dos equipamentos e serviços urbanos nas áreas centrais das grandes cidades e, conseqüentemente, as enormes carências que marcam os espaços periféricos sustentaram, até os anos 1990, essa visão dual das desigualdades socioterritoriais nas metrópoles brasileiras. Estudos recentes começam a explorar, em função das alterações no mundo do trabalho, os limites analíticos da noção de periferia como expressão da vida urbana nos espaços populares.

Uma das tarefas da cidade é a produção e oferta de informação mediante, principalmente, instituições de ensino e de pesquisa. No entanto, as instituições parecem estar interessadas apenas na produção e circulação de informações que interessem imediatamente à produção e ao seu entorno próximo (seja geograficamente falando, seja de mercados consumidores “próximos”), ou mesmo no que se refere ao conteúdo político de sua produção acadêmica – elemento a ser aprofundado no próximo capítulo.

Estes fatores contribuem para a *“formação de ambigüidades e perplexidades a partir da própria atividade econômica e social e o despertar e o florescimento, no lugar, da idéia e da necessidade política”* (SANTOS, 2001: 283), já que as cidades médias produzem os aspectos

técnicos e as aglomerações maiores, os aspectos políticos em virtude do papel das metrópoles na condução direta ou indireta do mercado global, ficando as cidades médias, periféricas em relação às metrópoles, subordinadas a seus interesses.

Nestas condições, são gestadas nas periferias “visões de mundo” contraditórias, constituindo fontes também contraditórias de ideias políticas já que o conhecimento técnico produzido não corresponde às necessidades políticas para emancipação dos sujeitos sociais, permanecendo num círculo vicioso que os mantém na condição de fornecedores de insumos materiais, mas incapazes de modificações estruturais no campo das racionalidades políticas. Estas racionalidades políticas palavras de Mészáros (2007, 2008) constituem-se em tarefa fundamental para a construção de uma educação “para além do capital”.

Segundo este autor,

... as classes dominantes impõem uma educação para o trabalho alienante, com o objetivo de manter o homem dominado. [...] Uma educação para além do capital deve, portanto, andar de mãos dadas com a luta por uma transformação radical do atual modelo econômico político hegemônico.(2008:12).

De fato, a intensidade “civilizadora” ou “colonizadora” da acumulação capitalista é medida na proporção de sua intenção de dominação, ficando a educação limitada a uma formação técnica e residual com fins de adestramento e de retroalimentação do capital voltada para o processo de trabalho⁶ na acumulação capitalista.

Nos dizeres de Taylor (*apud* MÉSZÁROS, 2008: 70-1),

Um dos primeiros requisitos para que um homem seja apto a lidar com ferro fundido como ocupação regular é que ele seja tão *estúpido* e *fleumático* que mais se *assemelhe, no seu quadro mental, a um boi*. [...] O operário que é mais adequado para o carregamento de lingotes é incapaz de entender a real ciência que regula a execução desse trabalho.

⁶ Enfatizamos que, para Marx *processo de trabalho humano* é “*processo em que o ser humano, com sua própria ação impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza*”, como sempre constituído por três elementos: “*a atividade adequada a um fim, isto é, o próprio trabalho; a matéria a que se aplica o trabalho, o objeto de trabalho; os meios de trabalho, o instrumental de trabalho*” (MARX, 1968, p. 202).

Ele é tão estúpido, que a palavra “percentagem” não tem qualquer significado para ele.

Sendo assim, esta dinâmica é fundamental para a manutenção do sistema capitalista, com a manutenção de cidades produtoras e cidades consumidoras, cidades que mandam e cidades que obedecem, subsidiada por processos educativos técnicos e não emancipadores, ou de uma “racionalidade limitada” (SANTOS, 2001: 286) e de uma política colonialista circunscritos à lógica fragmentadora de centro-periferia.

É neste contexto que se compreende a totalidade dos processos que definem a formação e o funcionamento da Baixada Fluminense e do município de Duque de Caxias, ora em foco nesta tese.

1.1. Política e participação: construindo o território

Conforme Neves (2010: 12)

... o padrão de acumulação capitalista dependente vem sendo aprofundado com alto grau de consentimento popular, a despeito da persistência de selvagens desigualdades, da violência da expropriação de terras e de direitos sociais e da erosão das políticas universalistas. A adesão popular ao projeto em curso não significa que a coerção tenha sido abandonada em favor da produção de um consentimento, mas que a coerção passa a ter um forte componente educativo e que o consenso não pode abrir mão de dimensões coercitivas.

Para ela, este “consentimento” se concretiza sobre um *“largo colchão ideológico”*, o que nos exige uma *“mirada teórica inovadora sobre a problemática da ideologia”*, sobretudo quanto aquela que diz que *“a ordem do capital é imutável”*.

No volume dois de “Cadernos de Cárcere”, Antonio Gramsci se dedica a elaborar o conceito de intelectual bem como suas possíveis tipificações (orgânico e tradicional), funções sócio-econômicas, político-ideológicas e também sua relação com o Estado.

Antes de mais nada, para Gramsci, é importante lembrar que, à exceção do Estado – que mantém o domínio pelo legítimo uso da força,

todas as demais esferas da sociedade pretendem exercer poder através da formação de consensos. Assim sendo, ao diferenciar “intelectuais tradicionais” de “intelectuais orgânicos”, o jovem político italiano fornece alguns elementos de problematização que permanecem assaz atuais na contemporaneidade:

1- Na própria definição conceitual que os diferencia (o tradicional do orgânico), Gramsci (2000) percebe forte função ideológica: se os intelectuais orgânicos são aqueles que possuem um vínculo com determinada categoria de sujeitos que os gera, cria ou assimila (o que não deixa dúvidas quanto a uma intencionalidade do grupo que engendra este outro grupo de intelectuais quanto a criar conhecimentos e saberes úteis àquele); e se, por outro lado, os intelectuais tradicionais são aqueles que se reivindicam “autônomos e independentes do grupo social dominante”, o observador desavisado pode concluir por uma maior honestidade ou lisura quanto aos interesses pelo progresso da ciência, dos saberes e da cultura (da sociedade como um todo) por parte dos ditos intelectuais tradicionais.

Isto não seria de todo descartável se não se considerasse um alerta de Gramsci: *“...a elaboração das camadas intelectuais na realidade concreta não ocorre num terreno democrático abstrato, mas segundo processos históricos tradicionais muito concretos. Formam-se camadas que, tradicionalmente produzem intelectuais [...]”* (2000: 20).

1.2. Aparelhos privados de consenso: alienação ou emancipação?

Na história de nosso país como um todo, podemos verificar uma herança antidemocrática que sempre se manifestou através da repressão e da cumplicidade da educação formal e da política existente com os instrumentos de consenso das hegemonias como a família, a Igreja, o Estado.

Observar a história da sociedade brasileira permite perceber que as classes dominantes no poder sempre lutaram no interior do bloco histórico para manterem-se hegemônicas. Nesta tese se compreende aprofundada a noção de hegemonia a partir da perspectiva gramsciana entendendo que a luta por hegemonia, indica que a supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos: como 'domínio' e como 'direção intelectual e moral'.

Evidentemente, quando se se depara com a temática em questão nesta tese, o acesso à educação superior, compreende-se que a perspectiva aqui adotada refere-se à tentativa de luta por hegemonia através da entrada em dinâmicas que, apenas potencialmente, podem significar emancipação e participação nas esferas de decisão. É possível compreender que o chamamento à participação acadêmica contemporaneamente se dá fortemente através das amplamente divulgadas estatísticas relativas a ganhos salariais combinadas ao aumento no número de anos de estudos, o que indicaria interesses mercadológicos. Contudo, apesar disto, compreende-se que, potencialmente, a universidade teria uma importância formativa e emancipatória muito maior que ganhos salariais imediatos, nem sempre realizáveis, conforme será aprofundado no próximo capítulo desta tese.

Simionatto (1999) afirma que

Quando Gramsci fala da hegemonia como 'direção intelectual e moral', afirma que esta deve exercer-se no campo das idéias e da cultura, manifestando a capacidade de conquistar o consenso e de formar consenso. A hegemonia pode criar, também, a subalternidade de outros grupos sociais que não se refere apenas à submissão à força, mas também às idéias. Não se pode perder de vista que a classe dominante repassa a sua ideologia e realiza o controle do consenso através de uma rede articulada de instituições culturais, que Gramsci denomina de 'aparelhos privados de hegemonia', incluindo: a Escola, a Igreja, os jornais e os meios de comunicação de maneira geral. Esses aparelhos têm por finalidade inculcar nas classes exploradas a subordinação passiva, através de um complexo de ideologias formadas historicamente. Quando isso ocorre, a subalternidade social também significa subalternidade política e cultural. (p.43.).

Por outro lado, observamos a formação de um complexo hegemônico em termos de dominação econômica (e mesmo de violência física, como a formação de grupos de extermínio aliados ou não ao poder público) na Baixada Fluminense. Seja através do “legítimo uso da força” pelas organizações representativas do Estado, seja pelos seus braços paralegais que atuam ininterruptamente a serviço de grupos econômicos (tendo estes ou não membros como representantes do poder público), na Baixada Fluminense o que se encontra não é o consenso via hegemonia, mas a dominação pelo uso da força.

Posto isto, é necessário colocar em relevo que, contudo, isto não significa que esta repressão tenha se instalado sem reações dos mais diversos extratos da sociedade. A capacidade de resistência dos diferentes grupos sociais foi o que determinou o escopo de participação política na construção da democracia até os dias atuais: este é um elemento muito forte na construção da identidade nacional e refletiu de formas variadas nas diferentes regiões.

Neste contexto percebemos que não há mecanismos suficientes que permitam ou estimulem a participação dos sujeitos individuais e coletivos na sociedade política para toda sorte de atuação: nem como sujeitos individuais emancipados para viver sua própria vida, sobretudo para as mulheres, negros, crianças, membros de religiões não-cristãs; menos ainda como sujeitos coletivos para a atuação na política democrática, influenciando, portanto, na perpetuação de consensos que servem apenas às classes hegemônicas no poder. Na formação sócio-histórica brasileira a socialização da participação política, que implica necessariamente disputa de poder no bloco histórico, foi tardia, tendo fortes traços repressivos de cooptação como mandonismo, clientelismo, burocratismo que permanecem até os dias atuais.

Neste sentido, a partir de uma perspectiva de uma práxis emancipatória, a universidade teria, idealmente, posto que efetivamente este papel é limitado, um papel de mediadora no grau de relações de força como parte da luta política a partir da formação de consciência, saindo da ideia de verdade única hegemônica imperante no país.

Contudo, conforme lembra Mészáros (2006: 259)

... como a verdadeira ontologia humana é uma ontologia social em constante mutação [...] essa redução da distância, por meio da prática da gama das capacidades efetivas do indivíduo, é uma potencialidade real de desenvolvimento humano. Esse processo é inseparável da realização do ‘indivíduo realmente social’. Quanto mais o indivíduo é capaz de ‘reproduzir-se como indivíduo social’, menos intenso é o conflito entre indivíduo e sociedade, entre indivíduo e humanidade – isto é, nas palavras de Marx, menos intenso é ‘o conflito entre existência e essência, entre liberdade e necessidade, entre indivíduo e gênero’. Mas o indivíduo não se pode reproduzir como indivíduo social, a menos que participe de maneira cada vez mais ativa na determinação de todos os aspectos de sua própria vida, desde as preocupações mais imediatas até as mais amplas questões gerais de política, organização socioeconômica e cultura. Assim, a questão prática em jogo é a da natureza específica dos instrumentos e processos efetivos de automediação humana. Se o indivíduo social se reproduz como um “indivíduo social” – ou seja, se ele não se funde diretamente com suas determinações sociais gerais –, isso equivale a dizer que a relação entre indivíduo e sociedade, entre indivíduo e humanidade, continua sempre uma relação mediada. Como já se ressaltou repetidamente, não é a mediação em si que está errada, mas a forma capitalista das mediações reificadas de segunda ordem. Segundo Marx, as relações humanas não-alienadas caracterizam-se pela *automediação*, e não por uma identidade direta fictícia com um Sujeito Coletivo genérico, ou com a dissolução do indivíduo nele. O problema, para a teoria e a prática socialistas, é a elaboração concreta e prática de intermediários *adequados*, que permitam ao indivíduo social ‘mediar-se a si mesmo’, ao invés de ser mediado por instituições reificadas. P.259.

Poder-se-ia pensar que Mészáros defende o fim das instituições ou das identidades, o que seria um equívoco. Para ele, o objetivo não se trata do desaparecimento da instrumentalidade, mas o estabelecimento de formas conscientes e realmente “auto-mediadas” em lugar de relações sociais de produção reificadas sob o capitalismo.

Nos remetendo novamente a Gramsci, lembramos que é no âmbito das forças políticas e da participação que podemos verificar o ‘*grau de homogeneidade, de autoconsciência e de organização alcançado pelos vários grupos sociais*’ (GRAMSCI, 1977: 1583).

Para ele, é na *catarse*⁷, que a estrutura que esmaga o homem e o assimila a si e que o torna passivo, transforma-se em liberdade, em

⁷ Momento de passagem da *estrutura* (independente da vontade dos homens, determinada pelo grau de desenvolvimento das forças materiais de produção) para a *superestrutura* (momento ético político coletivo), ou seja, passagem do momento meramente econômico para o momento ético político, passagem do ‘objetivo ao subjetivo’.

instrumento para criar uma nova forma ético-política; em que se dá origem a novas iniciativas num plano não corporativo, mas universal. A participação democrática toma papel central na constituição das sociabilidades de longa duração histórica. Na Baixada Fluminense não poderia ser diferente, sobretudo para compreensão do papel e do impacto da universidade neste território que, conforme construído no próximo capítulo, é historicamente considerado um território de pouca abertura para a formação de quaisquer empreendimentos de natureza política do ponto de vista da política democrática e crítica.

Certamente, toda esta conjuntura configurou o panorama político local e teve, portanto, implicações nas formulações legislativas e jurídicas que alteram ou mantêm o *status quo* de todos os grupos sociais envolvidos no tocante às condições de participação política e conseqüente acesso a direitos sociais, civis e políticos.

Consideramos, que as formulações legislativas são fruto do jogo de forças na sociedade política, e que a participação ou não dos sujeitos na formação democrática implica no quanto estes podem ser subjugados pelos que estão no poder, inclusive do ponto de vista legal, se considerarmos os arranjos para a organização destas políticas e, assim, dos direitos.

Uma ampla participação social e política dos mais diversos sujeitos na complexa sociedade política, formaria o que Gramsci chama de *sociedade civil*, fruto de um *Estado ampliado* que, nos termos de Coutinho (1989), seria “*uma nova esfera de superestrutura jurídico-política que, juntamente com o Estado-coerção [restrito], forma o Estado no sentido ampliado.*” (p..55).

De modo geral, estas formulações legislativas são melhor percebidas pela sociedade a partir de políticas sociais públicas. Elas tiveram diversas modificações desde sua gênese até os dias atuais, entretanto, podemos perceber sempre que o “termômetro” para compreender a representação dos interesses dos sujeitos mede-se de acordo a sua capacidade de participação política e da amplitude de sua influência na esfera jurídico-legal, portanto, pública.

Evidentemente este é um processo contraditório e de complexa compreensão, considerando-se que muitas das “vitórias” de determinados grupos sociais ao longo da história de nosso país representaram nada mais que superficialidades que visavam arrefecer as pressões de grupos revoltosos da população.

Há conquistas substantivas, entretanto, há muitos retrocessos “concedidos” como benesse se e não conquistas se observarmos a história das políticas sociais. Tivemos conquistas significativas, entretanto, sem consciência política democrática elas são retraídas ao primeiro sinal de retração emitido pelo capital.

Na concepção de Pereira Pereira (2009: 44)

... a valência é que esta política é contraditória e, como tal, está sujeita a sofrer novas guinadas, desta vez sob pressão de contundentes reivindicações em prol do combate à fome, da redução de desigualdades sociais, do acesso de milhões de pessoas à saúde, à educação, ao emprego e ao usufruto do progresso. A contradição, portanto, se impõe à virtuosidade linear da política.

Este panorama é bem claro em todo o país, mas cremos ser mais marcado nas periferias, pois são formadas pelos grupos que sustentam a sociedade capitalista: pobres não detentores de propriedade e meios de produção, mas fornecedores do capital humano e da mais valia necessária à existência e manutenção do sistema capitalista.

Vemos aqui, inicialmente, todos os grupos considerados “minorias políticas” como vulneráveis, dada sua condição de espoliação material, política e ética como úteis ao sistema em sua própria condição. Ellen Wood (2010) afirma que os avanços dos grupos identitários não colidem em essência com os objetivos do capital, ao contrário, para ela, muitos deles se mostraram bem úteis ao sistema, como, por exemplo, a entrada das mulheres no mercado de trabalho, se mostrando como capital humano mais sujeito ainda à exploração e obtenção de mais valia absoluta e relativa.

Entretanto, o que, aprofundando, esta autora (WOOD, 2010) afirma é que, uma vez que estes grupos tenham objetivos mais amplos do que

agendas semestrais de avanços legislativos, (como, por exemplo, a conquista processual da radicalização/ampliação da democracia) não admite conviver com o sistema capitalista que é, em si mesmo, antitético à noção mais geral e básica que se pode ter de democracia.

Para Wood (2010: 07), “*‘democracia’ significa o desafio ao governo de classe*”. Ela distingue ao menos dois grupos no que se refere à compatibilidade entre democracia e capitalismo e se identifica com o segundo conforme segue:

Num extremo, ficariam aqueles para quem a democracia é compatível com um capitalismo reformado, em que empresas gigantescas são mais socialmente conscientes e responsáveis perante a vontade popular, e certos serviços sociais são ditados por instituições públicas e não pelo mercado, ou no mínimo regulados por alguma agência pública responsável. É possível que esta concepção seja menos anti-*capitalista*⁸ que antineoliberal ou antiglobalização. No outro extremo, estariam aqueles que acreditam que, apesar da importância crítica da luta em favor de qualquer reforma democrática no âmbito da sociedade capitalista, o capitalismo é, na essência, incompatível com a democracia. E é incompatível não apenas no caráter óbvio de que o capitalismo representa o governo de classe pelo capital, mas também no sentido de que o capitalismo limita o poder do “povo” entendido no estrito sentido político. Não existe um capitalismo governado pelo poder popular, não há capitalismo em que a vontade do povo tenha precedência sobre os imperativos do lucro e da acumulação, não há capitalismo em que as exigências de maximização dos lucros não definam as condições mais básicas da vida.

[...]

...“um capitalismo humano, ‘social’, verdadeiramente democrático e equitativo é mais irreal e utópico que o socialismo”.(p.07-08).

De um modo geral, a opção político-ideológica aqui adotada é voltada para o enfrentamento crítico e a superação das formas de opressão e desigualdade social que se baseiam na divisão primordial entre classes e que se nutrem das mais variadas formas de fragmentação social baseadas em princípios de gênero, raça, geração, origem, dentre outros através da proposta de radicalização da participação democrática. Esta radicalização democrática apenas pode se dar a partir da participação dos sujeitos na vida política, o que, conferiria condições razoáveis para a luta pela equidade nos direitos através do acesso e da

⁸ Grifos originais.

participação na definição, formulação, gestão e propriamente no acesso concreto aos direitos proporcionados pelas políticas sociais públicas.

Deste ponto de vista a participação no debate sobre as funções e objetivos das políticas públicas faz toda a diferença no resultado final da implementação das mesmas uma vez que, desta forma, o sujeito não se viria apenas como “consumidor” de uma mercadoria disponibilizada pelo Estado, não se estabeleceria esta relação estanque entre sujeitos e Estado, entre consumidor e fornecedor, mas uma relação entre sociedade civil e Estado, entre representantes políticos e atores sociais, em mútua determinação, orientados pela noção de política pública como direito e não como mercadoria.

No contexto da Baixada Fluminense, esta relação entre política social pública e participação da população citadina nos processos políticos e econômicos da cidade, raros são os espaços para que esta participe na definição das políticas públicas, restando à maioria da população a opção por “consumir” ou “não consumir” o que lhe é oferecido.

Na concepção de Faleiros (1997: 09), as classes sociais fundamentais no capitalismo (burguesia e proletariado) organizam suas visões de mundo de forma sistemática na defesa de seus interesses políticos e econômicos. Neste afã, formam alianças no intento de impulsionar seu controle sobre a sociedade.

Para ele *“A luta pelo poder exige, pois, informação, dados, análises, propostas, planos, controles, técnicas, experimentos”* que são levados a cabo pelos profissionais, técnicos e intelectuais à disposição deste ou daquele interesse. A construção de uma força social, então, implica a descoberta de interesses comuns, o estabelecimento de relações entre os atores, a formulação de estratégias e a mobilização de recursos e a consciência da posição em que cada sujeito se encontra nesta relação de forças, sobretudo entre a população explorada e os profissionais gestores das políticas sociais públicas, situados nas instituições de controle social estatal.

Neste sentido, as instituições representam a expansão do controle da gestão do capital sobre a vida cotidiana e das formas organizativas e de mobilização de recursos públicos.

Na formação da Baixada Fluminense, há uma característica histórica inerente a sua base populista de cooptação dos sujeitos através de dois principais elementos: o uso das políticas sociais de forma assistencialista, fragmentada e como controle de “distúrbios” e “desvios” sociais; e, na incapacidade desta primeira estratégia, o uso da repressão através da violência estrita.

Faleiros (1997: 38) situa claramente o panorama que se desenha por todos os municípios baixadenses, de predomínio do clientelismo, da burocracia e do autoritarismo, onde a burocracia está marcada pela distribuição de favores, pelo nepotismo e pelo paternalismo:

Nos regimes populistas, baseados numa relação pessoal de um chefe com as massas (criando-se uma situação difusa entre as classes dominadas), na eliminação e esvaziamento dos conflitos pela ideologia da colaboração e pela dissolução das organizações autônomas das classes, florescem estas formas de assistência, implantadas de cima para baixo. Nas instituições predominam as figuras dos “doadores”, simbolizados pelas figuras das esposas dos presidentes, governadores e prefeitos.

Um elemento fundamental para compreender a lógica de dominação predominante até os dias atuais na Baixada Fluminense é, através dos mecanismos possibilitados pela institucionalização e ampliação das políticas sociais públicas, o disciplinamento dos indivíduos através da culpabilização individual dos sujeitos por suas mazelas (como se fossem eventos particulares, subjetivos, e não refrações da questão social estabelecida a partir da relação capital – trabalho inerente ao processo de acumulação capitalista) e da dissolução da identidade de classe e, por conseguinte, das formações sociopolíticas de resistência.

Dentre todas as políticas sociais públicas no Brasil, a que mais tem se destacado nos últimos 12 anos tem sido a PNAS, seja pelo seu apelo imediato quanto à diminuição imediata dos níveis de miséria e fome, seja pelo investimento do governo federal em sua ampliação – destacando-se,

inclusive, no quadro internacional como relevante política de Estado, seja pelas críticas que sofre por parte dos segmentos que a consideram política populista e minimizadora dos efeitos perversos do sistema capitalista e das gestões políticas baseadas no clientelismo.

De suas principais diretrizes destaca-se uma fundamental que refere-se à transversalidade ou intersetorialidade da PNAS às demais políticas setoriais. Neste sentido, entende-se que esta política não se efetiva em seus objetivos mais profundos isoladamente, mas sim que toca diversos âmbitos do desenvolvimento da vida humana como a saúde, a educação, o trabalho, a habitação e outros direitos sociais básicos garantidos na referida CF-88, assim como todas as fases da vida humana, desde a infância até a velhice.

A observação empírica mais simples das políticas sociais públicas implementadas nos municípios da Baixada Fluminense revela total fragmentação destas políticas, havendo sobreposições de certas ações, ausências contundentes de outras e do diálogo entre as pastas – fruto de um quadro técnico e administrativo despreparado para a execução da política pública enquanto serviço, ficando caracterizada a prestação destes mais enquanto favor e no âmbito das relações domésticas de personalismo e privatização das políticas públicas.

Outros dois elementos fundamentais a serem considerados na PNAS tratam das particularidades sócio-territoriais e da centralidade da família para o efetivo enfrentamento das vulnerabilidades sociais e consequente busca de universalização dos direitos sociais. Sabe-se que um dos principais elementos que contribuem para a fragilização e rompimento dos vínculos familiares estão assentados na fragilização dos direitos sociais. É tarefa da PNAS, amparada pelo SUAS e legislações pertinentes, a proteção dos sujeitos sociais no sentido de garantir a promoção humana e o direito à vida com qualidade, sobretudo, a priori, pela eliminação da miséria e da fome.

Tendo em vista estas considerações e, compreendendo a importância da execução final da PNAS nos diversos níveis de gestão (nacional, estadual e municipal), faz-se necessária uma detalhada

avaliação de todos estes condicionantes: compreensão da relação da política de assistência com as demais políticas setoriais, avaliação específica do perfil sócio territorial municipal e compreensão dos diferentes modelos de organização familiar de cada contexto histórico e político, bem como da organização, planejamento, implementação, execução e monitoramento da PNAS nos municípios.

Não sendo o foco desta tese, não será aprofundado este debate, porém, mostra-se relevante mencionar que as políticas assistenciais hoje implementadas na Baixada Fluminense resumem-se à distribuição do benefício do Programa Bolsa Família sem, contudo, se aliar a outras políticas como de emprego e renda, o que implica num círculo vicioso assistencialista que, sabe-se, tem como fim primeiro e último a captação de votos de uma população pobre e dominada a qual jamais se direcionarão ações emancipatórias por parte dos grupos no poder.

Adensados por elementos da histórica prática regional baixadense de violência e cooptação, este quadro se mostra ainda mais grave no que tange à grande possibilidade de ingresso dos cidadãos em situações de vulnerabilidade social e fragilização de direitos além do grande comprometimento quanto à possibilidade de participação da população ampla nas decisões políticas e no controle social.

Sabe-se já de longa data em esfera internacional que não é através da repressão policial em termos de coibição de crimes e delitos que sana os índices de criminalidade, mas sim ações preventivas que retirem a população mais vulnerável de situações de fome, pobreza e miséria, e, portanto, da possibilidade de serem captadas para exercer delitos ou atividades criminosas pela simples motivação da situação de fragilidade econômica. Outro elemento importante a ser observado relacionado aos índices de criminalidade nas diferentes regiões do Rio de Janeiro refere-se à *glamourização* das atividades ligadas à compra, venda e tráfico de substâncias entorpecentes pela população infantil e juvenil.

De acordo com as análises feitas, percebe-se tal processo como resultado da conjunção de diversos fatos relacionados a estes jovens enquanto indivíduos, mas também como parte de um corpo social que se inicia na família (como unidade social básica) e se estende aos mais

diversos, complexos e amplos grupos sociais que determinam o processo de formação de identidades dos sujeitos. Alguns índices como a pobreza, o rompimento ou a fragilização dos vínculos familiares, a baixa qualificação educacional dispensada pelas políticas públicas de educação, o caso de mortes de familiares por hipossuficiência econômica ou da ordem da saúde pública, além da baixa auto estima ocasionada pelo contumaz racismo cordial que ainda impera no território nacional e a baixa capacidade de participação política e controle social por parte da juventude (resquício da uma formação sócio histórica nacional repressiva, heterocentrada na figura do homem-provedor) o coloca em uma posicionalidade subjetiva e política de anomia.

Sabendo-se que é inerente ao ser social a necessidade gregária e, por outro lado, compreendendo-se tal situação de anomia, é muito compreensível e quase automático compreender o movimento que os jovens sofrem e que os leva a ingressar em atividades relativas a organizações marginais/criminosas: além de prover o sustento de si e de seu núcleo familiar, estes jovens alcançam simbolicamente um lugar onde possuem uma identidade positiva, ao menos do ponto de vista dos pequenos grupos em que se encontram inseridos.

Segundo dados de diversas pesquisas públicas, a população mais vulnerável a mortes violentas no Brasil hoje é constituída em sua maioria absoluta por jovens entre 15 e 21 anos, do sexo masculino, pobres e negros. O simples observar da população da Baixada Fluminense hoje revela que esta população descrita acima representa a maior parte de sua composição populacional. Não se quer dizer aqui, então, que a população jovem da Baixada Fluminense é composta em sua maioria ou grande parte por marginais, mas que, tendo em vista tais reflexões, compreende-se a importância de o poder público tomar medidas sérias visando retirar tal população de situações de fragilidade econômica, cultural, política e identitária.

Todos os conselhos são paritários, o que significa que a representação, as deliberações e decisões tomadas nestas instâncias, são votadas e discutidas (inclusive em número) tanto por representantes do governo quanto por representantes da sociedade civil.

Uma observação importante sobre tal instância de controle social refere-se à legitimidade das representações da sociedade civil, bem como sua atuação. Verifica-se, por exemplo, a coincidência de diversos sujeitos classificados como representantes dos interesses da sociedade civil (sobretudo, ligados a organizações do terceiro setor) ocupando vacâncias em diferentes conselhos. Aliás, este elemento chama à atenção: a predominância quase absoluta de dois grupos que ora se misturam: representantes de organizações do terceiro setor e representantes de organizações religiosas cristãs (católicos e protestantes).

Parece bastante comprometida a atuação em favor do bem público que proceda de sujeitos que representem interesses particulares da organização a que representa. No sentido da representação religiosa, sabe-se hoje que não é mais permitido que se associem aos conselhos enquanto tais. Contudo, sabe-se também, que as mesmas, visando contornar tal resolução, criaram instituições classificadas como assistenciais e não como instituições religiosas. Do ponto de vista legal, cumpre-se a lei. Já do ponto de vista do interesse maior da população usuária das políticas sociais, parece comprometida a determinação básica de que as políticas sociais sejam executadas por um Estado laico que, portanto, não faça acepção de pessoas por credo, cor, orientação sexual, etc.

A partir da constatação deste panorama, um caminho que se propõe para fortalecimento da representatividade legítima da sociedade civil junto aos conselhos seria o da orientação das diversas organizações de cunho assistencial quanto aos critérios para a formalização de sua atuação e, assim, possibilidade de participação nas instâncias de controle social.

1.3. Baixada Fluminense

O estado do Rio de Janeiro é composto por 92 municípios totalizando uma extensão territorial de 43.697 km² e 15.420.375 pessoas de acordo com o Censo de 2009 publicado em 2010 pelo IBGE.

A extensão territorial da Baixada Fluminense hoje é de 3152 km², enquanto que o restante do estado estende-se por 40545 km². A população da Baixada Fluminense em 2009 era de 3.694.104, enquanto que a população total do restante do estado era de 11.726.271. Em nossos cálculos, estes números significam uma relação de 8,53 m² de área por pessoa no estado do Rio de Janeiro, enquanto que na Baixada Fluminense esta relação é de 3.46 m².

Neste trabalho parece ser de fundamental importância conhecer a história da região, sobretudo do município de Duque de Caxias; seu lugar na história do estado do Rio de Janeiro; as relações políticas e éticas que se travaram no bojo dos processos sociais e compreender de que forma esta formação ética e histórica se transformou em elemento de longa duração histórica se imbricando em aspectos materiais e culturais, sobretudo a ideologia de gênero e como isto se expressa nas condições de acesso e permanência das mulheres aí residentes na educação de nível superior.

A Baixada Fluminense é uma região geográfica do estado do Rio de Janeiro formada por 14 municípios: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica.

O posicionamento geográfico dessa região bem como sua característica hidrográfica predominantemente composta por várias bacias e regiões pantanosas com difícil drenagem foram as características mais marcantes de que decorreram seu nome: Baixada Fluminense.

No período colonial era composta, ainda, de diversos rios navegáveis, principal base de transporte local e inter-regional, sendo, então constituía como Zona intermediária entre o porto do Rio de Janeiro e o resto do estado e com Minas Gerais, configurando-se como uma região de passagem com população – constituída em sua maioria por negros escravizados, negociantes, botequineiros e ferradores.

Os grandes proprietários não residiam ali e os governantes que foram se estabelecendo, tornaram-se grandes coronéis com títulos de nobreza concedidos pelo Estado, estabelecendo ali um “coronelismo

poderoso” com base na construção e afirmação de um *ethos* de “corrupção, fraude e violência” (ALVES, 2003: 36).

De acordo com o renomado antropólogo Clifford Geertz (1973 : 143), *“O ethos de um povo é o tom, o caráter e a qualidade de sua vida, seu estilo moral e estético (...) representa um tipo de vida implícito no estado de coisas do qual esse tipo de vida é uma expressão autêntica.”*

Sendo este conceito depositário de valores, saberes e ideias construídas socialmente na disputa entre os sujeitos pela hegemonia e pelo consenso na sociedade, entendemos já de antemão que se trata de um conceito relacional, histórico e, portanto, transitório – embora, em algumas circunstâncias, não deixemos de considerar certas estruturas sociais como perpassadas por elementos de longa duração (BRAUDEL, 1958).

No caso da Baixada Fluminense, as já mencionadas corrupção, fraude e violência, além de suas consequências: a pobreza, a desigualdade e a desesperança, como elementos mais marcantes.

Durante o processo de construção deste trabalho, na pesquisa exploratória, buscando literatura especializada nos temas correlatos, tomou-se conhecimento da obra de Alves (2003), que utiliza-se do conceito amplo de violência (como violação dos direitos humanos) e caminha para a construção do conceito de violência estrita (que seria o uso da força física contra alguém que é interrompido em sua ação, agredido, desonrado e, no limite, morto) para analisar de que forma, na formação histórica da Baixada Fluminense as relações entre a violência, o poder local e as esferas supra locais (governo estadual e federal) possibilitaram a utilização desta violência como estratégia de consolidação de longa duração dos grupos políticos e econômicos hegemônicos locais.

Para este autor,

... a violência surge aqui como toda e qualquer forma de violação dos direitos humanos, entendidos como o conjunto dos direitos políticos, civis, econômicos, sociais e culturais. Mesmo se fosse questionada quanto à sua precisão por estar relacionada a uma noção ontológica de “satisfação das necessidades humanas”, não se distinguindo de outros conceitos como “miséria”, “alienação” ou “repressão”, a violência assim concebida

ajuda a mostrar a complexidade do analisado, as relações entre diferentes esferas que constituem uma determinada sociedade, um pano de fundo no qual passam a vigorar padrões de comportamento que se perpetuam ao longo do tempo e do espaço.

Essa análise da violência no nível da sociedade, incorporando o histórico e o local, possibilita, sobretudo, a politização do conceito de violência. (ALVES, 2003: 19-20).

Segundo Alves (2003) há uma interrelação entre os níveis da formação do Estado e as formações locais. Ele menciona que autores como Paixão e Beato (1977) criticam análises instrumentais que não relacionam os níveis organizacionais com as forças sociais que emergem na implementação das regras legais e normas sociais em contextos específicos de ação.

O escopo deste trabalho não tem como objetivo discutir a formação do Estado brasileiro, contudo, sobretudo a partir da concepção de totalidade, entende-se aqui, que o dinamismo dos territórios tem forte ligação com o dinamismo mais geral do território nacional como um todo, mantendo relação de complementaridade, de forma ora coincidente, ora destoante, mas nunca alheia. A relação entre os territórios que mandam e os territórios que obedecem (SANTOS, 2001), os territórios de exploração e os de investimento, os territórios de riqueza e os territórios de pobreza aparecem claramente quando se compara os municípios da Baixada Fluminense e as áreas centrais do município do Rio de Janeiro.

Alves (2003) analisa a formação sócio histórica da Baixada Fluminense colocando em evidência não apenas a sua economia, geografia ou política estatal, mas também lança luz sobre a ausência de um Estado eficaz para as classes como um todo (mantendo uma estrutura de privilégios para extratos abastados e diluindo as classes dos trabalhadores através de mecanismos de opressão de diferentes naturezas) e, concomitantemente, a constituição de formas de perpetuação de poderes e lógicas sociais de justificação do recurso à violência, relacionada à formação da subjetividade de uma determinada população.

Segundo ele, aí estaria aquilo que desenvolveria o que ele chama de “autoritarismo socialmente implantado” ou “totalitarismo socialmente construído”. A mola da engrenagem seria

uma rígida separação entre o público e o privado, segundo o qual conflitos domésticos e de vizinhança não devem sofrer intervenção da esfera pública. Uma lógica excludente e particularista que prefere a ordem à margem da lei à desordem sob um Estado ineficiente. (ALVES, 2003: 21.).

Conforme Misse (2006) quando o crime deixa de ser exceção e passa a ser parte do comportamento ‘normalizado’, a polícia (e as demais instâncias e mecanismos de controle social, como o próprio Estado), ela própria, vai passar a participar do crime, e também ela vai passar a ‘normalizá-lo’.

Como, segundo ele, a normalização do crime é um contra-senso semântico, chama esse processo social, (através do qual a transgressão e o crime passam a ser incorporados como opções racionais de muitos e deixam de ser exceções), de ‘desnormalização do individualismo’, elemento fundamental para o funcionamento do capitalismo em sua lógica mais ampla: da economia política, onde emerge o que Misse (2006) chama de Capitalismo político.

Elemento fundacional da Baixada Fluminense como um todo, salvas as particularidades de cada município, a categoria construída por Misse (2006: 23) refere-se à *“emergência de formas sistemáticas e organizadas de empresas cujo lucro depende da produção e da troca de ‘mercadorias políticas’”*.

Isso, explica grande parte da emergência do chamado mercado das drogas (mais fortemente, desde a década de 1980 no Brasil) e de outros mercados de bens ilícitos, assim como explica a generalização da corrupção, da extorsão e das organizações criminosas que oferecem proteção. Por outro lado, explica a lógica de mercadorização de bens e serviços sociais inerentes à gestão e execução da política pública, que serão melhor discutidos a frente.

Tudo isso participa de um processo através do qual o capitalismo moderno, que é baseado na violência e na dominação pela forma como mecanismo de acumulação do capital.

Para o sociólogo, tal estado de coisas decorre da dinâmica do processo de formação sócio histórica do país:

Se passamos a olhar para o nosso país, procurando compreender o que vem acontecendo aqui, nós não teremos dificuldade em constatar que, no Brasil, nós nem concluímos o processo de modernização, nem completamos o processo de incorporação das massas ao capitalismo moderno, economicamente racional e orientado; nem conseguimos completar o assalariamento do trabalho; não conseguimos estender os direitos civis à esmagadora maioria da população trabalhadora e queremos e achamos surpreendente que estejamos vivendo nesse clima que, unificadamente, colocamos sob a designação de 'violência'. (MISSE: 2006: 24).

1.3.1. Duque de Caxias

Localizada na Baixada Fluminense, região metropolitana do Rio de Janeiro, Duque de Caxias possui uma população de 864.392 habitantes (IBGE/2008) espalhados em uma região total de 465 km². É o terceiro município em população no estado, sendo precedido apenas por São Gonçalo, com 960.631 habitantes e o município do Rio de Janeiro, com 6.093.472 habitantes. Um dado curioso é que, dos dez municípios com maior concentração populacional, seis pertencem à região da Baixada Fluminense.

Possui um PIB de R\$ 20,125 bilhões (Cide/2006) - o 8º maior PIB no ranking nacional e 2º maior no estado do Rio de Janeiro (IBGE 2007). O município concentra a maior parte das indústrias e serviços especializados do mercado: são 1.984 indústrias e 19.562 estabelecimentos comerciais (Secretaria Municipal de Fazenda/2009). Em arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviços (ICMS), Duque de Caxias está em segundo lugar no estado, perdendo apenas para a capital. O orçamento anual da Prefeitura ultrapassa a cifra

de R\$ 1 bilhão. A cidade também ocupa a segunda posição na geração de novos empregos no estado (Ministério do Trabalho). Ademais, cabe ressaltar um elemento da formação econômica fundamental para a formação do município de Duque de Caxias: a instalação da Refinaria de Petróleo da Petrobrás - REDUC⁹ - em 1961. Estes fatores delinearam de maneira única as feições da região de Duque de Caxias e lhe deram características econômicas que a diferenciaram em alguns aspectos do restante da Região da Baixada Fluminense.

As atividades políticas predominantes na região desde seus primeiros relatos históricos giraram em torno da questão habitacional e de saneamento – elementos que mobilizaram diversos grupos sociais oficiais ou não oficiais. Dentre grupos mais evidenciados nas movimentações políticas podemos destacar os movimentos de camponeses, de favelados, de associações de moradores, posseiros, grileiros, empresários do ramo imobiliário, representantes políticos locais, quilombolas, movimento religioso católico (CEBs – Comunidades Eclesiais de Base), jagunços e grupos de extermínio.

Segundo o relato de Alves (2003), pelos anos de 1810-20, a única grande divergência frente à estrutura de poder quase totalitária que se havia constituído desde a ocupação da região da Baixada Fluminense (aproximadamente a partir de 1566¹⁰) foram os quilombos, grupos que ameaçavam com táticas de guerrilha, à atividade majoritária a que se destinava a região: o trânsito, enquanto caminho de passagem de mercadorias. Além da agricultura de subsistência e da caça e pesca, os quilombolas monopolizaram o comércio de lenha – fundamental para a manutenção do transporte de gêneros pela via fluvial, com o consentimento dos taberneiros, que faziam a mediação entre senhores e quilombolas.

Algo que leva a esta hipótese relativa à construção de um *ethos* regional é o estudo comparativo de Sansone (2002) quando verifica algumas diferenças em termos de identidade regional na comparação

⁹ Disponível em <http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/nossa-historia/>. Consultado em 04 de novembro de 2012 às 23:56h.

¹⁰ Cf. Alves (2003), p.31.

entre o “favelado” do subúrbio e do “favelado” da Zona Sul do Rio de Janeiro. Neste estudo, o citado estudioso verifica diferenças valorativas em termos de autoimagem destes dois tipos de “favelados” e é possível atribuir a isto uma diferente perspectiva em relação à possibilidade de ascensão social devido à formação de uma identidade local de acordo com a história de cada uma das regiões.

Tal perspectiva é composta da combinação complexa entre diversos elementos da vivência política, econômica, cultural da região, mas não necessariamente tem passado pela noção de classe para si e, entende-se, pode significar mais uma mistificação possível através de uma práxis alienada voltada para a ampliação da possibilidade de consumo imediato do que, propriamente, uma compreensão dos lugares ocupados na sociedade capitalista.

Cabe ressaltar que, de acordo com Gomes (1992: 56-7 *apud* ALVES, 2003: 31), a composição populacional inicial desta região era, entre 1779 e 1789 composta em 54,6% (7.122) por negros escravizados. Este percentual aumentaria em 1821 para 59,7% e passaria a 62% em 1840, o que significa que, de acordo com o padrão de longa duração das relações econômicas, políticas e sociais estabelecidas na região, esta população se constituía, numa *“maioria subjugada, submetida a padrões de brutalidade que faziam desaparecer o limite do humano.”*p.31.

Entre 1883 e meados de 1900 a atividade econômica que predominou na região foi a da citricultura com o plantio de laranjas para abastecimento nacional e mesmo internacional, contando com Nilo Peçanha no governo estadual (1903 – 1906) e na presidência da república (1909) como grande apoiador, investindo em infraestrutura, saneamento e medidas de fomento fiscal. Este período modificou a paisagem da região a partir de investimentos no comércio e na indústria a partir da instalação das redes de água e esgoto, iluminação pública, eletricidade, praças e hospitais (SOARES, 1962:211 e PEREIRA, 1977: 118-120 *apud* ALVES, 2003:49).

Com a construção da 1ª. estrada de ferro pelo Barão de Mauá em 1854 e a Estrada de Ferro D. Pedro II (hoje Central do Brasil) em 1858, a região deixa de ser interessante para a economia capitalista, sendo

totalmente abandonada pelo poder público e se transformando apenas numa zona de passagem rápida, terminando por ser deteriorada pela epidemia de cólera que assolou a região por 23 anos, somada à malária. Entre 1892 e 1910 a população de Duque de Caxias diminuiu de 9.608 habitantes para 800¹¹ em decorrência desta doença.

Perdendo a força de trabalho barata escravizada e mesmo a chinesa “importada” que era “barata, diligente e dócil” (p.46) para a malária e para o cólera, demandava então, algum investimento em educação para que os homens livres restantes aceitassem executar o trabalho que eles associavam à escravidão. As escolas agrícolas tinham, então, um papel de moralizar o trabalhador nacional e liberto.

Entre 1940-50 aprofunda-se a concentração de terra e aumenta a população, predominantemente meeiros e colonos, que, sem maiores investimentos em infraestrutura a partir do deslocamento para a cidade do Rio de Janeiro, então, supervalorizada. A região da Baixada se tornava desvalorizada e periférica tendo o fim da citricultura selado pelo início da IIGM e a dependência de transporte estrangeiro (ALVES, 2003: 53).

Neste momento passa a predominar cada vez mais amplamente o padrão segregacional que nascera na sociedade escravista e se fundamentava na lógica capitalista.

É aí que começa a se solidificar a polarização dos investimentos na organização espacial do estado pelo Estado, ficando a região da Baixada Fluminense à margem dos investimentos em urbanização e representando apenas “*subúrbios distantes, com os pobres e seus usos sujos, a uma distância satisfatória do núcleo privilegiado.*” (ALVES, 2003: 54).

Com a concentração do investimento passando ao centro do Rio de Janeiro as populações suburbanas passaram a se instalar às margens das estações de trem e sempre com tentativas (e consequentes ações de desocupação pelo estado) de aproximação da Zona Sul. Assim formaram-se as favelas. Algumas totalmente extirpadas desta região, outras resistentes até os dias atuais.

¹¹ Cf. Alves (2003), p.40.

Conforme nos mostra o estudo de Burgos (2004), o início da ocupação e formação das favelas nas partes centrais do Rio de Janeiro data da década de 1930. As políticas públicas em favelas remontam à década de 1940. O surgimento de movimentos democratizantes com foco nesta temática é datado das décadas de 1950 e 60, protagonizado pelos próprios moradores, o que foi amplamente desorganizado pelo regime militar e, assim,

...a modernização conservadora promovida no período militar não dispensou esforços no sentido de abolir a luta por direitos dos excluídos da ordem social e política. Análogo ao que se fez com a estrutura sindical e partidária, também as organizações de favelas seriam desmanteladas nesse período. Contudo, ao contrário do que ocorreu com as organizações operárias, o mundo dos excluídos não conheceu um processo de reorganização capaz de inseri-lo no contexto da transição democrática em curso nos anos 80. No Rio de Janeiro, onde a presença dos excluídos na cena política assumira importância inédita nas décadas de 50 e 60, a questão torna-se dramática, uma vez que a tiranização das favelas e conjuntos habitacionais pelo tráfico inibe a retomada da comunicação de seus interesses com a nova institucionalidade construída com a redemocratização do país. Assim, mais do que o déficit de direitos sociais, são os déficits de direitos civis e políticos que permanecem como principais obstáculos à integração da cidade, e são eles que ainda fazem do Rio de Janeiro uma “cidade escassa”, na arguta utilizada por Maria Alice Rezende de Carvalho. (BURGOS, 2004: 26).

Aliando as análises de Alves (2003) sobre a organização do território da Baixada Fluminense e as de Burgos (2000) sobre as políticas de urbanização nas áreas centrais do Rio de Janeiro, percebe-se incontestável complementaridade entre as iniciativas.

Por um lado, há o abandono da Baixada Fluminense no momento em que acabam os investimentos em citricultura, empurrando a população em busca de emprego para as áreas centrais do estado; e, por outro, há um movimento remocionista desta mesma população (e de outras, trazidas pelas promessas de crescimento expressas pelo desenvolvimento industrial) para áreas distantes como a Baixada Fluminense e o que hoje corresponde à Zona Oeste do estado.

Neste período, começa um plano de loteamento do espaço da Baixada Fluminense a partir da iniciativa privada dos grandes

latifundiários da região e incentivo do próprio Estado, dando início a uma corrida loteadora (ALVES, 2003: 60), principalmente em Duque de Caxias e Nilópolis, cidades mais próximas das regiões centrais. Então, no mesmo momento há um *boom* imobiliário tanto nas áreas centrais quanto nas periféricas, entretanto, com fins e “consumidores” distintos, sendo a Baixada Fluminense definida como a “periferia da periferia” (ALVES, 2003: 58).

A partir destas iniciativas, bem como nos incentivos públicos no estabelecimento de uma espécie de tarifa única que subsidiava o transporte dos trabalhadores da Baixada Fluminense para as regiões centrais sem que estes tivessem de habitar nestas regiões centrais¹² (centro do Rio e Zona Sul do Rio) acontece o que, segundo Alves (2003: 56) denomina de encontro definitivo entre “soir” e “noir” do Rio de Janeiro.

Segundo ele,

O “solar” Rio de Janeiro encontrava o seu “noir” definitivo, uma Baixada afastada o suficiente das suas belezas naturais a ponto de não prejudicar o “boom” imobiliário e próxima o bastante para permitir o ir e vir diário do insubstituível trabalhador. Desse modo, diferente do que propunha recentemente um escritor, o “solar” e o “noir” existentes no Rio de Janeiro, incluindo aí a Baixada, não precisam ser unidos, como se fossem duas metades de uma metrópole partida. Eles sempre estiveram juntos, um definindo o outro, numa integração-segregação inscrita no seu código genético espacial.

Diferente das regiões centrais do Rio de Janeiro, na Baixada Fluminense os loteamentos não receberam qualquer investimento público de infraestrutura para além das estradas que os possibilitasse o transporte para servir às demais regiões. A falta de água e saneamento deram à política regional a cara que mantém até os dias atuais, salvas algumas relativas mudanças, qual seja, o caráter paternalista conferido aos benefícios, com as filas de latas diárias nas bicas públicas.

¹² Qualquer semelhança com o atual Programa “Bilhete único” não será mera semelhança se considerarmos a clássica perspectiva marxiana de que a história, por assim dizer, se repete, acontecendo a primeira vez como tragédia e a segunda vez como farsa.

Outra diferença estrutural se dava pelo uso de longa duração da violência. Inicialmente, na Baixada Fluminense, esta era monopolizada pela oligarquia escravista e pela política local; já no momento da corrida loteadora esta passa a ser exercida também pelos grupos de jagunços armados a mando dos grandes “proprietários” loteadores, inaugurando o que Alves denomina como “cultura da violência” na região.

Neste sentido os movimentos sociais foram importantes e de grande expressão na formação do poder local da Baixada Fluminense, tendo grande relevância a atuação das ligas camponesas, dos movimentos de reforma agrária, da FALERJ (Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro), FLERJ (Federação dos Lavradores do Rio de Janeiro), da FCOF (Federação dos Círculos Operários Fluminenses) e do Partido Comunista e o PSD (Partido Social Democrático). (ALVES, 2003: 74, 81).

Ao relatar a entrada da figura lendária de Tenório Cavalcanti vindo de Alagoas em 1926, para o Rio de Janeiro apadrinhado por Natalício Camboin de Vasconcelos, na política, Alves (2003: 92) toma a trajetória deste como a mais rica em detalhes e significativa em relação ao quadro desenhado pela política da Baixada Fluminense a partir de então. Segundo ele, a figura personalista, coronelista e política de Tenório se definiram como o símbolo de perpetuação da associação entre política e violência como característica imutável configuradora da Baixada Fluminense até os dias atuais.

Outra expressão de igual monta no tocante às mobilizações políticas na Baixada Fluminense refere-se ao papel da Igreja Católica, com as CEBs e a vertente da Teologia da Libertação, que se formaram a partir da década de 1950 na América Latina e 1960 no Brasil.

Tais mobilizações ocorreram no mesmo momento histórico em que a população da Baixada Fluminense chegava ao quantitativo de 891.300 habitantes, num crescimento de 150% entre 1950 e 1960. Alguns elementos de escoamento da população pobre empurrada para esta região periférica foram a construção da Avenida Presidente Vargas, em 1944; da Avenida Brasil, em 1946; da criação do serviço de combate à Malária da Baixada Fluminense em 1947, responsável pelo complexo da

Cidade dos Meninos¹³ em Duque de Caxias, que agregava a construção da historicamente conturbada indústria de DDT e as moradias de seus operários e suas famílias (ALVES, 2006: 63).

Para abrigar este novo *boom* habitacional, as prefeituras locais realizaram amplas concessões para estabelecer o máximo número de pessoas em seus territórios cobrando baixas taxas para aprovação de plantas das obras e flexibilizando os prazos para legalização das construções clandestinas; padrão diametralmente oposto do adotado no município do Rio de Janeiro.

Porém, as mudanças na Baixada Fluminense não ficaram restritas apenas à realidade urbana: a partir de 1960 surgiu uma tendência à redução da área média para cada propriedade rural, passando de 65ha para 35ha para os pequenos proprietários, enquanto que para os grandes administradores a mesma regra não se aplicava.

Apareceram aí mais fortemente a figura do grileiro, do posseiro, além dos arrendatários de terras, com ações de despejos com documentações falsas, uso da violência pelos jagunços e também por policiais. Tal fato provocou um movimento de resistência por parte dos pequenos produtores rurais, resultando na criação da FALERJ (Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Rio de Janeiro) em 1959, lutando pela reforma agrária. Muitos foram os embates destes trabalhadores com o poder público e seus prepostos, figurando como uma das melhores expressões de organização e empreendimento político na história da Baixada Fluminense, o que, contudo, não impediu que a maioria de seus representantes tenham sido presos, feridos e mortos na luta por seus direitos (ALVES, 2006: 73).

¹³ Segundo Braz e Almeida (2010: 71), para combater à malária, na década de 1950 foi instalada numa área do bairro de São Bento o Instituto de Mariologia, que construiu uma fábrica de HCH (Hexa Cloro Ciclo-Hexano), também conhecido como pó de broca, junto a um projeto assistencial conhecido como “Cidade dos Meninos”, precedido pela “Cidade das Meninas”. Nesta área de 19 milhões de metros, funcionava um complexo de recebimento de jovens considerados em situação de rua para que recebessem orientação religiosa e educativa. Contudo, não se mencionam os altos índices de câncer provocados pelo uso da substância. Tendo sido desativada em 1957, toneladas do material foram abandonadas na área, contaminando o solo, o lençol freático e muitos moradores. Não há registros no ministério da saúde sobre as providências tomadas a respeito deste caso até os dias atuais.

Nesta altura dos fatos, o recurso ao uso da violência também pelos camponeses e movimentos sociais já tinha se ampliado justificado pela defesa ou conquista das suas propriedades e de seus interesses políticos.

Diversos grupos disputaram a representação dos camponeses, indo dos comunistas, passando pelos moderados e chegando aos interessados nas potencialidades eleitorais do movimento, como foi o caso de Tenório Cavalcanti. Munido de um grupo armado composto por 40 homens conhecidos por sua astúcia, coragem e rapidez no gatilho.

De caráter populista, Tenório se destacou por sua atuação clientelista, cuja marca se compunha por oferecer em seu escritório, no andar de cima de sua casa, atendimentos (com aproximadamente três secretários e 30 atendentes) que *“dividiam as filas por assuntos como emprego, comida, documentos, problemas familiares”* (ALVES, 2006: 87).

De fiscal da prefeitura de Duque de Caxias e membro da UDN, Tenório passou a deputado federal apoiador dos camponeses, realizando uma verdadeira “conversão à esquerda”. Nas palavras de Souza (2012: 42), mais do que uma conversão, *“em Caxias, Tenório construiu seu próprio partido, o tenorismo”*.

Olhando os últimos gestos de Tenório, mais do que constatar a plasticidade e a flexibilidade da patronagem ou do clientelismo político, que transitavam da direita para a esquerda, trata-se de perceber as mudanças das concepções políticas do eleitorado dessa grande periferia urbana que era a Baixada. (ALVES, 2006: 92).

O golpe de 1964 veio a interromper esses processos de mudanças do eleitorado e do político, mas não as agitações populares, frequentemente orquestradas por ações violentas de ambos os lados em face das péssimas condições impostas aos moradores destas áreas, como foi o caso do saque de 1962, ocorrido em Duque de Caxias, como reação à carestia dos alimentos imposta pelos comerciantes e grandes proprietários locais.

Entretanto, cabe salientar que a perpetuação do projeto iniciado por Tenório e vigente até os dias atuais, dependeu de vários fatores, entre eles, o de ação e reação violenta e a projeção de seu nome via conquistas políticas, marcando a feição do cenário baixadense pela

associação entre política e violência, marca dos grupos de extermínio da década de 1960.

Segundo Alves (2006: 100)

Entramos assim no limiar de uma nova fase da violência na Baixada, caracterizada pelo esquadrão da morte. O surgimento da “profecia autocumprida” das execuções sumárias estará calcado não só na maior vulnerabilidade dos pobres aos mecanismos organizacionais e políticos de “criminalização da marginalidade”, presentes no sistema de justiça criminal, mas também nas configurações históricas do modelo de poder local estabelecido na região. A ditadura militar, no seu projeto de reconfiguração da estrutura política da Baixada, reforçará essa alternativa, ampliando ainda mais o seu emprego no cálculo político dos que herdarão o exercício do poder.

Segundo Alves (2006: 106) o que se pôde perceber dos anos de interferência militar na Baixada Fluminense foi a produção de um rearranjo dos mecanismos de poder anteriores, ficando o controle das estruturas e atividades ilegais (contravenção, lenocínio, jogatina) e violentas anteriores delegado, então, aos próprios militares.

Sobre o poder local na Baixada Fluminense, o bispo de Nova Iguaçu, Dom Adriano Hypólito, declararia com tom profético de maldição eterna que, *“salvo exceções, a imagem dos políticos da região era marcada pela mediocridade, incapacidade, puxa-saquismo e primarismo¹⁴.”*

Em 1981 o MAB – Movimento de Amigos de Bairros e a FLERJ - Federação das Associações de Bairro de Nova Iguaçu fariam diversas mobilizações de protesto contra a péssima qualidade dos serviços públicos, que eram enfrentadas com ameaças de explosão a bomba, espancamentos, interrogatórios com tortura, sobretudo dirigidos a representantes dos movimentos de bairros e da Igreja Católica.

Em 1982, com as eleições municipais com voto vinculado acabou por produzir o “fenômeno Brizola”: decididos a eleger Brizola como governador, mais de 50% do eleitorado da Baixada Fluminense votou nos demais candidatos do PDT – Partido Democrático Trabalhista.

¹⁴ Informação colhida por Alves (2006: 106) no jornal “O pontual”. Matéria do dia 18 de abril de 1975.

Em Duque de Caxias, foi eleito, então Hydekel de Freitas, genro de Tenório Cavalcanti que, abrigado durante o golpe de 1964 pela Arena, conquistou a simpatia dos militares, perpetuando, sob novas bases, o velho esquema tenorista.

Com as eleições brizolistas, surge um sentimento de resgate das esperanças e expectativas da população baixadense em relação a mudanças e reformas sociais.

Nesta década surge um forte movimento protagonizado pelo PT - Partido dos Trabalhadores, por associações de bairro (como MAB – Movimentos da Amigos de Bairros, de Nova Iguaçu; MUB – Movimento de União de Bairros, de Duque de Caxias e ABM – Associação de Bairros e Moradores, de São João de Meriti), comunidades católicas (CEBs – Comunidades Eclesiais de Base) na Baixada Fluminense e pastorais, reivindicando solução para suas demandas em torno da obtenção de equipamentos públicos urbanos e saneamento básico para a região. A resposta brizolista teve seu cume na distribuição de vagas nos CIEPs. Denúncias sobre o fracasso das administrações pedetistas no governo de Duque de Caxias e São João de Meriti consumaram a decadência brizolista na Baixada Fluminense.

O panorama que se seguiu nas eleições dos governos locais da Baixada Fluminense, segundo Alves (2006) foi, em resumo, um misto de pequenas inovações em termos de representações políticas e a manutenção do mesmo quadro, sem haver, reafirme-se, qualquer mudança substancial na qualidade das políticas sociais implementadas ou nas hegemonias políticas dos municípios.

Diversos representantes do poder público eleitos mantinham a tradição tenorista, sendo reconhecidos publicamente por fazerem parte de grupos de extermínios atuantes nas regiões; comissões parlamentares de inquérito (CPI) analisaram diversas acusações a figuras de esquemas de derrame de subvenções sociais; famílias tradicionalmente no poder, permaneciam intocadas, apenas mudando o ramo de seus ganhos de atividades ilícitas (contravenção, jogatina, lenocínio e grilagem de terras) para atividades que retiravam milhões de cofres públicos na esfera federal

e aplicava-os em instituições de ensino e saúde, cujo caráter social era incontestável.

Na ausência de investimentos públicos, a população citadina, mesmo sabendo claramente dos desvios, mantinha-se refém destes esquemas como uma forma de sobrevivência e de negociação de significados da realidade para sua identidade regional, elemento que poderá ser verificado no capítulo de análise de dados da pesquisa empírica.

Em estudo mais recente, fruto de sua tese de doutorado, Barreto (2004) evidencia, (além dos aspectos já mencionados relacionados ao assistencialismo, burocracia, clientelismo e violência) na formação de política da Baixada Fluminense, elementos ligados ao domínio de longa duração da população exercido por famílias e também ao papel atualmente exercido pela religião, sobretudo, por grupos evangélicos no poder.

Segundo ela,

Como, eventualmente, o rótulo de morador da Baixada pode configurar uma situação de preconceito ou marginalização, seus moradores lançam mão de elementos outros para constituir uma identificação ora com os movimentos culturais locais, ora com os políticos e/ou religiosos.

A religião, entre outros recursos, parece se apresentar como a “redentora” de uma espécie de “impureza” ou “contaminação” que poderia estar associada aos moradores da região, em algumas situações e lugares, principalmente remetidos à violência. Ela não seria mais vista como uma esfera à parte das esferas da vida política, por exemplo, reconhecendo-lhe, em certo sentido, a necessidade atual de um engajamento na vida pública [...].

A política, por outro lado, apesar de muitas vezes ser tomada pelos moradores da Baixada como o lugar de um tipo de impureza – desonestidade, mentira, oportunismo etc. – de algum modo se apresentaria como um dos caminhos para se rever e reinventar sua condição de morador, através da valorização de iniciativas culturais e de formas de ampliação da cidadania. O reconhecimento da eminência desses novos atores sociais - individuais e coletivos - implica mudanças nas relações e práticas intra e extra-políticas, pois sugere novas formas de mediação, reciprocidade e aliança além de redimensionar o papel e poder das instituições sociais em questão. (BARRETO, 2004: 46).

O grupo social e religioso dos evangélicos (em suas mais diversas denominações) parecem ser representativos de um novo panorama, crescendo em número, representatividade e dando outros significados para a política local a partir da ocupação efetiva de cargos eletivos ou em comissão (cargos de confiança) no poder público.

Para Barreto (2004: 47)

Neste caso, os projetos políticos individuais estariam em convergência com os das igrejas, explicitando a identidade religiosa, tanto quanto o engajamento político dos sujeitos, revelados no discurso político e no voto crente, como menciona Conrado (2000) analisando os dados da pesquisa Novo Nascimento – realizada pelo ISER em 1994, a partir de 1332 entrevistas com fiéis da Assembléia de Deus, Batista, Universal, Histórica, Renovada e de outras igrejas pentecostais.

A antropóloga desenha o quadro das eleições municipais de vários municípios da Baixada Fluminense nos últimos 10 anos (em especial, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Nilópolis, São João de Meriti e Belford Roxo), demonstrando a força deste segmento religioso a partir das concessões e negociações travadas por diferentes candidatos para ter legitimidade perante os eleitores locais.

Em Duque de Caxias especificamente, a trajetória política emblemática de José Camilo Zito dos Santos, o Zito¹⁵, foi construída com base nos mesmos moldes que a de Tenório Cavalcanti, se desenvolvendo acompanhando o ritmo das novas configurações e inclusão de outros elementos de negociação como mencionado. Já em 1995 teria sido condenado por acusação de assassinato não fosse sua imunidade parlamentar. Exemplo semelhante se tem no governo de “Joca” em Belford Roxo, e dos Abraão David em Nilópolis – com estreita ligação da contravenção com o carnaval.

No desenho da articulação profunda entre “familismo”, política e religião, ocorreu em Duque de Caxias um fato relevante, que foi a

¹⁵ Aos 16 começou trabalhando como auxiliar de laboratório, depois aos 30 anos como guarda municipal. Foi eleito vereador em Duque de Caxias pelo PTR em 1988. Em 1992, foi reeleito pelo PSB, entre 1993 e 1994 ocupou o cargo de presidente da Câmara Municipal. E entre 2007 e 2010 foi o presidente do PSDB do Rio de Janeiro. Em 1994, foi eleito deputado estadual pelo PSDB e em 1996 se elegeu prefeito de Duque de Caxias. Foi reeleito em 2000. Em 2006, foi eleito deputado estadual, e em 2008 foi eleito pela 3ª vez prefeito de Duque de Caxias, com mandato até 2012. Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Jos%C3%A9_Camilo_Zito_dos_Santos_Filho Consultado no dia 15 de janeiro de 2012 às 15:30h.

conversão de Narriman Zito (esposa do então prefeito José Camilo Zito) ao segmento evangélico.

Segundo Barreto (2004: 57)

A conversão de Narriman marcou não somente a sua história de vida como teve repercussão na vida pública de Zito, pois sua credibilidade no meio evangélico, por exemplo, foi estendida ao seu marido, além da aproximação direta deste com membros de políticos evangélicos de outras denominações e da Assembléia de Deus – como no caso de Washington Reis, então deputado estadual pelo PSC, que foi seu vice no pleito de 1996.

Conforme Barreto (2004: 59) pôde verificar durante entrevistas para a construção de sua tese, o espectro de dominação do chamado “estilo Zito” de administração da política pública se estendeu por diversos outros municípios (como Magé e Belford Roxo) revelando ou afirmando uma identidade baixadense neste sentido. Segundo ela, *“o staff dessas prefeituras foi indicado e escolhido conjuntamente com o prefeito de Caxias”*

Isto se confirmaria através da *“... ingerência de Zito nessas prefeituras, inclusive solicitando reuniões e demissões de funcionários.”*, conforme informações veiculadas na mídia e através de entrevistas com secretários de governo de diferentes pastas.

Sendo assim,

Os limites geográficos e administrativos são, nesse contexto, ampliados e re-situados a partir de uma lógica que extrapola a ordem legalmente constituída, através da operacionalização de um projeto político familiar que tem Zito como sujeito-catalizador. (BARRETO, 2004: 60).

Por fim,

As configurações da história política recente da Baixada Fluminense demonstram a vinculação da estrutura do poder local, sobretudo sua face político-partidária, com os diferentes projetos que se sucederam. O interregno brizolista e pedetista, seccionados pelo governo de Moreira Franco e sua ligação com setores do período ditatorial e da fase pré-ditadura, não conseguiu recuperar a tradição oposicionista e contestadora

do trabalhismo, anteriormente vivenciada na região. O modelo neoliberal que se anuncia, resgatando a velha forma de relação com o poder local, aponta para a persistência e eficácia de um projeto político calcado no clientelismo e no terror, transmutados, via processos eleitorais, em identidade popular e reconhecimento democrático. (ALVES, 2006: 119).

Na síntese da corajosa obra de Alves (2006) o autor coloca em relevo, todas as questões elencadas, que, para além da questão da violência urbana, já assaz discutida acadêmica e politicamente, evidencia que a questão da violência na Baixada Fluminense só pode ser compreendida inserida numa contextualização histórica, política, econômica e cultural que considere suas características próprias.

Para ele

O esgarçamento, a fragmentação e a atomização da sociedade na Baixada Fluminense, promovidos pelos vários projetos políticos locais e “supralocais” foram capazes de transformar o emprego da violência ilegal na base mais sólida para a edificação de bem-sucedidas máquinas políticas. Essa constatação demonstra que nada adianta pensar o controle democrático do aparato policial, mudar a cultura jurídica, implementar a legislação criminal sem que se alterem as relações de poder constituídas ao longo de décadas. (ALVES, 2006: 174).

Conste aqui que, durante as correções finais desta tese, estampava na capa da seção “Mais Baixada” do jornal Extra de 06 de março do presente ano a notícia: “Caxias não pode voltar no tempo”, referindo-se ao tempo de Tenório Cavalcanti, de mortes sumárias, “Lurdinhas” e “capas pretas” e ao fato de que o atual prefeito de Duque de Caxias, Alexandre Cardoso, fora jurado de morte ao investigar a possível presença de “fantasmas” na folha de pagamento da prefeitura, bem como o “desaparecimento” de 45 veículos da frota oficial do governo...

2. Educação Superior

“...a pirâmide educacional reproduz a pirâmide de classes e nesta, por sua vez, a história desenhou a escala dos matizes que se hierarquizam do “doutor branco”, que está no vértice, ao “preto ignorante”, que está na base.”

[COSTA PINTO. O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança. Rio de Janeiro, 1998]

Neste capítulo, o foco principal de discussão gira em torno da educação superior e suas instituições no Brasil com base em pressupostos da teoria social crítica e pensando em suas funções políticas, culturais e econômicas enquanto aparelhos privados de consenso/hegemonia (Gramsci) ligados à formação de uma cultura e da intelectualidade de um povo. É inexorável nesta discussão refletir sobre a importância da mediação (Luckács) e aut mediação (Mészáros) para o processo de emancipação humana e não apenas na aquisição de conhecimentos técnicos e instrumentais, assim como no lugar e na concepção da educação e de intelectuais.

Serão também apontados alguns elementos sobre a educação na sociedade capitalista, bem como de sua função ideológica e de seus rebatimentos na formação dos sujeitos e da própria nação a partir da concepção fundamental da constante relação Estado Capitalista x Estado Ampliado.

Cabe salientar, sobre a intelectualidade, conforme Gramsci (2011: 15-6; 17-8), dois pontos fundamentais para a discussão

1. Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organizamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político. [...] a massa dos camponeses, ainda que desenvolva uma função essencial no mundo da produção, não elabora seus próprios intelectuais “orgânicos” e não

“assimila” nenhuma camada de intelectuais “tradicionais”, embora outros grupos sociais extraíam da massa dos camponeses muitos de seus intelectuais e grande parte dos intelectuais seja de origem camponesa.

2. Todo grupo social “essencial”, contudo, emergindo na história a partir da estrutura econômica anterior e como expressão do desenvolvimento desta estrutura, encontrou – pelo menos na história que se desenrolou até nossos dias – categorias intelectuais preexistentes, as quais apareciam, aliás, como representantes de uma continuidade histórica que não foi interrompida nem mesmo pelas mais complicadas e radicais modificações das formas sociais e políticas. [...] Assim, foi-se formando a aristocracia togada, com seus próprios privilégios, bem como uma camada de administradores, etc., cientistas, teóricos, filósofos não eclesiásticos, etc.

Assim, há uma distinção fundamental no conceito de intelectual: *“intelectuais como categoria orgânica de cada grupo social fundamental”, e “intelectuais como categoria tradicional”*.. (GRAMSCI, 2011: 23).

Tal distinção parece levar a um erro metodológico bastante comum, que é o de distinguir os intelectuais dos demais grupos sociais a partir das atividades intelectivas enquanto que para o autor esta distinção se encontra no papel que os sujeitos assumem no tecido social, no conjunto das relações sociais e não nas atividades intelectuais, que, salienta ele, classificariam todos os homens como intelectuais, já que não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*, embora nem todos possam assumir profissionalmente o papel de intelectuais na sociedade.

A compreensão do autor italiano sobre intelectual tem muito mais a ver com o pensamento crítico e a práxis (portanto, a mediação), além das acepções quanto à educação formal e nos lembra: *“Deve-se notar que a elaboração das camadas intelectuais na realidade concreta não ocorre num terreno democrático abstrato, mas segundo processos históricos tradicionais muito concretos.”* P.20.

Ao longo de sua discussão sobre o lugar ocupado pela educação, a formação e o trabalho, Gramsci afirma que

Pode-se observar, em geral, que na civilização moderna todas as atividades práticas se tornaram tão complexas, e as ciências se mesclaram de tal modo à vida, que cada atividade prática tende a criar uma escola para os próprios dirigentes e especialistas e, conseqüentemente, tende a criar um grupo de intelectuais especialistas

de nível mais elevado, que ensinem nestas escolas. Assim, ao lado do tipo de escola que poderíamos chamar de “humanista” (e que é do tipo tradicional mais antigo), destinado a desenvolver em cada indivíduo humano a cultura geral ainda indiferenciada, o poder fundamental de pensar e saber orientar-se na vida, foi-se criando um sistema de escolas particulares de diferentes níveis, para inteiros ramos profissionais ou para profissões já especializadas e indicadas mediante uma precisa especificação. Pode-se dizer, aliás, que a crise escolar que hoje se difunde liga-se precisamente ao fato de que este processo de diferenciação e particularização ocorre de modo caótico, sem princípios claros e precisos, sem um plano bem estudado e conscientemente estabelecido: a crise do programa e da organização escolar, isto é, da orientação geral de uma política de formação dos modernos quadros intelectuais, é em grande parte um aspecto e uma complexificação orgânica mais ampla. A divisão fundamental da escola em clássica e profissional era um esquema racional: a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, enquanto a clássica destinava-se às classes dominantes e aos intelectuais. (GRAMSCI, 2011:32-3).

Enquanto **intelectuais orgânicos**, então, Gramsci denomina aqueles sujeitos que, no bojo de suas atividades sociais (e, não necessariamente, intelectuais “profissionais”), desenvolve um vínculo e um compromisso com determinado grupo social, com determinada classe. Já como **intelectuais tradicionais**, o pensador italiano denomina aqueles que se desenvolvem como não tendo um vínculo ou um compromisso com qualquer grupo, mas apenas com o desenvolvimento e o progresso da ciência, embora possam ser assimilados por algum grupo no poder no decorrer de suas trajetórias a partir de seu prestígio perante a sociedade.

Dado que estas várias categorias de intelectuais tradicionais sentem com “espírito de grupo” sua ininterrupta continuidade histórica e sua “qualificação”, eles se põem a si mesmos como autônomos e independentes do grupo social dominante. Esta autoposição não deixa de ter consequências de grande importância no campo ideológico e político. (GRAMSCI, 2011: 17).

Para Gramsci, os intelectuais orgânicos não tem uma relação direta com o mundo da produção, mas uma relação “mediatizada”, organizativa e conectiva, educativa, em diversos graus, por todo o tecido social - o

conjunto das superestruturas (sociedade civil¹⁶ e sociedade política¹⁷) – do qual são, em suas palavras, “funcionários”.

Na função junto à hegemonia social, atuaria na formação do

Consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção.

Na função junto ao governo político, atuaria na legitimação

Do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nas quais desaparece o consenso espontâneo.

Do ponto de vista de Fernandes (1977: 245) e corroborando a visão de Gramsci, o papel do intelectual orgânico enquanto *intelligentia critica* tem uma importância fundamental junto ao povo:

O que devemos fazer não é lutar pelo Povo. As nossas tarefas são de outro calibre: devemos colocar-nos a serviço do Povo brasileiro para que ele adquira, com maior rapidez e profundidade possíveis a consciência de si próprio e possa desencadear, por sua conta, a revolução nacional que instaure no Brasil uma nova ordem social democrática e um estado fundado na dominação efetiva da maioria.

Evidentemente, tal postura parte de uma perspectiva radical que defende um tipo de revolução nacional, mas que tem razão em um erro próprio da realidade histórica e política brasileira – a tendência à reforma e à conciliação de aspirações antípodas:

Não foi um erro confiar na democracia e lutar pela revolução nacional. O erro foi outro – o de supor que se poderiam atingir esses fins percorrendo a estrada real dos privilégios na companhia dos privilegiados. Não há reforma que concilie uma minoria prepotente a uma maioria desvalida.

¹⁶ O conjunto de organismos designados vulgarmente como privados. Plano da superestrutura que corresponde à função de “hegemonia”. (GRAMSCI, 2011).

¹⁷ O Estado ou governo “jurídico”. Plano da superestrutura que corresponde à função de domínio direto, ou comando. (GRAMSCI, 2011).

[...] A causa principal consiste em ficar rente à maioria e às suas necessidades econômicas, culturais e políticas: pôr o Povo no centro da história, como mola mestra da Nação. (FERNANDES, 1977: 246).

Para o filósofo e educador Gaudêncio Frigotto (2011: 238), também “... a opção por conciliar uma minoria prepotente a uma maioria desvalida – mediante o combate à desigualdade dentro da ordem da sociedade capitalista onde sua classe dominante é das mais violentas e despóticas do mundo.” significa uma opção impossível de ser concretizada dada sua incoerência estrutural fundamental.

Já ao grupo denominado “intelectuais tradicionais”, Gramsci caracteriza como aqueles sujeitos formados a partir de uma perspectiva humanista e integral, cuja formação atende a princípios mais amplos e de elaboração do pensamento crítico e de direção intelectual, moral e política da sociedade; já os demais, aqueles com uma formação profissional teriam uma formação mais técnica, fragmentada e orientada instrumentalmente para o mundo do trabalho sendo funcional ao mesmo na lógica do sistema capitalista e ocupando lugar de execução.

Salvo o hiato histórico, geográfico e cultural que se interpõem entre a Itália de Gramsci e o Brasil dos dias atuais, havendo apenas em comum a ofensiva capitalista, hoje em estado maduro, plena de suas potencialidades de exploração e acumulação (e já na fase de crise estrutural), estas acepções amplamente aplicáveis à realidade brasileira da política de educação superior, conforme será discutido a frente.

Sua concepção sobre as funções da universidade também são amplas.

Para ele,

A universidade tem a tarefa humana de educar os cérebros para pensar de modo claro, seguro e pessoal, libertando-o das névoas e do caos nos quais uma cultura inorgânica, pretensiosa e confucionista ameaçava submergi-lo, graças as leituras mal absorvidas, conferências mais brilhantes do que sólidas, conversações e discussões sem conteúdo. [...] A disciplina universitária deve ser considerada como um tipo de disciplina para a formação intelectual, realizável também em instituições não “universitárias”. P.189. (2011).

Para Gramsci, a universidade é um aparelho privado de consenso junto a “*revistas, editoras, meios de comunicação em massa, sindicatos, partidos social-liberais, igrejas*”, dentre outros. Estes aparelhos, entretanto, funcionam, muitas vezes, não de maneira autônoma ou desorganizada, ao contrário: agem por intermédio de debates forjados, contando com o suporte de governos (Terceira Via) e capitalizadas fundações e *think tanks* prestigiosos.

A Think Tanks, Neves (2010: 13) caracteriza como

centros de formulações de pensamento especializados, em geral ligados ao capital, mantendo vínculos com organismos internacionais e, no caso dos Estados Unidos, com o Departamento de Estado. Reunem especialistas que sistematizam as demandas dos setores dominantes, na forma de ideias, conceitos e disposições ideológicas.

Como exemplo brasileiro tivemos o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), que em 1961, integrou o grupo de oposicionistas ao governo de João Goulart e, mais atualmente, o IMIL¹⁸ (Instituto Millenium), que defende privatizações, sistema financeiro, campanha permanente contra a regulamentação das comunicações, redução dos direitos sociais e combate a qualquer tipo de política afirmativa por parte do Estado sob a chancela de uma ideologia proveniente do que chamam de liberalismo. Em ambas as instituições a composição orgânica é a mesma: intelectuais e pesquisadores ligados à universidade, economistas, cientistas políticos, nomes proeminentes da área da cultura, das comunicações e grandes empresários com forte influência não apenas midiática para a formação de consensos, mas também, no papel de intelectuais tradicionais, organicamente vinculados com a direção política tomada pelos governos.

Já na elaboração dos Quaderni, Gramsci (2011: 34) notava tal tendência à criação de um mecanismo de controle dos regimes democráticos e da burocracia com interesses privados através da atividade organicamente orientada de alguns especialistas tidos como intelectuais tradicionais e admoestava:

¹⁸ Para ver a matéria completa, consultar a edição de agosto de 2012 da Revista Caros Amigos, bem como a edição de outubro de 2011 da Revista *Le Monde Diplomatique*.

Já que se trata de um desenvolvimento orgânico necessário, que tende a integrar o pessoal especializado na técnica política com o pessoal especializado nas questões concretas de administração das atividades práticas essenciais das grandes e complexas sociedades nacionais modernas, toda tentativa de exorcizar a partir de fora estas tendências não produz como resultado mais do que pregações moralistas e gemidos retóricos.

Para ele, então, coloca-se a questão de como superar tal estado de coisas, de modo que propõe:

Põe-se a questão de modificar a preparação do pessoal técnico político, complementando sua cultura de acordo com as novas necessidades, e de elaborar novos tipos de funcionários especializados, que integrem de forma colegiada a atividade deliberativa.

2.1. Análises críticas acerca da Educação Superior no Brasil

Pesquisando o acervo de algumas das revistas mais consideradas na área de Educação no Brasil¹⁹ nos últimos 10 anos, encontramos algumas dezenas de artigos passíveis de nota por alguma possível ligação relevante com a temática da educação superior no Brasil. O que se segue é uma tentativa de diálogo entre as principais ideias vigentes atualmente quanto à educação superior no Brasil e os elementos que a cotejam.

De acordo com Cunha (1980 *apud* Barreyro, 2009:36) a educação superior no Brasil teve suas protoformas a partir da chegada da corte portuguesa ao país em 1808 e apenas se estabeleceu com a intenção de abastecer o quadro burocrático e de profissionais liberais com feições elitistas em 1920. Sua estrutura, segundo Cunha (2007: 127), e desempenho eram avaliados tendo como referência o modelo dos países considerados “civilizados” e “desenvolvidos” da Europa até o fim do Estado Novo no Brasil. Ainda, segundo Leher, esta universidade fortemente baseada no modelo Humboldtiano da Universidade de Berlin

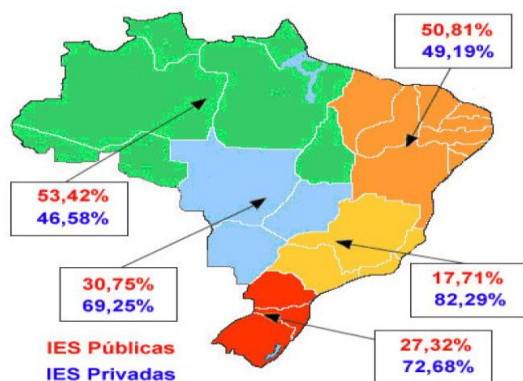
¹⁹ Revista Educação e Sociedade, Revista de Pesquisa Educacional, Revista Educação Brasileira, Revista Cadernos de Pesquisa, entre outras.

(1809), tinha como principais características *“a indissociabilidade entre ensino e pesquisa, era gratuita e mantida pelo Estado. A instituição nos termos de Humboldt, deveria ser autônoma, possuindo prerrogativa do autogoverno e da autonormação”*.

Segundo Barreyro (2009), em 2002 o Brasil figurava como um dos países com taxa de escolarização bruta de 21%, um valor baixo considerando ser o país a 10ª economia mundial e ainda se comparando a outros países da América Latina, sendo apenas igual ao México e inferior à Argentina, com 65%. Além disto, este percentual se concentrava em instituições privadas.

No Brasil a educação superior está dividida em pública - federal, estadual ou municipal - e privada - com fins lucrativos e sem fins lucrativos. Dentre as privadas sem fins lucrativos há as comunitárias, confessionais e filantrópicas. Estas últimas tem isenção de impostos.

Barreyro (2009) faz uma análise da educação superior no Brasil nas últimas três décadas a partir de dados estatísticos do PNAD de 2004, do Censo do Ensino superior de 2004 e dos resultados do ENADE de 2004. Também utilizou dados da UNESCO sobre a evolução da educação desde a década de 1980. Em sua análise, fica claro que, embora no período estudado as universidades públicas tenham crescido apenas 12% no país, em algumas regiões como Norte e Nordeste, ainda são as que possuem o maior número de matrículas. Já nas regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste, o predomínio do número de matrículas é nas universidades privadas, sobretudo nos cursos de Administração, Direito e Pedagogia, sendo que na Região Sul o predomínio é de instituições comunitárias.



Fonte: Barreyro (2008), com dados do MEC.

Figura 1 – Distribuição das IES públicas e privadas por regiões

Entre 1980 e 2004 as instituições privadas cresceram de 77% para 88,8% do total de IES no país. Para Barreyro (2009) este crescimento foi acelerado a partir da aprovação de legislação específica sancionada pela LDB em 1996, que permitiria a criação, além das já existentes Universidades e Faculdades, de Centros Universitários. Para ela, estes últimos possuem grandes vantagens dos primeiros e não são submetidos às mesmas exigências que estes – como a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão e a obrigatoriedade de quantitativo alto de professores em tempo integral, por exemplo. Entre 2001 e 2004 os centros universitários cresceram em torno de 700% segundo o Inep (Inep, 2006:04), sendo quase 90% das IES privadas e, dentre as privadas, 69,9% são particulares com finalidade lucrativa.

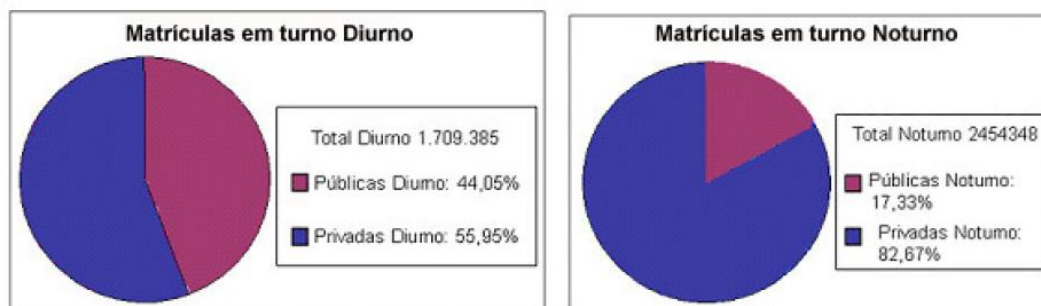


Fonte: Barreyro (2008), com dados do MEC.

Gráfico 1 – Modalidade das IES públicas no Brasil

Quanto aos turnos, Barreyro (2009) indica que em 2004 58,9% das matrículas encontravam-se no turno noturno, sendo que 82,67% delas eram em IES privadas. Entendemos que, tendo em vista a estratificação

sócio-econômica brasileira, este é um determinante fortíssimo para a escolha da IES pelo estudante, uma vez que precisa trabalhar para viabilizar a vida acadêmica e a reprodução material da vida como um todo.



Fonte: Barreyro (2008), com dados do MEC.

Gráficos 2 – Matrículas nos turnos diurno e noturno (%)

Os estudantes, segundo origem escolar, das IES privadas constituíam-se em 62% (42% oriundos de escolas privadas e 20% em ambas no ensino médio) oriundos de escolas públicas ou em ambas; já dentre os das IES públicas, 77% (52% escolas privadas e 25% em ambas no ensino médio) estudaram em escolas privadas ou em ambas. Esta inversão mostra o caminho da educação no país onde o estudante de escolas públicas não consegue ingressar na IES pública devido ao vestibular mais competitivo.

No tocante à conclusão do curso, verificou-se que a maioria dos estudantes concluintes, tanto nas IES públicas quanto nas privadas, havia cursado o ensino médio em escolas privadas.

Quando se toca no critério de raça/etnia as desigualdades são maiores ainda: 70% dos estudantes das IES públicas e 73% das privadas se declaram brancos, enquanto que 3% e 5% respectivamente se declara negro nas IES públicas e privadas, sendo, então, maioria nas privadas.

Sendo a média da renda familiar nacional aproximadamente tres salários mínimos (48% ganham até 3 salários mínimos e 49%, mais de 3), apenas 25% dos estudantes das IES públicas e 20% das IES privadas

compõem este padrão de renda familiar: a maioria deles possui renda familiar superior a este valor.

Esta análise demonstra que a condição sócio econômica é determinante para o acesso à educação superior, seja pública ou privada.

Quanto à idade, Barreyro (2009) afirma que apenas 21% dos estudantes tem entre 18 e 24 anos, o que é um valor considerado muito baixo se comparado com outros países.

Barreyro e Rothen (2006), em suas considerações sobre o papel da avaliação do ensino superior, trazem à pauta a discussão sobre a função regulatória que a norteia, tendo como horizonte a educação como algo imbuído de valor de uso, mas também, de valor de troca, passível de mercantilização, portanto. Antes dotadas de autonomia por sua própria excelência na produção de conhecimento universal, hoje as universidades veem sua legitimidade (bem como os conhecimentos produzidos) questionada sob o argumento da utilidade funcional e apenas ligada a interesses de diversas naturezas. Uma das formas de atribuir/mensurar o valor da produção da educação superior no Brasil são os processos nacionais de avaliação.

Segundo Barreyro e Rothen (2006), os processos de avaliação da educação superior datam de, pelo menos, 1983, com o PARU – Programa de Avaliação da Reforma Universitária – proposta objetivista e quantitativa – que tinha como função apenas validar os diplomas através de testes padronizados aos concluintes dos cursos.

A partir de 1988, o padrão permaneceu inalterado, sendo incorporado à Carta Constitucional com a função de avaliar a qualidade da educação superior, então franqueada à iniciativa privada, de acordo com um único parâmetro nacional.

Em 1993 foi criado o PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras. Este programa surge como uma resposta às propostas quantitativistas e tem caráter auto-regulatório, era voluntário, partia das próprias IES e seria financiado e a avaliação realizada pelo MEC. Segundo Barreyro e Rothen (2006:958) esta forma de avaliação corresponderia à concepção formativa/amancipatória de avaliação, sendo baseada na auto-regulação e na participação da comunidade acadêmica.

Este programa chegou a ser realizado por algumas universidades e, em 1997, foi relegado pela adoção do Provão que, junto à Avaliação das Condições de Ensino, Avaliação das Condições de Oferta (para cursos) e Avaliação Institucional (para IES) compunha o ENC – Exame Nacional de Cursos, no governo de Fernando Henrique Cardoso. A implantação destes instrumentos ocorreu concomitante à aprovação da LDB, determinando a avaliação periódica (art.46) como condicionalidade para funcionamento de instituições de educação.

Conforme salientam Barreyro e Rothen (2006:959) as avaliações não tiveram qualquer efeito punitivo estatal na prática além da divulgação do ranking que alimentava “punições” apenas no âmbito do mercado.

No governo Lula, foi lançada uma proposta de avaliação que escapasse ao feitiço neoliberal e fosse inspirada em experiências anteriores, como o PAIUB. Neste espírito, criou-se a CEA – Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior, composta pela SESU – Secretaria de Educação Superior, pelo INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, pela CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior e pela UNE – União Nacional dos Estudantes, além de especialistas ligados às universidades públicas e privadas. (BARREIRO e ROTHEN, 2006:960).

Neste período de governo petista, houve diversas mudanças motivadas por (mais diversos ainda) interesses, que culminaram, por fim, pela Lei 10.861/04, conforme relatam Berreyro e Rothen (2006:996-7):

O processo aqui relatado mostra os avatares de uma prova em longa escala aplicada aos estudantes da educação superior e suas metamorfoses, que foi se constituindo como uma colcha de retalhos: de um exame censitário a um outro por amostragem, de todos os cursos, a áreas e a amostra de cursos, de formandos a ingressantes e concluintes. No fim, persiste a avaliação do produto educação, apesar das críticas sucessivas, o que nos conduz às “condicionalidades” das agências internacionais de empréstimo. (Berreyro, 2004).

Esta tendência é bastante clara a partir das deliberações do processo de Bolonha, ocorrido em 1999 na comunidade europeia. Ademais, Berreyro e Rothen (2006:967;971)concluem afirmando que

O breve apanhado realizado até aqui mostra a persistência de duas concepções de avaliação: a do PAIUB e a do ENC-Provão e suas metamorfoses. Assim, coexistem na Lei n. 10.861/04 a visão formativa/emancipatória do PAIUB – recuperada pela CEA na proposta de auto-avaliação – e a de controle, aferição de produto do ENC-Provão.

[...]

[Além disso] O SINAES sinaliza uma mudança na concepção de avaliação, passa do foco da concorrência institucional pelo mercado para a melhoria da qualidade, afirmando valores ligados à educação superior como bem público e não como mercadoria (art.1 inciso 1º).

Para os autores, em síntese, a avaliação tem cumprido dois tipos de objetivos: de controle (sob uma lógica burocrático formal, com o objetivo de validação de diplomas) ou formativa/ emancipatória (sob a lógica acadêmica, com o objetivo de conferir qualidade à educação superior como bem público).

Conforme diversos autores, a avaliação pode cumprir uma função de controle ou de emancipação. Conforme Rodriguez Gómez (2004:02 *apud* Barreyro e Rothen, 2006: 957), a avaliação pode cumprir diversas finalidades, como

Oferecer parâmetros que garantam a qualidade da educação para os usuários e os empregadores, favorecer a melhoria da qualidade dos serviços, servir de instrumento de prestação de contas, estimular e regular a concorrência entre instituições, implantar mecanismos de controle de investimentos de recursos públicos, supervisionar a iniciativa privada na provisão de um bem público, reconhecimento de créditos entre programas e aptidão para receber recursos públicos.

Contudo, persistem algumas indagações: que tipo de conhecimento deve ser produzido? Onde e por quem este conhecimento deve ser produzido? Para quem? Com que função? Estes são apenas alguns questionamentos que delineiam a tomada de decisão para a deliberação por financiamento público destas instituições.

Trata-se aqui de uma discussão que envolve simplesmente **controle social** em um vetor que apenas varia de direção e pode ir tanto do governo (e outras dimensões/instituições/grupos de poder) em direção à sociedade quanto da sociedade em direção a esta e outras instituições/grupos de poder, a depender do entendimento que se tem da

universidade e seus produtos: enquanto bem público ou enquanto mercadoria.

Uma questão não apontada pelos autores em sua discussão seria a dimensão da legitimidade da educação a partir dos parâmetros definidores de o que vem a ser qualidade nestas avaliações. Esta seria expressa apenas pela quantidade de títulos (livros, artigos, trabalhos, relatórios publicados/concluídos) alcançados? Pela estrutura física adequada e acessível? Por uma biblioteca com quantidade de volumes correspondente ao determinado?

No texto de Carvalho (2011) o autor já inicia sua análise afirmando ser o PROUNI um *“financiamento público ao segmento privado”*. Além disto, discute o impacto deste programa quanto a dois elementos: os as consequências das isenções fiscais²⁰ para as finanças públicas²¹ e a sua capacidade de promover real democratização da educação²².

Segundo a autora, a história do privilégio da imunidade fiscal na educação brasileira começou na CF-1946, mas se tornou mais evidente na CF-1967, que determinou a não incidência de impostos sobre a renda, o patrimônio e os serviços dos estabelecimentos de ensino de qualquer natureza. O critério para ter acesso a este benefício era a instituição de ensino ou mantenedora, na forma de associação civil ou fundação, considerada entidade sem fins lucrativos, reinvestir o superávit na manutenção e na expansão das atividades educacionais.

As instituições beneficiadas com a imunidade de impostos foram as classificadas conforme o art. 20 da LDB como IES não lucrativas “comunitárias”, “confessionais” e/ou “filantrópicas” e; em contraposição, havia as IES classificadas na categoria *“particular em sentido estrito”*. As

²⁰ De acordo com dados da Secretaria de Receita Federal (SRF) até 2003, este incentivo fiscal era denominado “benefício tributário”, mas a partir de 2004 foi substituído pelo termo “gasto tributário”, que são, conforme a SRF: *“gastos indiretos do governo realizados por intermédio do sistema tributário visando atender objetivos econômicos e sociais. São explicitados na norma que referencia, reduzindo a arrecadação potencial e, consequentemente, aumentando a disponibilidade econômica do contribuinte. Têm caráter compensatório, quando o governo não atende adequadamente a população dos serviços de sua responsabilidade, ou têm caráter incentivador, quando o governo tem a intenção de desenvolver determinado setor ou região”*. (SRF, 2005, pp.09-10).

que usufruíssem de certificados de filantropia²³, também teriam isenções de contribuições sociais, mas, em contrapartida, deveriam, obrigatoriamente, destinar 20% da sua receita à gratuidade em seus estabelecimentos.

Com estas regras, houve uma queda na taxa de lucros das IES particulares, o que implicou em pedido destas IES por desoneração fiscal sob justificativa de evitar falências e fechamentos de cursos. Em resposta, a partir de 2005, a política pública adquiriu novos parâmetros de atuação, com flexibilização de requisitos e contrapartida por conta das IES particulares.

Para Carvalho (2011), o programa surgiu em 2004 como Política Social de Educação em resposta às pressões de setores pobres da sociedade que ainda não possuíam acesso à educação superior associado à *“adoção de política afirmativa e à melhoria na qualificação de professores da rede pública de educação básica.”* P.01.

Como conclusão de sua pesquisa, Carvalho (2011:18) afirma que o PROUNI *“possibilita o acesso das camadas mais pobres, a partir de 2005, e deve ampliar a permanência dos estudantes até o término dos estudos, sobretudo, daqueles bolsistas integrais.”* Contudo, o que a autora percebe é que os segmentos mais beneficiados pelas vantagens da desoneração tributária foram as IES mercantis, enquanto que as não lucrativas, em movimento oposto, tiveram, inclusive, uma baixa na taxa de suas matrículas nos últimos anos.

Carvalho acrescenta que as bolsas parciais acabam por não garantir plenamente a permanência dos estudantes matriculados, contribuindo, na verdade, para altas taxas de inadimplência e desistência. (2011:19).

²³ Conforme o Decreto 2.536 de 06 de abril de 1998, *“art. 3º Faz jus ao Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos a entidade beneficente de assistência social que demonstre, nos três anos imediatamente anteriores ao requerimento, cumulativamente: VI – aplicar anualmente, em gratuidade, pelo menos vinte por cento da receita bruta proveniente da vinda de serviços, acrescida da receita decorrente de aplicações financeiras, da locação de bens, de venda de bens não integrantes do ativo imobilizado e de doações particulares, cujo montante nunca será inferior à isenção de contribuições sociais usufruída.”*

Em seu estudo sobre a evolução quantitativa das instituições de ensino superior (IES) no Brasil, Cunha (2004) chama a atenção para o crescimento exponencial tanto de tipos de IES, quanto dos tipos de cursos. Além disto, coloca um dado marcante que é adensado pelo período contemporâneo de mudanças rápidas e profundas no mundo do conhecimento: *“Todo esse crescimento não foi acompanhado de mecanismo algum de formação de pessoal que pudesse dar conta das tarefas docentes.”* (CUNHA, 2004: 796).

Ao refletir sobre as determinações e omissões da LDB/96 quanto à educação superior e subsequentes decretos n. 2.306/97 e 3.860/01, Cunha (2004: 806-7) relata sobre o aparecimento dos centros universitários,

que se caracterizam pela excelência do ensino oferecido, comprovada pelo desempenho de seus cursos nas avaliações coordenadas pelo Ministério da Educação, pela qualificação do seu corpo docente e pelas condições de trabalho acadêmico oferecidas à comunidade escolar.

Com plena autonomia para criar, organizar e extinguir em sua sede, cursos e programas de educação superior, além de outras atribuições definidas pelo CNE, estes centros universitários ocupariam o lugar *“no discurso reformista oficial, da universidade de ensino, definida esta por oposição à universidade de pesquisa, a que seria a universidade plenamente constituída.”* (CUNHA, 2004: 807).

Aliado a este panorama, Cunha (2004) ressalta o padrão distinto, porém, compatível e convergente das intervenções federais durante o governo FHC quanto à educação superior: por um lado o investimento e subsídio da educação privada e, por outro, o arroxo nos recursos para as universidades públicas.

Segundo o autor, houve mudanças profundas durante este período, dentre elas, o princípio constitucional da indissociação entre ensino, pesquisa e extensão, que deixou de prevalecer. Para ele, a dimensão estritamente econômica da questão foi no sentido de a legislação

*“estabelecer um capitalismo concorrencial, no qual o investimento realizado em instituições de ensino deixasse de usufruir de condições acintosamente privilegiadas quando comparadas com as de qualquer setor econômico.”*sendo tratada, então, como mercadoria com regras de comercialização previstas no Código de Defesa do Consumidor. P.808.

Durante o governo FHC o ensino superior passou de 1,2 milhão de estudantes para 3,5 milhões – um crescimento de 209%, sendo a educação superior privada responsável por 70% das matrículas, tendo sido autorizados no último octênio deste mesmo período 186 cursos de graduação e 53 novas IES. (CUNHA, 2004: 809).

Uma das propostas de vertentes para gestão da educação superior no país de modo considerado mais adequado para o autor seria uma combinação que seria composta da existência tanto da educação superior pública quanto da privada. O ponto de convergência entre elas seria um aparato estatal que asseguraria à sociedade que cada IES teria os meios para cumprir os requisitos estabelecidos para o ensino e pesquisa indissociáveis e de qualidade e na educação superior; o que, segundo Cunha (2004: 811), seria

... um mecanismo caro, sem dúvida. Mas indispensável, num campo em que a qualidade do ensino tem sido tão desprezada, mais cultuada pelo simulacro que pela emulação da interação acadêmica nacional e internacional. Agora, de forma mais perigosa, esse simulacro ganha cobertura do populismo, na ligação ao regional e ao local, sobrepujando a dimensão universal da instituição universitária.

Além do mais, o autor defende a criação generalizada do exame de proficiência organizado e executado pelos organismos profissionais competentes para todas as formações, além do diploma expedido pela instituição de educação superior. Seria o que ele chama de “exame de estado”.

Já Gaudêncio Frigotto (2011:239) identifica que as reformas liberais durante o governo FHC aprofundaram a opção nacional pela modernização via dependência externa com um projeto ortodoxo de

caráter monetarista e financista/rentista, no qual, em nome desse ajuste “modernizador”, foi desmontada a face social do Estado e ampliada sua aliança com o grande capital. Fundado no liberalismo conservador, este Estado vê a sociedade apenas como um conjunto de consumidores e a educação como um serviço mercantil regulado pela mão invisível do mercado, e não mais um direito social.

Pra este autor, embora o governo Lula não tenha feito a profunda revolução que se esperava, com um projeto societário democratizante, muitas mudanças se processaram o diferenciando do governo anterior, tais como: alteração significativa da postura nacional quanto à política externa e às privatizações; recuperação da face social do Estado com aumento qualitativo e quantitativo das políticas sociais – sobretudo das voltadas para a população que vivia abaixo da linha da pobreza; diminuição do desemprego; aumento real do salário mínimo; e mudança na relação com os movimentos sociais tendendo à não criminalização dos mesmos.

O ponto fulcral da crítica de Frigotto ao governo Lula situa-se no fato de que *“o desenvolvimento sustentável não pode operar através do mercado, mas contra ele”*. Para o autor, a mudança substantiva que se esperava do governo Lula, que pode ser avaliado como um misto de conservação e de superação do modelo anterior de governo, situa-se no questionamento fundamental da relação entre Estado e mercado, onde o primeiro jamais poderia se submeter às regras do segundo para se constituir num governo efetivamente democrático. Assim, sustenta que o circuito das estruturas que produzem as desigualdades não foi rompido. Neste sentido, entende que o governo também não disputou um projeto educacional antagônico aos interesses da *minoría prepotente* no conteúdo, no método e nem na forma.

Disso resulta que se reificam as estruturas reformistas no panorama educacional, sem alterar a herança histórica que atribui à educação um caráter secundário enquanto direito universal e com igual qualidade. Neste esquema, sobrepõem-se os interesses do capitalismo dependente, onde a educação de qualidade e crítica é privilégio de alguns e desnecessária para a grande massa dominada, tomando corpo a

estrutura herdada da década de 1990, onde imperam as parcerias público-privado e na qual a dualidade estrutural da educação se amplia.

Sem demonizar a postura do governo Lula, inclusive mostrando diversos avanços em termos quantitativos (aumento real da quantidade de matrículas na educação superior, investimento nos CEFETs, investimento no FUNDEB, definição do piso salarial para o magistério e nível nacional, e outros), Frigotto (2011: 245) mostra que, através do incremento nas parcerias público-privado, este governo fragmenta as ações a partir de políticas focais sem alterar substantivamente as suas determinações.

Além do mais, na lógica do produtivismo mercantil e da dependência da avaliação externa, estabelece processos de avaliação menos baseados em critérios qualitativos que quantitativos – o que quer que signifiquem os números obtidos e a forma como foram produzidos. Um dos resultados mais gritantes desta lógica foi o aumento formal do número de pessoas alfabetizadas que, foi fielmente acompanhado pelo aumento do número de analfabetos funcionais em todo o país.

O movimento dos empresários em torno do Compromisso Todos pela Educação e sua adesão ao PDE, contrastada com a história de resistência ativa de seus aparelhos de hegemonia e de seus intelectuais contra as teses da educação pública, gratuita, universal, laica e unitária, revela, a um tempo, o caráter cínico do movimento e a disputa ativa pela hegemonia do pensamento educacional mercantil no seio das escolas públicas. (FRIGOTTO, 2011: 245).

Em relação à Universidade, o balanço não difere do que foi exposto até aqui. Se, positivamente, tivemos na década um forte impulso em direção à criação de novas Universidades públicas, isso não alterou a tendência histórica de privatização, e sobretudo em relação ao que Marilena Chaui (2003) expôs na conferência de abertura na 26ª Reunião Anual da ANPEd, em 2003, sobre “a nova perspectiva da universidade pública”.

Foi ali que a filósofa nos pôde mostrar que, especialmente a partir década de 1990, houve o deslocamento da Universidade concebida como

instituição pública ligada ao Estado republicano para a concepção dela enquanto organização social vinculada ao mercado. Uma Universidade operacional, avaliada não mais em razão de sua função social e cultural de caráter universal, mas da particularidade das demandas do mercado. Ou seja, centrada na pedagogia dos resultados e do produtivismo.

Segundo Frigotto (2011: 247), O PROUNI (Programa Universidade para Todos) e o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), aparentemente contraditórios fortalecem aquilo que ele chama de “universidade operacional”.

O REUNI, que quase duplica as vagas nas IES públicas, no mesmo ato, diminui os recursos para projetos e programas (sobretudo, nas áreas de ciências sociais e humanas), desestrutura a carreira docente, aumenta o trabalho precário impondo uma intensificação de carga de trabalho praticamente insuportável, redundando numa diminuição substantiva da qualidade em todos os sentidos, inclusive, com o incremento da educação à distância.

Pari passu, as vagas criadas pelo PROUNI e destinadas aos mais pobres, os referenciam exclusivamente para universidades privadas, ficando a cargo do Estado, mais uma vez, financiar as políticas públicas via iniciativa privada, ou seja, mantendo a lógica do capital.

Esta lógica mercantilista, que funciona através de variados esquemas em todos os níveis da educação no país, revela um mecanismo, mesmo que obscuro, calcado na ideia de que a esfera pública é ineficiente, legitimando a olhos menos críticos, o estabelecimento das parcerias entre o público e o privado. Neste mecanismo, percebe-se claramente o controle tanto dos conteúdos quanto dos métodos de ensino e avaliação.

Outro mecanismo perverso de controle da educação elencado por Frigotto (2011: 250) seria baseado em uma ideia que focaliza o processo de ensino e aprendizagem nas técnicas, desvalorizando a visão crítica da totalidade, sobretudo, privilegiada pelas IES públicas. Tal perspectiva insinua que o “sucesso” dos estudantes teria ligação exclusivamente com a “qualidade” da atuação docente.

Um terceiro mecanismo que atua reforçando os dois primeiros se baseia na lógica mercantil da premiação a partir da obtenção numérica de certos índices. Tanto na educação básica quanto no ensino superior, tal mecanismo impõe uma lógica de produtividade que pouco tem a ver com o ritmo dos processos educativos, impondo prazos e limites para uma atuação pouco autônoma e quase automatizada dos docentes. Não parece coincidência que, por exemplo, o secretário de educação empossado pelo governo de Sérgio Cabral, no Rio de Janeiro, fosse um economista²⁴. Tal conjunto de mecanismos, segundo Frigotto (2011: 251) teria como perspectiva, impor a lógica do Sistema S – gerida pelos órgãos da classe dos empresários e voltada exclusivamente para o adestramento profissional – à educação como um conjunto.

Do ponto de vista de Leher (2011), o REUNI está intimamente ligado ao projeto “universidade nova²⁵”, apresentado originalmente em um seminário promovido pela UFBA, que propõe, sob o nome de “nova arquitetura curricular”, o aligeiramento da educação superior com a formação de “escolões” para os mais pobres no mesmo modelo dos *Community Colleges* dos EUA estabelecidos pela OCDE e transformando a educação definitivamente em um ramo de “negócios”.

Nesta perspectiva de universidade operacional para o mercado e funcional ao sistema de acumulação capitalista dependente brasileiro, apenas os estudantes considerados “vocacionados e com excepcional desempenho” teriam acesso, via processos seletivos específicos, poderiam ter acesso a programas de pós-graduação uma vez que no sistema proposto. Em sua organização, haveria uma graduação única chamada Bacharelado Interdisciplinar comum a todos os estudantes, seguida (ou não) de licenciaturas (para lecionar em níveis básicos de educação) via processos seletivos; ou seguida de cursos profissionais (para atuação em outros cursos profissionais de carreiras específicas).

²⁴ Perguntado sobre sua concepção da educação, não titubeia: “penso em educação como um negócio”. Concebe os professores como “entregadores do saber. A vida é assim, premia quem é melhor. Vamos fazer avaliações periódicas, que servirão de base para um sistema de bonificação” (*O Globo*, 07/10/2010, Primeiro Caderno).

²⁵ Disponível em http://www.universidadenova.ufba.br/arquivo/Projeto_Universidade_Nova.doc. Acessado em 20 de dezembro de 2012 às 15:30h.

Nas palavras de Leher (2011:18), o que se destina, a partir da lógica bancomundialista é um tipo de educação diferenciada destinada aos países considerados periféricos e ainda em desenvolvimento

A lógica da Universidade Nova é mesma da de Bolonha. Espera-se aqui uma instituição de ensino superior capaz de servir a demandas de mercado, operando a hierarquia baseada em supostas competências gerais e específicas, lastreando conhecimentos subjetivos que vão separar “os mais talentosos” que terão uma formação mais sólida, da maioria que terá apenas uma formação panorâmica de uma grande área. No México, por exemplo, o instituto de estudos estatísticos desse país menciona que apenas 10% dos postos de trabalho exigirão formação universitária completa.

Em 1999, a OMC – Organização Mundial do Comércio (criada em 1995) definiu explicitamente os 12 grandes setores²⁶ de serviços regulamentados pelo AGCS – Acordo Geral sobre Comercio e Serviços (firmado pelos países membros em 1994 e descendente direto do AGCS de 1947), incluindo a educação.

No ano de 2002, uma grande reunião realizou-se em Washington com a participação do OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico), do Banco Mundial, do Serviço de Comércio e do Departamento de Estado e diversas entidades norte-americanas reiterando, conforme pactuado em 1994, que todos os serviços devem submeter-se às regras e aos controles elaborados pelo AGCS. Neste processo, as poucas reações existentes/significativas foram de ONGs francesas (do país, então, socialista) e do governo japonês.

Conforme Dias (2003) a possibilidade de comercialização da educação a partir das regras aprovadas pelo AGCS (e regulamentadas

²⁶ De acordo com listagem utilizada pela Divisão de Estatísticas das Nações Unidas, são eles: 1 – negócios (como serviços profissionais jurídicos, de contabilidade e arquitetura); 2 – comunicação (como serviços postais e de telefonia); 3 – construção e serviços de engenharia; 4 – distribuição; 5 – educação (como a educação superior); 6 – meio ambiente (como serviços de saneamento); 7 – financeiro; 8 – saúde; 9 – turismo e viagem; 10 – recreação, cultura e transporte; 11 – transporte; 12 – serviços de cunho genérico.

pela OMC²⁷), “se aplicadas estritamente, deixam pouca margem de ação aos governantes em áreas vitais como saúde, educação e meio ambiente.” (p.818). De acordo com o autor estas regras incluiriam o ensino superior como serviço comercial. Para ele uma das consequências de tal decisão internacional seria a abertura franca dos países a empresas (sobretudo da Austrália, EUA e Nova Zelândia conforme Strauss, 2003 e Ribeiro, 2006) de educação superior com as mesmas “facilidades” que outros tipos de organizações.

Na América Latina, este assunto começou a ser debatido no ano de 2002, em uma mesa redonda durante o fórum Social de Porto Alegre, tendo sido objeto de uma audiência pública na Câmara de Deputados do Brasil no mesmo ano. Conforme salienta Dias (2003: 819-20) discutir e tentar impedir os efeitos da globalização (como o comércio e as trocas como um todo em escala mundial) sem, contudo, “dominar as articulações políticas” dominantes nem produzir elementos “fiáveis de prospectiva” é uma atitude “alienada e irrealista.”. Ademais, para Knight (2003: 05 *apud* RIBEIRO, 2006: 147) “O GATS existe desde 1995 e não vai desaparecer. [...] A educação é um dos seus setores base. Isto não será mudado”. Para Ribeiro (2006: 155), ainda, é “infrutífero insistir na discussão se a educação superior pode ou não ser incluída no GATS. Ela já está lá e este fato orienta o debate para outras reflexões.”

A partir dos princípios definidos pela Conferência Mundial sobre o Ensino Superior (CMES), promovida pela UNESCO em 1998, em Paris relativos (dentre outros) à exclusão do ensino superior do AGCS, em 2002, os reitores participantes da III Reunião de Reitores de Universidades Públicas Ibero Americanas consensuaram o pedido para que os respectivos países não ratificassem os compromissos firmados no AGCS. Ressalte-se que poucos membros da OMC assumiram compromissos no setor da educação, e menos ainda da educação

²⁷ Para mais informações, ver matéria publicada em no artigo Luis Renato Strauss “**OMC e a educação**” na Folha de S. Paulo, 31/03/2003 às 21:41. Consultado em 14 de maio de 2012 às 20:27h no link: <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2003/03/251554.shtml> . Observar que esta nota foi publicada em 2003, mas o autor salienta movimentações quanto às decisões da OMC desde 1999 por ONGs do Canadá, da Europa e dos EUA.

superior – o que reflete grande precaução no trato da questão, embora o Brasil, especificamente, não tenha mencionado a educação em nenhum nível de sua comunicação.

Ribeiro (2006: 138), ponderando sobre aspectos econômicos da política internacional, destaca consequências positivas e negativas da liberalização da educação superior:

Dentre as positivas, o aumento de investimentos no setor; a ampliação dos benefícios oferecidos ao consumidor, devido à queda de preços dos serviços em um mercado em concorrência; e atualização tecnológica. Entre as consequências negativas, a desnacionalização do setor; o acirramento da competitividade, com prejuízo para os pequenos e médios empreendimentos; e o agravamento do quadro das diferenças regionais, já que a lógica de mercado se expande nas regiões de maior atratividade econômico-financeira. A Comissão destaca ainda que as consequências apontadas transcendem o plano meramente econômico e servem apenas de base para outras reflexões.

Para ele, ainda, são mensuráveis três incertezas dos países membros que os levaram ao baixo grau de compromissos no setor da educação: quanto ao escopo e natureza das obrigações do GATS; a possibilidade de impacto comercial; a eventual incongruência entre o acordo e possíveis políticas de Estados. Segundo ele, é necessário um diálogo entre a sociedade, os órgãos responsáveis pela educação superior e aqueles formadores de nossa política externa visando discernir qual o grau de liberalização (incluindo nenhum grau) deve ser aplicado à educação superior no Brasil.

Marco Antonio Rodrigues Dias (2004), ex vice reitor da UNB e ex representante da Divisão de Ensino Superior da UNESCO, tem se ocupado das discussões acerca das políticas internacionais para o Ensino Superior há, pelo menos, 20 anos. Em um de seus artigos (2004) trata das políticas para o ensino superior em escala internacional, levando em consideração o campo de forças em que este setor se encontra na contemporaneidade e os agentes aí envolvidos com interesses absolutamente diversos: os interesses do mercado e os interesses sociais e culturais aí engendrados. Como principais atores da disputa pelo

controle da educação superior, Dias (2004) elenca o Banco Mundial, a UNESCO, a OMC, os Estados membros destas organizações e a comunidade acadêmica internacional.

Analizando a produção sobre educação superior nos últimos anos, encontra a fundamentação no ano de 1994, quando são produzidos documentos internacionais a este respeito, seja no campo do mercado, seja na luta pra que ela seja consagrada como direito e bem público universal inalienável.

Desde 1994 o Banco Mundial vem dando seguimento a reflexões sobre a problemática da educação superior, considerando-a não um sub setor da educação, mas *“peça fundamental de um sistema holístico que deve se tornar mais flexível, diversificado, eficiente e responsável diante da economia e do conhecimento.”* (DIAS, 2004: 895). Esta relevância é corroborada pela atuação, por exemplo, de 125 delegações presididas por ministros de Estado (da totalidade de 180) na Conferência Mundial sobre o Ensino Superior (CMES²⁸, que resultou em dois documentos oficiais) em 1998, promovida pela UNESCO - organização que também tem buscado estimular reflexões sobre o tema, tendo nos anos 2000 mais de 500 projetos espalhados por todo o globo.

Na maioria dos debates, fica bastante clara a discordância entre ambas as organizações (Banco Mundial e UNESCO) quanto à vocação da Educação Superior. Na linha de raciocínio da especialista sueca Berit Olsson (*apud* DIAS, 2004: 897): *“a UNESCO discute a sociedade como uma entidade coletiva, ao passo que o Banco Mundial dá a impressão de ver a sociedade apenas como um mecanismo para regular o sistema de mercado.”*

Sobre a publicação do Banco Mundial, Dias (2004: 898) destaca a sua patente “preocupação” unicamente com aspectos econômicos sem,

²⁸ Nesta CMES, em 09 outubro de 1998, em Paris, produziu-se o documento consensuado pelos participantes a respeito das diretrizes para a educação superior no mundo, a “Declaração mundial sobre educação superior no século XXI: visão e ação”. Já o documento produzido pelo Banco Mundial foi o livro “Constructing knowledge societies: new challenges for tertiary education.”

contudo, identificar as causas estruturais que a determinam, traçando propostas planejadas ignorando as particularidades de cada sociedade a que se dirigem. Dias lembra ainda da conclusão a que chegaram os participantes da CMES de 1998: *“antes de se decidir que tipo de universidade se pretende construir, é fundamental saber que tipo de sociedade se busca criar ou consolidar.”*.

As propostas de ação concretas (na verdade, medidas) do Banco Mundial em 1998 para a educação superior, segundo Dias (2004: 890) são consonantes às diretrizes do Consenso de Washington quanto à redução dos gastos públicos na área social, sobretudo na educação superior²⁹:

1. Privatizar a educação superior, com a segurança de que “continuarão recebendo prioridade aqueles países nos quais se atribua mais importância aos provedores e ao financiamento privados”.
2. Anular a gratuidade do ensino superior, por meio da cobrança de matrículas.
3. Estimular a criação, no nível pós secundário mas não universitário, de instituições terciárias mas não universitárias, capazes de organizar cursos mais breves que respondam mais flexivelmente às demandas do mercado de trabalho.
4. Renunciar a transformar o conjunto das universidades públicas em centros de pesquisa.

Em síntese, estas medidas redundariam facilmente em diminuição da qualidade da educação a partir do rebaixamento da quantidade de docentes (e de seus salários) em relação ao aumento do número de estudantes, da redução do investimento em pesquisa no ensino superior, mas aumento naquela voltada para a educação técnica, ou seja, a voltada para o trabalho. Trata-se de uma compreensão que vê os países mais pobres não mais unicamente como fonte de exploração de riquezas naturais (como no período colonial), mas como fonte de serviços qualificados com baixa aptidão para a reflexão sobre seu trabalho: a ontologia do ser social.

²⁹ Segundo esta lógica neoliberal defendida pelo Consenso de Washington, os investimentos na área social devem ser reduzidos ou mesmo eliminados. Segundo alguns analistas financeiros os investimentos em educação que mais dão retorno nos países em desenvolvimento são os na educação “primária”, o que estimula, então, a redução ou mesmo eliminação do investimento na educação superior.

Por outro lado, no documento de políticas da UNESCO, a educação superior não é um investimento financeiro, mas social, que tem impacto sobre a vida dos indivíduos e da sociedade como um todo quando se considera a “coesão social” e o “desenvolvimento cultural” (DIAS, 2004: 902). Sendo assim, o documento de políticas para a educação superior da UNESCO (de 1995) que demonstra seus paradigmas norteadores afirma que:

- a) O ensino superior é um dos elementos chave para se colocar em movimento processos mais amplos que são necessários para se lidar com os desafios do mundo moderno;
- b) O ensino superior e outras instituições e organizações científicas e profissionais, por meio de suas funções em ensino, treinamento, pesquisa em serviços, representam um fator necessário no desenvolvimento e na implementação das estratégias e políticas de desenvolvimento;
- c) É necessária uma nova visão do ensino superior que combine a demanda da universalidade do ensino superior com a exigência de maior relevância, para que seja possível dar resposta às expectativas da sociedade na qual exerce suas funções. Essa visão dá ênfase aos princípios de liberdade acadêmica e de autonomia institucional, ao mesmo tempo em que enfatiza a necessidade de se prestar contas à sociedade.

Quanto à interferência do Banco Mundial na plataforma política da educação superior, devemos destacar que medidas de regulação a esta esfera foram propostas como condição para a liberação de empréstimos em áreas absolutamente diversas. Uma de suas propostas mais marcantes foi a de “uma maior autonomia das instituições” – o que, aparentemente, significaria um avanço quanto à gestão dos rumos das IES. Contudo, segundo Dias (2004: 904), esta autonomia não significa uma proposta do BM para o desenvolvimento da capacidade crítica, *“mas uma maior descentralização na gestão.”* O que redundaria, na prática, em *“maior integração com o setor produtivo, com as empresas, que deveriam estar presentes nos conselhos das universidades”*.

Já, do ponto de vista do documento da UNESCO, os Estados deveriam fazer uma auto análise com vistas a refletir sobre as funções e relações da universidade com a sociedade em geral coerentemente com

propostas que contemplem/identifiquem (e busquem soluções para) os níveis de pobreza e desigualdade de cada sociedade. Dentre suas análises e propostas, destacam-se três grandes nortes: pertinência³⁰, qualidade³¹ e internacionalização³².

Dias (2004:906) resume os impactos destes dois grandes documentos nas considerações que fazem a respeito da/ na definição do papel da educação no mundo. Ambos preocupam-se com as funções econômicas da educação, porém, com perspectivas antípodas: o documento “Higher Education – The lessons of experience”, do Banco Mundial, tem preocupações relativas à educação como mercadoria negociável no mercado financeiro; já o documento da UNESCO visualiza a educação como bem público desejavelmente universal(izável) com vistas à humanização, diálogo e participação democrática dos povos a longo prazo, necessariamente garantida pelo Estado.

Em tempo, deve-se garantir que não se confunda a perspectiva da UNESCO com a acepção do BM em 1998 na conferência Paris +5, onde este propunha a educação como “bem público global” – proposta, inclusive, amplamente rechaçada pelo risco que o termo “global” parecia significar: uniformidade cultural e medidas neocolonialistas.

De modo geral, o posicionamento de Sobrinho (2010: 1224) coaduna com o de Dias (2003; 2004) a respeito da educação: deve ser considerada bem público, direito social e dever do Estado. Para ele estas são condições *sine qua non* para a democratização da educação e garantia de acesso e permanência de estudantes na educação de nível superior com qualidade científica e social.

³⁰ O que se refere às IES contribuir para a formação de uma sociedade mais justa, democrática e ética onde o trabalho está contido no processo de desenvolvimento humano e não é funcional apenas às empresas.

³¹ O aumento da qualidade refere-se ao investimento em pesquisa, estudos multidisciplinares, novas tecnologias, etc.

³² Aqui a organização (segundo Dias, 2004: 906) se refere não à comercialização, mas à diminuição dos desníveis entre os países por meio da colaboração solidária para ampliação do desenvolvimento de um entendimento intercultural, sobretudo através de intercâmbio de professores, estudantes e pesquisadores.

Criticando a mercadorização da educação na contemporaneidade afirma que *“A educação mercadoria tem compromisso com o lucro do empresário que a vende. A educação bem público tem compromisso com a sociedade e a nação.”* (2010: 1224) e que a qualidade ampla desta é fator fundamental para a consolidação da identidade nacional.

Neste ponto, cabe salientar que, a educação, mesmo vista como bem e não como mercadoria, tem, no sistema capitalista, fortes limitações para se concretizar em sua amplitude. Conforme bem lembra Mészáros (2008), o capital é irreformável, incontrolável e incorrigível. Assim sendo, a educação dentro do sistema capitalista não tem outra função que não a alienação reguladora do homem com fins de expropriação de sua força de trabalho para fins de acumulação de capital pela classe dominante. Para ele, o modelo que se impõe com força em face desta realidade é o de uma educação para além do capital, o que implica pensar uma sociedade para além do capital que exige uma “revolução cultural” e não apenas transferência de conhecimentos.

Nas palavras do próprio Marx (1977: 118-9):

A teoria materialista de que os homens são produto das circunstâncias e da educação e de que, portanto, homens modificados são produto de circunstâncias diferentes e de educação modificada, esquece que as circunstâncias são modificadas precisamente pelos homens e que o próprio educador precisa ser educado. [...]. a coincidência da modificação das circunstâncias e da atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente compreendida como prática transformadora.

De acordo com o método crítico dialético de Marx, o objeto do conhecimento é mediado pela teoria, que é a reprodução ideal do movimento real do objeto, reproduzindo no campo das ideias sua estrutura e a dinâmica não apenas sua aparência, mas enquanto processo dotado de historicidade e perquirindo a conexão que há entre suas diferentes formas de desenvolvimento. (NETTO, 2009).

Neste sentido, cabe, além de toda uma revisão bibliográfica, identificar o movimento real do objeto em questão, através de sua dinâmica no atual momento histórico. Para tal, se processará na próxima

sessão a uma breve análise de dados obtidos através do senso da educação superior elaborado pelo INEP.

2.2. Análise de dados educacionais e demográficos

Conforme se pôde analisar das informações obtidas junto ao INEP³³ no censo da educação superior em 2009, esta modalidade de educação teve um aumento expressivo entre 1991 e 2007. No nível nacional, a quantidade de cursos no país se multiplicou quase 5 vezes no período de 15 anos (4,77). As cifras na região sudeste seguiram a tendência, superando muito as demais regiões do país. Em números absolutos, percebemos que os cursos se concentram na região sudeste, percebendo quase a metade da totalidade dos cursos em todos os períodos.

2.2.1. Brasil – Instituições

De acordo com o censo do ensino superior realizado pelo INEP em 2009 e publicado em 2011, o Brasil possuía em 2009 um total de 2.314 instituições de educação superior, sendo 839 nas capitais e 1.475 no interior. Destas, 186 eram universidades (87 nas capitais e 99 no interior), 127 eram centros universitários (49 nas capitais e 78 no interior), 1.966 faculdades (679 na capital e 1.287 no interior) e 35 IF e CEFET (24 nas capitais e 11 no interior).

Quando observamos o porte das instituições, verificamos que, em se tratando de universidades, o número de públicas é maior que o de privadas, sendo um total de 100 públicas e 86 privadas; já em se tratando de centros universitários temos o predomínio de instituições privadas, sendo apenas 7 públicas contra 120 privadas. Quando consideramos a categoria administrativa “faculdade” a quantidade de instituições públicas

³³ Todas as tabelas contidas aqui foram elaboradas por nós com base nos dados estatísticos fornecidos pelo INEP, e-mec e IBGE.

não chega a 0,56%, sendo um total de 103 faculdades públicas e 1863 privadas.

1991	4.908	2.501
1992	5.081	2.571
1993	5.280	2.625
1994	5.562	2.734
1995	6.252	3.029
1996	6.644	3.178
1997	6.132	2.947
1998	6.950	3.247
1999	8.878	4.151
2000	10.585	4.844
2001	12.155	5.489
2002	14.399	6.341
2003	16.453	7.394
2004	18.644	8.545
2005	20.407	9.549
2006	22.101	10.341
2007	23.488	11.090

Tabela 1 - Crescimento dos cursos de ensino superior no Brasil (1991 – 2007)

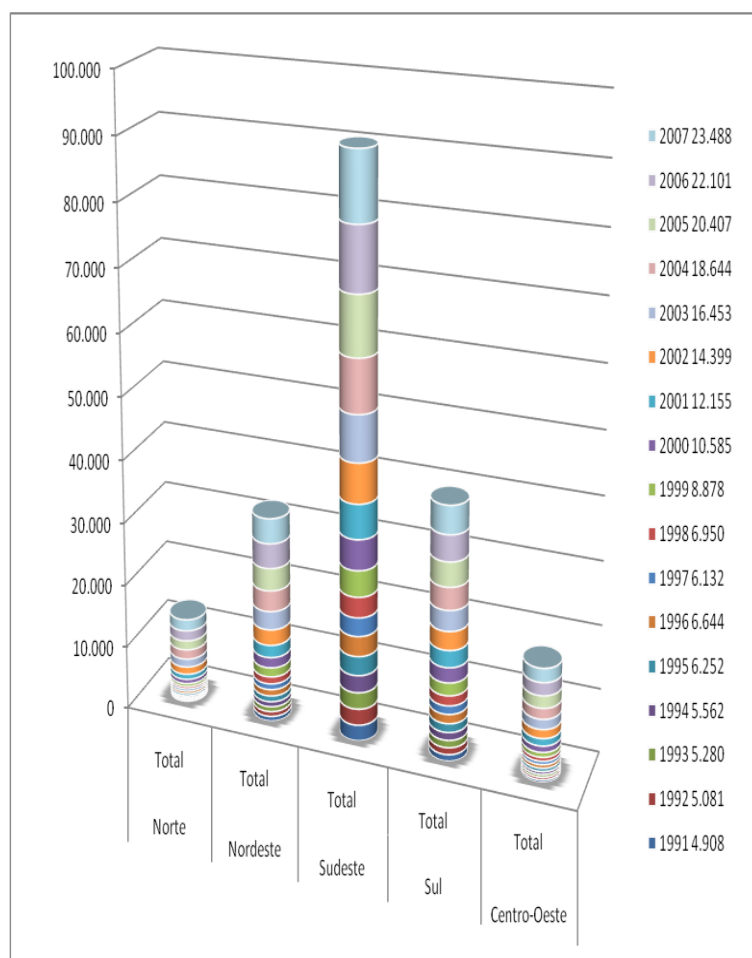


Gráfico 3 – Distribuição das IES por modalidade nas diferentes regiões do Brasil

Em praticamente todas as categorias administrativas verificamos o predomínio de instituições no interior em relação às capitais do país. A leitura atenta desta informação é importantíssima já que “capital” para o INEP significa exatamente a capital dos estados, o que significa concentração praticamente absoluta da educação em determinados municípios dos estados do país. No caso das universidades federais e dos CEFETs a concentração é maior ainda superando o número total das existentes no interior.

Em se tratando de educação à distância, verificamos a presença de um total de 5.904 polos de educação a distância no país, sendo eles 1.478 públicos (933 federais, 537 estaduais e 08 municipais) e 4.426 privados (sendo 3.787 particulares e 639 comunitários/confessionais).

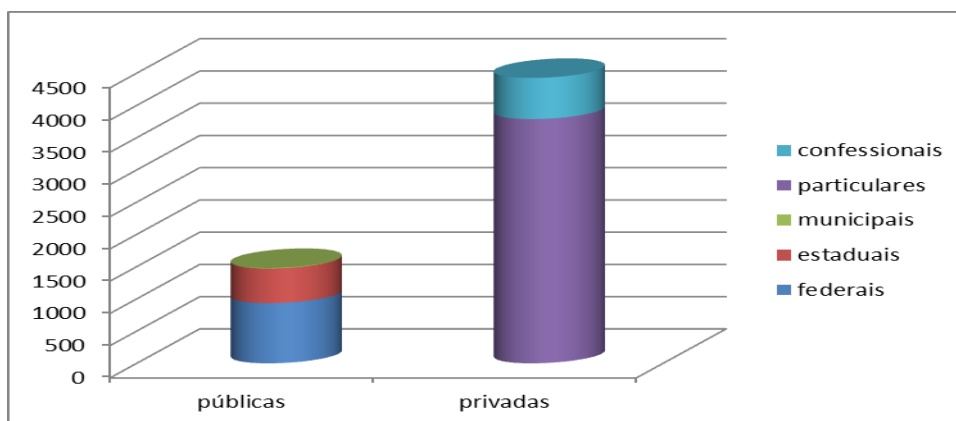


Gráfico 4 – Distribuição de polos de educação à distância por natureza

Ou seja, há quase o triplo de polos de educação à distância privados em relação ao número de polos públicos. Em face desta constatação, apresenta-se um questionamento: a ampliação da educação à distância seria de fato uma maneira de democratização da educação no país? Dito de outra forma: oferecer educação na modalidade serviço pago seria uma forma de dar acesso a tal bem?

Por entender que a dinâmica da educação superior na modalidade à distância pertence a uma conjuntura especial e complexa com elementos próprios que suscitam um amplo investimento em reflexão, resolvemos não tratar desta discussão neste trabalho. Entretanto, de posse dos dados brutos disponibilizados pelo INEP no Censo da Educação Superior no Brasil em 2009 foi possível verificar alguns elementos importantes desta conjuntura para a compreensão da totalidade da situação da educação superior no Brasil a critério de cotejamento mais amplo.

Um dado que primeiro se apresenta é a disparidade entre os discursos oficiais de democratização da educação via EAD e os números de polos que se disponibilizam nas diferentes regiões. Segundo estes discursos oficiais, a relevância do EAD se dá na proporção inversa da inviabilidade técnica e orçamentária da instalação física de IES na modalidade presencial em algumas regiões de difícil acesso à população ampla, principalmente no Norte, Nordeste e Centro Oeste do Brasil.

Unidade da Federação/ Categoria Administrativa			Número de Polo	Ingresso Total	Ingressos por processos seletivos	Ingressos por outras formas	Matrículas	Concluintes
Brasil			5.904	332.469	308.340	24.129	838.125	132.269
Pública			1.478	43.186	40.284	2.902	172.696	19.073
	Federal		933	30.018	29.175	843	86.550	1.934
	Estadual		537	13.074	11.015	2.059	86.059	17.139
	Municipal		8	94	94	0	87	0
Privada			4.426	289.283	268.056	21.227	665.429	113.196
	Particular		3.787	239.666	224.702	14.964	527.838	85.309
	Comun/Confes		639	49.617	43.354	6.263	137.591	27.887
Fonte: MEC/INEP/DEED								
(*) Outros Processos Seletivos : Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Avaliação Seriada no Ensino Médio e Outros Tipos de Seleção								

Tabela 3 – Número de polos, ingressos total, ingressos por vestibular e outros processos seletivos, matrículas e concluintes – EAD - Brasil

Contraditoriamente, é nestas regiões que se apresentam os menores números de polos no país. Outro dado que complementa tal panorama e auxilia na compreensão das razões para a defesa desta modalidade de educação pelo Estado capitalista refere-se à natureza de oferecimento dos cursos.

Segundo os dados observados, em todas as regiões do Brasil a educação superior oferecida na modalidade EAD de natureza privada supera em até cinco vezes o número de polos de natureza pública.

Os dados nacionais mostram que na região Sudeste o número de polos EAD privados constituem-se em cinco vezes o número de públicos; seguidos da região Centro Oeste, onde a relação é de 4,53 vezes; da região Sul, onde a relação é de 2,6; da região Nordeste, onde a relação é de 1,93; e, por fim, da região Norte, onde a relação é de 1,78 vezes mais polos de EAD privados em relação aos públicos.

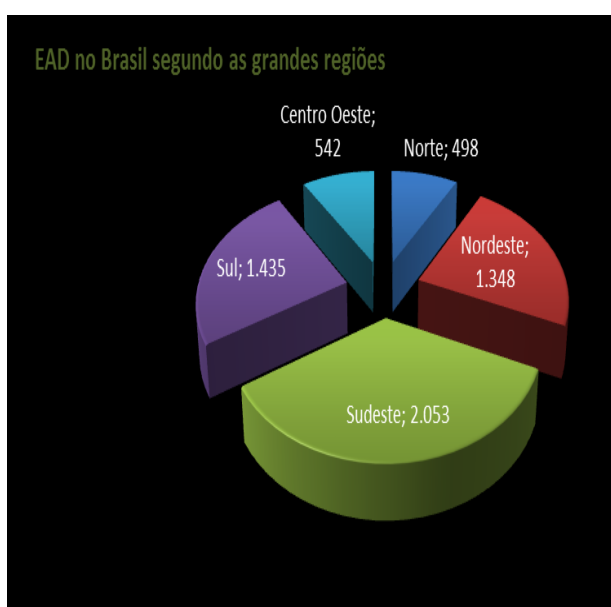


Figura 2 – distribuição EAD no Brasil segundo as grandes regiões

Tabela 4 – distribuição EAD no Brasil segundo as grandes regiões – números absolutos

Sudeste		2.053
	Pública	339
	Privada	1.714
Sul		1.435
	Pública	397
	Privada	1.038
Nordeste		1.348
	Pública	459
	Privada	889
Centro-Oeste		542
	Pública	98
	Privada	444
Norte		498
	Pública	179
	Privada	319

De posse de tais dados e tendo em vista a realidade geográfica e política das regiões do Brasil, como ainda sustentar que esta modalidade de educação foi implementada no país visando à democratização da educação? Parece difícil concordar que se democratiza educação via prestação de serviços privados uma vez que apenas consome tal (nesta condição) produto quem dispõe de recursos econômicos para tal.

Para finalizar esta pequena reflexão, outro dado apenas parece corroborar o panorama de mercadorização da educação a partir da

implementação da modalidade EAD: a quantidade de estudantes por turma e as consequências mais diretas, que são precarização do trabalho docente e desqualificação do serviço prestado. Em todas as IES da modalidade EAD privadas a relação estudante/turma é muito superior às das turmas oferecidas nas de natureza pública.

Conforme observado nos dados totais do país (o que se repete em todas as regiões), a quantidade de estudantes por polo de natureza pública é, em média, de 29; já nos polos de natureza privada, este número sobe para 65 estudantes. Na região Sudeste os números de proporção são, respectivamente de 36 e 68; na região Sul, 23 e 51; na região Nordeste 33 e 67; na região Centro Oeste 25 e 75; e, na região Norte, 23 e 73 estudantes por polo.

Unidade da Federação/ Categoria Administrativa			Número de Polo	Ingresso Total	Ingressos por processos seletivos	Ingressos por outras formas	Matrículas	Concluintes
Sudeste			2.053	130.521	117.512	13.009	303.831	41.506
	Pública		339	12.342	12.265	77	46.689	3.673
		Federal	232	9.682	9.637	45	29.469	206
		Estadual	104	2.628	2.596	32	17.188	3.467
		Municipal	3	32	32	0	32	0
	Privada		1.714	118.179	105.247	12.932	257.142	37.833
		Particular	1.473	98.037	88.527	9.510	199.818	25.442
		Comun/Confes	241	20.142	16.720	3.422	57.324	12.391
Sul			1.435	62.550	57.102	5.448	191.309	44.011
	Pública		397	9.134	6.708	2.426	26.860	3.607
		Federal	288	3.211	2.683	528	15.206	250
		Estadual	105	5.861	3.963	1.898	11.599	3.357
		Municipal	4	62	62	0	55	0
	Privada		1.038	53.416	50.394	3.022	164.449	40.404
		Particular	871	43.034	41.270	1.764	130.829	30.277
		Comun/Confes	167	10.382	9.124	1.258	33.620	10.127
Nordeste			1.348	75.238	72.239	2.999	171.230	22.897
	Pública		459	15.561	15.225	336	48.548	2.086
		Federal	232	11.302	11.073	229	24.775	318
		Estadual	227	4.259	4.152	107	23.773	1.768
		Municipal						
	Privada		889	59.677	57.014	2.663	122.682	20.811
		Particular	791	52.210	50.004	2.206	105.932	18.306
		Comun/Confes	98	7.467	7.010	457	16.750	2.505
		Municipal	3	32	32	0	32	0
Centro-Oeste			542	36.166	34.523	1.643	87.252	12.289
	Pública		98	2.506	2.444	62	20.354	3.311
		Federal	55	2.395	2.355	40	7.237	222
		Estadual	43	111	89	22	13.117	3.089
		Municipal						
	Privada		444	33.660	32.079	1.581	66.898	8.978
		Particular	370	26.665	25.812	853	51.449	6.723
		Comun/Confes	74	6.995	6.267	728	15.449	2.255
Norte			498	26.880	25.855	1.025	82.972	11.484
	Pública		179	3.341	3.340	1	29.943	6.396
		Federal	120	3.126	3.125	1	9.561	938
		Estadual	58	215	215	0	20.382	5.458
		Municipal						
	Privada		319	23.539	22.515	1.024	53.029	5.088
		Particular	270	19.058	18.431	627	38.843	4.501
		Comun/Confes	49	4.481	4.084	397	14.186	587

Tabela 5 – Número de polos, ingressos Total, ingressos por vestibular e outros processos seletivos, Matrículas e concluintes nos cursos de graduação à distância, por organização acadêmica, segundo a unidade de federação

Estado do Rio de Janeiro	Estado do Rio de Janeiro				Baixada Fluminense					
	Total	Sem cursos de ensino superior	Com cursos de ensino superior	Município do Rio de Janeiro	Município de Duque de Caxias	Baixada Fluminense sem ensino superior	Baixada Fluminense com ensino superior	Baixada Fluminense	Estado do Rio de Janeiro (sem BF e sem RJ)	Estado do Rio de Janeiro (sem mun. Rio de Janeiro)
Área em km2	43.697 km2	11.206 km2	43.301 km2	1.182 km2	465 km2	396 km2	2756 km2	3.152 km2	39.363 km2	42.515 km2
Quantidade de municípios	92	35	57	01	01	02	11	13	78	91
População total	15.420.375	823.803	14.596.572	6.093.472	842.686	227.187	3.466.917	3.694.104	5.632.799	9.326.903
Quanti. IES	137	-	-	74	03	-	-	11	52	63
Quant. cursos de E. superior	2359	-	2359	1285	374	-	374	374	700	1074
Quantidade de cursos públicos	575	-	575	314	19	-	106	106	105	261
Quantidade de cursos privados	1784	-	1784	971	71	-	268	268	545	813

Tabela 6 – Quadro comparativo entre municípios do Rio de Janeiro e Duque de Caxias com dados gerais territoriais, populacionais, educacionais

2.2.2. Rio de Janeiro - instituições

No estado do Rio de Janeiro havia, em 2009, segundo o INEP, uma totalidade de 137 IES funcionando. A catalogação deste instituto funcionava separando estas instituições entre públicas (federais, estaduais e municipais) e privadas (particulares e confessionais/comunitárias); entre capital (município capital do estado) e interior (demais municípios do estado) e ainda no tipo de IES: universidades, centros universitários e IF/CEFETs. Destas 137 IES, 24 eram públicas e 113 eram privadas.

Das 24 públicas, 10 eram federais, 12 estaduais e 2 municipais. Das 113 privadas, 92 eram particulares e 21 divididas entre comunitárias ou confessionais. Havia um total de 18 universidades (sendo 10 na capital e 08 no interior); 17 centros universitários (sendo 09 na capital e 08 no interior); 99 faculdades (sendo 54 na capital e 45 no interior); e 03 IFF/CEFETs (sendo 01 na capital e 02 no interior).

Unidade da Federação/ Categoria Administrativa			Instituições														
			Total Geral			Universidades			Centros Universitários			Faculdades			IF e CEFET		
			Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
Rio de Janeiro			137	74	63	18	10	8	17	9	8	99	54	45	3	1	2
	Pública		24	10	14	6	3	3	1	1	.	14	5	9	3	1	2
		Federal	10	6	4	4	2	2	.	.	.	3	3	.	3	1	2
		Estadual	12	4	8	2	1	1	1	1	.	9	2	7	.	.	.
		Municipal	2	.	2	2	.	2	.	.	.
	Privada		113	64	49	12	7	5	16	8	8	85	49	36	.	.	.
		Particular	92	54	38	8	4	4	14	7	7	70	43	27	.	.	.
		Comun/Confes	21	10	11	4	3	1	2	1	1	15	6	9	.	.	.

Tabela 7 – Quantitativo de cursos de graduação presenciais por organização acadêmica e categoria universitária – Rio de Janeiro

Comparando o número entre públicas e privadas e sua distribuição regional, em geral as quantidades da capital e do interior são semelhantes. Apenas um dado destoa: a quantidade de faculdades públicas estaduais no interior (total de 07) do estado é muito superior à da capital (total de 02); enquanto que, na categoria faculdade particular das IES privadas, o que ocorre é o inverso: a quantidade na capital é muito superior (total de 43) à quantidade existente no interior (27 unidades).

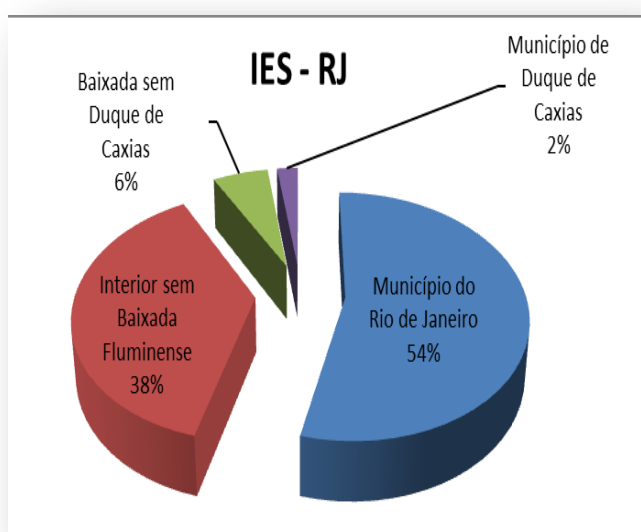


Figura 5 – Quadro comparativo Regiões RJ Fonte: INEP - 2009

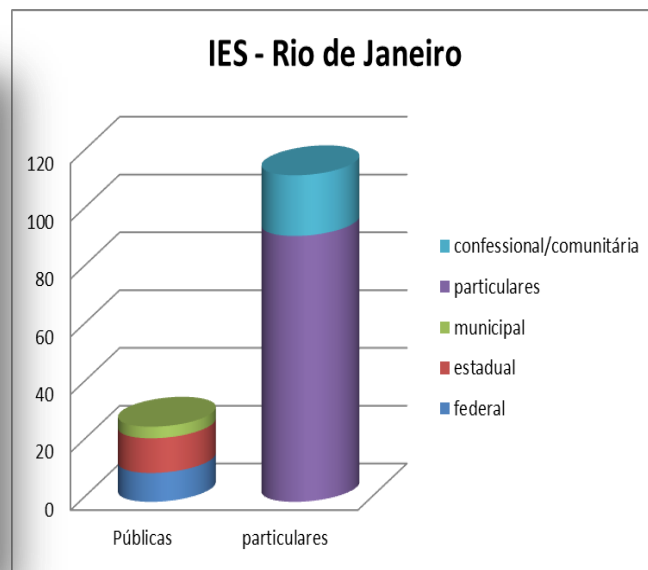


Gráfico 6 – Quantitativos de IES no Rio de Janeiro Fonte: INEP - 2009

Este dado parece demonstrar a diferença da linha condutora do planejamento para implementação de IES da política pública de educação superior para a iniciativa privada. Enquanto a política pública de educação tende a expandir o oferecimento de vagas no interior na modalidade faculdade nas diferentes áreas do estado, mesmo que distantes dos centros urbanos, a iniciativa privada concentra seus investimentos nas regiões consideradas mais prósperas economicamente tendo em vista seus interesses econômicos e não a necessidade da população em relação à educação. Na lógica da educação enquanto produto de mercado, o que parece interessar é o perfil econômico do, então, cliente e não a expansão da educação como um direito social de todos.

Verificou-se também que o INEP em 2009 contabilizou a presença de 137 instituições, num total de 24 públicas, sendo 10 federais (com 426 cursos no somatório total), 12 estaduais (com 145 cursos), 02 municipais (com 04 cursos), 92 particulares (com 1.535 cursos) e 21 comunitárias/confessionais (com 249 cursos). Era, então, um total de 2359 cursos no estado do Rio de Janeiro. Estas instituições abrigavam 2.359 cursos de ensino superior em 57 dos 92³⁴ municípios existentes.

Dentre estas 137 IES, 74 estão concentradas no município do Rio de Janeiro e 63 estão distribuídas em toda a região do interior³⁵, sendo que, dentre estas do interior, 11 estão na Baixada Fluminense e, nesta região, apenas 03 delas estão no município de Duque de Caxias³⁶.

No tocante aos pólos de educação à distância, foram contabilizados um total de 294, sendo eles 103 em instituições públicas (71 federais e 32 estaduais) e 191 privados (164 particulares e 27 comunitários/confessionais).

Excetuando-se o município do Rio de Janeiro, então capital, temos mais 56³⁷ municípios com cursos de ensino superior, sendo que, dos 13 municípios da Baixada Fluminense, apenas 02 deles não possuíam cursos: os municípios de Guapimirim e Mesquita. Há, ainda, 35³⁸

³⁴ Informação obtida pelo Censo demográfico realizado pelo IBGE em 2010.

³⁵ As regiões do Rio de Janeiro são classificadas pelo INEP entre capital (correspondendo ao município do Rio de Janeiro) e interior (o restante dos municípios).

³⁶ Esta informação não bate com a realidade empírica. Ao questionarmos o INEP a respeito via e-mail em 09-06-2011 tivemos a informação de que a Instituição é computada no município onde funciona a sede. Desta forma, cursos como os da Universidade Estácio de Sá e do campus da UERJ e do IFRJ em Duque de Caxias não são contabilizados.

³⁷ Angra Dos Reis, Araruama, Arraial Do Cabo, Barra Do Pirai, Barra Mansa, Belford Roxo, Bom Jesus Do Itabapoana, Cabo Frio, Cambuci, Campos Dos Goytacazes, Cantagalo, Duque De Caxias, Iguaba Grande, Itaboraí, Itaguaí, Itaocara, Itaperuna, Japeri, Macae, Mage, Mangaratiba, Marica, Miguel Pereira, Miracema, Natividade, Nilopolis, Niteroi, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Paracambi, Parati, Petropolis, Pirai, Porto Real, Queimados, Quissama, Resende, Rio Bonito, Rio Das Flores, Rio Das Ostras, Santa Maria Madalena, Santo Antonio De Padua, Sao Fidelis, Sao Francisco De Itabapoana, Sao Goncalo, Sao Joao De Meriti, Sao Jose Do Vale Do Rio Preto, Sao Pedro Da Aldeia, Saquarema, Seropedica, Silva Jardim, Teresopolis, Tres Rios, Valenca, Vassouras, Volta Redonda.

³⁸ Aperibé, Areal, Armação dos Búzios, Bom Jardim, Cachoeiras de Macacu, Carapebus, Cardoso Moreira, Carmo, Casimiro de Abreu, Comendador Levy Gasparian, Conceição de Macabu, Cordeiro, Duas Barras, Engenheiro Paulo de Frontin, Guapimirim, Itaiva, Itatiaia, Laje do Muriaé, Macuco, Mendes, Mesquita, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Pinheiral, Porciúncula, Quatis, Rio Claro, São João da Barra, São José de Ubá, São Sebastião do Alto, Sapucaia, Sumidouro, Tanguá, Trajano de Moraes, Varre-Sai.

municípios outros que não possuem cursos de nível superior no estado do Rio de Janeiro.

No Rio de Janeiro, da totalidade dos cursos de graduação registrados pelo INEP, ou seja, 2545 cursos, constavam 1548 como presenciais, 995 à distância e 02 eram classificados como “sequencial de formação específica presencial” - estes últimos eram situados ambos em Vassouras, em universidades privadas, na área de administração pública e de imóveis.

Da totalidade de cursos, 700 estavam situados na capital, ou seja, no município do Rio de Janeiro, e 1845 são no interior. Destes últimos 1845 cursos, 374 estão na Baixada Fluminense e 1471 no restante da região chamada “interior”, contabilizando 35 municípios.

Segundo dados do censo demográfico do IBGE de 2010 a população do estado do Rio de Janeiro era de 15.420.375 pessoas em 43.697 km²; a população do município do Rio de Janeiro era de 6.093.472 em 1.182 km², a população do restante do estado de 9.326.903 pessoas em 42.515 km², sendo a da Baixada Fluminense composta por 3.694.104 pessoas em 3.152 km². Ainda de acordo com o Censo de 2010, naquele ano havia 2545 cursos em funcionamento no estado do Rio de Janeiro, sendo: 1871 privados e 647 públicos. Dos 1871 cursos privados em funcionamento, 262 tinham caráter comunitário, 219 eram confessionais e sua maioria, 1390, eram cursos particulares. Ainda neste tipo de curso, 273 eram em centros universitários, 415 eram faculdades e a maioria absoluta era constituída de um número de 1183 universidades. Quase 42% destes cursos (781) desenvolviam suas atividades na modalidade “à distância”, ficando 58 % apenas concentrados em atividades presenciais. Dos 674 cursos públicos oferecidos, 426 eram de responsabilidade federal, 244 eram estaduais e quatro municipais. Ainda dentre os cursos públicos, 10 eram oferecidos em centros universitários, 32 em faculdades, 43 em Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia e 589 em universidades. Da totalidade dos cursos públicos, 216 (32%) eram desenvolvidos na modalidade “à distância” e 458 (68%) eram cursos presenciais.

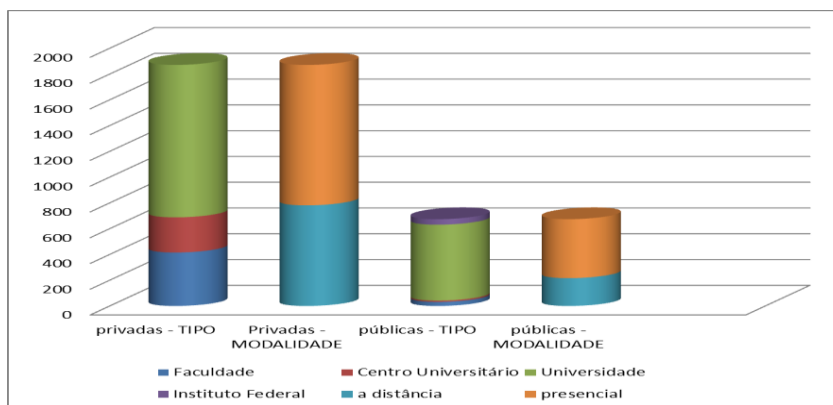


Gráfico 7 – Distribuição de IES segundo modalidade - Brasil

a) Município do Rio de Janeiro:

Em 2010 o município do Rio de Janeiro concentrava 700 (28%) dos 2545 cursos de nível superior do estado. Destes 700 cursos, 445 (64%) eram privados e 245 (36%) eram públicos.

Dos 445 cursos privados, 33 eram de caráter comunitário, 109 eram confessionais e 313 eram particulares. Ainda, 369 eram cursos presenciais e 76 eram desenvolvidos na modalidade “à distância”.

Dos 245 cursos públicos, 85 eram de responsabilidade estadual e 160 eram federais. Ainda, 232 eram cursos presenciais e apenas 13 à distancia.

b) Município de Duque de Caxias:

Já no município de Duque de Caxias, em 2010 havia 90 cursos de nível superior sendo oferecidos à população. Destes 90 cursos, 71 eram privados e apenas 19 cursos eram públicos.

Dos cursos privados, 21 eram desenvolvidos em faculdades e 50 em universidades e, ainda nesta totalidade 43 eram cursos presenciais e 28 à distância.

Dos 19 cursos públicos, seis 06 eram federais e 13 estaduais, sendo que 18 eram oferecidos em universidade e 01 em instituto federal

de ciência e tecnologia. Nesta totalidade de 19 cursos públicos em Duque de Caxias, 07 cursos eram desenvolvidos na modalidade presencial e 12 na modalidade “à distância”.

Tabela 8 – Número de IES por organização acadêmica – Rio de Janeiro - 2009

Unidade da Federação/ Categoria Administrativa	Total Geral			Universidades			Centros Universitários			Faculdades			IF e CEFET		
	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
Brasil	2.314	839	1.475	186	87	99	127	49	78	1.966	679	1.287	35	24	11
Pública	245	89	156	100	49	51	7	1	6	103	15	88	35	24	11
Federal	94	58	36	55	31	24	.	.	.	4	3	1	35	24	11
Estadual	84	31	53	38	18	20	1	1	.	45	12	33	.	.	.
Municipal	67	.	67	7	.	7	6	.	6	54	.	54	.	.	.
Privada	2.069	750	1.319	86	38	48	120	48	72	1.863	664	1.199	.	.	.
Particular	1.779	658	1.121	44	24	20	82	39	43	1.653	595	1.058	.	.	.
Comun/Confes	290	92	198	42	14	28	38	9	29	210	69	141	.	.	.

Fonte: MEC/INEP/DEED. Censo do Ensino Superior em 2009. (ref. Sinopse 1.1. Instituições)

Munidos destas informações, no próximo capítulo serão avaliados os dados referentes à educação superior no Brasil, Rio de Janeiro, Baixada Fluminense e Duque de Caxias, conjugando as mesmas com elementos de gênero, sobretudo no que se refere à atual situação das mulheres.

3. Gênero: ideologia e determinação

*“A mulher sábia constrói o seu lar;
a insensata destrói-o com as próprias
mãos.”*

[Provérbios, 14:1. Bíblia Sagrada.]

*“O socialista que não é feminista carece de
amplitude. Quem é feminista e não é
socialista carece de estratégia.”*

[Louise Kneeland, 1914].

Neste capítulo são discutidas as principais correntes de pensamento sobre as determinações hierárquicas fundadas na ideologia de gênero, que determina os lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade bem como os desdobramentos concretos destas configurações na vida individual e coletiva dos sujeitos sociais a partir de elementos biológicos e das chamadas identidades sexuais.

Na sociedade ocidental, quando um sujeito nasce, já tem muitos scripts de conduta pré-rascunhados por várias gerações que o antecederam, restando relativa liberdade para sua modificação, tendo como fator determinante para estes scripts, inicialmente, o seu sexo biológico. Tipos de roupas, conduta sexual, preferências sentimentais, musicais, esportivas, profissionais, ambientes, formas e modos de se portar socialmente, tudo isto é inculcado desde antes de seu nascimento e mostra-se mais ou menos flexível dependendo de outros fatores como classe, raça, origem, região e religião, estruturando as relações entre os sujeitos de acordo com hierarquizações binárias que polarizam homens e mulheres em diferentes instâncias de poder.

Os fundamentos para a definição do gênero enquanto ideologia procuraram sempre sustentar-se em pressupostos biológicos a partir da construção social do sexo anatômico. O conceito de gênero em si surgiu a partir do diálogo entre o movimento feminista e suas teóricas, e vem se sofisticando até os dias atuais num jogo complexo que leva em

consideração sexo biológico, sexualidade e identidade de gênero, sendo esta última, importante marcador de padrão de comportamento humano.

Para romper com algumas idéias do senso comum, é importante conhecer os impactos da ideologia de gênero, que se manifesta como um conjunto de práticas e valores culturais e históricos, baseados em divisões hierarquizantes entre feminino e masculino afetando a todas as atividades humanas, na esfera pública e privada, independente ou de modo articulado com elementos de raça, cor, religião, classe, geração, origem, orientação sexual.

Cabe ressaltar que as questões de gênero, aparentemente assentadas unicamente na dimensão cultural, estão vinculadas de maneira inelutável a ideologias, que, por sua vez, tem consequências concretas na vida tanto de mulheres quanto de homens como no direcionamento do ordenamento jurídico nacional, na construção de políticas públicas e, portanto, na esfera do direito e da cidadania.

Sendo assim, a questão de gênero, que tem uma base de formação ideológica e se manifesta na dimensão cultural/social, tem, ao menos, três pilares de sustentação e consequência: o direito, a política e a economia.

Através das práticas culturais que estão ancoradas na moral e ética de uma sociedade e são baseadas em ideologias (desnecessário dizer: social e historicamente construídas) há a divulgação de padrões de comportamentos aceitáveis e inaceitáveis nas sociedades.

Com uma relação orgânica, caminham a política e o direito, julgando e condenando o que é considerado inaceitável naquela comunidade de pessoas, criando grupos por rótulos (negros, mulheres, crianças, velhos, pessoas com deficiência, índios); criando ou revogando leis para regulação dos atos da comunidade de pessoas; legislando a favor ou contra a criação de políticas que beneficiem ou alijem grupos dos direitos criados considerados mais ou menos merecedores da participação na vida política.

As consequências tanto da criação (e revogação) de leis e de políticas voltadas para este ou aquele grupo são passíveis de observação na dimensão cultural (do ponto de vista subjetivo), ou na dimensão

econômica (do ponto de vista material) pelo acesso ou não aos bens culturais e econômicos socialmente produzidos pela divisão do trabalho.

Um problema que emerge da separação da dimensão cultural e ideológica da dimensão econômica é a fragmentação.

Se fazem necessários processos de formação de identidades positivas (contra hegemônicas) na medida em que ensejam a passagem de classe em si para a classe para si através da construção de uma consciência coletiva e histórica e politicamente embasada, e, portanto, a desalienação do sujeito em relação a sua condição real no bojo da totalidade complexa e multifacética em que vive no bloco histórico.

No caminho para o justo e necessário processo de construção destas identidades, algo importante pode se perder: a compreensão das causas todas que determinam sua condição. Portanto, cabe refletir sobre o significado e o lugar ocupado por este processo.

A ideia de identidade cultural positiva ou negativa está ancorada em diversos autores como Munanga, (diversas obras desde 1986 – “Negritude: Usos e sentidos”) e Castells, (por exemplo, “O Poder da identidade”).

Especialmente para Munanga (2003) a identidade é construída na história, nas relações sociais, onde a determinado grupo social é atribuído um conjunto de características subjetivas em contraste com as de outros grupos.

A elaboração de uma identidade empresta seus materiais da história, da geografia, da biologia, das estruturas de produção e reprodução, da memória coletiva e dos fantasmas pessoais, dos aparelhos do poder, das revelações religiosas e das categorias culturais. (MUNANGA, 2003: 03).

A identidade, para ele, não nasce da tomada de consciência de um grupo a respeito de suas características (fenotíficas, por exemplo), necessariamente, mas de um longo processo de relação entre grupos, onde um grupo é capaz de submeter outro grupo a suas regras e avaliações a partir de discursos ideológicos discriminatórios sem ser questionado.

Neste processo, o grupo com menor capacidade/condição de ação/reação a estes discursos acaba, muitas vezes, por introjetar e reproduzir as características a si atribuídas, naturalizando-as. Uma vez que a intencionalidade dos grupos que movem tais processos de intenção tenha fins de dominação de outros grupos, processa-se aí a construção de identidades “negativas”.

As consequências para os grupos dominados são as mais nefastas possíveis e, via de regra, contribuem para a imobilização política dos grupos em foco seja através da força ou da alienação. Não se trata, embora possa parecer e alguns autores tratem assim, apenas de uma operação com fins de tortura psicológica. Entende-se que a atribuição e processo de introjeção de características negativas a determinados grupos atende a fins concretos para os grupos que tem interesses de dominação material e política a partir do imobilismo do grupo em questão. Neste sentido, então, as identidades culturais positivas seriam fruto de um movimento contrário a este processo de construção de identidades culturais negativas, e tem por fim exatamente o caminho inverso: a construção de uma identidade que valorize sua alteridade e, numa relação entre subjetividade e ação concreta, abra possibilidades de ação e reação dos grupos ora dominados.

Conforme Munanga (2003: 08), é necessária a construção de identidades positivas por estes mesmos grupos a fim de subverter este estado de coisas. Para ele, há, pelo menos três tipos de identidades:

- a) **A identidade legitimadora**, que é elaborada pelas instituições dominantes da sociedade, afim de estender e racionalizar sua dominação sobre os atores sociais;
- b) **A identidade de resistência**, que é produzida pelos atores sociais que se encontram em posição ou condições desvalorizadas ou estigmatizadas pela lógica dominante. Para resistir e sobreviver, eles se barricam na base dos princípios estrangeiros ou contrários aos que impregnam as instituições dominantes da sociedade;
- c) **A identidade-projeto**: quando os atores sociais, com base no material cultural a sua disposição, constroem uma nova identidade que redefine sua posição na sociedade e, conseqüentemente se propõem em transformar o conjunto da estrutura social.

É o que acontece, por exemplo, quando o feminismo abandona uma simples defesa da identidade e dos direitos da mulher para passar à ofensiva, colocar em causa o machismo e todas as estruturas de produção e reprodução, da sexualidade e da personalidade, sobre as quais as sociedades são historicamente fundadas.

Naturalmente, uma identidade que surge como resistência pode mais tarde suscitar um projeto que, depois, pode se tornar dominante no fio da evolução histórica e transformar-se em identidade legitimadora, para racionalizar sua dominação. A dinâmica das identidades no decorrer desta cadeia mostra suficientemente como, do ponto de vista da teoria sócio-antropológica, nenhuma dela pode ser uma essência, ou ter um valor progressivo ou regressivo em si fora do contexto histórico.

Pode-se, por exemplo, afirmar sem risco de erro, que eliminar a ideologia de gênero jamais seria sinônimo de eliminar as diferenças sociais e as desigualdades econômicas entre as pessoas – base de funcionamento do sistema econômico, cultural e ideológico capitalista. Da mesma forma que eliminar o preconceito e a discriminação racial ou de gênero não afetaria o mesmo sistema capitalista e, portanto, a base das desigualdades.

O que se propõe é que, a despeito da importância de compreender a lógica do funcionamento das ideologias de gênero que determinam a hierarquização entre homens e mulheres através deste conjunto de regras morais, sem, contudo, compreender outras formas de hierarquização social, não produziria uma sociedade mais justa já que o sistema capitalista, munido de seus intelectuais orgânicos alinhados com os interesses do capital hegemônico, trataria de criar outras formas de expropriação, espoliação social, econômica e dominação de uma maioria dominada por uma minoria hegemônica, detentora dos meios de produção, de informação e de formação.

De acordo com a feminista marxista argentina Andrea D'Atri (2008:20), cabe salientar que

...a categoria de opressão se refere ao uso das desigualdades para colocar em desvantagem um determinado grupo social. [...] ... a

exploração e a opressão se combinam de diversas maneiras. O pertencimento de classe de um sujeito delimitará os contornos de sua opressão.

Do ponto de vista da perspectiva marxista, considera-se **exploração** como sendo a relação entre as classes onde uma se apropria do produto do trabalho excedente da outra por ser a parte detentora dos meios de produção. Já como opressão, entende-se aqui a relação de submissão de um grupo sobre outro por razões culturais, raciais e sexuais.

Ainda para D'Atri (2008:21)

... ainda que se possa afirmar que o conjunto das mulheres padece de discriminações legais, educacionais, culturais, políticas e econômicas, o certo é que existem evidentes diferenças entre elas que moldaram em forma variável não só as vivências subjetivas da opressão, mas também e, fundamentalmente, as possibilidades objetivas de enfrentamento e superação parcial ou não destas condições sociais de discriminação.

Sendo assim, como indica Marx no método do materialismo histórico e na teoria crítica, é necessário capturar e reproduzir no campo das ideias o movimento real e concreto do objeto, que é composto de várias dimensões como a histórica, econômica, social, cultural, ideológica e teórica e não apenas um ou dois destes elementos.

Visando compreender, a partir desta perspectiva, as estruturas que envolvem as mulheres na contemporaneidade, cabe indicar os caminhos percorridos por elas a partir de sua história conhecida.

3.1. Estudos sobre a condição feminina

Embora a luta das mulheres por igualdade na sociedade ocidental – mesmo que isoladas e com relativa expressividade - datem de séculos atrás, com as batalhas por direito à participação no mundo do trabalho, na vida política e entrada na educação formal – à vida não só doméstica,

portanto – é na década de 1960, no centro do Ocidente, que surgem os primeiros estudos formais sobre as mulheres que vão desencadear o longo caminho até se construir o que se chama hoje de “gênero” (GROSSI, 1998: 02) em face da percepção das mulheres ativistas quanto à necessidade de discussões mais profundas sobre as desigualdades entre as pessoas – em especial, a desigualdade entre homens e mulheres.

Os estudos de gênero são uma consequência das lutas libertárias dos anos 60, mais particularmente dos movimentos sociais de 1968. [...] (entretanto) as mulheres que neles participavam perceberam que, apesar de militarem em pé de igualdade com os homens, tinham nestes movimentos um papel secundário. P.02.

Cabe ressaltar o marco histórico dos estudos sobre a condição feminina no final da década de 1960, com a tese Heleieth Safiotti “A mulher na sociedade de classe”, que tratava de estudar a opressão das mulheres nas sociedades patriarcais. Os estudos desta época, influenciados pela corrente marxista feminista tem como amparo teórico metodológico a obra de Engels “A origem da família, da Propriedade privada de do Estado”³⁹ – cujo foco foi identificar historicamente a constituição da mulher como a primeira propriedade privada do homem nas sociedades patriarcais. Neste momento surge uma vasta produção teórica e política preocupada com a dupla opressão enfrentada pelas mulheres trabalhadoras: de classe e de sexo.

O objetivo destas produções era tanto o de *“mostrar que as mulheres das classes trabalhadoras eram mais oprimidas que as outras”*, mas também mostrar que a opressão de gênero era ampla e irrestrita, afetando mulheres independente de classe. (GROSSI, 1998: 03).

Para o pensamento de Moraes (2002), neste período fica claro que a perspectiva marxista assume uma dimensão de crítica radical ao pensamento conservador, em especial, desmistificando a naturalidade da família, dando à mesma, caráter de construção social histórica.

³⁹ A primeira edição no original em alemão data de 1965. Aqui utiliza-se a versão de 2010, 2ª. edição, pela editora Expressão popular.

Na obra de Engels *“A origem da família, da propriedade privada e do Estado”* a condição social da mulher ganha um relevo especial, pois a instauração da propriedade privada e a subordinação das mulheres aos homens são dois fatos simultâneos. Nesse sentido, o marxismo abriu as portas para o tema da “opressão específica”. Na obra de Marx e Engels *“Ideologia alemã”*, de 1846, a instituição da família já aparece como um dos momentos de passagem para a sociedade de classes. Esta hierarquização processa-se no interior do próprio processo de trabalho pois, como assinalam, Marx e Engels (2010: 78), o que caracteriza a família, em sua fundação nos moldes como temos hoje é : *“A organização de certo número de indivíduo com o objetivo de organização dos negócios familiares”*.

Para Marx (2010: 79) *“A família moderna contém, em germe, não apenas as escravidão (servitus), como também a servidão. Encerra, em miniatura, todos os antagonismos que se desenvolvem, mais adiante, na sociedade e em seu Estado.”*

A escravidão, ainda latente e muito rudimentar na família, é a primeira propriedade. No *Manifesto Comunista*, de 1848, Marx e Engels reafirmam a relação entre a opressão da mulher, a formação da família e propriedade privada. Ponto de fundamental compreensão para a adequada crítica,

a ênfase na historicidade das instituições humanas permitiu a compreensão da família como fenômeno social em que a divisão social do trabalho é também uma divisão sexual entre funções femininas e masculinas. Mais do que isso: abriu espaço para novos tipos de projetos e relações entre os sexos. (MORAES, 2002: 04).

Com Engels e Marx, as feministas da esquerda européia, nos anos 1960-70, puderam construir uma "teoria da opressão" e partir para as ações políticas concretas e direcionadas a estes dois focos.

Na década de 1970 os movimentos feministas ganharam grande espaço e mais autonomia nas pautas de diversos países a partir da vinculação íntima de suas lutas com as pautas políticas, obtendo diversos avanços em termos de construção de direitos como a criação de creches

públicas, direito ao divórcio e ao aborto em alguns países como a França (MORAES, 2002:06).

No Brasil, as feministas estavam mais ligadas aos movimentos de luta pela anistia e pela abertura política do país, tendo forte influência de militantes europeias que, ligadas aos grupos de mães e movimentos de base, tinham como aliada a base progressista da Igreja Católica. As principais pautas destas mulheres eram ligadas à esfera econômica, com chamadas como “Igual salário para igual trabalho”.

Na década de 1980 muitos avanços jurídicos são conquistados e definem o texto da carta constitucional de 1988, que marca a abertura política do Brasil.

Já nos EUA, os movimentos feministas tinham maior aderência às questões ligadas à insubordinação civil, época de franca expansão do modelo de globalização neoliberal de política econômica, imposto a vários países dependentes. Neste momento histórico, segundo Moraes (2002: 07) ocorre uma cisão definitiva entre dois grupos:

Os defensores da globalização como mudança de qualidade apontam a internacionalização do capital – mercado mundial, a internacionalização da economia e transferência da soberania da nação-estado para as grandes corporações internacionais – como evidência desta ruptura com relação ao capitalismo anterior. [...] essa posição define especialmente as correntes ligadas à social-democracia, que acreditavam nas possibilidades de uma “transição pacífica” do capitalismo para o socialismo a partir da ampliação do Welfare State.

Do outro lado alinham-se todos que enxergam na “globalização” a continuidade da lógica capitalista e, mais do que isso, a lógica do capitalismo que se universaliza e chega à maturidade. Dito de outro modo, as mudanças ocorridas enquadram-se no processo de desenvolvimento capitalista, de expansão global e permanente alteração das condições sociais. Não existe pois ruptura mas a continuidade “da lógica sistêmica que governa desde o começo seus constantes processos de mudança”.

Esta cisão situa uma importante mudança tanto na produção teórica quanto na pauta política dos movimentos feministas. Ao mesmo tempo em que avança, inclusive na entrada nas academias e universidades, os temas relacionados à opressão feminina se diversificam, tomando diferentes direções e, em larga escala, se

fragmentando e abandonando a perspectiva de totalidade dos processos sociais. Não se nega aqui a profunda contribuição de áreas como a psicanálise e estudos como os de Herbert Marcuse e outros autores da Escola de Frankfurt, que trazem à tona assuntos ligados às subjetividade, essenciais para compreender mais profundamente os processos ligados à opressão feminina, entretanto, deve-se salientar a incapacidade que explicações assaz microscópicas tem de dar conta da macrorealidade complexa enfrentada pelo segmento feminino no bojo da sociedade capitalista.

Conforme Moraes (2002: 05)

As conseqüências políticas destas duas posições são evidentes e podem também ser reconhecidas no Brasil. Os defensores da nova era globalizada consideram que o triunfo do capitalismo é definitivo e, nesta medida, tornam-se dóceis instrumentos das políticas neoliberais. Os marxistas apontam para as contradições da expansão capitalista e suas nefastas conseqüências sociais, reconhecendo a força de seu poder corrosivo e a necessidade de superá-lo. Desta maneira, o marxismo continua atual e atuante.

Ademais, o fundamental a não se perder de vista, comum na esfera da produção acadêmica, é compreender que os jogos de força por hegemonia nesta esfera e que põem em disputa um ou outro modelo explicativo – macro ou micro – não perdem como foco o amplo debate e atendem mais às necessidades endógenas da formação de um campo intelectual (como bem situa Bourdieu em “Os usos sociais da ciência”⁴⁰) do que às reais necessidades do grupo político em foco. Diria Bourdieu (2004: 47) que

É assim, por exemplo, que a retórica da ‘demanda social’ que se impõe, particularmente numa instituição científica que reconhece oficialmente as funções sociais da ciência, inspira-se menos numa preocupação real em satisfazer as necessidades e as expectativas de tal ou qual categoria de ‘clientes’ (grandes ou pequenos agricultores, indústrias agroalimentícias, organizações agrícolas, ministérios, etc.), ou mesmo em ganhar assim seu apoio, do que assegurar uma forma relativamente indiscutível de

⁴⁰ O original é fruto da Conferência e debate organizados pelo grupo Sciences en Questions, em Paris, no dia 11 de março de 1997. A conversão destas transcrições em livro, resultou na obra aqui utilizada, datada de 2004.

legitimidade e, simultaneamente, um acréscimo de força simbólica nas lutas internas de concorrência pelo monopólio da definição legítima da prática científica (poder-se-ia, nessa perspectiva, proceder-se a uma análise metódica relacionando as tomadas de posições e as posições, os atos dos Estados gerais e o desenvolvimento agrícola de 1982). [...].

O que a análise sociológica traz, e que, num certo sentido, muda tudo, é antes de qualquer coisa uma colocação em perspectiva sistemática de visões perspectivas que os agentes produzem para as necessidades de suas lutas práticas no interior do campo, e que, a despeito de tudo o que eles fazem para ‘universalizá-las’, como no exemplo da evocação da ‘demanda social’, encontram seu princípio nas particularidades de uma posição no próprio interior do campo, e que assim postas em seus eixos mudam radicalmente de sentido e de função.

Para o presente trabalho esta linha de pensamento que afirma a dupla (e, hoje, mais que isso, tripla – incluindo a questão racial, ou mais questões ainda) opressão feminina ainda tem validade e, a despeito de caminhos tomados por alguma vanguarda intelectual contemporânea que optou por analisar fragmentos das realidades e dos cotidianos, encontra ampla necessidade de ser revisitado na medida em que a produção intelectual afeta sobremaneira nas decisões políticas e vice versa, num movimento de constante interação e mútua determinação na totalidade do bloco histórico.

Bittar e Ferreira (2009) dão boas pistas da raiz desta fragmentação ao refazerem o percurso desde o nascimento do paradigma francês da “nova história” e da fundação da Escola dos *Annales* (década de 1930, com Marc Bloch e Lucien Febvre). Esta surge como crítica à histórica episódica, ou a história do acontecimento e passa a privilegiar aspectos de “longa duração” histórica (com Fernand Braudel e Jacques Le Goff, na década de 1950), ou aspectos menos superficiais da história.

A partir de alguns acontecimentos históricos como o fim da União Soviética e a queda do Muro de Berlin, acontece também a crítica do socialismo real e do paradigma do materialismo histórico para interpretação dos processos sociais e esta tendência histórica é confundida com “o fim da história” (título do controverso ensaio de Fukuyama, de 1989, inspirado tanto no “estado universal homogêneo” hegeliano quanto na “paz universal” de Kant). Passa-se, então, a contestar o que foi chamado de “velhos esquemas interpretativos” e,

atribuir sua perspectiva à nova história. Erroneamente, passou-se frequentemente a dar lugar a estudos micro sociais e das subjetividades sem uma perspectiva de mediação com a totalidade histórica, e, portanto, fragmentados, o que não condiz com a matriz estruturalista dos teóricos mais tradicionais da Escola dos Annales (Braudel e Febvre).

Baseados neste contexto histórico, político e acadêmico, Bittar e Ferreira (2009) refletem sobre as consequências das perspectivas pós modernas para os estudos de educação e para a produção científica como um todo. Em sua crítica os autores afirmam que as produções da história da educação na contemporaneidade, sob este paradigma, tendem a se constituir enquanto “... *micro histórias [...] que não dão conta de explicar nem mesmo o próprio sentido do objeto investigado.*” (P. 492).

A despeito da crítica necessária produzida por Bittar e Ferreira, também é necessário à perspectiva moderna (sobretudo marxista atual) fazer uma autocrítica em base às mudanças culturais, econômicas, históricas e políticas que impactam constantemente à produção do conhecimento e à reprodução da vida material.

Em um esforço dialético fundamental, Konder (2009: 30) nos relembra da importância de considerar esta dinâmica incessante da história das sociedades e da coerência em relação aos avanços das perspectivas teórico políticas. Adverte o autor comunista que

As condições atuais da luta política no Ocidente exigem do pensamento marxista um extraordinário desenvolvimento da sua capacidade de reconhecer as *diferenças* e de levar em conta todos os *matizes* em sua percepção dos fenômenos. Diante de um quadro que se complica praticamente a cada mês, a cada semana, a cada dia, qualquer simplismo pode ser fatal, qualquer maniqueísmo pode ter efeitos desastrosos. Se não souberem se renovar de acordo com as exigências do momento, os revolucionários podem ser levados a desviar para atritos secundários de querelas suburbanas as preciosas energias que deveriam investir e concentrar nos combates realmente decisivos.

3.2. Os estudos sobre as mulheres

No Brasil o campo de estudos de gênero começa a se abrir na década de 1960, e assume, gradativamente, maior intensidade na década de 1980, com a abertura democrática e a adoção do modelo de globalização neoliberal que influenciou não apenas na economia e política, mas estendeu seu espectro pela forma como se organizaram os movimentos sociais, as expressões da cultura, das artes, da ciência e do próprio significado da vida.

Neste momento, deixa-se de falar de “condição feminina” e se passa aos “estudos sobre as mulheres” (GROSSI, 1998: 03) já que se percebe que não existe apenas uma questão feminina, que várias diferenças de cada grupo social, étnico-racial, econômico, regional, cultural, precisam ser contempladas para compreensão metodológica das particularidades na totalidade.

Emblemático desta questão é o histórico texto político acadêmico de Sueli Carneiro publicado em sob a organização de Heleieth Safiotti em 1994. Nele, a autora e ativista do movimento de mulheres negras chama atenção para as particularidades enfrentadas pelo contingente de mulheres brasileiras que são negras. Sua preocupação é sobre a possível homogeneização da questão feminina sem se considerar a história e as condições econômicas e culturais vividas por este grupo. Afirma Carneiro (1994: 192) que

... o pressuposto que afirma a identidade feminina como um campo de significações particulares incorre no risco de não considerar a complexidade das relações sociais. Tal complexidade implica a inexistência de totalidades femininas e masculinas isentas de diferenciação.

Para ela, o enfrentamento às desigualdades do ponto de vista das necessidades das mulheres e dos negros passa pela questão da construção de uma nova identidade que é “... *antes de tudo, resultado de um processo histórico cultural.*” (P.187) e um “*projeto em construção*”(p. 188). Neste sentido, identidade tem um valor fundamental para a

percepção de si e para si de um grupo social nos avanços e retrocessos pertinentes à esfera da construção de direitos.

Este projeto em construção passa pela desmontagem destes modelos introjetados da restrição ao espaço doméstico familiar e pelo resgate das potencialidades de cada mulher, abafado ao longo de séculos de domínio da ideologia machista e patriarcal. (P.188).

Além disso, afirma Carneiro (1994: 188-9) que,

... a identidade feminina, enquanto projeto em construção, é fundamentalmente o esforço de construção da plena cidadania para mulheres. [...] (e esta identidade em construção) depende hoje da aquisição deste conjunto de direitos capazes de garantir às mulheres o exercício de uma cidadania plena.

Contudo, como a autora já afirmava neste momento histórico em que o movimento de mulheres negras ainda ensaiava suas agendas de luta na arena de direitos políticos, esta cidadania plena, para as mulheres negras, era (e ainda é) uma “cidadania de segunda classe”. (P.188.).

Isto ocorre porque, segundo Carneiro (1994:192)

As mulheres negras advém de uma experiência histórica diferenciada, e o discurso clássico sobre a opressão da mulher não dá conta da diferença qualitativa da opressão sofrida pelas mulheres negras e o efeito que ela teve e ainda tem na identidade das mulheres negras.

Nesta experiência diferenciada de opressão sofrida pelas mulheres negras, além da questão de gênero, também se somam a questão de raça e de classe. Hoje já não parece por demais arbitrário concluir que a pobreza no Brasil tem cor (a negra e mestiça) e ela é herança de séculos de escravismo e subalternidade imputados pelos grupos dominantes. No caso das mulheres negras, então, a experiência vivida redundava em uma condição de tripla discriminação contumaz: a discriminação por ser mulher, por ser negra e, em sua maioria, pobre.

Com tom aguerrido, a militante afirma muito lucidamente, do ponto de vista de quem é mulher e negra que “*As mulheres negras fazem parte de um contingente de mulheres que não são rainhas de nada, que são*

retratadas como antimusas da sociedade brasileira, porque o modelo estético de mulher é a mulher branca.” (P.191).

E ainda, que:

Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas este mito, porque nunca foram tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas como vendedoras, quituteiras, prostitutas, etc.; mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! (P. 190).

Para Carneiro (1994) a identidade da mulher negra brasileira passa por uma construção histórica cuja importância se centra não apenas na observação da herança que se traz de um passado de escravidão e pobreza, mas de reconstrução de uma outra identidade, esta sim, positiva e valorativa das potencialidades deste grupo social, o que é fundamental para entrar na arena da disputa por representação e poder na sociedade política. Ciente deste jogo constante de poder que os grupos se encontram em sociedade, Sueli Carneiro relembra das preocupações dos grupos no poder com o avanço das lutas dos grupos que foram sistematicamente desencorajados, eclipsados e mutilados social e politicamente no Brasil.

Em uma só palavra, denuncia e admoesta:

Fazemos parte de um contingente populacional que foi objeto de atenção especial do ex-governador de São Paulo, Paulo Salim Maluf, cuja assessoria elaborou proposta de esterilização em massa das mulheres negras, a partir do argumento de que se o crescimento da população negra não fosse contido, no ano 2000, eles seriam maioria absoluta e poderiam disputar o controle político do país⁴¹. (P.192).

Embora estes estudos tenham avançado no sentido de compreender as particularidades e diferenças das mulheres no Brasil e no mundo, seu foco se centrou nos aspectos relativos à unidade biológica das mulheres e às determinações impostas por esta condição.

⁴¹ Denúncia feita na Assembléia Legislativa de São Paulo pelo deputado Luiz Carlos dos Santos, do PMDB, em 05-08-82. Vide também matérias nos jornais: Jornal da Tarde de 06-08-82; O Estado de São Paulo de 06 e 10-08-82; folha de São Paulo de 11-08-82.

3.3. Conceito de gênero: uma categoria histórica útil para análise⁴²

Inicialmente, sinônimo de “estudos sobre mulheres”, as teorias de gênero receberam este nome de uma derivação do conceito norte americano “gender” e só se ampliaram a partir da abertura dos questionamentos práticos e consequentes estudos sobre o lugar das sexualidades não heterocêntricas e das sexualidades como um todo, desvinculadas das funções procriativas da prédica judaico-cristã e da ética de acumulação capitalista pequeno burguesa via herança, conforme já explanado.

Neste momento histórico, além de vários pequenos movimentos sociais por direitos a identidades individuais e coletivas (sobretudo movimento feminista, movimento negro e movimento gay), começa a ser comercializada a pílula anticoncepcional e este fato revoluciona as perspectivas a respeito dos comportamentos sexuais e reprodutivos de homens e, sobretudo, de mulheres.

Segundo Grossi (1998) este movimento se reflete no campo acadêmico por vários fatores: um deles é o fato de a academia ser um lugar de produção de conhecimento fortemente influenciado pelas lutas sociais; o outro é a busca das próprias intelectuais por seu lugar na academia – o que implicou num forte movimento no interior das várias disciplinas desencadeado por estas mulheres intelectuais.

Conforme dito anteriormente, o conceito de gênero foi desenvolvido a partir da categoria “gender”, criada pelas teóricas feministas norte americanas, que remetia às *“origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres”*. De fato, percebe-se hoje claramente que as construções pretensamente científicas de outrora com foco exclusivo na matriz biológica para justificar as determinações sobre

⁴² Este subtítulo é inspirado no clássico texto escrito pela filósofa feminista e marxista Joan Scott. Ver: SCOTT, Joan. Gender: a useful category of historical analyses. *In: Gender and the politics of history*. New York, Columbia University Press. 1989.

os comportamentos e características masculinas e femininas já estão demasiado superadas.

Hoje já se tem como ponto comum dentre as produções científicas o fato de que essas explicações da ordem natural não passam de formulações falseadas em axiomas científicos que servem para justificar os comportamentos sociais impetrados a/por grupos de homens e mulheres em determinada sociedade na intenção de dominação pura de outros grupos. (GROSSI, 1998: 04).

Conforme lembra Grossi (1998: 05), diversos teóricos e teóricas feministas já chegaram à conclusão de que aquelas produções “neutras” e “objetivas” que afirmam se basear na “ciência moderna” referem-se apenas a uma parte da sociedade: os homens, brancos, heterossexuais, das classes abastadas. Segundo sua perspectiva, tais obras ignoram propositamente uma infinidade de culturas espalhadas pelo planeta no sentido de negar-lhes cidadania acadêmica ou mesmo política, nos desdobramentos concretos das políticas influenciadas pela ciência.

Afirmam estes teóricos que estas formulações ideológicas aprendidas nas escolas, nas famílias, nas igrejas, nos veículos de informação de massa e outras instituições privadas de consenso refletem valores construídos no ocidente. Estas afirmações pertencem a um espectro científico de amplitude planetária que, certamente, não foi fundado sem razoáveis argumentos e compreensíveis conjunturas concretas. O próprio marxismo, em suas interpretações vulgares (o chamado marxismo sem Marx) durante muito tempo relegou espaço subalterno ou mesmo ignorou temas como a cultura, a etnicidade e as questões de gênero⁴³.

⁴³ Eis aqui uma grande dificuldade de se ler os intérpretes das obras e não os próprios autores das mesmas. Apenas que não teve acesso à obra de Marx pode alegar que ele não olhou para as questões culturais. Certo é que o objeto principal de sua investigação sempre foram as refrações da Questão Social como consequência do modo de produção capitalista na sociedade burguesa. Contudo, a partir do próprio conceito marxiano de teoria e de totalidade norteados pelo método do materialismo histórico seria incoerente tentar compreender a totalidade sem perquirir as conexões entre os seus amplos, contraditórios e complexos constituintes e determinantes. Obras como *A Ideologia Alemã*, *O 18 Brumário de Luiz Bonaparte*, *Os Manuscritos de 1844*, *A sagrada família*, *A questão judaica* são alguns exemplos da preocupação do autor para com a importância fundamental ocupada pela cultura na totalidade do processo histórico.

Tais perspectivas não estariam de todo equivocada se nela não estivesse embutido o axioma de que tudo o que recebe a chancela de ciência moderna definisse todos os estudos em uma única obra ou representasse todas as outras. Desta forma, cabem algumas perguntas que devem ser feitas antes de, a partir destas constatações, jogar fora a água do banho junto com o bebê.

Alguma ciência produz formulações ideológicas descoladas de sua própria cultura e de sua história? Tem o cientista a capacidade intelectual de ser absolutamente neutro e desvinculado de interesses? Afirmar que uma produção científica tem caráter ideológico nega a importância do método? Algum paradigma científico (ou a negação de paradigmas) está, então, absolutamente isento de inclinações ideológicas ou compromissos com alguma categoria de sujeitos? Negar a importância da categoria “totalidade” (ou avilta-la) ou fragmentá-la confere maior profundidade, então, a algum tipo de produção pretensamente científica?

De fato, hoje percebe-se claramente que o paradigma de ciência moderna desengajada preconizado a partir de Descartes não produziu unicamente as “verdades” neutras e absolutas que prometia já que esta perspectiva – que hoje podemos considerar etnocêntrica (eurocêntrica, pra ser preciso o termo) – apenas se referia à realidade, ao movimento histórico e político, ao modelo econômico, à sociabilidade e visão de mundo daquele território geográfico: a Europa, e mais precisamente, a Europa central. As “verdades” produzidas pela ciência moderna europeia ignoravam outros sistemas de valores que orientavam todos os demais territórios do globo e quando não ignoravam, consideravam aquelas realidades plurifacéticas outras como irremediavelmente atrasadas, exóticas e bárbaras. Evidentemente, estas perspectivas analíticas tinham como bastião da civilidade seu próprio conjunto de princípios e valores.

Contudo, é somente a partir do advento da ciência moderna nas sociedades ocidentais que se logrou construir teses e teorias que se desvinculassem da exclusividade dos interesses de determinados grupos sociais como as nobrezas e os cleros a partir da criação, gradativa, de métodos e sistemas epistemológicos para as ciências. Este foi um esforço

que teve como marco histórico fundamental as iniciativas de Descartes e foi se refinando até pensadores mais contemporâneos.

Não se pode desconsiderar que Kant, Hegel, Weber ou Durkheim forjaram um espaço sem igual na construção da própria noção de ciência na tentativa de produção de conhecimento “neutro”. Avaliar seus esforços na época em que foram empreendidos a partir dos paradigmas atuais de ciência não passaria de anacronismo, para não dizer, uma profunda ignorância sobre as condições históricas de produção e reprodução científica e cultural de cada época.

O que precisa ser chamado à atenção é para com o cuidado que se deve ter ao se condenar todo um paradigma de ciência a partir de questões culturais de dado momento histórico sem o considerar base ontológica pra qualquer produção, seja ela científica, política, cultural, religiosa, etc.

Sendo assim, é fundamental considerar que algumas das afirmações de determinadas correntes contemporâneas estariam bastante corretas se não se perdessem em alguns detalhes: identificar que a ciência moderna da idade média é eurocêntrica não implica necessariamente em descartar o método científico – implica em entender que a ciência moderna foi eurocêntrica; implica em entender que qualquer paradigma científico tem vinculação com interesses de alguma classe – mesmo o paradigma que sugere a negação de qualquer ideologia ou classe. Inclassificável como sempre foi o francês Pierre Bourdieu, em sua obra “Os usos sociais da ciência”, denuncia veementemente os esquemas de favores, cessão e negação de espaços, processos de intenções e outras iniciativas que – mais que o avanço da ciência – sempre envolveram a cena acadêmica mundial com pretensões de dominação hegemônica prezando por interesses econômicos e/ou ideológicos. Não é necessário ser um grande conhecedor da história para compreender que o “blame gossip” é um aspecto de longa duração na sociedade com vistas à execração dos grupos considerados ameaçadores de confortáveis hegemonias. Porém, é necessário minimamente, considerar a existência da história.

Como relembrar e revisitar as teorias se mostra sempre uma forma de oxigenar a discussão, nunca é demais relembrar a noção italiana da “batalha de ideias” (KONDER, 2009) que corresponde à noção de constante luta por poder e hegemonia desempenhada pelas classes nos blocos históricos. A formação de intelectuais orgânicos sempre esteve e sempre estará profundamente vinculada com esta batalha de ideias que defendem os intelectuais orgânicos ligados aos interesses de X ou Y classe.

Precisamente, um dos erros de algumas das perspectivas acadêmicas contemporâneas mais superficiais é tentar jogar fora tudo o que se viu, viveu e aprendeu com a modernidade em um só ato.

Nas considerações sobre a construção da categoria teórica da ordem das sociabilidades “gênero”, é importante lembrar que muitos teóricos tendem a confundi-la ou, ao contrário, separá-la da categoria analítica “sexo”. Não se trata do pragmatismo nem de uma e nem da outra perspectiva.

Para Carrara (2009) duas características são fundamentais para entender como operam na realidade concreta a categoria teórica gênero diferenciada da categoria analítica sexo, embora estejam intimamente ligadas. Para ele, o gênero tem duas características principais:

- a) é arbitrário culturalmente; b) tem caráter relacional.

Ou seja, o gênero é estabelecido deliberadamente única e exclusivamente pela vontade e por interesses históricos dos homens nas culturas. Diferentemente das inexoráveis leis da natureza de Bacon e Comte e do funcionalismo dos coercitivos “fatos sociais” de Durkheim (1995) cuja sede, considera ele, é a sociedade e não os indivíduos, o gênero é construção humana que, apesar de ter como particularidade a característica de exercer forte influência sobre as consciências individuais sem ser sentida por muitas pessoas, tornando-se um hábito, é superável e passível de construção e desconstrução humana através da ação política dos grupos em disputa de poder no interior do bloco histórico.

Com o apoio de Behring e Boschetti (2010: 30-1) percebe-se que o positivismo é marcado por alguns axiomas que implicam em conclusões

conservadoras e pragmáticas de modo a apontar, por exemplo, a desigualdade social como uma lei natural e imutável (tal como apontou tão espontaneamente Adam Smith⁴⁴) e as revoluções como algo tão impossível quanto os milagres.

Quando se afirma que o gênero tem caráter relacional, refere-se à sua construção se dar exclusivamente em sociedade. Todas as construções de gênero visam justificar a dominação de um grupo por outro tendo como referencial um grupo de valores, condutas, orientações em oposição a outro.

É claro que muitas destas posicionalidades de gênero (VINAGRE SILVA, 1999) não são tão lineares como a oposição homem/ mulher – que são oposições simples, baseadas no sexo morfológico e natural. Já o que se entende por masculino e feminino pode não coincidir com o sexo, com o que é biologicamente determinado pela circunscrição do corpo ao nascer.

Neste aspecto é importante construir o conceito de gênero, que reflete sobre o que é tido, enunciado como condutas ditas tipicamente femininas [com todo um conjunto de características a si atribuídas como naturais] e tipicamente masculinas.

Para desvendar esta questão, a obra de Scott (1995; 2005) é bastante importante porque situa o gênero como categoria histórica que não nega a diferença biológica e nem se constrói sobre a diferença entre homens e mulheres, mas serve para contextualizá-la dando sentido à diferença. Gênero, então, seria uma categoria teórica que serve para compreender, nas relações sociais, tudo o que é determinado cultural,

⁴⁴ “Os indivíduos só buscam mesmo seus próprios interesses, competem incessantemente para isso, o que pode parecer mau; mas se esta competição não for, artificialmente, cerceada pelo Estado ou pela intromissão ignorante dos homens, terminará, mediante a divisão do trabalho, gerando uma ordem social natural que aumentará a riqueza das nações e o bem-estar dos competidores. A produção sob o regime de livre empresa privada com a consequente acumulação do capital é o caminho para atingir este fim. A classe dos capitalistas é necessária e benéfica para todos, mesmo aos trabalhadores que se alugam aos capitalistas. É certo que disso tudo resultará uma sociedade de grande desigualdade econômica, mas isto não é motivo para escândalo porque, ainda assim, propiciará melhorias das condições de existência dos pobres, não sendo incompatível com a igualdade natural dos homens.” (SMITH, A. *apud* TRINDADE, J.D.L. 2002: 39).

social, econômica, historicamente em relação aos discursos que se faz a respeito da diferença dos sexos.

Então, além do elemento das relações sociais, aparecem os discursos, os enunciados de gênero⁴⁵. Não é preciso recorrer a muita literatura para ligar os discursos às ideologias.

Para iluminar esta imbricação entre relações sociais e discursos (ideologias) nas sendas do gênero cabe trazer à discussão duas categorias importantes que qualificam a reflexão, que são: papéis de gênero e identidade de gênero.

3.3.1. Papéis de gênero, identidades de gênero e sexualidade

Os papéis de gênero referem-se aos comportamentos que os sujeitos desempenham nas relações sociais. Para Grossi (1998: 07) *“tudo aquilo que é associado ao sexo biológico fêmea ou macho em determinada cultura é considerado como papel de gênero. Estes papéis mudam de uma cultura para outra.”*. Sendo assim, os papéis de gênero são comportamentos determinados pela estrutura que já existe antes de o indivíduo nascer e que se constrói ao longo da vida dos sujeitos nas relações sociais de maneira refletida ou não, podendo ser modificada de acordo com o movimento geral da cultura em que o sujeito está inscrito.

Já a identidade de gênero, que pode coincidir com os papéis de gênero uma vez que o sujeito não os questione; é o sentimento de adequação (ou inadequação) daquele sujeito em relação ao conjunto de comportamentos sociais que são determinados em relação ao sexo biológico. Trata-se de uma identificação com determinado papel de gênero. Uma vez que o sujeito se sinta contemplado com os papéis que lhe foram atribuídos socialmente, desempenha papéis de gênero coincidentes com a identidade de gênero atribuída que, por sua vez, tem um nexos causal em seu sexo biológico.

⁴⁵ O elemento “discurso” será retomado no momento oportuno.

Para exemplificar esta relação entre papel de gênero e identidade de gênero basta imaginar um sujeito que venha a nascer do sexo masculino (macho, para tomar uma acepção mais biológica). Na sociedade heterocêntrica este sujeito é educado pelas instituições de socialização (família, escola, religião, mídia, etc – que são as instituições privadas de consenso de Gramsci) para exercer determinados papéis coerentes com o que é determinado como conjunto de características sociais inerentes ou correspondentes ao que se espera de um homem a partir de seu sexo biológico. Supondo-se que este sujeito, em algum momento da vida, não se perceba contemplado o suficiente ou insatisfeito com esses papéis que lhe foram determinados pela sociedade, pode ser que não se identifique com esse ideal de homem que lhe foi imposto e passe, por escolha própria, a assumir diferentes papéis de gênero que não coincidam com o conjunto fechado de comportamentos determinados socialmente em sua cultura.

Acontece que, na relação com o outro, assumir papéis de gênero diferentes dos estabelecidos por uma ideologia tão forte implica necessariamente em uma das duas alternativas: 1 – viver sua experiência subversiva desempenhando papéis de gênero apenas no âmbito do privado, em relação apenas consigo mesmo, ou no máximo, com aqueles que tenham as mesmas convicções, ou 2 – assumir/construir esta identidade de gênero divergente e desempenhar papéis de gênero destoantes do predeterminado e, em consequência, passar a assumir uma identidade de gênero diferente da considerada natural, uma identidade de gênero não convencional em relação a sua comunidade de origem, mas coerente com suas convicções pessoais e/ou suas necessidades. Neste aspecto, a identidade divergente de gênero é sempre pública e política. Exige uma afirmação de valores e imposição de novas perspectivas perante a sociedade: trata-se de uma construção coletiva, necessariamente.

A mesma situação é plenamente aplicável para mulheres. Não se trata aqui, então, exclusivamente, de uma discussão acerca da homossexualidade ou outra condição de gênero divergente da heterocêntrica, mas de um questionamento quanto às normas impostas

socialmente a homens e mulheres, considerando ou não a orientação sexual da pessoa.

Olhar para a história das mulheres na sociedade ocidental nos últimos séculos permite compreender como os papéis de gênero das mulheres puderam se modificar ao longo deste tempo a partir das suas lutas e de outros sujeitos igualmente desejosos por mudanças nos padrões de comportamento socialmente determinados. Neste caso, o primeiro passo para que estas mulheres ingressassem em lutas contra ou a favor de determinada mudança foi assumir uma identidade de gênero pública e divergente dos papéis de gênero que lhe foram destinados.

Desde a década de 1990, o movimento feminista tem se complexificado mais, gestando pautas políticas específicas das mulheres não heterossexuais, das mulheres indígenas, e do direito à saúde reprodutiva feminina. Uma das novidades dos estudos de gênero dos últimos anos e fator que tem dado maior amplitude às discussões deste campo foi a inclusão da perspectiva que entende a opressão de gênero como negativa também para os homens, deixando estes de serem vistos apenas como algozes e detentores do monopólio da força e da violência: o campo de estudos de gênero sobre masculinidades.

Além disto, a partir dos estudos e mobilizações no campo das identidades de gênero e da trans-intersexualidade, categoria que deixou de ser vista apenas como problema das oposições binárias homem / mulher ou sobre as construções culturais, mas passa a problematizar a própria relação entre natureza e cultura.

No lugar de construção de uma identidade, surge, por meio da crítica de Butler (1999) a proposta da categoria “fabricação” ou “produção”, na tentativa de indicar movimento constante e não algo cristalizado, fundamentado na Teoria Queer.

De acordo com Carrara (2009: 64),

Junto com os estudos pós-coloniais, os estudos queer constituem um conjunto de teorias críticas aos discursos hegemônicos da sociedade ocidental, tendo como objetivo dar voz às demandas dos grupos sociais considerados subalternos, tais como operários, imigrantes de ex-colônias, negros, mulheres e homossexuais, que até então eram percebidos como minorias nas teorias sociológicas clássicas (HALL, 2003). A política queer

consiste justamente num mecanismo de inversão do estigma associado à diferença, através de sua afirmação enquanto símbolo de orgulho e emblema de distinção, e na crítica sistemática à estabilidade das diferentes identidades sociais.

Ademais, segundo ele,

Butler (2003) critica o feminismo por considerar a mulher um sujeito universal, elegendo como sujeito político justamente o que seria, para a autora, a encarnação de uma ficção reguladora que prescreve a correspondência entre sexo (mulher), gênero (feminino) e desejo (heterossexual). Ao contrário, Butler prevê um investimento na elaboração de outras estratégias de ação, tais como aquelas organizadas em torno da paródia ou pastiche, como é proposto pela teoria queer, no sentido de desconstruir categorias fixas como mulher e homem. O sexo, assim como o gênero, seria fabricado, materializado de formas específicas, através de práticas e tecnologias distintas e em diferentes contextos socioculturais.

Neste aspecto, o presente trabalho colide fundamentalmente com a concepção de Butler quanto à direção teóricometodológica e éticopolítica a ser tomada pelo feminismo no sentido de considerá-la um problema quanto a suas consequências políticas concretas.

Nos estudos sobre identidade negra e mestiçagem (MUNANGA, 2003), algo que já se tornou lugar comum é a concepção da necessidade da construção de identidades afirmativas politicamente para a viabilização de agendas políticas reivindicatórias de direitos dos grupos sociais estigmatizados e/ou ignorados enquanto grupos. Negar a identidade de gênero, então, seria negar a existência do conflito inerente às disputas de gênero na sociedade concreta da mesma forma que afirmar uma identidade mestiça brasileira significou a invisibilidade do racismo estrutural que compõe a sociedade brasileira desde sua invasão pelos portugueses, mas não a eliminação.

O resultado disto foi a construção sistemática de um racismo cordial e do mito da democracia racial já suficientemente discutidos na academia e nos movimentos negros que culminou num país racista, de

amplas desigualdades sociais e políticas baseadas na cor, mas que não possui um racista sequer (WILLEMAN, 2007). Sendo assim, a concepção ideal de uma sociedade sem gênero pode parecer estimulante do ponto de vista filosófico, mas não elimina as relações hierarquizantes produzidas pela ideologia de gênero no movimento real da totalidade concreta.

Na reflexão sobre as relações sociais e de poder que embasam todo um conjunto de regras de sociabilidade entre os sujeitos, políticas sociais públicas e noções de direitos, bem como das instituições de controle, alguns estudos de gênero tendem a desmistificar os mitos relacionados à sexualidade como um componente natural inerente aos indivíduos. A contribuição da filósofa Butler, autodenominada pertencente a um grupo anti-essencialista normativo, aliada a certa teoria de uma “democracia radical” de Chantal Mouffe, centra-se na perspectiva da eliminação das identidades de gênero apostando na eficiência de posturas paródicas quanto à naturalização das identidades para a eliminação da opressão. Para Scott não há essência de gênero baseada no sexo biológico, portanto, assumir uma identidade, segundo ela, significaria legitimar a opressão baseada nesta construção social.

Por outro lado, mas com consequências semelhantes do ponto de vista da orientação teórico metodológica quanto à elaboração e implementação das políticas sociais públicas, Faleiros (2009:62) (um autor reconhecidamente marxista em sua juventude intelectual) é principalmente em função de certas categorias de população que as políticas são classificadas: por idade, sexo, raça/etnia, orientação sexual, por patologia, por critérios de normalidade e outros critérios. Segundo ele, este tipo de classificação das populações-alvo das políticas sociais, ao mesmo tempo em que as divide, fragmenta, tem por objetivo controlá-las e realizar uma etiquetagem que as isola as caracterizando como tais.

Não se trata aqui da defesa de uma perspectiva liberal universalizante, mas de uma reflexão acurada quanto às consequências da implementação e execução de políticas sociais fragmentadas sem se ter em vista o quadro mais amplo que gera a necessidade de tais políticas. No interior de sua crítica às políticas sociais setoriais cada vez

mais fragmentadas se encontra a reflexão sobre tentativa do Estado de impor a visão quanto às mazelas sociais enquanto problemas isolados e centrados no indivíduo e não como refrações da Questão Social – fruto da plena vigência do modelo capitalista de Estado.

Para ele a fragmentação das políticas sociais tem como consequência ideológica a despolitização dos sujeitos e o distanciamento destes da visão de totalidade dos processos sociais, ficando a noção de política social integral cada vez mais distante do horizonte dos sujeitos.

Além disto, com a regressão dos direitos sociais já conquistados a partir da retração paulatina do Estado e do aumento da burocratização para acesso às políticas sociais correspondentes, percebe-se um mecanismo forte de fortalecimento contemporâneo da política social como dádiva, facilmente utilizável por representantes do poder público como moeda de troca para captação de votos a partir da personalização da obtenção dos benefícios. Tal panorama fica mais evidente nas políticas de assistência social, sobretudo nos programas de transferência de renda.

Do ponto de vista político, em uma sociedade fortemente estruturada ao longo da história por relações de poder hierarquicamente definidas a partir de diversos eixos de dominação, a simples eliminação de categorias identitárias – sejam de gênero, classe, raça, religião – em busca de uma planificação em termos de representação e possibilidade de participação redundaria no eclipsamento dos conflitos que as engendram.

Que fique claro aqui que não se defende a fragmentação estática da sociedade em grupos identitários uma vez que é apenas do ponto de vista da totalidade que se pode entender o sistema de dominação vigente. Entretanto, que o que se postula é que a construção de uma democracia radical não é determinada num simples jogo de negação das especificidades de um grupo e suas condições de constituição enquanto grupo historicamente, culturalmente, politicamente e economicamente.

Desse ponto de vista, a formação de grupos políticos, como o feminista, antes de tudo, pretende dar visibilidade às condições desiguais

que um grupo (o de mulheres) enfrenta, conscientes ou alienados, a partir de sua condição feminina.

Outrossim, a formação de uma identidade feminista tem função própria diferencialista, que se distingue das perspectivas universalistas, de autoconstrução dos sujeitos e metamorfoseamento em ator social na medida em que enseja a construção de uma consciência crítica do ponto de vista de gênero que, neste trabalho, não se desvincula da identidade de classe como ordenadora maior da sociedade como totalidade concreta eivada de múltiplas determinações.

Evidentemente que a condição de mulher hoje não é a mesma que a de décadas atrás posto que a sociedade é dinâmica e caminha de acordo com as mudanças históricas, políticas, econômicas e culturais de cada bloco histórico. Mas é precisamente pela constituição deste grupo enquanto grupo portador de objetivos, consciente de sua posição social, que se pôde obter as mudanças em termos de equidade política na contemporaneidade.

Entretanto, é importante salientar também, conforme Faleiros (2009: 60), que

As medidas de política social só podem ser entendidas no contexto da estrutura capitalista e no movimento histórico das transformações sociais dessas mesmas estruturas. Engels, falando da questão da habitação, diz que ‘a mesma circunstância, que outrora determinara um certo bem-estar relativo entre os trabalhadores – a saber a posse de seus instrumentos de produção – tornou-se para eles presentemente um entrave e uma calamidade’.

O que significa, comparando, que algumas políticas para as mulheres apenas podem ser implementadas em determinada conjuntura e apenas demonstram utilidade pública temporariamente. Elas tem pré requisitos para serem efetivadas e também não podem ser concebidas como permanentes. Na medida em que funcionam como políticas para resolução de questões impostas pela dinâmica histórica, sendo permanentes, demonstram a falência do Estado quanto aos objetivos a que se propõem.

3.4. Articulação gênero-política: o aparato legal e organizativo

As identidades culturais abrigam modos de enunciação sociais individuais e coletivos e fornecerão meios de estes grupos reivindicarem direitos em face de um interesse coletivo, o que subsidiará, numa aliança política e acadêmica, políticas públicas dependendo da representatividade e legitimidade que estes grupos conseguirem angariar perante o poder público, as instituições de consenso e a sociedade como um todo. Um instrumento jurídico legal que tem conseguido avanços na busca por estes direitos articulando de forma indissociável os direitos individuais com os coletivos é a bandeira dos direitos humanos.

Na luta pela conquista destes direitos, uma das maiores reivindicações é pelo direito à diversidade e pelo reconhecimento de que as cartilhas sexuais são construídas socialmente e não estão ancoradas no corpo e na biologia. Relativizar as performances sexuais e de gênero pode ser um bom caminho e alguns grupos tem cumprido este papel integrando as agendas do que hoje se constitui o movimento LGBT como um todo.

Além de um ativismo público de protesto como tem sido as passeatas do orgulho LGBT e outras, muito tem se empreendido – com ou sem apoio dos governos federal, estadual e municipal – em ações educativas. Evidentemente, por se tratar de ações que questionam e fazem refletir sobre o *status quo* estabelecido, estas ações tem sofrido grande repúdio no campo legal por parte de grupos religiosos e parlamentares conservadores.

Entende-se que os questionamentos e conseqüentes reflexões sobre a homogeneidade e naturalidade sexual são importantíssimos – e por isto, muito refutados pelos grupos no poder – porque provaram ter forte influência para além do ato físico e da esfera privada: implicam na relativização sobre os modelos de família, de direitos previdenciários, de associações comerciais e de consumo.

Desta forma, compreendemos ser fundamental refletir sobre a representação de si e para si, considerando a categoria gênero, como

parte das construções políticas e de direitos das mulheres para, então, compreender os avanços possíveis para o grupo das mulheres da Baixada Fluminense no tocante ao acesso e permanência destas no ensino superior, entendido aqui como um direito necessário para a plena expansão dos sujeitos na sociedade desejavelmente democrática e, portanto, equitativa. Para nós a representação de si e para si tem relação íntima com a capacidade de auto visualização dos sujeitos enquanto categorias identitárias portadoras de direitos que, em nosso entender se dá legitimamente a partir de sua capacidade/possibilidade de participação emancipada (e não tutelada) na esfera pública.

Uma das iniciativas mais significativas na construção do movimento feminista brasileiro está relacionada às questões do acesso das mulheres e meninas à educação. A batalha mais dura neste campo para as mulheres foi sua entrada no ensino superior, tendo tido as primeiras graduadas que esperar até 1879 no Brasil para adentrarem no ensino superior pela porta da frente, ainda assim, apenas mediante a licença de seus pais ou maridos. (Carrara, 2009).

Outras reivindicações fortes das mulheres brasileiras foram relacionadas aos direitos trabalhistas e políticos. Quanto à primeira categoria, a reivindicação por melhores condições de trabalho se adensou a partir da abolição da escravidão e com a entrada de outros sujeitos na cena das ligas operárias: os imigrantes – sobretudo os europeus. (Carrara, 2009). Este período marcado pela presença das “sufragistas” é classificado como a Primeira Onda do Feminismo, marcada pela luta pelos direitos políticos (principalmente votar e ser votada), civis e alguns direitos sociais.

Para a I Revolução Industrial, foi de fundamental importância a entrada das mulheres no mercado de trabalho, não como uma questão de reconhecimento da autonomia das mulheres, mas por uma questão de precarização dos vínculos de trabalho e maior possibilidade de extração de mais valia com menores riscos de revolta dos trabalhadores.

Com o fim da I Guerra Mundial e a enunciação do Tratado de Versalhes (1919), o trabalho feminino ganhou definitivamente a pauta dos legisladores no nível internacional.

Segundo Carrara (2009: 75)

A nova geração de feministas recepcionou a chegada do século XX, trazendo na bagagem o justo desejo de exercerem a cidadania em toda plenitude. Motivadas pelo avanço das mulheres em alguns cenários internacionais, tentavam popularizar suas reivindicações. Nas primeiras décadas do século, conviveram com os movimentos de esquerda emergentes e com as primeiras greves operárias.

Quanto aos direitos políticos de votar e ser votada, as mulheres brasileiras apenas o conquistaram em amplitude nacional no dia 24 de fevereiro de 1932. Contudo, logo após estes avanços, dada a emergência do Estado Novo em 1937, os parlamentos foram fechados e os movimentos sociais foram duramente reprimidos até sua quase total neutralização.

Durante os anos 1960-70 emergiu uma “nova onda” (a segunda onda) do movimento feminista cuja pauta se baseava na luta pelos direitos civis das minorias. Foi neste período histórico que surgiram os estudos de gênero, conforme já mencionado anteriormente.

A partir das lutas de mulheres individual e/ou coletivamente [através de movimentos sociais] muito da condição de sexo frágil e de dominação impostas a elas foi minorado e mesmo eliminado. Aspectos legais que limitavam os direitos sociais, civis e políticos femininos [como o direito ao voto, à educação, ao trabalho ou à propriedade privada] foram conquistados nas últimas décadas.

Evidentemente, a convivência do sistema capitalista em alguns casos se deu em função de grandes lucros com a entrada da mulher no mercado de trabalho na condição de mão de obra barata ou mesmo não paga.

Sobretudo, isto não diminui o valor das conquistas já alcançadas. No início dos anos 1970 surgiram as primeiras organizações feministas desta onda do feminismo e os principais pontos de debate giravam em torno da dúvida quanto a que eixo dar centralidade nas reivindicações (classe ou gênero?) uma vez que a origem das feministas, em geral, era dos movimentos de esquerda. Já no final desta década surge um parceiro

que confere maior autonomia ao movimento feminista: o movimento negro e, por associação, o movimento de mulheres negras.

3.5. Políticas para as mulheres e o papel dos movimentos sociais

Em 1979, a partir da Convenção da ONU pela Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, ratificada pelo Brasil em 1984; em 1994, acontece a Convenção de Belém do Pará ou Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher definindo/reconhecendo que a violência contra a mulher é transversal, não sendo específica de uma classe, raça, credo, região ou qualquer grupo social que seja; em 1995, em Beijing/China, acontece a IV Conferência Mundial da Mulher. Segundo Carrara (2010: 96) esta foi uma das mais representativas Conferências da história da ONU marcando o auge desse processo de integração internacional de lutas dos movimentos sociais de uma forma geral com a luta das mulheres.

Em 2005 temos aprovado e consensuado o I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres; em 2006, no Brasil, foi aprovada a Lei “Maria da Penha” (Lei 11.340); e, em 2008, o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

De acordo com a avaliação do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, foram apontados como principais avanços em direção à institucionalização da Política Nacional para as Mulheres e sua implementação: a maior inserção da temática de gênero, raça/etnia no processo de elaboração do orçamento e planejamento do governo; a criação de organismos governamentais estaduais e municipais para coordenação e gerenciamento das políticas para as mulheres; e os avanços na incorporação da transversalidade de gênero nas políticas públicas. Nesta avaliação também indicou-se como principais insuficiências que necessitam ser superadas

a não existência de organismos de políticas para as mulheres em inúmeros governos estaduais e na maioria dos governos municipais; o baixo orçamento para as políticas para as mulheres; a criminalização do aborto; a falta de dados; a baixa incorporação da transversalidade de gênero nas políticas públicas; a ausência de compartilhamento, entre mulheres e homens, das tarefas do trabalho doméstico e de cuidados; a fragilidade dos mecanismos institucionais de políticas para as mulheres existentes; entre outras. (p..22).

Dentre os novos eixos estratégicos aprovados na II Conferência, foi dado destaque à participação das mulheres nos espaços de poder, como objeto de políticas públicas orientadas para a igualdade de gênero, e podem ser citados como temas prioritários: cultura, comunicação e mídia; meio ambiente, desenvolvimento sustentável e segurança alimentar; acesso à terra e à moradia; enfrentamento das desigualdades raciais e geracionais; entre outros.

Do ponto de vista da gestão do PNPM, nesta sua segunda fase de implementação, é importante salientar, em primeiro lugar, a grande preocupação em articulá-lo com o Plano Plurianual (PPA 2008-2011), garantindo, assim, um compromisso mais efetivo de todos os setores envolvidos com as políticas de promoção da igualdade de gênero e da autonomia das mulheres, já que este PPA refere-se ao planejamento trienal do destino das verbas federais, estaduais e municipais.

No II PNPM percebe-se uma intenção de ampliação do campo de atuação do governo federal nas políticas públicas para as mulheres, incluindo seis novas áreas estratégicas que irão se somar àquelas já existentes no I Plano:

participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta, com garantia de justiça ambiental, inclusão social, soberania e segurança alimentar; direito à terra, moradia digna e infra-estrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais; cultura, comunicação e mídia não-discriminatórias; enfrentamento ao racismo, sexismo e lesbofobia; e enfrentamento às desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas.(p.18)

Esses avanços também podem ser exemplificados pela inclusão, nesta nova versão do Plano, de ações da Agenda Social dos setores de

governo que atuam em prol da igualdade de gênero em âmbito municipal, estadual e federal, o que, idealmente, pode significar uma intenção de maior abertura para a participação democrática dos sujeitos individuais e coletivos, como os movimentos sociais.

Nesta configuração, o Comitê também ampliou a representação da sociedade civil passando de um para três o número de representantes do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher e incorporando duas representantes de mecanismos governamentais de políticas para as mulheres estaduais e duas de mecanismos municipais. Entretanto, sabe-se que a representação neste âmbito não se dá de forma homogênea, havendo participação de diversos setores e organizações com os mais diversos objetivos (com atenção especial para os setores burgueses da sociedade com seus interesses particulares), significando, portanto, que esta ampliação não indica, por si só, melhora e nem avanço, mas ampliação das possibilidades de luta.

Para nós, o que fica patente da análise destes dois planos, fruto da mobilização democrática de diversos grupos de mulheres das mais diferentes partes do país é, no I PNPM a reafirmação da inexistência de mecanismos e políticas voltados para a eliminação das desigualdades entre homens e mulheres e, no II PNPM, a necessidade da democratização da gestão destes mecanismos e políticas criados no primeiro, que não se cumpriu de forma igualitária nos diferentes territórios, nem em termos de acesso aos mecanismos nas diferentes regiões e nem em termos de abrangência aos diferentes grupos de mulheres, como as jovens, indígenas, idosas, quilombolas, lésbicas, etc.

Um dos objetivos específicos deste trabalho foi a investigação sobre a existência de políticas sociais públicas em gênero e educação voltadas para as mulheres no município de Duque de Caxias. Ao investigar dados públicos no endereço virtual do Ministério da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e do Ministério da Educação⁴⁶, pôde-se perceber a inexistência quase absoluta de convênios financiados pelo poder público, com a exceção de dois na área de gênero.

⁴⁶ O site da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres disponibiliza consulta por estado e município.

No tocante a gênero, as duas iniciativas mencionadas eram geridas pela Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres, sendo uma executada pela própria Secretaria e outra por uma organização confessional católica do Terceiro Setor. Ambas as iniciativas eram voltadas para a violência doméstica de gênero, respectivamente no âmbito do atendimento à vítima e na prevenção da violência, tendo iniciado suas atividades em 2004 e 2005, constando como já concluídas no ano de 2012⁴⁷. Sem mais registros de outros convênios.

As organizações e os movimentos sociais têm se esforçado por impor cada vez mais suas demandas, que tem se tornado progressivamente mais específicas a partir da década de 1970 no Brasil, perdendo a questão material a centralidade das demandas dos movimentos sociais, passando esta a serem focadas no que Wood (2010) chama de “bens extra econômicos” ou do que o que muitos outros autores classificam como políticas de identidade. A esse respeito, Gohn (2010) faria uma acepção principal diferenciando as identidades políticas das políticas de identidades, sendo o nexos diferencial entre as duas norteado pela existência de utilitarismos.

Para Lesbaupin (2006), segundo a lógica neoliberal

Tornar-se cidadão, em muitos discursos hoje em dia, passa a significar a integração individual ao mercado, como consumidor e como produtor. Esse me parece um princípio que subjaz a uma enorme quantidade de programas para ajudar as pessoas a “adquirir cidadania”. Num contexto onde o Estado se isenta progressivamente do seu papel de garantidor de direitos, o mercado é oferecido como uma instância substituta da cidadania. (Lesbaupin, 2006, p. 05).

Como diria Wood (2010: 241),

O efeito do capitalismo talvez seja a negação da importância da classe no momento mesmo, e pelos mesmos meios, em que ele limpa a classe de todos os resíduos extra-econômicos. Se o efeito do capitalismo é criar uma categoria puramente econômica de classe, ele também cria a aparência de que classe é *apenas* uma categoria econômica, e de que existe um vasto mundo além da “economia” onde o ditame de classe já não é válido. (...) ... a indiferença estrutural do capitalismo pelas

⁴⁷ Informações consultadas no endereço <http://www3.transparencia.gov.br/TransparenciaPublica/jsp/convenios/convenioPorMunicipio.jsf> no dia 11 de novembro de 2012, às 14:00h. Site atualizado até a data de 08 de setembro de 2012.

identidades sociais das pessoas que explora torna-o capaz de prescindir das desigualdades e opressões extra-econômicas. Isso quer dizer que, embora o capitalismo não seja capaz de garantir a emancipação da opressão de gênero ou raça, a conquista dessa emancipação também não garante a erradicação do capitalismo. (...) Enquanto nas sociedades pré-capitalistas as identidades extra-econômicas acentuavam as relações de exploração, no capitalismo elas geralmente servem para obscurecer o principal modo de opressão que lhe é específico. E, apesar de o capitalismo tornar possível uma redistribuição sem precedentes de bens extra-econômicos, ele o faz desvalorizando-os.

Algo que contrasta com este processo de “especificação” é o fato de não termos uma prática política que valorize a democracia. Seria necessário “reinventar a política” (Lesbaupin, 2006, p.09). Para esse autor, reinventar a política significaria *“instituir o reconhecimento social das pessoas pobres e despossuídas de direitos, como sujeitos da transformação.”*

De acordo com o trabalho de Gohn (2008b) de análise dos movimentos sociais, há vários eixos analíticos. O que consideramos mais próximo de nossa abordagem é o que, nas palavras da autora

... critica veementemente a ressignificação das lutas emancipatórias e cidadãos pelas políticas públicas que buscam apenas a integração social, a construção e produção de consensos, conclamando para processos participativos, mas deixando-os inconclusos, com os resultados apropriados por um só lado, o que detém o controle sobre as ações desenvolvidas. São as cidadanias tuteladas, geradas nos processos de modernização conservadora. Trocam-se identidades políticas construídas e tecidas em longas jornadas de lutas, por políticas de identidades construídas em gabinetes burocratizados. P.442.

Visitando organizações públicas na Baixada Fluminense durante o ano de 2009⁴⁸, pudemos verificar que nesta região geográfica os movimentos sociais e redes associativas de mobilizações têm pouca expressividade, sendo as ações capturadas pelo Estado ou pelo mercado.

Se por um lado há as organizações públicas impostas de “cima para baixo” sem a colaboração da sociedade em sua formulação e, portanto, pouco eficazes pelo caráter de homogeneização; por outro há o imperativo de transformar-se em uma organização como critério para

⁴⁸ Esta incursão a campo fez parte da etapa exploratória do projeto de pesquisa para esta tese – ainda embrionário. Foram visitadas quinze organizações de várias naturezas (públicas, privadas, do terceiro setor) que estivessem ligadas de alguma forma à garantia dos direitos das mulheres. Não foi feita qualquer sistematização de dados e o nome de tais organizações não será mencionado visando garantir a segurança dos sujeitos envolvidos.

recebimento de recursos e repasses de verbas governamentais, ou seja, muitos dos movimentos têm de criar associações registradas e institucionalizam-se normativamente (GOHN, 2010: 451). Assim dilui-se o coletivo maior num coletivo menor, que restringe-se a um número de pessoas que compõe a diretoria ou coordenação de uma entidade, passando ao status de entidade da sociedade civil organizada e não mais movimento social.

Não sendo este o objeto desta tese, este dado não será aprofundado, contudo, cabe mencionar que o chamado processo de “onguização” dos movimentos sociais reflete uma conjuntura contemporânea que parece progressiva e irrevogável: os movimentos sociais no Brasil vinculados com os interesses da classe trabalhadora, alijados de apoio governamental, achatados em suas perspectivas de ação concreta, tendem a desaparecer em face da condição de trabalhadores de seus ativistas. Contando apenas com recursos próprios, restam poucas alternativas para continuarem atuando, além de transformação em instituição.

Para Gohn (2010) isto se constitui como a fonte do paradoxo, da transfiguração de atores e sujeitos sociopolíticos na cena política brasileira nos últimos anos. Antes movimento social, agora parte da sociedade civil organizada. Não nos aprofundaremos aqui as discussões quanto ao caráter da “honestidade” quanto à utilização dos recursos angariados por algumas destas instituições. Muitas destas instituições não públicas e destes sujeitos que não fazem parte do erário público trabalham acoplada(o)s à estrutura pública, se confundindo com a mesma e camuflando ainda mais o quadro de desmonte da estrutura pública no país.

Seja através das terceirizações de serviços sociais (pelas OSs ou ONGs) ou pelas ofertas de “cargos de confiança”, é estimulado pelo poder público no estado do Rio de Janeiro o desmonte da estrutura pública através de ofertas financeiras imediatamente atraentes, mesmo que estes apresentem alto grau de dependência e subordinação a seus “empregadores”, muitas vezes, sendo absolutamente desmontados a cada mudança de governo. Ou seja, trata-se das chamadas políticas de

governo e não de Estado, regidas fortemente pela lógica do coronelismo, do voto de cabresto, da troca de votos e da violência na política: alguns dos resultados da ação não radical do movimento social: em vez do enfrentamento e superação da questão social e suas consequências, negocia-se.

Lesbaupin propõe a reinvenção da política baseada em princípios de uma nova democracia, que estriam condicionados a três movimentos simultâneos: 1) reconstruir e alargar os espaços públicos de participação política; 2) “repolitizar” a vida social, em especial com a submissão radical da economia à política democrática; 3) alimentar uma nova subjetividade, que estimule cada sujeito social a contribuir, de maneira autônoma, recíproca e criativa na reprodução e na reinvenção incessante da vida social.

Como lembra Gohn (2010: 444), todas estas construções e reconstruções são frutos de ações orientadas dos sujeitos individuais e coletivos:

Não há, (...) nada intrínseco, pré-dado. As construções são relacionais, ainda que as estruturas maiores existam a priori, antes das ações. Mas elas vão se modificando com as ações. Um movimento social com certa permanência é aquele que cria sua própria identidade a partir de suas necessidades e seus desejos, tomando referentes com os quais se identifica. Ele não assume ou “veste” uma identidade pré-construída apenas porque tem uma etnia, um gênero ou uma idade. Esse ato configura uma política de identidade, e não uma identidade política. O reconhecimento da identidade política se faz no processo de luta, perante a sociedade civil e política; não se trata de um reconhecimento outorgado, doado, uma inclusão de cima para baixo. O reconhecimento jurídico, a construção formal de um direito, para que tenha legitimidade, deve ser uma resposta do Estado à demanda organizada. Assim, a questão da identidade aparece em termos de um campo relacional, de disputas e tensões, um processo de reconhecimento da institucionalidade da ação, e não como um processo de institucionalização da ação coletiva, de forma normativa, com regras e enquadramentos, como temos observado nas políticas públicas no Brasil, na atualidade.

Ao observar a política baixadense é muito nítido o comprometimento da possibilidade de ação de grande parte da população em face da polarização de classes cada vez mais acentuada, onde os mais ricos detêm muito e os mais pobres encontram-se em condição de indigência, ficando as classes médias cada vez mais achatadas e limitadas em sua condição de ação política dada a ação da concorrência

e do individualismo serem estimulados pela lógica capitalista cada vez mais pungentes.

A atuação paralela/conjugada de profissionais comprometidos com processos socioeducativos de promoção de processos de conscientização e reflexão parece um dos pontos que abre perspectivas positivas para além da mera manutenção da pobreza necessária ao sistema capitalista.

Um elemento de fundamental importância parece ser o fato de que a maior parte dos avanços promovidos pelos movimentos de mulheres e pelos movimentos feministas têm sido resultado da atividade das redes e não de ações focais e estritamente locais, mas processos amplos, que não limitam os movimentos sociais aos territórios geográficos, mas produzem uma geografia social com possibilidade de ampliação das paisagens e da interpretação das mesmas.

Barnes, (apud Gohn, 2008, p.447), definiu rede como *“o conjunto das relações interpessoais concretas que vinculam indivíduos a outros indivíduos, num dado campo social, composto, por exemplo, por uma série de atividades, eventos, atitudes, registros orais e escritos etc.”* Embora tenha sido Manuel Castells com sua obra *“Sociedade em Rede”* (1999, 2001, 2008) quem deu status acadêmico a este conceito inscrevendo-o no cenário das *“ferramentas metodológicas”* atuais, tratando a sociedade globalizada como uma rede, e as estruturas sociais construídas a partir dessas redes como sistemas abertos, dinâmicos, suscetíveis de inovações.

Sendo assim, alguns autores substituirão o conceito de movimentos sociais por rede, outros, irão entendê-lo como um dos suportes ou ferramentas dos movimentos, e, para outros ainda, a rede é uma construção que atua em outro campo, das práticas civis, sem conotações com a política, em que a idéia de *“público participante”* substituiu a de militante etc. (GOHN, 2008^a: 447).

No tocante à luta das mulheres, dados empíricos sobre movimentos sociais e organizações associativas da sociedade têm demonstrado, segundo o boletim da Abong – Associação Brasileira de ONGs, atualmente que:

...as mulheres representam dois terços dos 876 milhões de adultos analfabetos do mundo. Elas são mais da metade da população mundial e produzem metade dos alimentos do mundo, apesar de serem proprietárias de somente 1% das terras produtivas. Pesquisas da ONG Care têm demonstrado que quanto mais tempo uma jovem fica na escola, maior será a renda da sua família quando ela se tornar adulta. Em resumo, o fortalecimento das condições das mulheres é crucial como primeira ação para as mudanças nos países mais pobres do mundo⁴⁹.

Acrescente-se que a situação singular contemporânea de *discriminação e criminalização* (GOHN, 2008; 2010) às ações provenientes destas redes de ações organizadas na sociedade civil consideradas, então, como movimentos sociais e diferentes, portanto, das formas mais fragmentadas de associativismo civil.

Evidentemente, em se tratando de ações que se pretendam mais que atividades focais ou subordinadas a agendas políticas verticalizadas e já organizadas pela lógica “de cima para baixo”.

Uma outra face do fenômeno está ligada ao estímulo à participação da população em ações que já demonstraram ineficácia para enfrentamento e superação das seqüelas da questão social, via **projetos pontuais**, que colocam como lógica central a desresponsabilização e o descrédito do Estado quanto a estas questões, ficando como último recurso a atuação em organizações sociais que se afiguram como pertencentes a um Terceiro Setor.

Já é ponto pacífico entre os pesquisadores da área que os movimentos sociais têm um potencial educativo em suas práticas na medida em que suas ações na forma clássica para além das formas de associativismo pontuais, via identidades de projetos, têm características que privilegiam as trocas simbólicas, a construção de sentidos para o mundo de acordo com a classificação de Gohn (2008a, 2008b, 2009, 2010) para o que venha a ser movimentos sociais. Não há dúvidas quanto ao potencial emancipador dos movimentos na medida em que estes se propõem a ações educativas com objetivos de libertação perene e não apenas aquelas ações coletivas pontuais.

Entretanto, para ela (2010: 444-5)

⁴⁹ Informes Abong, 368, 11/10/2006.

Os sujeitos dos movimentos sociais saberão fazer leituras do mundo, identificar projetos diferentes ou convergentes, se participarem integralmente das ações coletivas, desde seu início, geradas por uma demanda socioeconômica ou cultural relativa, e não pelo simples reconhecimento no plano dos valores ou da moral.

Isso pode nos fornecer pistas para explicar a coexistência de que as mulheres sejam maioria nos movimentos sociais e ainda assim exista um nível acentuado de violências contra a mulher já que a eliminação da violência não depende da criação de um senso moral apenas dentre os membros do movimento, mas na sociedade como um todo.

Em suas palavras,

... a área da educação – devido ao potencial dos processos educativos e pedagógicos para o desenvolvimento de formas de sociabilidade e constituição e ampliação de uma cultura política – passou a ser estratégica também para os movimentos populares, a exemplo do MST. (GOHN, 2008a: 441.)

Na lógica do “faça você mesmo a diferença social”, ou a sugerida por Toro (2006 *apud* GOHN, 2008): substituindo a “cultura da espera” pela “cultura da resolução, do fazer”, bem como pela constituição de instituições públicas que atuam com as demandas populares, mas que vêm com formatos prontos a serem cumpridos via projetos de cima para baixo com uma lógica utilitarista das políticas públicas é relevante crer, como Chico de Oliveira (*apud* LESBAUPIN, 2006) que “ *a política é irrelevante para as classes dominantes e inacessível para as classes dominadas*” confirmando que a “*as grandes decisões passam por fora da democracia*” e informando que hoje os direitos sociais são possibilidades e não mais direitos, na medida em que o direito social deixa de ter a face de um direito reivindicado e construído pela sociedade civil via diálogo ou mesmo correlação de forças sociais.

Portanto, o que se propõe aqui não é tão simplesmente uma mudança da ordem da organização de gênero ou de classe, mas uma mudança de ordem ética e moral complexa e formada de diversos elementos mais ou menos visíveis na esfera pública, sendo certo que

todos estes são da alçada da discussão política na medida em que se apresentam como condição e tocam nas formas de existência humana.

3.6. Analisando alguns Indicadores Sociais

Conforme refletimos anteriormente, vários são os elementos que influenciam na qualidade de vida de homens e mulheres na sociedade democrática que estão ligados ao acesso e participação às/nas políticas sociais públicas. Alguns deles foram alvos na última Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios realizada pelo IBGE em 2009 e divulgada no final de 2010 por meio da síntese de indicadores sociais (SIS). Assinalaremos alguns que consideramos relevantes para os estudos de gênero e de todas as categorias transversais que os complexificam e melhor elucidam.

Um dos tópicos em destaque revela que as mulheres mais escolarizadas são mães mais tarde e têm menos filhos. Na pesquisa realizada em 2010, fica clara a relação entre o aumento da escolaridade e a diminuição do número de filhos.

Conforme afirmam,

... no país como um todo, as mulheres com até 7 anos de estudo tinham, em média, 3,19 filhos, quase o dobro do número de filhos (1,68) daquelas com 8 anos ou mais de estudo (ao menos o ensino fundamental completo). Além de terem menos filhos, as mulheres com mais instrução eram mães um pouco mais tarde (com 27,8 anos, frente a 25,2 anos para as com até 7 anos de estudo).

Certamente estes elementos indicam uma mudança geral no comportamento social das mulheres, contudo, o mesmo estudo revela que a mudança não é generalizada já que este grupo constitui-se como minoria das mulheres.

Contudo, se o índice de reprodução humana tendia a indicar uma mudança no comportamento das mulheres, outro índice não permite dizer que esta mudança foi incorporada por todos os setores da sociedade já que, conforme pesquisas anteriores já demonstraram (HIRATA e

KERGOAT, 2007), embora seu nível de escolaridade tenha aumentado, o rendimento médio delas continua inferior ao dos homens: “... *as mulheres ocupadas ganham em média 70,7% do que recebem os homens*), *situação que se agrava quando ambos têm 12 anos ou mais de estudo (nesse caso, o rendimento delas é 58% do deles).*”.

Ademais, ainda conforme já indicado por Hirata e Kergoat (2007) embora trabalhem fora, as mulheres ainda são as principais responsáveis pelos trabalhos domésticos e o cuidado com filhos e idosos do grupo familiar.

Quanto ao acesso à educação foi percebida uma renovação conservadora com o aumento elevado em todos os níveis de escolaridade, por um lado a determinação material limitando este acesso para os níveis de ensino não obrigatórios (infantil, médio e superior), o que demonstra uma democratização limitada no acesso:

As desigualdades no rendimento familiar *per capita* exercem grande influência na adequação idade/nível de ensino frequentado: entre os 20% mais pobres da população, 32,0% dos adolescentes de 15 a 17 estavam no ensino médio, enquanto que, nos 20% mais ricos, essa situação se aplicava a 77,9%.

Ainda quanto à educação de modo geral e com foco no ensino superior, verificou-se nos últimos 10 anos um aumento generalizado de 22,1% para 48,1% da presença dos jovens entre 18 e 24 anos dentre os que estavam cursando o ensino superior, o que muda o perfil e dos estudantes deste nível no país.

Um elemento importante no tocante ao acesso à educação superior refere-se à diferença marcante entre brancos e pretos.

Em 2009, 62,6% dos estudantes brancos de 18 a 24 anos cursavam o nível superior (adequado à idade), contra 28,2% de pretos e 31,8% de pardos. Em 1999 eram 33,4% entre os brancos contra 7,5% entre os pretos e 8% entre os pardos. Em relação à população de 25 anos ou mais com ensino superior concluído, houve crescimento na proporção de pretos (2,3% em 1999 para 4,7% em 2009) e pardos de (2,3% para 5,3%). No mesmo período, o percentual de brancos com diploma passou de 9,8% para 15%.

Da mesma forma, as diferenças entre rendimentos no país têm uma marca racial e educacional, continuando os rendimentos de pretos ou pardos inferiores aos de brancos, embora a diferença tenha diminuído nos últimos dez anos. O rendimento-hora de pretos e de pardos representava respectivamente 47% e 49,6% do rendimento-hora dos brancos em 1999, passando a 57,4% para cada um dos grupos em 2009.

Considerando as diferenças salariais incluídas informações quanto à educação, percebe-se que

os percentuais de rendimentos-hora de pretos e pardos em relação aos brancos, em 2009, eram, respectivamente, de 78,7% e 72,1% para a faixa até 4 anos de estudo, de 78,4% e 73% para 5 a 8 anos, de 72,6% e 75,8% para 9 a 11 anos, e de 69,8% e 73,8% para 12 anos ou mais. [...] ademais, quanto maior [a escolaridade], mais desigual [a renda].

Se quiséssemos considerar a relação homem / mulher, não teríamos dados disponíveis nesta mesma base de dados.

Ainda conforme a PNAD (2009), no mercado de trabalho houve uma elevação generalizada do número de trabalhadores formais como um todo, contudo, percebeu-se que, dentre os informais, predominam as mulheres (entre as jovens de 16 a 24 anos, 69,2% das ocupadas estavam em trabalhos informais) e, ainda, idosas (entre as mulheres de 60 anos ou mais: 82,2%).

Se considerarmos as diferenças regionais: no Sudeste, 57,2% das mulheres jovens estavam inseridas em trabalhos informais, no Nordeste chegava a 90,5%.

Se considerarmos a característica de raça, há uma diferença de 10.1 pontos percentuais a favor das brancas (44% dentre as brancas e 54,1% dentre as pretas) em termos de formalidade no mercado de trabalho.

Uma diferença em termos de ocupação para homens e mulheres se dá na quantidade de horas trabalhadas na informalidade, com mulheres trabalhando cerca de 36,5 horas semanais e homens 43,9 horas não incluídas as horas de trabalho doméstico. Diferença que não se

verificou tão grande nos trabalhos formais (40,7 e 44,7 para mulheres e homens, respectivamente).

De certa forma estas cifras indicam uma expulsão das mulheres do ramo formal já que, na conjuntura atual, são as maiores cuidadoras domésticas em todos os níveis, precisando de mais tempo para desempenhar estas funções, ou seja, uma vez que o trabalho fora de casa demanda um aumento da dedicação em horas, impossibilita a execução do trabalho doméstico, ficando a mulher, na maioria dos casos, obrigada a optar por qual trabalho desempenhar: o doméstico ou o trabalho fora de casa.

De acordo com o SIS, publicado pelo PNAD/IBGE 2010

Segundo a OIT, a demanda por trabalho doméstico tem crescido no mundo todo. Contribuíram para isso as mudanças na estrutura familiar, na organização do trabalho, na entrada maciça de mulheres no mercado de trabalho, entre outros fatores. As dificuldades de integração da vida profissional com a vida doméstica têm causado um crescimento das desigualdades entre segmentos de mulheres. A responsabilidade pelos cuidados com crianças ou idosos atinge fundamentalmente as mulheres, e é nesse ponto que as políticas públicas têm um papel fundamental. (P.250).

No nicho trabalho agregado a anos de estudo um fenômeno inverso acontece entre homens e mulheres onde estas trabalham menos quando tem escolaridade mais baixa e mais quando tem maior escolaridade; e os homens trabalham mais quanto menor a escolaridade e menos quanto maior a escolaridade.

Do SIS 2010, um fator que contribui para uma visão negativa quanto à melhora da condição feminina em geral é o percentual de mulheres vítimas de violência.

De acordo com esta síntese, 41 mil mulheres relataram ter sido vítimas de violência, registrados pela Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM). Esta Secretaria registrou, em 2009, por sua Central de Atendimento à Mulher (Ligue 180), o que representou 10,2% dos atendimentos, que incluem pedidos de informação, prestação de serviços, reclamações, sugestões e elogios. Destes relatos, aproximadamente 22

mil (53,9%) referiam-se à violência física e mais de 13 mil (33,2%) referiam-se à violência psicológica, já 576 (1,4%) eram casos de violência sexual.

Estes números revelam, por um lado, um panorama concreto de violência contra a mulher, considerado inaceitável, contudo, demonstra um movimento diferente destas mulheres que consiste na denúncia, que sempre foi evitada pelas mulheres por diversas razões (dependência financeira, psicológica ou moral dos parceiros e da família) e, portanto, alvo de campanhas dos movimentos feministas, procurando dar uma feição pública a um problema historicamente tratado como privado no Brasil.

Ademais, vale destacar que, no país, dos 5.565 municípios existentes, só 274 podem contar com atendimento judicial específico voltado para a problemática da violência doméstica contra a mulher, estando concentrado em maior número no estado de São Paulo e inexistindo no Distrito Federal e no Amapá.

O mesmo ocorre quando se fala de Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher: existem apenas 397 em todo o país, sendo que 120 estão no estado de São Paulo, 49 em Minas Gerais e nenhuma pode ser encontrada em Roraima.

3.6.1. Mulheres na educação superior

Segundo dados da PNAD de 2009, 37,9% da população entre 18 e 24 anos tinham 11 anos de estudo. O perfil regional das pessoas com esta faixa etária e esta quantidade de anos estudados no Brasil é encontra-se dividido da seguinte forma: a Região Norte concentra 9% das pessoas entre 18 e 24 anos de idade no país; a Nordeste: 30% ; a Região Sul: 13%; a Região Sudeste: 41% e a Região Centro-Oeste: 07%.

Comparando esta concentração populacional com a concentração de pessoas entre 18 e 24 anos com 11 anos de estudos percebemos que na Região Norte 32,1% desta juventude tem 11 anos de estudos; na

Região Nordeste a relação é de 31,8%; na Região Sul o percentual é de 38,2%; na Região Sudeste é de 44% e na Região Centro Oeste o percentual é de 35,1%.

Se compararmos estes percentuais considerando as diferenças de gênero, perceberemos que em todas as regiões o percentual de mulheres nesta faixa etária com 11 anos de estudo é um pouco maior que o de homens (porém, nunca passando de 9 pontos percentuais – que é o caso da Região Nordeste, onde as mulheres correspondem a 36,2% e os homens 27,3%), sendo a Região Sudeste a que concentra o maior percentual (46,4%), inclusive, acima da média do país, que é de 40,6%. A menor média está localizada na região Norte, com 33,8%. A menor relação de diferença encontra-se na Região Sul, onde 36,7% dos homens entre 18 e 24 anos tem 11 anos de estudo em contraposição a 39,7% de mulheres.

Outro dado agregado é o marcador social de cor. Se considerarmos a diferença de cor, perceberemos que as pessoas brancas são maioria neste grupo em foco em todas as regiões variando entre o máximo de 46,4% da população no Sudeste e o mínimo de 36,3% da população na Região Norte do Brasil.

Quando se trata dos grupos preto e pardo, percebe-se ambos encontram maior percentual (39,8%) na Região Sudeste e o grupo preto encontra seu menor percentual na Região Centro Oeste (30,1%) e o grupo pardo encontra seu menor percentual na Região Nordeste (29,9%).

Quando tivemos nossa primeira indagação a respeito das condições de acesso e permanência das mulheres da periferia ao ensino superior no Brasil, lançamos a hipótese de que elas eram minoria comparadas aos homens, o que, rapidamente, em pesquisas superficiais, já pudemos refutar. Imediatamente, lançamos outra hipótese, qual seja: de que elas poderiam ingressar em maior número nos cursos de ensino superior, entretanto, não se formariam mais que os homens em termos percentuais. Esta hipótese também cai por terra de acordo com estes dados apresentados através da pesquisa sobre os dados primários coletados pelo INEP no Censo do Ensino Superior em 2009 – informações gentilmente cedidas pelo Instituto Anísio Teixeira.

Assim sendo, em termos de dados quantitativos, levantamos outra hipótese que foi de que existisse algum tipo de diferença em termos de divisão regional. A partir da análise preliminar destes dados, verificamos que as mulheres são maioria absoluta tanto no ingresso quanto na conclusão de cursos de ensino superior, na capital carioca ou na Baixada Fluminense, em instituições públicas e privadas.

Em 2010, segundo dados disponibilizados pelo INEP, no estado do Rio de Janeiro, 308.684 mulheres e 243.579 homens (totalizando 552.263 pessoas) se matricularam em IES, sendo que apenas 76.211 mulheres e 63.042 homens (totalizando 139.253 pessoas) se matricularam em IES públicas, ao passo que em IES privadas, foram 232.473 mulheres e 180.537 homens a se matricular no ano de 2010.

Quando separamos por município, vemos que, no município do Rio de Janeiro, foram 316.831 matrículas (57 % do total do estado do Rio de Janeiro), sendo 170.073 mulheres e 146.758 homens.

Já somando todos os 14 municípios da Baixada Fluminense, houve um total de 59.629 matrículas – sendo 44.657 em IES privadas e 14.972 públicas. Do total, foram 36.606 mulheres e 24.434 homens, mas, em se considerando a natureza (pública ou privada), foram 8.052 mulheres matriculadas em IEs públicas, e 6.920 homens. Já em IES privadas, foram 27.510 mulheres e 17.147 homens.

Algo se percebe claramente com estas estatísticas é que, embora o número geral de mulheres seja superior ao de homens em qualquer natureza de IES, se compararmos o percentual entre as públicas e as privadas, veremos que enquanto as mulheres são 53% das matriculadas em IES públicas; já em se considerando as IES privadas, estas são 62% do total, significando a disparidade em termos da qualidade de educação a que os diferentes sexos tem acesso, ficando as mulheres mais concentradas nas IES privadas que os homens.

Quando consideramos apenas o município de Duque de Caxias, vemos que o total de ingressantes em IES em 2010 foi de 24.052 estudantes, sendo 2.256 em IES públicas e 21.796 em IES privadas. Destes números, tivemos 13.850 mulheres e 7.946 homens matriculados

em IES privadas e 1477 mulheres e 779 homens matriculados em IES públicas.

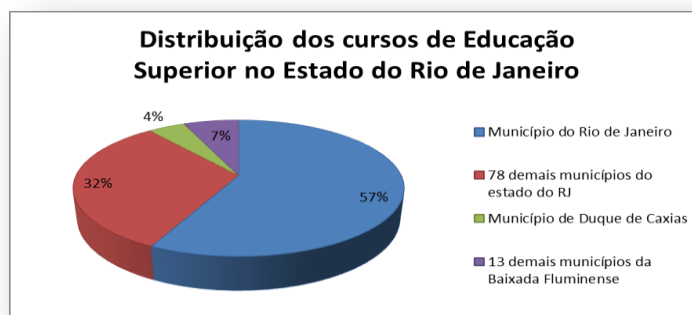


Gráfico 8

Dentre os cursos das IES públicas, os com maior número de matrículas foram, em ordem decrescente, os de pedagogia, com 1.149 matrículas (sendo 972 mulheres); seguido por ciências biológicas, com 183 matrículas (sendo 129 mulheres); física e astronomia, com 183 matrículas (sendo 132 homens); e geografia, com 148 matrículas (sendo 77 homens).

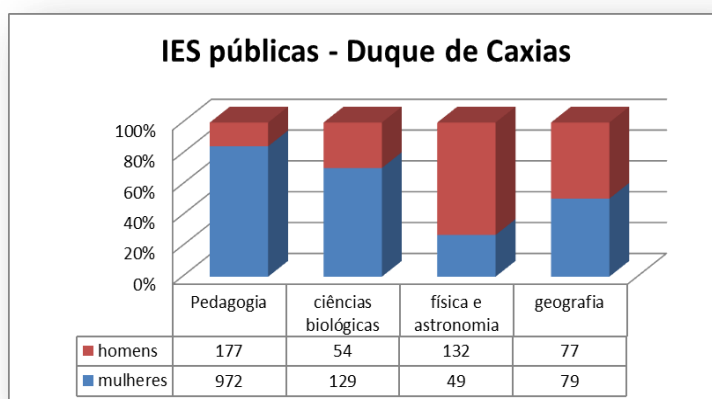


Gráfico 9

Dentre os cursos das IES privadas, os com maior número de matrículas foram, em ordem decrescente, os de administração de empresas, com 3.949 matrículas (sendo 2.374 mulheres); enfermagem,

com 1967 matrículas (sendo 1651 mulheres); direito, com 1.934 matrículas (sendo 1032 mulheres); pedagogia, com 994 matrículas (sendo 942 mulheres).

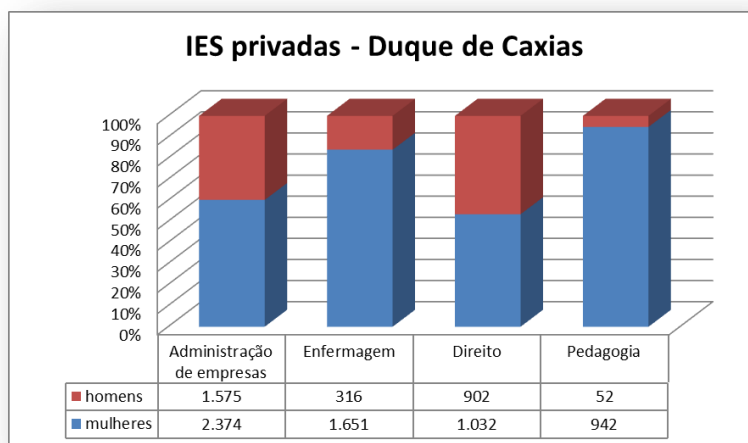


Gráfico 10

Na análise de todos os cursos, não ocupariam expressiva quantidade de matrículas os cursos considerados das ciências “duras”, ou “exatas”⁵⁰ já que perfizeram todos, somados, um total de 2.310 matrículas.

Apenas um elemento se destacou fortemente na análise do número de matrículas destes cursos e não poderia deixar de ser observado dada sua relevância: sua imensa maioria de 1.770 (76,6 %) ter sido ocupada por homens. Ao que parece, este dado não é casual uma vez que estes cursos, além de estarem carregados de forte componente de gênero (são, no senso comum, considerados cursos com maior exigência intelectual por serem filiados às ciências exatas, e, portanto, cursos considerados “próprios” para homens) são os cursos cuja profissão tem as maiores taxas de retorno financeiro e status no país atualmente.

Ao compararmos com o município do Rio de Janeiro, a situação se repete: no curso de engenharia, em IES pública, temos 3.452 matrículas em 2010, sendo que, destas, 2391 (69%) eram masculinas. Já no curso

⁵⁰ Aqui, representados pelos cursos de análise de sistemas, sistemas da informação, engenharia, serviços industriais, e mineração e extração.

de pedagogia, temos 3.213 matrículas, sendo 2.720 (84%) femininas. Salvas as devidas proporções, o mesmo ocorre nas IES privadas.

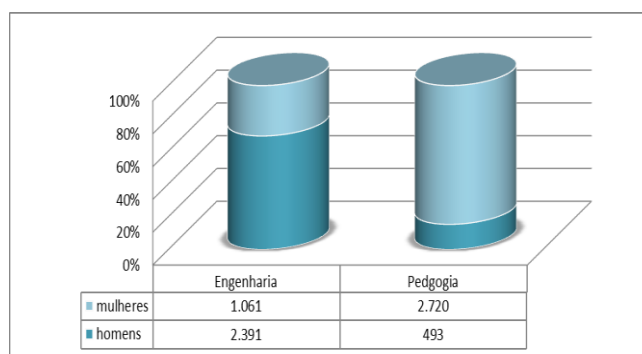


Gráfico 11 – Comparativo da ocupação de cursos segundo sexo

Estes dados parecem demonstrar ao menos dois fatos não excludentes: 1) as profissões de maior prestígio social e econômico são majoritariamente ocupadas por homens 2) as profissões cujo retorno financeiro é menor, em geral, são consideradas tipicamente femininas e as cujo retorno financeiro é maior, tem sido consideradas tipicamente masculinas.

Sabe-se que as construções sociais quanto ao que é tipicamente feminino e o que é tipicamente masculino variam de acordo com os interesses dos grupos no poder e tem a função social de desestimular a concorrência e o ingresso dos demais grupos nas esferas consideradas de aquisição de poder. Estas construções, em geral, ocorrem através tanto da coibição via violência física como por via de formulações como “isto é algo masculino”; “isto não é coisa para mulher”; “você (mulher) não vai conseguir dar conta, é muito difícil pra você”.

Evidentemente, estes dados refletem o presente período histórico do país, sobretudo, do estado do Rio de Janeiro, já que se trata de um momento em que toda a nação se prepara para receber ao menos dois eventos internacionais de grande proporção: a copa do mundo e as olimpíadas. Desta forma, não é de se estranhar que as profissões ligadas à engenharia e à indústria estejam no topo dos salários no país.

Outro fato que evidencia as mudanças salariais das diferentes profissões ao longo da história bem como sua ocupação por gênero é

retratado nas carreiras de medicina e direito, ambas ocupadas, hoje, de maneira igualitária entre homens e mulheres. Não se sabe ao certo a ordem dos fatores, mas um fato notório é que hoje, médica(o)s e advogada(o)s já não ocupam o topo da pirâmide salarial.

Conforme Cunha e Vasconcelos (2012: 111), embora venham a concluir pelo fator das diferenças educacionais (isoladamente) como fator primordial, uma fonte de diferenciais de salários é a presença de discriminação. Para ele, sobressaem-se duas explicações para sua existência:

A **primeira** atribui a discriminação à “antipatia” de uma parcela da população em relação a uma minoria ou a um “costume social” por discriminar.

A **segunda**, denominada discriminação estatística, ocorreria porque, a partir de características observadas de determinado grupo, empregadores fariam inferências, por exemplo, sobre a produtividade ou o salário de reserva desse grupo, buscando minimizar custos na contratação.

Eles ainda salientam que *“a discriminação se caracteriza por gerar diferenciais significativos e persistentes de salários”*.

Além disso, afirmam que

... as causas da alta desigualdade de renda brasileira são variadas e complexas - individuais, familiares e institucionais. No entanto podem ser identificados cinco determinantes da desigualdade: as diferenças natas dos indivíduos, como raça, gênero e riqueza inicial; as diferenças adquiridas, como educação e experiência; aquelas transmitidas pelo mercado de trabalho, como discriminação e segmentação; as imperfeições dos mercados de fatores e capitais; e, por fim, os fatores demográficos relacionados às decisões de formação domiciliar, como fertilidade.

[...]

A educação corresponde ao fator mais relevante para explicar a desigualdade, considerando tanto sua contribuição bruta quanto a marginal. [...] ...a taxa de escolaridade está aumentando, e o analfabetismo está reduzindo no Brasil, mas ainda há fortes desigualdades regionais, além do elevado hiato educacional, que indica problemas com repetência e evasão escolar. [...] já para o ensino superior, os problemas são ainda maiores, pois as desigualdades são mais profundas. (CUNHA & VASCONCELOS, 2012:122).

Embora seja o principal determinante da desigualdade na distribuição dos salários no Brasil, destaca-se que, no caso da contribuição bruta, a educação foi o determinante que mais auxiliou para a queda da desigualdade, de 1995 para 2009, em 5,6 pontos percentuais.

Outro fator analisado pelos autores foi a diminuição da desigualdade entre homens e mulheres no quadro de pessoas empregadas no país: embora ainda sejam 44,2% - minoria absoluta, em 2009 - seu aumento foi de 4,4 pontos percentuais se considerarmos os 39,6% do ano de 1995. Entretanto, mesmo com o aumento de sua participação no mercado de trabalho, inclusive, com aumento de salários, em 2009, as mulheres brasileiras ainda recebiam um salário médio de R\$759,20, ao passo que os homens, recebiam R\$1.016,56 – configurando uma distância salarial de 26%.

De nosso ponto de vista, há uma alteração no perfil dos estudantes de ensino superior a partir de um investimento federal significativo neste setor no último decênio. Concomitante a este movimento, pode ser observado um avanço em termos de abertura para a participação de movimentos sociais, incluindo aí expressivamente o movimento feminista, que teve diversas conquistas políticas de direitos formais específicos destas bandeiras.

O que ainda desejamos verificar, pensando no ethos específico da Baixada Fluminense é a permeabilidade deste ethos ao movimento globalizado de formação e acesso a direitos, sobretudo, os direitos sociais das mulheres não apenas formais, mas em termos de qualidade e concretude em suas vidas cotidianas. Queremos dizer com isso que embora os dados quantitativos apontem para maior acesso das mulheres à educação superior, cabe ainda uma avaliação analítica qualitativa no sentido de observar como é a trajetória destas mesmas mulheres durante os cursos e qual o sentido que as mesmas dão para a mesma, além do mais, de que tipo de educação está se falando?

É neste sentido que aponta nossa indagação maior de pesquisa, que será objeto no capítulo quatro deste trabalho.

Será que se isolarmos a variável de gênero teremos as mesmas dificuldades/facilidades durante o percurso para homens e mulheres? Se

mulheres tiverem a mesma condição econômica, social, cultural, étnico racial que eles viverão as mesmas experiências que os homens para cursar a educação superior na Baixada Fluminense?

Estes e outros questionamentos não serão discutidos diretamente neste trabalho visto que não se trata de um estudo comparativo, porém, permanecem no horizonte de problemas relevantes a serem desvendados tanto com pretensões acadêmicas quanto em suas consequências políticas, uma vez que sabemos que, já em 1995, no estudo de Vera Jacob, verificava-se que

Apesar de o magistério no Brasil ser uma profissão predominantemente feminina, chegando a 96,2% no magistério primário, a presença da mulher vai declinando à medida que eleva-se o grau de ensino, chegando a cair para 42,2% no magistério superior. (JACOB, 1995: 38).

Das diversas pesquisas que acompanhou, Jacob (1995: 39) identificou alguns elementos em comum, como:

- . a presença recente da mulher na Universidade Brasileira, que data de 1879, na área da medicina;
- . dificuldades para conciliar vida profissional e maternidade;
- . processo de socialização que restringe aspirações das mulheres, jovens e adultas, para ascenderem a postos hierarquicamente superiores;
- . discriminações em nível dos julgamentos classificatórios para a aceitação em cursos de pós-graduação e para a concessão de bolsas e auxílios.

Mais de 18 anos passados, diversos destes fatores permanecem atuando como problemáticos nas trajetórias de mulheres de todo o país. Em resumo, a análise destes dados permitiu identificar que, apesar de em maior número nas IES tanto na entrada quanto na saída, as mulheres ainda estão concentradas em cursos com menor qualidade e prestígio social e que ainda detêm os menores salários, faltando muito para que esta formação superior signifique avanço em termos de ascensão social e econômica das mulheres.

4. A reprodução ideal do movimento real

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária, os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestado os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar e nessa linguagem emprestada. [...]. De maneira idêntica, o principiante que aprende um novo idioma, traduz sempre as palavras deste idioma para sua língua natal; mas só quando puder manejá-lo sem apelar para o passado e esquecer sua própria língua no emprego da nova, terá assimilado o espírito desta última e poderá produzir livremente nela.”

[MARX, Karl. O 18 Brumário de Luis Bonaparte, 2011].

Neste capítulo, cumpre desenvolver o caminho metodológico da pesquisa identificando, inicialmente, os instrumentos de pesquisa utilizados e, posteriormente, dissertando sobre os dados construídos em base ao método escolhido, conforme mencionado na introdução.

Nas entrevistas semi-estruturadas delimitei uma lista de questões ou tópicos para serem trabalhados com relativa flexibilidade já que as questões não precisam seguir a ordem prevista no roteiro assim como podem ser formuladas novas questões no decorrer da entrevista.

De acordo com Minayo (2009) as principais vantagens das entrevistas semi-estruturadas são as seguintes: possibilidade de acesso à informação além do que se listou; esclarecer aspectos da entrevista; gera pontos de vista, orientações e hipóteses para o aprofundamento da investigação e define novas estratégias e outros instrumentos.

O objetivo destas entrevistas foi perceber como se situam as entrevistadas em relação à educação superior, participação política, Baixada Fluminense, ser homem e ser mulher na sociedade contemporânea, conforme roteiro de entrevista que segue em anexo.

Parece fundamental compreender o sentido que esta experiência tem para estes sujeitos, a fim de pensar o lugar da educação superior na construção de alternativas para eles. Esta, então, é uma relevante preocupação ao investigar a realidade social do *ethos* da Baixada Fluminense, as relações de poder aí existentes, os elementos que compõem este panorama atualmente, e seus condicionantes culturais, éticos, históricos, econômicos, políticos, e sua relação com o conhecimento teórico, já que a teoria tem uma instância de verificação da sua *verdade: a prática social e histórica*, fazendo conexões entre as diferentes formas de desenvolvimento de natureza ontológica.

Esta orientação metodológica parte da premissa de que

Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. (MARX, 1982, p. 25).

E ainda,

Os homens são os produtores de suas representações, de suas idéias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde [...]. A consciência

não pode ser jamais outra coisa do que o ser consciente e o ser dos homens é o seu processo de vida real. [...] Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. (Marx, Engels, 2007:87).

Esta concepção da vida material é muito importante porque desanuvia formas de leitura da realidade social que implicariam em reducionismos ou reproduções de leituras já feitas de outras realidades. Compreender a totalidade concreta significa apreender o concreto, e o concreto é concreto porque é a síntese de múltiplas determinações.

A ação dos homens é inestimável para a alteração dos processos sociais (inclusive vem daí a noção de processos sociais: não de fatos ou fenômenos sociais estáticos e estéreis), entretanto, ela se dá de acordo com condições determinadas historicamente e a partir de certo grau de desenvolvimento das forças produtivas (que são síntese de diversas determinações como a política, o nível de desenvolvimento da sociedade civil, a cultura, etc).

Daí que as relações sociais estão intimamente ligadas às forças produtivas porque, adquirindo diferentes forças produtivas, os homens transformam o seu modo de produção e, com isto, alteram a maneira de ganhar a sua vida, e, conseqüentemente, transformam todas as suas relações sociais.

Em *A ideologia alemã* (escrita em 1845/1846, mas só publicada em 1932⁵¹), surge esta formulação das concepções de Marx e Engels, baseada em pressupostos reais dados pelas condições materiais dos indivíduos e que será melhor desenvolvida em *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. (MARX, 1969).

Segundo eles, em *A ideologia....* “*não se parte daquilo que os homens dizem, imaginam ou representam, tampouco os homens pensados, imaginados ou representados para, a partir daí, chegar aos homens de carne e osso; parte-se dos homens realmente ativos [...], do seu processo de vida real*” (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

⁵¹ Cf. Netto, 2009: 13).

Na base dessas ideias, está um argumento essencial:

Os homens são os produtores de suas representações, de suas idéias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde [...]. A consciência não pode ser jamais outra coisa do que o ser consciente e o ser dos homens é o seu processo de vida real. [...] Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.

É n'O 18 *Brumário*, imbuído da concepção de história como contraditória e sempre num estado de processo, de movimento, que Marx coroa seu pensamento, junto a Engels: *“Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado”* (MARX, 2011: 20).

4.1. A instituição em que foi realizada a pesquisa

Visando preservar a identidade das mulheres entrevistadas para esta pesquisa, optei por utilizar nomes fictícios para designá-las e por não revelar o nome da instituição em que ora cursavam o ensino superior durante o processo investigativo, porém, cabe situar certas características da mesma já que o método de pesquisa aqui empregado situa, dentre outros aspectos, a importância fundamental da compreensão entre sujeito e território e as macro e micro estruturas que os determinam no processo de construção histórica.

Trata-se de uma universidade pública estadual do Rio de Janeiro situada numa região central e fácil acesso, no município de Duque de Caxias – Baixada Fluminense que funciona na sede de um CIEP desativado desde o ano de 1996.

O CIEP onde atualmente funciona um campus da universidade em que foram realizadas as entrevistas para a presente pesquisa em Duque de Caxias, foi um dos que foram progressivamente esvaziados e abandonados pelos governantes estaduais a partir de 1995.

Apenas em 1997 firmou-se um acordo entre a universidade estadual em questão, a prefeitura do município de Duque de Caxias e o governo do estado do Rio de Janeiro, onde cedeu-se, então, este espaço físico para o funcionamento da respectiva IES.

Com um corpo docente composto em 2012 de 48⁵² professores efetivos nos departamentos de Ciências e Fundamentos de Educação; no Departamento de Formação de Professores; no Departamento de Sistemas Educacionais; no Departamento de Educação Matemática e no Departamento de Geografia; além de 28 professores substitutos e contratados por tempo determinado, a referida IES atende exclusivamente à demanda de uma Escola de Formação de Professores no nível da educação superior e teve matriculados aproximadamente 886 estudantes no ano de 2011 e 826 no ano de 2012 divididos entre os cursos de Geografia, Matemática e Pedagogia nos períodos matutino e noturno.

Além dos cursos de graduação, a IES tem cursos de pós graduação lato sensu e stricto sensu (nível de mestrado) funcionando atualmente, com respectivos 35 e 30 estudantes matriculados, além de desenvolver atividades de pesquisa e extensão. Conta com laboratórios multi mídia, biblioteca, amplo espaço externo, como é característico da estrutura física dos CIEPs – e, neste caso, bem conservada ao que se pôde observar.

Não disponibiliza serviço de alimentação para os estudantes (bandeijão), que, segundo as estudantes, foi desativado recentemente e também não oferece ou permite que se ofereça outro tipo de serviço de alimentação de natureza pública ou privada, tendo os estudantes que se deslocar para fora do campus para buscar satisfazer tais necessidades.

4.2. Caracterização das entrevistadas

Na análise que se segue, tentei fazer uma separação em itens afim de preservar algum nível de organização na sistematização dos dados,

⁵² Informações colhidas in loco e via comunicação telefônica.

porém, por vezes os elementos se cruzam, se misturam, se complementam, se repetem. Entendo que esta seja mais uma expressão da tentativa de leitura da totalidade tal como ela se apresenta neste momento histórico e ao mesmo tempo, como herança de momentos históricos anteriores e ainda, como aspectos de longa duração. Deste modo, apresento a seguir alguns elementos que pude captar das entrevistas feitas com as estudantes de uma IES pública no município de Duque de Caxias – Baixada Fluminense.

Para efeito de um perfil das entrevistadas segue um conjunto de características gerais que, na sequência, serão melhor amealhadas e correlacionadas.

Trata-se de mulheres moradoras da Baixada Fluminense, matriculadas e cursando regularmente a educação superior em uma IES pública de Duque de Caxias. No momento das entrevistas, estavam cursando aproximadamente a metade do curso, já tendo tido a experiência de estágio obrigatório.

A idade das entrevistadas variou entre 20 anos e 57 anos, sendo sua média de faixa etária de 34,2 anos. Todas são por mim consideradas fenotipicamente negras ou mestiças, sendo que seis se declaram negras, quatro se declaram brancas, uma se declara mestiça e uma se declara “indefinida” (sic) em termos de auto identificação étnico-racial.

O estado de origem de todas é o Rio de Janeiro, sendo que seis nasceram em hospitais na Baixada Fluminense e seis na cidade do Rio de Janeiro. Embora todas residam na Baixada Fluminense, nenhuma mora em regiões centrais dos seus respectivos municípios, tendo algumas, que percorrer até 40 km de distância entre sua residência e a universidade em, aproximadamente, 2 horas de trajeto, que é dividido entre caminhadas à pé e em transporte público já que nenhuma delas possui veículo próprio. Sendo assim, o transporte/trânsito é um elemento importante na fala de praticamente todas as entrevistadas (dez delas).

No aspecto religioso, percebe-se que todas tiveram uma criação cristã, variando entre católicas e protestantes (evangélicas?), sendo que, das 12 entrevistadas, apenas duas continuavam a seguir sua religião de

origem e, das que se afastaram ou romperam com a religião, todas o fizeram após o ingresso no curso superior.

Todas se declaram heterossexuais e a situação conjugal da maioria é solteira com namorado ou separada (nove).

Nenhuma das entrevistadas vive sozinha, sendo a média de quatro pessoas vivendo no mesmo domicílio. Apenas uma entrevistada se classifica como chefe da família. A metade delas não tem filhos e, da metade que possui, a maioria possui apenas um filho (cinco delas), sendo todos menores, uma possui dois filhos e uma possui sete filhos.

A renda pessoal aproximada das entrevistadas é de R\$ 468,00 (0,75% do salário mínimo vigente no ano de 2012, ou seja, R\$ 562,00), sendo a maioria (nove) composta entre bolsas de pesquisa e/ou monitoria e/ou de apoio (via política de cotas) e/ou bolsas de estágio. Das entrevistadas que não recebem auxílio financeiro da instituição, uma se sustenta com seu trabalho e duas são sustentadas pelos pais.

A renda familiar das entrevistadas varia entre R\$ 1.000,00 e R\$ 6.000,00, com uma média de renda familiar de R\$ 2.838,00 (aproximadamente 4,5 salários mínimos no ano de 2012). A renda per capita familiar média (que conjuga o elemento renda familiar ao elemento composição familiar) é de R\$ 626,00, variando entre R\$ 187,00 (30% do salário mínimo) e R\$ 1.500,00 (2,4 salários mínimos). Uma das famílias se enquadra nas condicionalidades do Programa Bolsa Família da Política Nacional de Assistência Social e faz uso deste direito.

Dez delas vivem em casa própria, uma vive “de favor” na casa de parentes visando residir mais próximo à universidade e uma paga aluguel.

Das 12 entrevistadas, cinco tinham o curso em que estudam como primeira opção e sete não. Das que não o tinham como primeira opção, todas escolheram o curso em que estavam pelas condições mais facilitadas de ingresso a partir da relação candidato/vaga conjugada ao campus. Dizendo de outra forma: a relação candidato vaga dos cursos no campus em que estavam matriculadas (Duque de Caxias) no momento da pesquisa eram menores que as de outros campus da mesma universidade em outros municípios do estado do Rio de Janeiro. Tendo apresentado acima uma síntese do perfil das entrevistadas, nos próximos

sub itens se procurará desvendar as conexões entre os dados informados pelas entrevistadas, a revisão teórica e os dados de pesquisas já elencados anteriormente, conforme se segue.

Do item 4.5.1. até o item 4.5.5 discute-se de forma mais aprofundada elementos componentes da ficha de identificação básica com informações sócio econômicas das entrevistadas (correspondendo a Emprego e Renda; Origem geográfica e Condições de moradia; Faixa etária; Pertencimento étnico racial; e Religião). A partir do item 4.5.6. são discutidos elementos da entrevista semi estruturada relativos ao eixo gênero (conjugalidades, modelos de família(s), filhos; Orientação Sexual e violência de gênero). O item 4.5.7. reflete questões sobre o eixo Educação Superior. Outro item tem como tônica a discussão do eixo que faz a relação entre os elementos de identidade e território. O último item fecha o capítulo discutindo a ligação íntima entre estes elementos e a questão da política, participação e emancipação, nomeadamente, os desafios que permanecem para as mulheres na educação superior.

Importante perceber que foi feita a separação dos eixos de análise a mantida a ordem dos eixos contidos no roteiro de entrevista semi estruturada, contudo, alguns elementos obtidos nas entrevistas não tiveram relevância, não se prestaram ao uso para a presente pesquisa, ao passo que algumas categorias emergiram de maneira relevante a partir da análise do discurso das entrevistadas.

4.2.1. Emprego e Renda

A renda pessoal da maioria absoluta das entrevistadas (nove delas) conta com as bolsas que a IES proporciona e que gira em torno do valor mínimo de R\$ 200,00 e máximo de 300,00, porém, algumas tem mais de uma bolsa – somando bolsas de monitoria e/ou pesquisa e/ou bolsa da política de cotas. Uma delas também possui bolsa proveniente de estágio remunerado. A renda pessoal de nenhuma delas é superior a R\$ 1500,00. Já a renda média delas fica no valor de R\$ 468,00.

Os casos de exceção à renda de R\$ 200,00 a 300,00 são nomeadamente os das estudantes com faixa etária maior – que possuem outras formas de sustento, como pensão do marido, imóvel alugado e emprego. Porém, via de regra, todas dependem exclusivamente destas bolsas ou da ajuda de familiares para subsistência material.

Percebe-se que as estudantes mais jovens possuem ainda mais dificuldades para estudar, pois, em geral, a única renda de que dispõem é proveniente da bolsa universitária. Este fator reafirma mais ainda a importância de o Estado subsidiar a educação não apenas oferecendo o acesso formal aos assentos universitários, mas objetivando condições concretas e materiais de permanência dessas estudantes inseridas nas IES.

Já a renda familiar das entrevistadas varia entre a mínima de R\$ 1000,00 (curso de matemática) e máxima de 6000,00 (curso de matemática). Este índice possui pouca relevância quando não é levado em consideração o dado composição familiar.

Conjugando os dois elementos (renda familiar e composição familiar, ou seja, número de pessoas que vivem naquela residência) encontra-se a renda per capita familiar que, segundo nossos cálculos, tem seu menor índice em R\$187,50 (curso de pedagogia) e o maior em R\$ 1500,00 (curso de matemática) e tem média aritmética simples de R\$ 626,00.

Este valor de renda per capita domiciliar é pouco inferior ao da média nacional (R\$ 668,00), porém, é superior à metade da população nacional (até R\$ 375) e mais que o quádruplo de 25% dos brasileiros (até R\$ 188,00) no ano de 2010, segundo dados do Censo Demográfico do IBGE⁵³, indicando, assim, no perfil das entrevistadas uma situação econômica diferenciada da maior parte da população nacional.

Na família cuja renda per capita é de R\$ 187,50, recebe-se um benefício do governo federal para complementação de renda: o Programa Bolsa Família. Conforme determinado pelos critérios mínimos da Política

⁵³ Conforme consultado em http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2019&id_pagina=1, no dia 25 de agosto de 2012 às 19:48h.

Nacional de Assistência Social, para se constituir perfil para recebimento deste benefício, há, além da renda per capita máxima, outras questões como presença de pessoas em idade escolar regularmente matriculadas e frequentando escolas no domicílio e composição familiar flutuante.

4.2.2. Origem geográfica e Condições de moradia

Levando-se em conta informações sobre a formação histórica populacional da Baixada Fluminense causou estranhamento a constatação de que todas as entrevistadas tenham nascido no estado do Rio de Janeiro bem como seus pais. Segundo dados históricos, geográficos, econômicos e políticos de diversas fontes bibliográficas, desde seu povoamento a Baixada Fluminense recebeu (e tem recebido) migrantes pobres de outras regiões (sobretudo do Nordeste) atraídos pelo desenvolvimento econômico ocasionado pela instalação de fortes complexos industriais na região e ainda atraídos pelo sonho projetado pela mídia de viver no sul.

Autores como Barreto (2004), Alves (2006), Braz (2010), Souza (2012) salientam esta característica da origem nordestina na maioria dos moradores que compõem a região como ponto comum que, inclusive, seria um dado frequentemente acionado para explicar ou conferir uma suposta identidade baixadense.

Tal verificação permite, dentre outros aspectos, supor que esta população de origem nordestina e mais pobre não chega a acessar a rede pública de educação superior. Conjugando este dado com o dado sobre condições de moradia, percebe-se que se trata de uma população de faixa econômica média para a região, não se tratando, então, dos mais pobres.

Outro elemento importante a ser avaliado é o fato de que, embora a universidade em que estudam seja em Duque de Caxias, muitas das entrevistadas residem fora deste município, em outras localidades da

Baixada Fluminense. Este dado salienta, ao menos parcialmente, a inexistência ou insuficiência do número de universidades públicas na região da Baixada Fluminense, o que levaria estas estudantes a se deslocarem de seus municípios para estudar em Duque de Caxias, ou ainda, que a revelia da expansão propagandeada pelo REUNI, este programa não foi suficiente para garantir educação superior pública para os moradores da Baixada Fluminense em seu próprio local de moradia, obrigando às estudantes a longos deslocamentos para sua consecução.

Sobre as condições de moradia das entrevistadas, percebe-se que praticamente todas vivem em casas próprias e apenas uma vive em casa alugada. Este dado do perfil sócio econômico das entrevistadas revela que sua condição material converge com a média da população brasileira, de acordo com as informações colhidas pelo Censo do IBGE de 2010.

Já os dados sobre com quem vivem as entrevistadas revelam que, em média, elas vivem com mais 4 pessoas, ou seja, aproximadamente 5 pessoas vivem nestes domicílios, contando com elas; uma média superior à média nacional de 3,3 pessoas por domicílio.

Uma delas vive com mais 8 pessoas, o que chamou muito à atenção. Neste caso, a entrevistada vive “de favor” na residência de parentes que não são sua família nuclear. Esta situação se deveu à grande distância de sua própria casa da IES onde estuda.

Um dado que se coloca como relevante na análise é o fato de nenhuma delas viver sozinha. Segundo se pôde observar, este dado pode dar indícios sobre o nível de independência financeira e emocional das mesmas conjugando-se com o dado “renda”, uma vez que nos relatos da maioria absoluta das entrevistadas a questão do transporte e da distância da IES é fonte de grande insatisfação das mesmas. Entende-se que se as mesmas tivessem níveis mais elevados de autonomia, poderiam optar por residir próximas à IES (sozinhas ou não) evitando grande parte de seus transtornos envolvendo trajeto e transporte durante a graduação.

4.2.2.1. Violência e consciência: imbricações entre identidade e território

Conforme já mencionado no perfil das entrevistadas, no início deste capítulo, todas 12 as entrevistadas nasceram no estado do Rio de Janeiro, sendo que seis nasceram na Baixada Fluminense e seis na cidade do Rio de Janeiro. Ademais, também já foi dito que, embora todas residam na Baixada Fluminense, nenhuma mora em regiões centrais dos seus respectivos municípios, tendo algumas, que percorrer até 40 km de distância entre sua residência e a universidade. Sendo assim, o transporte/trânsito é um elemento importante na fala de praticamente todas as entrevistadas (dez delas).

Além destas percepções das entrevistadas quanto à precariedade do transporte e da questão da saúde pública na Baixada Fluminense, somam-se outras questões que delineiam a situação estrutural de abandono político do município de Duque de Caxias, mas também de outros municípios baixadianos adjacentes que, conforme uma concepção mais geral, configura a Baixada Fluminense como um território amplo eivado de violência, não apenas no que se refere ao índice de homicídios ou outras violências mais diretamente perceptíveis ao senso comum, mas também no sentido da violação genérica de direitos individuais e/ou coletivos: direitos sociais, civis e políticos.

Então, o quê que acontece, na verdade, o povo da Baixada é um pouco esquecido né, pelos políticos e não deveria ser, porque geralmente, quando eles querem voto, eles vêm na Baixada pra pedir né? Porque acho que é o maior número de população tá aqui, então não deveria ser esquecido. Deveria ter uma atenção melhor, porque por mais que... as pessoas falem assim: "ah, mas o lugar é o que a pessoa é", mas se você não colocar nada, igual colocam aí nas favelas: centro esportivos, colocam vários projetos pras crianças, pros adolescentes... Porque não pode ser aqui na Baixada também, entendeu? Até eu fiquei sabendo que tem um, mas agora eu não lembro o lugar da Baixada que é.. mas, ninguém tem conhecimento, porque é uma coisa que não é divulgada, entendeu? (Raquel, 31 anos, curso de matemática).

... muitas dificuldades, em todos os aspectos. Todos, todos: saúde, educação, transporte. Coisas básicas! Não estou falando nada... lazer, que é básico também, não é luxo, é básico. Tudo é muito difícil, a gente tem deslocamento da nossa casa até determinados lugares, dentro da Baixada, eu não estou nem falando a nível de estar se deslocando na região metropolitana, eu estou falando dentro da Baixada, é.. é difícil, são poucos transportes. A saúde é... é a pior possível, os hospitais são terríveis, eu sei que não é só na Baixada, mas na Baixada também... até porque assim, se a gente for pensar que na Baixada, o maior número da população, a população mais pobre né, grande parte da população é uma população bem pobre mesmo, então... até esses serviços, se tronam mais necessários do que em áreas onde a população tem um poder aquisitivo melhor. Na educação, as escolas, não só as escolas publicas, mas as escolas privadas numa maneira geral, elas também não são boas, é... um descaso muito grande com as vias e aí, dificulta mais ainda o deslocamento da gente, mesmo aquelas pessoas que possuem um automóvel. Eu moro num bairro, que pra gente chegar no centro de Caxias, a gente passa pela Presidente Kennedy, que é uma via de grande acesso, onde ha coisa de seis anos, começou uma duplicação que não termina nunca e via está sempre toda esburacada, as obras começam e param, é... lazer, são poucos os espaços e mesmo assim, alguns... quando se propõe o lazer, é de baixa qualidade, em alguns eventos. Então, é o serviço básico em geral ele é muito difícil, ele é muito ruim, muito ruim. Aí, a gente desloca um pouquinho mais, e vai até a cidade do Rio de Janeiro e a gente percebe que os bairros lá, tem uma diferença assim, enorme em relação aos nossos. E se falando de Caxias, mais especificamente, onde existe uma arrecadação grande, que é destaque dentro do Estado e dentro do país, aí fica mais difícil de entender né, essas disparidades, onde h á uma concentração de renda, há recursos, mas não há distribuição.

(Regiane, 43 anos, curso de geografia).

Bom, muitas vezes é conviver com o fato dela ser esquecida né, tanto em saneamento básico, como saneamento ambiental eu digo em educação, transporte, tudo é saneamento ambiental. porque o básico é água esgoto, mas a educação lá é esquecido, por justamente estar em torno do centro da cidade, ela é uma área periférica então, ela acaba sendo esquecida pelos governantes, ate mesmo os prefeitos dos municípios, nos casos de Caxias é o segundo município que tem maior PIB do estado, mas é uma área que, por exemplo, o bairro de Campos Elíseos é um bairro totalmente pobre, quase miserável. Então, viver na Baixada é encontrar muito mais dificuldade de acesso a educação, à saúde, transporte, a gente tem que conviver com esse deslocamento diário, porque aqui na Baixada não tem melhores condições pra trabalho, emprego, as condições são muito restritas, ou em menor numero, então, a gente tem que conviver com esse deslocamento e esse estresse urbano de ter que ir pra centro ou pra outros municípios fora da Baixada. é viver nessa tensão né. (Marina, 22 anos, curso de Geografia).

Em determinado ponto de sua obra Misse (2006: 28) defende que o reconhecimento de direitos e, portanto, a aquiescência do Estado para que os sujeito usufruam destes direitos de maneira universal, depende de um reconhecimento do sujeito, em primeiro lugar, enquanto cidadão. Para ele, esse reconhecimento “...*depende da integração como membro da sociedade, é parte dessa integração, não é algo exclusivamente simbólico, embora, no seu fundamento, tudo seja simbólico na sociedade.*”. Embora não se trabalhe aqui com esta concepção de exclusão, mas sim com a categoria alienação, onde o sujeito faz parte de determinado conjuntura ou classe e não sabe disso, entendemos que o sentido de sua fala coaduna em essência com a direção da crítica aqui adotada que é a questão do acesso e concretização dos direitos sociais, civis e políticos.

Ao se tomar a acepção de violência apenas como o uso da força física impetrada por um ou mais sujeitos contra um ou mais outros sujeitos sem seu consentimento percebe-se a violência como fato ou como fenômeno isolado e personificado, personalizado, remetido por sujeito(s) e endereçado a outro(s) sujeito(s).

Outro problema na utilização do termo violência seria trata-lo como um ente externo, unificado e difuso. Apenas teoricamente pode-se ter uma acepção geral de violência, que significa especificamente a transgressão à lei ou à moral, à civilidade e ao bem público, ou simplesmente ao seu poder enquanto sujeito da alteridade. Já na tentativa de compreensão das causas da violência, não há como enquadrar todas as transgressões como se fossem eventos homogêneos derivados de um mesmo complexo de fatores.

Dada a concepção utilizada para o presente trabalho entende-se que a violência como um processo muito mais complexo, abrangente e variável, não como um sujeito difuso enclausurado e causador, por exemplo, do atual “discurso histórico” (MISSE, 2006) da mídia, com reações igualmente “históricas” por parte da sociedade sem a compreensão real de suas determinações, conforme aponta Misse (2006). Segundo ele, a violência tem diversas características. Uma delas seria que “... *quem tem o poder de definir algo como violento mobiliza, no*

mesmo ato, no próprio movimento de definição, a demanda prática de uma contra-violência.” P.20.

Entendendo a violência como uma acusação, Misse defende que violento é um termo que sempre vai se endereçar a um outro. E, quanto mais distante for esse outro, mais fácil fica acusa-lo. (p.20).

Em suas palavras,

Violento não é apenas uma categoria descritiva; quando nós empregamos a expressão ‘violento’, nós não estamos apenas descrevendo uma situação, nós estamos fazendo uma acusação social, e, por isso, como raramente nós nos acusamos a nós mesmos, ao empregarmos esta palavra, nós entramos numa relação acusatória com o Outro. Que seja. No entanto, se pretendemos compreender e explicar o que está se passando sob esta denominação, nós precisamos antes libertar-nos dessa unilateralidade e alcançar a interação social e suas circunstâncias como um todo. (P.21).

Estes elementos são fundamentais para compreender a diferença sutil do discurso da entrevistadas em dois momentos distintos de perguntas.

Se, em um primeiro momento, ao serem chamadas a falar sobre “o que significa viver na Baixada Fluminense” elas descrevem uma miríade de acusações à esfera do governo estadual, municipal; em um segundo momento, quando afirmo que a Baixada Fluminense é reconhecida internacionalmente pela sua violência e lhes pergunto qual sua opinião sobre isto, imediatamente todas negam que a violência seja tão grande quanto parece, acusam outros municípios não baixadianos de serem igual ou mais violentos ainda, e até mesmo trazem declarações elogiosas da realidade vivida, conforme segue adiante:

... existe, a mesma violência que existe no Rio! Eu acho que o Centro do Rio (de Janeiro) está muito mais violento do que a Baixada. Estão espalhando essas UPPs, estão fazendo essa varredura no morro, pra onde que eles estão jogando a sujeira? Pra Baixada. Porque se não pode ficar lá, pra onde eles vão correr? (Joana, 57 anos, curso de pedagogia).

Porque a mídia, ela mostra o que ela quer, ela mostra o que convém, ela não vai mostrar que o Centro do Rio (de Janeiro) tem mais violência, porque os turistas vão pra lá. Se eles mostrarem isso, o que eles vão ganhar? Nada. Qual o objetivo do governo, mostrar isso também? Nenhum. Tanto que eles estão fazendo aquelas UPPs pra quê? Pra diminuir os bandidos que tem lá e vir pra onde? Pra Baixada. Por que pra onde que eles vão? Pra cá. Então é muito cômodo pra eles, falar que na Baixada tem violência. Não é fato, isso. Realmente tem, todo lugar tem violência, não é só na Baixada né?! No centro do Rio tem direto, assalto nem se fala. Pra quem vai pra lá, sabe que é verdade. Eu vou várias vezes e já vi vários. Passei o ano lá, aterrorizada, cheia de medo. Minha mãe fica: olha pra trás toda hora! Então é assim: a mídia que lança isso. Se as pessoas vierem conhecer vão ver que não é isso. Até teve um evento aqui na faculdade, teve pessoas que fizeram entrevistas e falaram muito mal da Baixada. Pessoas que moram lá no Rio, e eu fiquei super triste, porque é a visão que eles tem: eles nem vieram conhecer, é a visão que a mídia passa, os jornais, os repórteres pesquisam aquilo e mostram o fato que eles querem transmitir. Porque a gente sabe que em reportagem, acontece um monte de coisas na hora de editar. Então, assim, é um fato. Se você for buscar, você vai ver que não é isso. Então antes de você falar da Baixada, você tem que vir conhecer, pra depois, vir fazer seu questionamento. (Ana, 27 anos, pedagogia).

Na verdade, eu penso o seguinte: A Baixada é violenta? É! Mas lá na Zona Sul também é violento. Só que eles estão cuidando da violência de lá e estão deixando a da Baixada. Não estão cuidando da violência da Baixada. E até já tiveram vários boatos que os bandidos que estavam lá, quando eles botaram as UPPs e tal, estão vindo pra Baixada. Aumentou o índice de crimes na Baixada também com isso. Isso aqui era muito mais calmo até que em outros lugares antes dessa UPP! (Raquel, 31 anos, matemática).

... eu acho assim, não é tanto quanto falam. Porque eu me sinto muito mais segura na Baixada do que no Centro do Rio ou na Zona Sul. Eu não tenho coragem de fazer o que eu faço na Baixada, na Zona Sul, como caminhar, ir num show... as vezes eu fico aqui (na Zona Sul) semanas! Ficava... minha patroa saía eu ficava aqui semanas. Eu saía pra caminhar aqui na orla, mas eu não tinha coragem de ir num show. Numa casa de show. A não ser acompanhada, mais de uma pessoa e tal, e isso eu fazia na Baixada normalmente. (Glória, 39 anos, curso de Pedagogia).

Eu acho que tá piorando cada vez mais por causa das UPPs, porque muito bandido sai de lá e vem pra cá. Então, as favelas daqui, tem ganhado mais força, entre aspas, e tem piorado também a vida dos moradores. (Luiza, 22 anos, matemática).

Ponto nevrálgico de análise de suas narrativas, esta discrepância no discurso revela o medo da estigmatização que já aparecia em falas anteriores como:

eu gosto muito daqui, as pessoas são mais humildes, não te recriminam tanto, não te olham diferente, as pessoas aqui são muito amigas, são muito calorosas uma com a outra, não tem aquela coisa de que é cada um por si, ninguém sofre, ninguém te dá um bom dia, eu acho que tem algumas partes lá do Rio, que as pessoas são muito fechadas, mas aqui não. Eu gosto justamente, das pessoas daqui do que do Rio. (Priscila, 21 anos, curso de Geografia).

... a gente acaba sofrendo uma certa discriminação... quando eu entrei no mercado de trabalho, eu senti isso na pele: ah, você é moradora da Baixada? Eu já também morei em outros lugares da cidade do Rio, e no entanto, quando eu falava que era da Baixada, as pessoas falavam: “você é da Baixada?” as pessoas olham com um olhar, assim, de espanto, e a gente sabe, que é por essa visão de que na Baixada só tem coisas negativas. Eu sofri discriminação, por ser moradora oriunda da Baixada e as pessoas tem preconceito mesmo em relação aos moradores da Baixada. (Regiane, 43 anos, curso de geografia).

Trata-se do que Barreto (2004: 47) analisa em sua tese de doutorado sobre a Baixada Fluminense como uma dualidade composta de um “discurso para fora” e um “discurso para dentro”, dependendo da posicionalidade⁵⁴ ocupada pelo ouvinte.

Conforme a autora,

... em um ‘discurso para fora’, uma identificação com a Baixada enfatizaria a dimensão de comunidade, de uma suposta origem comum, da produção e diversidade culturais; enquanto isso, no ‘discurso para dentro’, ou seja, para os pares, haveria também o sentimento de abandono, rejeição e preconceito.

Para Barreto (2004: 48) trata-se de uma manipulação desta identidade baixadense, que traz à tona a necessidade de negociação da realidade entre os moradores e os atores sociais considerados agentes externos, embora a autora também afirme que

⁵⁴ Interessante perceber a dualidade de falas das entrevistadas em uma mesma entrevista concedida a uma única entrevistadora. Ao que parece, as entrevistadas ora viam a entrevistadora como uma “igual”, ou seja, uma mulher, estudante e moradora da Baixada Fluminense; e ora a viam como um agente externo, um pesquisador, ou mesmo um acusador.

Se uma origem nordestina é acionada muitas vezes para explicar ou conferir tal identidade (muitas vezes por um “discurso de fora”), há outros fatores que corroboram com sua constituição, tais como: os processos de ocupação e desenvolvimento da região; o passado rural; a dependência em relação à cidade do Rio de Janeiro; o abandono pelo poder público durante longo período, que possibilitou uma administração particular do uso da violência como legítima em alguns momentos e situações; o forte sentimento de vizinhança; a dimensão do gossip; o peso das relações pessoais. (BARRETO, 2004: 46).

Em sua clássica (originalmente publicada em 1963) obra “Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada”, Goffman (2004: 05; 07; 08) afirma:

A sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias: os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que têm probabilidade de serem neles encontradas.

[...]

O termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso.

[...]

As atitudes que nós, normais, temos com uma pessoa com um estigma, e os atos que empreendemos em relação a ela são bem conhecidos na - medida em que são as respostas que a ação social benevolente tenta suavizar e melhorar. Por definição, é claro, acreditamos que alguém com um estigma não seja completamente humano. Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida: construímos uma teoria do estigma; uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social. Utilizamos termos específicos de estigma como aleijado, bastardo, retardado, em nosso discurso diário como fonte de metáfora e representação, de maneira característica, sem pensar no seu significado original.

A partir dos enunciados narrativos sobre si, é possível verificar a consciência das entrevistadas quanto a possíveis situações que explicitam simbólica ou concretamente sua estigmatização por moradores

de outros municípios de zonas ricas da metrópole urbana do Rio de Janeiro. Então, mesmo que inconscientemente, estas mulheres demonstram em suas falas tentativas de desidentificação com a identidade estigmatizada através do falseamento da realidade vivida e da acusação de um outro simbólico como formas de ampliação de suas chances de vida, conforme Goffman.

Relacionando-se, então, com as ideias de Misse (2006), o que pareceria contraditório em seus relatos ao primeiro olhar, em visão mais profunda faz muito sentido, principalmente se conjugado com o elemento de participação política das entrevistadas:

Para elas, as violações ou omissões de direitos por parte do poder público são facilmente identificáveis, verbalizáveis e admissíveis na medida em que sua concepção de esfera política se confunde com governo e, dada sua não participação em qualquer esfera de luta política, governo é um ente externo, insólito e distante.

Ao serem perguntadas sobre se teriam algum tipo de participação política, apenas uma mencionou ter se filiado a um partido político, contudo, distante de uma vontade de construção coletiva da sociedade, sua intenção com isto era deixar de ser convocada para exercer a obrigação política como “mesária” durante os períodos de eleição.

No que toca a este ponto – o da participação política – a pesquisa de Barreto (2004) parece coadunar com o que se pôde verificar na presente tese, tendo esta dimensão a imagem de “impureza”, “contaminação”, desonestidade, mentira e oportunismo. Contudo, outro dado apresentado pela autora aparece na presente tese de maneira esmaecida, que seria o do reconhecimento das entrevistadas quanto à importância e necessidade atual de engajamento na vida política a partir de movimentos sociais. Em sua tese, este dado aparece concretamente nas falas de seus entrevistados, já na presente tese, aparecem como intencionalidades de pouca concretude.

Já quando se menciona que a Baixada Fluminense “é vista internacionalmente” como um território violento, todas elas estão colocadas numa posição de um grupo homogêneo (Baixada Fluminense)

em relação a um outro grupo externo que a julga, que seria toda a comunidade não baixadiana.

De fato, a partir da fala das entrevistadas, percebe-se uma preocupação no que tange ao fato de que a política de segurança adotada na cidade do Rio de Janeiro “expulsou” um grande contingente de sujeitos envolvidos com a criminalidade (em especial relacionada à venda de drogas ilícitas no Brasil) de seus antigos lócus de atuação no centro e na zona sul da cidade para a região da Baixada Fluminense e a Zona Oeste, periferias de longa duração do estado do Rio de Janeiro. Este processo ainda em momento de configuração, teria, segundo elas, grande impacto sobre a vida dos moradores da Baixada Fluminense, repetindo, desta vez como farsa (não menos trágico que das primeiras vezes, como tragédia) os processos de expulsão para as periferias urbanas e para o interior dos indivíduos que – em algum momento histórico – tornaram-se inconvenientes para os interesses dos grupos no poder.

Neste aspecto, surge em suas narrativas o que se pode chamar aqui como o “efeito UPP”. Sem descartar os efeitos concretos vividos no cotidiano da comunidade baixadense a partir da implementação desta política de segurança pública no município do Rio de Janeiro, o foco da análise aqui caminha na direção de compreender na fala delas este elemento mais como um “salvo conduto” em relação à precariedade, violência e espoliação de longa duração (na verdade, fundantes da sociabilidade da Baixada Fluminense, conforme menciona Alves (2003). Esta precariedade, violência e espoliação vividas na realidade territorial da Baixada Fluminense mais do que uma reflexão própria e realista sobre que fatores internos da Baixada Fluminense permitem que a implementação de uma Política pública em um município (Rio de Janeiro) desestabilizem o modo de viver de outro município (Duque de Caxias e a Baixada Fluminense).

Conforme Misse (2006:24) e, em consonância com a realidade baixadiana

Se no Brasil tradicional internalizavam-se normas morais sob o látigo e a religião, no Brasil modernizado (mas não inteiramente moderno) internalizou-se a liberdade de transgredir 'justificadamente', particularmente, contra a universalidade da lei, sempre que eu encontrasse um bom motivo para isso. P.24.

A relação de denúncia que as entrevistadas mantem com o outro pode ser vista como fruto de uma vivência alienada que não pode ser superada nem na vida política (que, neste caso não parece ter significado ou estar presente), e nem na formação acadêmica. Neste sentido, parte-se do princípio gramsciano aparentemente pragmático de que quem não é parte da solução, certamente, é parte do problema já que, consciente ou inconscientemente, omissa ou ativamente, todos os atos dos sujeitos sociais contribuem para legitimar alguma configuração político ideológica de sociedade.

Na fala de uma das entrevistadas aparece um pouco desta legitimação da violência estrutural da Baixada Fluminense, configuração chamada por Alves (2003) de "totalitarismo socialmente consentido".

Entrevistadora: houve a divulgação dos dados do ultimo censo, agora recentemente, em que se mostrou a quantidade de jovens assassinados no Rio de Janeiro. Se divulgou que enquanto na Baixada foram 147, na Zona Sul do Rio foi apenas um. Então, isso tem um significado, não tem? Glória: Eu acho essa pesquisa muito pouca. Eu tenho uma experiência.. claro que a gente não pode colocar tudo num exemplo só, mas eu tenho um exemplo na minha família, que meu irmão foi assassinado, junto com pessoas que usavam drogas. E meu irmão não era drogado, eu tenho a plena certeza. Meu irmão tinha medo de droga, entendeu? Mas era um amigo que tava junto com ele e quer era drogado então um grupo de miliciano, veio, mataram o rapaz e ele também morreu. Quando saiu no jornal, ele saiu como drogado também..."mataram não sei quantos..". Colocaram assim: "grupos rivais mataram...". Então, a realidade, as vezes é outra, e isso nunca foi pesquisado. Nós não temos como pesquisar isso, entendeu? Não temos como desvendar isso. Como eu vou provar se meu irmão não era drogado, se ele tava lá junto com o outro? Então, muitas coisas acontecem assim e sai uma notícia, quer dizer, meu irmão esta na estatística. Ele está aí contando, e não era.

Nesta fala, fica patente a existência não questionada pela entrevistada de grupos armados que atuam no lugar do Estado e também o não questionamento quanto à morte de "um drogado".

Entretanto, o que se percebe, junto a esta preocupação concreta relativa ao impacto das UPPs na Baixada Fluminense é um falseamento da realidade concreta em que vivem através da negação da violência histórica estrutural do próprio território em que vivem. Para a presente análise, o conteúdo concreto e subjetivo do discurso de autodefesa das entrevistadas indicaria que as mesmas não conhecem a história do local em que vivem ou, supondo que conheçam, prefiram construir defesas no sentido de apontar a realidade da qual se alienam (o município central em relação ao seu – que é periférico) como piores ainda. Como hipótese para este falseamento está a reprodução alienada da realidade em que estão inseridas.

Esta alienação, como analisou Marx nos seus *Manuscritos de 1844*, tem quatro aspectos: “a) o homem está alienado da natureza; b) está alienado de si mesmo (de sua própria atividade); c) de seu “ser genérico (de seu ser como membro da espécie humana); d) o homem está alienado do homem (dos outros homens)” (*apud*: MÉSZÁROS, 2006:20); e é determinada tanto por aspectos históricos quanto por aspectos sistemático estruturais.

Coloca-se, neste ponto da discussão um questionamento que parece fundamental: uma vez que não existe papel social neutro, a que interesses tem servido a academia na contemporaneidade?

Ao final de seu texto “Benjamin e o marxismo”, Konder (2003: 173) nos traz, dentre outras semelhantes, a seguinte questão: “*Walter Benjamin era ou não era marxista?*” e ele mesmo responde com mais um questionamento que consiste mais em uma resposta que, propriamente, uma dúvida: “*Não valeria mais a pena nós indagarmos: o que um marxista teria de mais importante a aprender, a repensar, com a obra de Walter Benjamin?*”.

A partir da validade desta perspectiva e entendendo a diferença entre ecletismo e pluralismo (ou descartando a ortodoxia de um possível marxismo religioso), deve-se salientar aqui que o que se utiliza dos autores adotados é justamente aquilo que se destaca como relevante, sem, contudo, uma estrita fidelidade cega aos mesmos – que mais serve

à demarcação de campos de força acadêmicos e à hegemonia do pensamento único do que ao avanço da ciência.

Longe da tendência de se utilizar um “marxímetro” (Nelson Werneck Sodré) como salvo conduto das obras utilizáveis, o que parece mais importante, portanto, é o valor heurístico das mesmas e, sobretudo, a base para a compreensão da importância da construção de uma práxis emancipatória para sujeitos individuais e coletivos – ponto fulcral na obra e ontologia benjaminiana.

Konder (2003: 167), se referindo à busca pela práxis por Benjamin explica-a:

O conceito de práxis abre caminho para que seja repensada a relação teoria/prática. A prática “pede” teoria, precisa de teoria, porém nada assegura que ela vai receber sempre uma teoria que corresponda plenamente à sua demanda. E a teoria só pode corresponder plenamente a essa demanda se se integrar à prática que a solicitou, participando dela. A práxis é a atividade por meio da qual a teoria se integra à prática, “mordendo-a”, e a prática “educa” e “reeduca” a teoria.

Nestes termos, a práxis benjaminiana teria um sentido ontológico, não se submetendo a convencionalismos acadêmicos, o que não significa aqui a mistura de perspectivas sem a devida contextualização e limites para utilização, mas respeitando, inclusive o próprio sentido da práxis.

Feita esta ressalva, parece justa a utilização de fragmentos da complexa obra de Walter Benjamin para compreensão de alguns elementos do discurso das entrevistadas que participaram desta pesquisa. Um deles é a própria ausência de um discurso mais profundo sobre o sentido de suas trajetórias pessoais enquanto sujeitos políticos inseridos na totalidade da sociedade capitalista. De maneira mais consistente: a ausência de uma reflexão verbal, concreta, explícita sobre a realidade que enfrentam em seu cotidiano na Baixada Fluminense.

Para entender esta configuração tomemos em mente algumas reflexões. Em princípio deve ser considerado que uma sociabilidade fundada na alienação produz conhecimento alienado e práticas alienadas.

Isso é uma constatação com base no real e esse conhecimento falseia a interpretação da realidade já que a fala só fala da aparência fenomênica dos fatos de suas trajetórias e não da reflexão do sujeito. Ou seja, para esta pesquisa importa perceber não apenas a classe em si destas mulheres cursando ensino superior na Baixada Fluminense. Importa mais compreender se elas tem uma concepção de classe para si.

Para o escopo da pesquisa, não basta compreender se são estigmatizadas, se sofrem preconceito ou discriminação negativa, visto que – dadas todas as considerações quanto às pesquisas estatísticas – já há muitos dados públicos e teóricos a respeito da condição em que estão, mas compreender em que medida a compreensão de si, do lugar que ocupam na sociedade, pode interferir em suas trajetórias, na perspectiva da consciência como elemento indispensável para a emancipação social, econômica, política, etc.

Não se trata aqui de prescrever condutas ou de fazer proselitismo de algum tipo de posicionamento ético-político, mas de compreender, na trajetória destas mulheres em foco, os limites de sua compreensão sobre o processo macro social em que estão inseridas e as consequências concretas desta (in)compreensão em suas vidas.

Esta compreensão – defende-se, aqui – está ligada tanto à formação teórica e ética quanto à atuação prática, portanto, situa-se na dimensão ontológica do ser e de sua práxis. Na medida em que não têm acesso (não acessam ou são impedidas de acessar) à dimensão (e compreensão da) política da vida em sociedade, ao debate democrático sobre suas condições de vida, à “batalha das ideias” (KONDER, 2003) sua práxis fica comprometida tanto em termos de suas vivências na esfera privada quanto em suas trajetórias acadêmicas, profissionais, políticas.

Alguns dados confirmam, na dimensão prática, o que se alega quanto à realidade concreta vivida pelos moradores – em especial as mulheres – da Baixada Fluminense.

Segundo Alves (2005: 26)

Em 1997, Duque de Caxias aparecia em 14o lugar no ranking das 100 cidades mais violentas do país, com 76,6 homicídios por 100.000 habitantes; Belford Roxo em 19o, com 73,1; São João de Meriti em 22o, com 72,4; Nilópolis em 24o, com 70,5; Queimados em 26º com 69,4; Japeri em 37o, com 61,8 e Nova Iguaçu em 38o, com 61,2.

Por outro lado, notícias mais atuais, nitidamente produzidas com interesses econômicos da atual gestão política da cidade, como a veiculada no jornal on line das organizações Globo informando, com base em documento veiculado pelo Instituto Sangari (que, por sua vez, utilizou-se de algumas informações contidas no “Mapa da violência 2012” – publicado pela FLACSO – Faculdade Latinoamericana de Ciências Sociais) que a capital do estado alcançou a marca de 5ª. cidade menos violenta do país, no ano de 2012 tendem a “desmentir” tal panorama conforme se vê abaixo:

É motivo de comemoração, porque mostra que a política de segurança adotada já mostra resultados significativos — disse Beltrame. As estatísticas mostram redução também nos números de autos de resistência (mortes em confrontos com a polícia) e roubos de veículos, os menores do Rio desde o início da série histórica (em 1991). O secretário ressaltou que o estudo será apresentado aos comitês organizadores da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Ele disse que os números mostrarão que a política de segurança adotada é consistente e deve permanecer após esses dois grandes eventos.

O que a matéria parece dar pouca ênfase é o dado sutil divulgado em suas últimas linhas, sem qualquer reflexão complementar: o processo de interiorização dos homicídios no país - inclusive, informação que aparece na fala de absolutamente todas as entrevistadas: o efeito das UPPs da Política de Segurança Pública implementadas na cidade do Rio de Janeiro para a realidade da Baixada Fluminense.

4.2.3. Faixa etária

As idades das estudantes entrevistadas variam entre 21 e 57 anos, sendo que a maioria (nove) tem entre 20 e 31 anos. Apenas tres

entrevistadas tem respectivamente 38, 43 e 57 anos. A média aritmética simples de idade é de 34 anos. Em itens subsequentes a característica da faixa etária será melhor desenvolvida em combinação com outros elementos e ganhará maior relevância na totalidade do trabalho.

4.2.4. Trajetórias e ideologia de gênero: conjugidades, família e sexualidade

A situação conjugal da maioria das entrevistadas é bastante semelhante e nos permite afirmar com algum grau de confiabilidade que o empreendimento de estudar não parece combinar com o matrimônio: praticamente todas são solteiras ou separadas.

Das solteiras com companheiro ou namorado, todas começaram o relacionamento após o ingresso na universidade. Aquelas que são casadas estão na mesma situação: ou tiveram problemas com o marido para estudar ou se casaram já na condição de estudantes.

É de se considerar as condições que determinaram os aspectos relacionados à idade em que estas mulheres ingressaram na Educação Superior, sobretudo das mulheres de faixa etária superior às demais. Estas apresentam relatos que refletem de forma diferenciada das demais sobre o caráter e a incidência que a ideologia de gênero possui em suas trajetórias.

Recuperando a discussão do capítulo sobre gênero, onde compreende-se que o gênero se dá na relação e a partir das posicionalidades de poder vividas por cada polo da relação, percebe-se no relato abaixo das entrevistadas que há diversas formas de os homens e as mulheres lidarem com seus papéis de gênero e com os papéis de gênero desempenhados pelo outro. Estas formas se manifestam através da fala ou mesmo da ausência dela, a ausência de diálogo – que também é uma forma de demonstrar uma posição a respeito de algum aspecto do cotidiano vivido. Muitos dos embates travados entre homens e mulheres

acontecem não só através do diálogo (pacífico ou violento), mas também da ausência deste: da negação da palavra ao outro.

No caso de Joana (57 anos, curso de pedagogia), conseguir ingressar na Educação Superior foi o coroamento de uma verdadeira luta no sentido do convencimento do marido, que durou anos até se concretizar – na terceira vez em que ela passou no vestibular.

Olha eu voltei pra escola pra fazer o ensino fundamental, reclamei, reclamei, enchi mesmo a paciência dele, aí ele deixou eu ir, mas só o fundamental. Terminei o fundamental, aí ele (disse): “não inventa mais nada!” Esperei um ano pra perturbar ele de novo. Quando passou um ano, comecei a perturbar pra fazer o ensino médio, inclusive uma vizinha minha, quando foi aberta a primeira escola de ensino médio no meu bairro, normal né... pra adultos no bairro de Sarapuí. E a diretora eu conhecia, era uma conhecida minha, ela disse que ia dirigir a escola. Eles estavam suspendendo as placas ainda, quando ela disse pra mim que seria um colégio de ensino médio, o ciep. Aí eu comecei a perturbar meu marido de novo, aí ele (disse): “não, não”. Aí, uma vizinha minha queria que a filha voltasse a estudar e como eu ficava falando: “menina, volta pra escola! pra que ficar fora da escola, se fosse eu, já estaria lá há muito tempo!” Aí ela foi lá pedir ao meu marido, se eu podia voltar pra escola junto com a filha dela.

[...]

...aí, ele se sensibilizou, era uma senhora de idade, falando por mim né, aí ele concordou. Aí, lá fui eu de novo, voltei a estudar fazendo o ensino médio à noite. Primeiro, tinha que cuidar da casa, dos filhos, pra depois ir pra escola e voltei. Do mesmo jeito, a faculdade eu tive esse mesmo trabalho: insisti, insisti, insisti, até que um dia eu falei pra ele que eu achei que ele tava duvidando que eu tivesse capacidade de passar no vestibular. Eu sentia uma certa ironia na voz dele e eu perguntei: “você tá achando que eu não tenho capacidade de passar no vestibular?” Aí ele falou: “não, mas você acha que consegue? Isso não é pra você não, não é pra gente!” Aí eu falei: “se eu passar, você deixa eu entrar?” aí ele falou: “se você passar...” - depois de eu insistir, claro. Aí eu passei, e o que aconteceu, não fiz, porque minha irmã faleceu e eu estava com minha irmã de acompanhante no hospital e quando eu vi, minha vaga já não existia mais, perdi o prazo. Aí, eu fiquei quietinha né, não ia fazer propaganda, aí eu tentei de novo, aí passei e ele não deixou eu vir. Daí em diante, só fiquei insistindo: “não, você prometeu que se eu passasse você ia deixar eu ir”. Aí eu fiquei batendo na mesma tecla e fiz de novo escondido, fiz o vestibular de novo e insistindo, insistindo e falei: “você falou que se eu passasse, você não ia impedir de eu ir”. Acho que ele se encheu de tanto eu falar no ouvido dele. (Joana, 57 anos, negra, Pedagogia).

No relato de Joana, percebe-se claramente que este casal vive sob os desígnios da ideologia de gênero, visto que a mulher admite precisar da autorização do marido para exercer seu direito de estudar (“ele

deixou”, “ele não deixou”). A entrevistada em momento algum enfrentou o marido em busca de seu desejo. Sua estratégia para alcançar seu objetivo foi a “insistência”. De certa forma, ao longo da entrevista, percebeu-se que a entrevistada, aos poucos, foi forjando seu espaço, sua autonomia, porém, de forma limitada e negociada, a partir de um polo inferior na relação, conforme se percebe no trecho abaixo:

... eu acho que melhorou(o relacionamento). Faltava um pouco de respeito. Porque o fato dele interferir tanto assim, achar que era meio dono, que eu era uma propriedade, estava ali pra passar, lavar, cozinhar, fazer o que ele queria, fazer a comidinha preferida, essas coisas assim... A partir do momento que eu me firmei naquilo que eu quero, “não é o que você quer que eu faça, é aquilo que eu também quero fazer... eu sempre respeitei a você, e você nunca me respeitou, então está na hora de a gente se respeitar.” Aí, melhorou bastante. (Joana, 57 anos, curso de pedagogia).

Analisando a entrevista como um todo parece relevante compreender que as relações não são monolíticas, mas sim contraditórias e que mesmo o poder não é exercido unicamente em uma direção e por apenas um sujeito, mesmo nas relações mais opressoras. Além do mais, cabe refletir sobre em que medida este poder exercido pelo outro polo da relação não é outorgado pelo próprio sujeito (no caso desta pesquisa, a mulher) quando “pede” que ele lhe autorize a estudar. Evidentemente, conforme já discutido no capítulo deste trabalho sobre gênero, sabe-se que há diversas determinações para a subalternização feminina, que variam desde a dependência econômica, emocional, psíquica, social, questões culturais, dentre outras mais complexas que podem intercruzar vários dos elementos elencados das formas mais complexas possíveis. Contudo, a discussão de gênero permite compreender que, em alguns casos, não necessariamente por uma posição de auto punição (ou masoquismo – este tipo de questão não deixa de ser relevante, mas não é objeto desta discussão), muitas vezes quem outorga o poder ao outro é o próprio pólo dominado. Seja por omissão, por desconhecimento ou por ocupar uma posicionalidade de gênero ou sócio econômica vulnerável na relação e no grupo social em que vive.

Na história de Regiane (43 anos), o projeto de ingressar num curso de graduação foi adiado 23 anos por conta de sua primeira gravidez. Com os filhos “criados”, assim como Joana – que também só começou a estudar depois de criar os filhos - retomou este projeto e o cotidiano da formação acadêmica gerou conflitos no relacionamento, que culminaram no fim deste por opção do marido. Segundo a entrevistada, foi difícil para o marido aceitar a nova condição da esposa que assumia outras responsabilidades, inerentes a seu novo projeto pessoal: estudar.

Ele (ex- marido) começou a perceber que eu estava mudando e ele não concordou. Não é que ele não concordou, ele... eu acredito que pra ele foi difícil aceitar. E aí nossa relação modificou, e aí ele se aproveitou disso tudo pra estar dificultando, justamente e ainda mais a questão financeira, e aí, foi quando o casamento desmoronou porque eu tive que fazer uma opção na vida.

[...]

... eu comecei a mudar. Primeiro, eu tinha que estar mudando meus hábitos em função de estar dando conta do meu estudo. Então, finais de semana, normalmente, eu poderia, sair, tomar uma cerveja, simplesmente passar a tarde na cama vendo um filme.. eu já não podia mais fazer esses tipos de coisa, nem sempre. Tinha vezes que sim, tinha vezes que não. Quando eu comecei a mudar e não dar mais aquela atenção em função dos meus estudos, quando eu comecei a colocar pra ele, as coisas que passo, descobrindo e querendo trazer ele pra esse mundo, ele se negou. E aí, ele começou a ter aquela... uma implicância: “ah, agora tudo é o estudo!” Aí, teve uma passagem, que eu mandei um trabalho pra USP, em função dessa minha pesquisa, e aí foi aprovado e falei com ele: “ó, vou ter que ir pra São Paulo, apresentar esse trabalho”... e ele: “e eu estou perdendo minha mulher!” Ele fez esse comentário. Em vez de ele vibrar, ele falou: “Ah, estou perdendo minha mulher!” Eu falei: “que isso, rapaz? eu estou aqui...” eu posso ir pra qualquer lugar. Eu cheguei através da faculdade, a ir a Maceió, fui a Porto Alegre e fui também a Goiânia. Eu falei: “eu posso ir pra qualquer lugar, mas meu porto seguro é aqui. Não tem essa de estar perdendo sua mulher.” E aí, infelizmente, ele passou a sair, ter uma frequência de saídas, né. Aquela coisa de final de semana sair, não ter hora pra voltar e aquilo desgastou ainda mais nossa relação, ao ponto de que chegou um momento que eu falei: “olha, as coisas do jeito que estão, não tá bom!” Ele falou: “você fica com seus estudos e eu fico com minha vida!”. Então está bom. (Regiane, 43 anos, curso de Geografia).

A situação enfrentada por Regiane, diferente, aparentemente, da de Joana, é que o marido não concordava com sua opção de estudar e achava que existia um lugar predeterminado para a mulher na família, contudo, por alguma razão, não verbalizava esta discordância a partir de

sua posição de autoridade como homem, mas sim através de sua autoridade sobre si mesmo. Não dizia algo diretamente para impedi-la de estudar, mas, através de sua conduta consigo mesmo, afetava-a de modo a pressioná-la a fazer uma escolha: seu projeto mulher-acadêmica ou seu projeto mulher-esposa.

No relacionamento conjugal de Glória (negra, 39 anos, curso de Pedagogia), o afastamento do marido se deu gradativamente, concomitante a seu envolvimento com os estudos o que, segundo ela, aconteceu porque eles passaram a fazer parte de mundos cada vez mais distantes e não necessariamente por ciúmes ou algum tipo de competição do marido com o outro projeto de vida da mulher: pela ausência total da troca de ideias sobre o vivido, sobre o experienciado.

Além da distância etária (ele era 20 anos mais velho que ela) que fez com que ela o encarasse desde o começo do relacionamento quase como um pai, sem trocas emocionais típicas da relação homem-mulher

...ele era um senhor, né, eu tinha mais que obedecer. Eu o via mais como um pai do que como um esposo...Ele mandava... mas apesar de que (eu tinha que)'obedecer', mas sempre fazendo o que eu queria... eu sou assim! Às vezes a gente diz 'sim', mas vai caminhando, vai andando, vai fazendo...e eu fui assim a minha vida toda!"

Ele a achava "louca" por querer estudar, porém, não indicava no que consistia tal "loucura", ficando sua afirmação vazia e desprovida de autoridade. Seu objetivo também foi interrompido após a constatação da gravidez e só foi retomado 17 anos após o nascimento do filho.

Eu parei de estudar, engravidei, casei. Então não tinha volta. Meu marido achava um absurdo eu estudar.[...] Ele torcia o nariz, dizia 'louca', 'maluca', 'quer estudar à noite!'. Quando eu disse a ele que eu queria fazer faculdade, ele me achou mais louca ainda.

Uma hipótese considerada relevante que também pode ser trabalhada em relação a esta recusa mais ou menos explícita dos companheiros ao investimento dessas mulheres em sua educação formal/carreira acadêmico profissional seria a da tentativa de evitar a competição intersexual no casamento. Tradicionalmente detentores da

maior renda e prestígio tanto na sociedade quanto na família, os homens teriam seu lugar de confortável dominação ameaçado a partir do potencial desta nova realidade das mulheres ingressando na educação superior e ampliando suas condições de ascensão econômica e intelectual.

O relato de Raquel (31 anos, curso de matemática) traz sutilmente uma análise da própria entrevistada a respeito deste temor masculino quanto à possível posição de superioridade feminina em algum aspecto (econômico, intelectual, profissional ou outros), que, de alguma forma, vem disfarçado, ou é interpretado pela entrevistada como afeto ou expressão de companheirismo:

... quando eu entrei (na universidade), eu não namorava ele ainda. Aí eu comecei a namorar ele, tem 1 ano e 7 meses, mais ou menos. E quando ele começou a namorar comigo, ele já sabia que eu estudava... e agora, depois desse tempo - ele não gosta de estudar, mas – aí eu fico orientando ele pra ele entrar na escola pra terminar o 2º grau, aí.. só que ele parou por causa do trabalho dele, aí agora, ele está querendo voltar a estudar, está querendo fazer alguma coisa, e eu também fico falando... e ele está me vendo, aí pensa: “...ela vai crescer, vai ter um emprego e eu vou ficar onde?” [...]Ele pensa assim, aí ele fica: “ah, acho que eu vou fazer curso de num sei o quê...” aí fala alguma coisa assim pra poder... ele quer ficar perto de mim, entendeu? (Raquel, 31 anos, curso de matemática).

Embora estes aspectos aparentemente tenham sido minorados com o inegável avanço das conquistas das mulheres a partir do uso dos métodos anticoncepcionais dentre outros, percebe-se algumas permanências que permitem chamar a atual conjuntura feminina de uma renovação conservadora. Se, por um lado, já é admissível que as mulheres estudem (e afirmo aqui que isto se deve mais em função da sua ligação com aspectos econômicos úteis à manutenção da sociedade capitalista do que à emancipação feminina, conforme já discutido no capítulo 1 deste trabalho), por outro lado, além da composição da renda familiar (ou a exclusividade no sustento da família) a elas ainda cabe exclusivamente ou prioritariamente tarefas tradicionais como o cuidado do lar, dos filhos e de si mesmas, além de cobranças de outras naturezas, como estética, cultural, de sociabilidade, etc. Um exercício crítico simples

que demonstra o nível de exigências que se colocam às mulheres na atualidade seria observar apenas as capas das revistas voltadas ao público feminino e a quantidade de livros de auto ajuda também direcionados para a resolução de seus problemas contemporâneos, conforme segue abaixo.

A julgar pela informação veiculada pelo IVC (Instituto Verificador de Circulação) em abril de 2012⁵⁵ e divulgados no seminário "O poder das revistas femininas", promovido pela Aner, as informações ali contidas são de interesse das mulheres já que, conforme relata, o segmento das chamadas "revistas femininas" (176 títulos) registrou em 2011 seu maior faturamento desde o ano 2000 e alcançou R\$ 800 milhões em receita bruta, com um número de exemplares vendidos superior a 150 milhões, representando um terço do volume total de revistas comercializadas no país.

Ademais, de acordo com o site Publish News⁵⁶, dentre os 20 livros mais vendidos do ano de 2011, três têm como tônica questões consideradas preocupações femininas: "Mulheres inteligentes, relações saudáveis" – de Augusto Cury; "Por que os homens amam as mulheres poderosas?" – de Sherry Argov / Andrea Holcbeg e "Deixe os homens aos seus pés" – de Marie Forleo.

A julgar pela quantidade, diversidade, pelos títulos dos livros e pelas matérias das capas das revistas, há indicativos, por um lado, de que o mercado editorial encontrou um novo nicho de exploração bastante forte – o que, inclusive, demonstra o surgimento da mulher leitora e consumidora de informações para além das esferas tradicionais de sociabilidade como a família, a escola e a religião; e, por outro, que a mídia hegemônica, ao mesmo tempo que leva informações que são do interesse destas mulheres, também constrói/sugere interesses, desejos e questões até então inexistentes no conjunto de preocupações destes sujeitos motivada pela volátil e faminta indústria da moda que

⁵⁵ Visto em <http://propmark.uol.com.br/midia/40287:faturamento-de-revistas-femininas-bate-recorde>, em 15 de setembro de 2012 às 20:15h.

⁵⁶ Visto em <http://www.publishnews.com.br/telas/mais-vendidos/ranking-anual.aspx?data=2011> em 15 de setembro de 2012 às 20:20h.

comercializa não só vestuário, mas perfumes, cosméticos e estilos de vida.

Nove das 12 entrevistadas começaram relacionamentos afetivos após a entrada na Educação Superior, o que, de certa forma, visibilizou ao parceiro sua condição antes de conhecê-lo e sua opção anterior ao relacionamento.

Algumas deixam claro para seus parceiros que entre o relacionamento afetivo e a futura carreira, possível através da graduação, elas optariam pela graduação e pela carreira em primeiro lugar, conforme relata Geórgia (20 anos, curso de matemática), *“... eu botei desde o começo, que o mais importante pra mim, era estudar e relacionamento fica pra segundo plano.”*

E ainda,

Quando a gente quer alguma coisa, às vezes, a gente tem que abrir mão de outras né. Porque a gente que é jovem, por exemplo, aí quer sair, e tem namorado... E o que acontece, quando a gente tá querendo estudar realmente, chega um momento que você tem que falar assim: "Eu não posso sair. Não dá pra eu namorar hoje." Tem que largar, tem que abrir mão de algumas coisas. Eu, por exemplo, estou há um maior tempão sem sair. (Raquel, 31 anos, curso de matemática).

Parece bastante ousado aos olhos que miram o passado ver uma mulher sendo clara para um homem que entre um relacionamento e a sua carreira prefere a segunda opção, contudo, a questão intrigante que se coloca é: se a sociedade estivesse num papel tão mais evoluído em termos de igualdade de gênero as mulheres precisariam optar entre uma coisa e outra?

Tal elemento só permite entender que à mulher ainda se impõe uma conjuntura de falta de diálogo com os homens que redunde em dilemas tidos como antigos: estudar ou casar? Trabalhar ou ter filhos? Ser mãe ou mulher? Àquelas que ousam não escolher, àquelas que ousam querer muitas opções ainda é cobrado um preço altíssimo que as expõe a extenuantes cargas horárias de trabalho dentro e fora do lar; cobranças morais quanto ao cuidado dos filhos e dos mais velhos; cobranças

estéticas quanto à sua feminilidade e padrão de beleza/humor/disponibilidade para o sexo, dentre outros aspectos.

Conforme pudemos ver em capítulo anterior, as razões para a formação histórica da família guardam pouca ou nenhuma semelhança com as representações que se tem deste grupamento humano na sociedade contemporânea.

Em seu clássico “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, Engels (2010) percorre desde os tempos mais primitivos até a sociedade burguesa os caminhos que diferentes culturas encontraram para chegar a definir este grupo que, hoje, tem diversas características e funções sociais definidas.

Dentre as entrevistadas, percebe-se a incidência explícita ou mais sutil do padrão burguês patriarcal de família onde cada membro tem seus papéis bem definidos, conforme mostra o relato de Odete (28 anos, curso de Pedagogia):

minha mãe sempre fala que ela começou a trabalhar pro meu irmão poder estudar né, porque ela acreditava, que meu irmão, como homem, tinha que estudar, ter um bom emprego pra poder sustentar a família dele, e eu, como mulher, tinha que me casar e meu marido... tipo, comigo, ela não se preocupava que eu estudasse porque no meu caso, eu sou mulher, eu posso me casar, meu marido me sustentar e tudo mais. Meu irmão, como homem, tem a responsabilidade de ter uma família e sustentar a família dele. Então, quando ela começou a trabalhar, foi pra que meu irmão fizesse curso, meu irmão estudar, não entrar na faculdade, porque ela não tinha essa visão. Mas ter estudos, pra poder ter um bom emprego e ter uma casa pra poder sustentar a mulher dele, a família dele. Só que lá na minha casa, eu fui a única que fui estudando, estudando e entrei pra universidade.

Em praticamente todas as entrevistas a figura de chefe da família é um homem (pai ou companheiro da entrevistada), apenas não é quando este não existe por conta de casos de separações conjugais ou de morte. Nestes casos, a mulher passa a ser identificada como chefe da família.

Para as entrevistadas, o papel de chefe de família também é identificado como aquele que é responsável pela segurança da família, sua proteção física e moral, mas, sobretudo, o que as entrevistas revelam

é que chefe de família para este grupo é aquela pessoa que arca com a provisão econômica das necessidades do lar.

... eu acho que as mulheres às vezes levam muitas vantagens! Porque a sociedade, por ser ainda machista, a mulher não precisa pagar muitas coisas, o namorado paga. Por exemplo, agora, eu tenho a oportunidade de estudar, se eu fosse homem, eu teria que estudar e trabalhar, para sustentar meu filho. O meu ex marido, ele só trabalha. Ele não tem a oportunidade de estudar. Não estou dizendo que ele queira. Mas, eu acho que seria mais difícil pra mim se eu tivesse essa obrigação de dupla jornada: trabalhar e estudar, pra sustentar o filho. Eu não vejo, pra mim, agora que eu não trabalho, eu não vejo meu filho como obrigação financeira. E se eu fosse homem, seria com certeza. Nem que minha mulher trabalhasse, também seria dividido.

Este fator tem um significado simbólico de grande envergadura no bojo das transformações contemporâneas da estrutura das famílias e da sociedade como um todo.

Na atual conjuntura do capitalismo tardio⁵⁷ nos países periféricos vemos que os homens mais pobres, têm sido expulsos do mercado de trabalho⁵⁸ e tem dado lugar às mulheres que, sob o engodo de (neste aspecto) avanço feminista, têm assumido as mesmas funções que eles, porém, com vínculos empregatícios precários (ou totalmente inexistentes) e salários muito mais baixos. Esta situação tem ocorrido com tanta frequência que pode configurar uma tendência contemporânea e uma das causas para tal conjuntura se dá pela soma de diversos fatores, dentre eles:

- 1- as mudanças na economia mundial em face da globalização neoliberal tem tido um efeito determinante que tem levado à migração da indústria para locais com menor regulação trabalhista, atividade laboral historicamente ocupado por homens, sobrando (em termos comparativos) o mercado de prestação de serviços, que cultural e historicamente, tem sido

⁵⁷ Cf. Behring (2007: 23), “... a categoria capitalismo tardio em Mandel refere-se à totalidade do mundo do capital numa época em que suas tendências de desenvolvimento alcançaram a maturidade e suas contradições estão ainda mais latentes, promovendo, como nunca, **efeitos regressivos**.” (grifos originais).

⁵⁸ Cf. Hirata & Kergoat (2005), Sarti (2000), Safiotti (1995), Giffin (2002), Carrara (2009).

entendido como mais apropriado para as mulheres por suas características emocionais e de personalidade;

- 2- Nas famílias mais pobres, por muitas vezes os homens acabam abandonando os estudos em idade precoce tendo em vista ajudar a compor a renda familiar e colaborar para a subsistência do grupo. Este fato corriqueiro neste extrato social tem como consequência direta sua baixa ou nenhuma qualificação para atividades laborais, ficando seu potencial laborativo limitado, muitas vezes, à força física e a técnicas rudimentares. Neste contexto, a oportunidade de investir na educação formal (por mais precária que seja) acaba por ser maior para as mulheres que, tem tido um aumento progressivo nos últimos anos em termos de educação e qualificação formal para o trabalho;
- 3- O atual estado dos avanços nas conquistas femininas em relação à sua penetração no mercado de trabalho: ingressar no mercado de trabalho ainda é uma das lutas das mulheres em termos culturais e econômicos, o que implica numa baixa expectativa destas mulheres em relação aos salários e à formalização dos vínculos empregatícios. Ou seja: ser absorvidas em alguma atividade laboral remunerada já significa um grande avanço para elas, portanto, grande parte delas submete-se a salários inferiores aos destinados antes aos homens e com pouca ou nenhuma garantia em termos de direitos trabalhistas.

Tendo em vista este panorama, entendemos uma mudança estrutural na cultura familiar, sobretudo das famílias mais pobres, por conta de influências econômicas, ou seja, da ética capitalista.

Tais mudanças implicam em algo que, aparentemente, indica um avanço feminino na representatividade e autonomia das mulheres na instituição familiar.

Sendo assim, em alguns casos, mesmo havendo homens na família, vemos a afirmação da entrevistada de que *“...bom, chefe de casa, no caso é minha irmã que trabalha de carteira assinada e a outra, que é concursada. Meus pais não trabalham de carteira assinada, estão desempregados, e eu, atualmente, só faço estágio.”* (Ana, 27 anos).

Nesta pesquisa o dado filhos se tornou bastante relevante durante o processo de tratamento e reconstrução das informações colhidas. Percebemos especificação em dois perfis diferentes de estudantes diretamente condicionados à faixa etária delas.

Dentre as estudantes de maior idade, todas possuem filhos adultos e apenas começaram a estudar após estes estarem criados e encaminhados para o mercado de trabalho.

eu sempre quis fazer faculdade, desde garota mesmo. Mas eu sou de uma época, digamos assim, em que os pais, geralmente, encaminhavam as filhas, as filhas mulheres eram pra casar. Filha mulher tem que aprender a cozinhar, lavar, passar e casar, pra cuidar do marido. e eu sempre tentei estudar. Então, casei aos 17 anos, tive meus filhos, aí não podia estudar porque tinha os filhos pequenos, a partir do momento que meu filho caçula tava com a idade de 10 anos, mais ou menos, ela já estava grandinho, tinha os outros pra ajudar a cuidar, tem o marido, então já dá pra eu voltar a estudar. Foi quando eu voltei, terminei o ensino fundamental, fiz o ensino médio, e depois resolvi tentar a faculdade. (Joana, 57 anos, curso de pedagogia).

tem pessoas que ainda enxergam a mulher como dona de casa, mesmo ela trabalhando, estudando, ela sempre cuida de filho, ela sempre cuida da casa, e assim, é sacrificante. Eu acho que a mulher deveria ser encarada não como uma pessoa que tem que lavar, que passar, porque hoje em dia, ela tem uma profissão, tem uma carreira, ela tem que se voltar pra ela também, claro, não se esquecendo dos filhos, porque tem filhos, e tem que cuidar, esposo também, mas pode muito bem dividir as tarefas né? hoje em dia ainda não tem isso. Você vê que tem homens que até divide, mas é exceção. Tem uns colegas que falam: que isso! Isso é trabalho de mulher! Então ela (a mulher) carrega muito isso ainda, é dona de casa, é esposa, é profissional, é a mãe, então é muito difícil. (Ana, 27 anos, curso de pedagogia).

Dentre as estudantes mais jovens, praticamente todas tem filhos pequenos fruto de gravidez indesejada em relacionamentos não formais e engravidaram durante a graduação. Se, por um lado, percebemos dentre estas que todas são mães solteiras, já que os companheiros não atuam

em conjunto com as mesmas na responsabilidade pela criação dos filhos; por outro, percebemos uma sutil mudança quanto à postura da família destas mulheres em relação à gravidez das mesmas: a gravidez não implicou na interrupção do curso de graduação, embora as cobranças morais permaneçam fortes. O relato de Ana é emblemático neste assunto: *“minha mãe, teve 7 filhos, imagina? De todos eles, nenhum deu dor de cabeça, só eu que fiquei grávida cedo né, mas o restante foi tudo direitinho, seguiram o caminho correto.”* (Ana, 27 anos, curso de pedagogia). Neste sentido, a gravidez considerada fora de hora consiste em uma situação negativa no interior da família.

Mesmo não tendo com quem dividir a responsabilidade (no tocante ao uso do tempo) da criação e cuidado dos filhos com nenhum outro membro da família, (ou seja, restringe-se o cuidado dos filhos única e exclusivamente à figura da mãe), estas não foram impedidas de estudar e também podem contar com alguma ajuda financeira para o sustento da prole, porém, se encontram numa situação de solidão no tocante às responsabilidades para com os afazeres domésticos. Conforme evidencia a fala abaixo:

Aí, o que acontece, com eles dois, fica mais difícil de eu estudar pra faculdade, então eu venho pra faculdade e fico estudando aqui, nos horários livres. eu tenho o apoio da minha mãe, mas eu também tenho que fazer minhas outras coisas, tipo de casa, e com as crianças eu acho que eles querem me apoiar, mas eu não sinto isso. As vezes eu fico até meio chateado com eles, porque eles querem cobrar no fim do período, CR, esses negócios. Mas não colaboram e isso me chateia. (Miriam 21 anos, curso de pedagogia).

Em alguns casos, as cobranças são introjetadas de modo que a mulher tem consciência parcial de sua situação de dominação, porém, não a nega e, inclusive, a legítima.

Ela, (filha) se baseia muito em mim, ela me observa muito, ela espelha muito nas minhas atitudes, então, eu me polio muito por causa disso. Então, assim, é muito difícil ser nova e ter uma filha, porque você é mais cobrada pela família, então, certas atitudes eu não posso fazer porque eu tenho ela. Então, pra mim, isso é muito positivo de um lado e negativo de outro, tipo, se eu hoje não tivesse minha filha, eu não seria tão cobrada quanto eu sou. Por outro lado, se eu não tivesse ela, eu não seria a

pessoa que eu sou. Então eu agradeço muito também, por ter tido ela. Eu me tornei uma pessoa bem melhor. (Ana, 27 anos, curso de pedagogia).

Claro deve ficar que entrevistamos apenas estudantes regularmente matriculadas, portanto, o que este grupo pode nos indicar é o fato de que nestas famílias as mulheres não tiveram seu direito de estudar interditado pela gravidez. Então, se a ajuda é apenas financeira tanto por parte da família quanto por parte do Estado (via política de educação voltada para a universidade) para os casos daquelas que conseguiram se enquadrar nas condicionalidades e não em termos de cuidado, por outro, já significa um elemento que contribui para que as mesmas permaneçam estudando.

Importante perceber que a condicionalidade para obtenção de apoio financeiro não se dá apenas na esfera público estatal, onde a estudante precisa se enquadrar dentro de certo perfil sócio econômico (no caso das cotistas), cumprir tarefas acadêmicas e se manter sob monitoramento em termos “comportamento acadêmico” e de produtividade. Na esfera doméstica, há também condicionalidades para o recebimento do apoio familiar, o que remete novamente para a questão da dominação de gênero.

No relato das entrevistadas abundaram comentários sobre colegas de curso que tiveram que interromper o curso por conta do mesmo fato: a gravidez indesejada e as responsabilidades inerentes à não interrupção dela: o abandono do curso de graduação, o ingresso no mercado de trabalho (mesmo informal), o tempo integral dedicado ao cuidado do filho.

Há relevantes estudos de autores como Figueira (2004) e Elias (2000) que, além de fazerem análises sociológicas a respeito dos objetos de pesquisa sobre os quais se debruçam, se mostram também verdadeiros referenciais para a conduta do pesquisador no trato e construção dos dados de pesquisa. Um dos elementos colocado em evidência como tão importante quanto dados estatísticos, relatos verbais ou dados de outra natureza, são as informações não verbais que os sujeitos de pesquisa podem fornecer ao pesquisador atento. Tais

elementos como entonação da voz, reações, movimentos corporais e ironias podem enriquecer o sentido dos relatos verbais ou mesmo mudá-los diametralmente dependendo do contexto como são organizados.

Figueira (2004: 158), diria que *“Ao se confrontar com problemas, o corpo reage de alguma forma, não permanece indiferente...”* e isso, porque quem fala, fala pra alguém que está em uma posição/local a partir da posição/local em que está, que ocupa socialmente, exercendo mais ou menos poder, expressando submissão ou enfrentamento, externando suas convicções e valores. Fato é que, para os entrevistados, o entrevistador sempre está num local hierarquicamente superior, o que tende a levá-los a buscar, consciente ou inconscientemente, certo nível de aprovação ou simpatia junto a este.

Quanto à orientação sexual, absolutamente todas se declararam heterossexuais. Sobre este elemento, o que chamou à atenção não foi qualquer relato verbal ou a constatação de que são hetero, mas os sinais que as entrevistadas davam em outras formas de linguagem como os movimentos do corpo alterados, os olhos estupefatos ou a entonação carregada na resposta “Ah, heterossexual!”, depois de não compreender a pergunta que, para elas, parecia “óbvia demais”. Acontece que a heterossexualidade não é óbvia. Em seu significado mais profundo, e, claro, somados a outros elementos das entrevistas, percebemos nesta sutileza diversos valores inculcados pela ideologia de gênero – dentre eles a heteronormatividade – que compõem o conjunto de valores e ideologias que orientam o modo de viver destas mulheres. A questão da heteronormatividade é um dos elementos que compõem a ideologia de gênero em diversas culturas tanto no ocidente quanto no oriente.

4.2.4.1. Violência contra a mulher

Quanto à questão específica da violência contra a mulher, os dados do Mapa da Violência de 2012⁵⁹, em seu suplemento especial

⁵⁹ Cf. <http://mapadaviolencia.org.br/>.

sobre homicídios contra mulheres, identifica doze dos 13 municípios da Baixada Fluminense entre o 2º. e o 33º. colocados neste quesito dentre os 93 municípios do estado do Rio de Janeiro, sendo que sete deles figuravam entre os 17 municípios com maior número de homicídios notificados contra mulheres. Dentre eles está Itaguaí em 2º. lugar no estado, Japeri em 5º. e Duque de Caxias ocupa o 6º. lugar. Apenas o município de Paracambi não entrou na classificação por não fornecer dados para a pesquisa.

Quanto a estes dados há observações importantes a serem feitas para a análise mais profunda e compreensiva dos dados brutos. Em primeiro lugar, é evidente que a situação da violência contra a mulher não é uma questão regional, mas nacional já que percebe-se na mesma pesquisa que o Brasil ocupava o 7º. lugar em 2009 na classificação mundial do mesmo índice com 4,4 mulheres assassinadas em cada 100 mil num conjunto de 84 países pesquisados pela OMS – Organização Mundial de Saúde.

Em segundo lugar, deve ser observado que o índice refere-se especificamente à taxa de homicídios contra mulheres e não aos variados tipos de violência contra a mulher e menos ainda à violência de gênero, em específico. Este índice por si só já se refere a uma situação bastante específica que varia em sua motivação de região para região, dadas as configurações locais.

O elevado número de homicídios, por exemplo, das regiões Norte e Centro Oeste parecem ter relação não apenas com a questão da violência de gênero, mas também com situações específicas regionais relativas a conflitos enfrentados na arena da divisão de terras e da realidade do trabalho em condições análogas à escravidão por dívida sofridas até os dias atuais conforme relatam algumas pesquisas como a de Rezende (2004).

Outro elemento a ser considerado refere-se ao tipo de prostituição feminina vivido em diversos locais do Brasil – inclusive de crianças – que difere da encontrada no estado do Rio de Janeiro. No caso do Rio de Janeiro, as causas para homicídios contra mulheres atenderiam a critérios variados e específicos de forma diferente das diversas regiões do Brasil,

considerando elementos políticos, econômicos, geográficos, culturais e de configurações gerais da organização social da população como um todo.

Outro elemento que elevaria este índice seria o do crescente envolvimento de mulheres com o tráfico e venda de drogas ilícitas principalmente em regiões de fronteira com outros estados e países.

Recentemente também tem sido noticiado no Rio de Janeiro o crescente envolvimento de mulheres com atividades de organizações criminosas de venda de substâncias ilícitas. Um dado interessante é que, se, por um lado, a violência contra a mulher, nestes casos, não é motivada pela ideologia de gênero, por outro, elas mantêm uma ligação com a organização de gênero já que muitas das mulheres envolvidas com estas atividades ilícitas tem figurado como herdeiras das atividades criminosas dos companheiros quando estes morrem ou se encontram presos, tratando-se de um negócio familiar. Certo é que tal panorama tem se configurado, sobretudo, a partir da última década e, conforme se pode notar, a configuração da evolução de homicídios de mulheres teve um salto em todo o país desde 1996 até 2012.

Em terceiro lugar, deve ser considerado que, devido à obrigatoriedade nacional de notificação da causa mortis no atestado de óbito, o registro de homicídio tanto de mulheres quanto de homens em casos óbvios como quando acontece em via pública, através de arma de fogo ou arma branca é praticamente absoluto, não devendo, assim, ser relacionado à totalidade dos homicídios contra a mulher.

Esta constatação nos remete à realidade da violência doméstica contra a mulher motivada por questões de gênero, que é a subnotificação. É uma constatação nos estudos sobre este tema que, por muitos e diferentes fatores, um percentual elevado de mulheres não notifica as violências sofridas ou, quando o faz, depois retira a queixa. Por medo das possíveis reações do(a) companheiro(a), da ineficiência do Estado no cumprimento à lei, pela falta de apoio da família nuclear e extensa, por não conhecer seus direitos ou por acreditar que deve sofrer tal violência, muitas mulheres não notificam os casos em que são alvo deste tipo de

violência⁶⁰. A vergonha, a dependência material e econômica e a dependência psicológica figuram como alguns dos pontos altos motivadores da subnotificação.

Com a aprovação da Lei Maria da Penha, em 2006, e o consequente impedimento de as mulheres fazerem este procedimento (retirar a queixa) na delegacia, passando, então, a poder fazer isto apenas na presença do juiz, pensava-se que esta situação mudaria, contudo o que se percebe na prática das Varas de violência doméstica contra a mulher não é diferente do que se processava nas DEAMs.

A partir destes dados, como compreender a ausência de críticas das mulheres entrevistadas em relação a alguns aspectos da realidade que as rodeia?

Na obra de Benjamin interpretada por Konder, percebe-se algumas pistas sobre tais fatos: para ele, então *“A atribuição à história de um sentido objetivamente dado é um artifício ideológico que visa impedir que os sujeitos se sintam postos diante de uma história que está em aberto e cujo “sentido” será aquele que eles lhe conferirem”*. (KONDER: 170). Isto significa que, para o filósofo alemão da Escola de Frankfurt, o impedimento concreto ao exercício da práxis a partir da alienação tem uma função de aliená-los de seu papel de sujeitos de sua própria história: atores, mas também autores.

Neste sentido, percebe-se que nenhuma das mulheres entrevistadas menciona ter sofrido violência quando perguntadas sobre tal fato, contudo, ao longo de seus relatos, o que se verifica é a prevalência de relações desiguais entre homens e mulheres no interior da família, onde o que predomina é a sobrecarga das mulheres no que se refere aos papéis domésticos e a sua limitação a uma trajetória solitária quando optam por investir em suas trajetórias pessoais – o que poderíamos

⁶⁰ Dentre os diversos dispositivos criados pela ideologia de gênero, está a crença de que se a mulher sofre algum tipo de violência, o agressor teve algum motivo para fazê-lo, ela deu algum motivo – como se diz na expressão popular. Muitas vezes estas crenças são alimentadas ao longo da socialização de todos os indivíduos de modo que até mesmo as mulheres a internalizam e a reproduzem como válidas. Há ditados do senso comum que reafirmam esta crença como “em briga de marido e mulher ninguém mete a colher”, tornando o fato limitado à esfera doméstica e não um fato público/político, de interesse de toda a sociedade.

considerar uma forma de violência psicológica na medida em que o preço que se paga por sua opção é o isolamento social do restante do grupo.

4.2.5. Religião

Todas as entrevistadas tiveram uma criação religiosa de orientação cristã, algumas católicas e outras protestantes ou evangélicas, mas chama à atenção que dez delas se declaram afastadas da religião e apenas três ainda professam sua fé.

Em alguns momentos da entrevista, percebe-se que este afastamento parece coincidir com a entrada da estudante na rotina da educação superior. Algumas alegaram falta de tempo para dedicação às atividades da vida religiosa, já outras, afirmam que tal afastamento foi decorrente de sua mudança comportamental ao desenvolverem “maior senso crítico” – o que, segundo as mesmas, colidia com suas antigas práticas religiosas.

Parece interessante que estas estudantes tenham desenvolvido senso crítico em relação às concepções religiosas. Não se trata aqui, de forma alguma, de estimular qualquer ateísmo ou mesmo desvalorizar as práticas religiosas, mas de entender o que tem sido desconstruído/construído no ambiente acadêmico a esse respeito. Um de seus relatos podem fornecer pistas.

...eu já tinha conflitos com a igreja né? As idéias... e depois que eu entrei pra faculdade, eu tive mais conflitos ainda, porque o mundo vai se abrindo, você vai tendo mais conhecimento historicamente e vê que algumas coisas são importantes, outras não, aí teve mais conflito e eu preferi sair da igreja, melhor do que ficar tendo esses conflitos dentro da igreja. (Geórgia, 20 anos, curso de matemática)

4.2.6. Pertencimento étnico-racial

Quanto à pertença étnico-racial, há diferenças dentre os cursos nas respostas das entrevistadas quanto a sua auto declaração. A partir de reflexões provenientes dos estudos sobre negritude e ações afirmativas no Brasil, seria impossível declarar que alguma delas fosse branca (caucasiana). Porém, tanto no curso de matemática quanto no de pedagogia, duas entrevistadas de pele clara se declararam brancas, quatro entrevistadas de pele bastante escura se declararam negras, uma se declarou parda *“porque é o que consta na minha certidão de nascimento”* e, ainda, uma se declarou indefinida – ambas as últimas percebidas como negras pela entrevistadora. Já no curso de geografia, nenhuma das entrevistadas parece buscar a branquitude, mesmo não tendo a pele muito escura.

Apenas a partir do discurso das entrevistadas não é possível afirmar qual a razão de tal panorama verificado nas suas falas, contudo, algo que pode sustentar esta diferença qualitativa no discurso das entrevistadas pode ter origem nos conteúdos de formação do currículo de cada um dos cursos. Ao que parece, a partir das entrevistas, no curso de geografia, discute-se de forma crítica e com frequência a questão da diferença racial e de classe na formação sócio-histórica e política do país. Embora não se possa afirmar categoricamente, o discurso das entrevistadas que expressam simpatia à branquitude demonstra pouca proximidade à discussão política da importância política da afirmação da negritude no Brasil, ficando apenas no nível do senso comum, sem se distinguir das representações sociais da sociedade ampla e sem formação política e acadêmica.

Conforme mencionado anteriormente, do relato de Glória e de Joana, ambas negras, emergem três questões importantes, dentre elas a de raça. Segundo o relato de Glória, todos, sobretudo os pais, a diziam que *“isso não vai dar em nada”* e, muito embora todos aparentemente valorizassem a educação, o que ela ouvia eram cobranças do tipo *“você*

tem que trabalhar. 'Tá estudando? Ótimo! Parabéns, Fulando é esforçado!' Só que trabalhar, no momento, é o mais importante".

Do relato de Joana emerge a dúvida de seu marido, a ironia no questionar se ela era capaz de passar no vestibular e a afirmação “*isso não é pra nós*” referindo-se à universidade.

No estudo de Costa Pinto (1998) sobre a questão racial no Rio de Janeiro encomendado pela UNESCO na década de 1950⁶¹ fica bastante clara a razão histórica destas afirmações no tocante à posição de classe e de raça da maioria dos negros no Brasil. Se por um lado há uma questão objetiva da reprodução imediata que não pode ser ignorada, por outro, há as representações alimentadas décadas a fio em nossa história racista sobre o papel do negro na construção da nação.

As condições peculiares de nossa economia pouco desenvolvida e a forma histórica através da qual a força de trabalho da população de cor participou de seu processo e de sua estrutura sempre permitiram e possibilitaram a participação do negro na economia do País sem ser indispensável, para isso, seu desenvolvimento intelectual e técnico, já que seu papel era, por excelência, o de instrumento. (COSTA PINTO, 1998: 160).

⁶¹ O trabalho de Costa Pinto surge no contexto de sistematização das Ciências Sociais no Brasil em parte como resultado da proposta de Arthur Ramos de um “programa da Antropologia brasileira” e em parte, de um conjunto de pesquisas encomendadas pela UNESCO, chamado “Projeto UNESCO” a intelectuais de quatro diferentes estados (dois do Nordeste e dois do Sudeste brasileiro, representando locais considerados, respectivamente, tradicionais – Salvador e Recife; e modernos – Rio de Janeiro e São Paulo). As obras são as que se seguem: AZEVEDO, Thales. (1953), *Les élites de couleur dans une ville brésilienne*. Paris, Unesco.; BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. *Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo*. São Paulo, Anhembi, 1955; COSTA PINTO, Luiz de Aguiar. *O negro no Rio de Janeiro: relações de raças numa sociedade em mudança*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1953. A intencionalidade deste projeto era, num contexto mundial severo de pós guerra, demonstrar em amplitude mundial uma experiência bem sucedida de diversidade étnico racial. Certamente a inspiração para tal empreitada foram o “mito da democracia racial” e o do brasileiro como “homem cordial”. Tais mitos, certamente, não consideraram a realidade do sistema violento com que se deu a escravidão no Brasil, sua formação em base a teorias racialistas e racistas como “o mito das três raças”, e obras como as de Manoel Bonfim, Silvio Romero e outros; sua trajetória em direção à “abolição da escravatura” prometida pela teoria do liberalismo, porém, mantida na prática pelo sistema de privilégios e conservadorismos tradicionais na formação sócio econômica brasileira. Numa percepção geral dada pela leitura cuidadosa de todas estas obras foi possível perceber que não só a empreitada desejada pela UNESCO foi um passo que não se concretizou no caminho inicial por ela ensejado, já que não demonstrou tal face rósea das relações raciais no Brasil, mas também pôde contribuir sobremaneira para uma nova e profícua fase dos estudos e políticas raciais no país onde, a partir de autores brasileiros, alguns negros, construía-se uma sociologia das relações raciais contada “de dentro”. Para uma leitura mais geral do contexto do Projeto UNESCO, ver Maio (1999).

Ademais, o autor reafirma que, *“meridianamente a identificação objetiva da posição de dominante com a condição de branco”* é o que identifica o negro que “ousa ascender econômica e intelectualmente” com a alcunha de “mulato pernóstico”. Em tal condição objetiva e subjetiva, este negro (ou negra) precisa, a todo momento, de *“lutar, frontalmente, contra a muralha representada pelas expectativas tradicionais do branco, que não são nada estimulantes e que visam, via de regra, reconduzir o negro ao seu lugar”*⁶².” (Pp.160-1).

Para ele, as expressões que desvalorizam o negro que deseja estudar e/ou ascender economicamente,

...usadas não somente por brancos em relação aos de cor que penetram no seu meio, mas também pela própria população de cor” seriam “modalidades difusas e informais de controle” que “são completadas, cada vez mais, por outras formas mais sistemáticas, no seio das organizações de homens de cor e através da imprensa que elas mantêm. (Pp.202-3).

Aqui o autor se refere aos aparelhos privados de consenso, nomeadamente a imprensa, que tratam de construir uma atitude mental que já não carece de exercer a coerção física para manter as estruturas de dominação e hierarquia, mas utilizam-se de consensos criados e amalgamados dentro dos locais mais íntimos dos sujeitos (e que também são aparelhos privados de consenso): a família.

No caso das entrevistadas, a família foi a primeira instância com a qual elas se depararam que as informou que seu papel na sociedade não estava ligado à universidade. Para Joana, Regiane e Glória, romper com esta situação representou grande mudança na forma como se viam e se entendiam no mundo. Em especial para Glória, que relata: *“Quando eu voltei a estudar, eu descobri que eu era muito mais inteligente que eu pensava.”*

Em sua vivência escolar, Glória informa que não costumava interagir na escola por não ter estímulo para isso. Tinha dúvidas e

⁶² Grifos do autor.

permanecia com elas. Não achava que a educação pudesse fazer parte de sua vida como algo significativo. Relata que o fato de trabalhar na residência de uma professora universitária fez muita diferença em sua decisão em estudar e, conseqüentemente, nos rumos que deu para sua própria vida.

4.2.7. O significado da educação superior

Na tentativa de compreender a teia complexa das relações entre gênero, classe e educação e os vetores que incidem nas trajetórias destas mulheres e na formação de suas concepções de mundo e seu modo de estar nele, além de ficar nítida esta percepção de que elas ainda são vistas e empurradas para o papel de cuidadoras exclusivas dos filhos, também nota-se que emerge nesta configuração um significado importante para a educação para as mesmas: a educação significaria quase que uma redenção, uma alternativa de fuga da condição de pobreza e de invisibilidade social, conforme já discutido no capítulo sobre educação nesta tese.

Narrando sua trajetória de abandono da educação durante sua adolescência de mulher pobre, negra e moradora da periferia, Glória mostra a educação formal como um agente de libertação (desalienação) tanto no sentido da auto reconhecimento (de auto valorização subjetiva como sujeito capaz de realizações), quanto de reconhecimento social como um todo (enquanto sujeito que faz parte de um grupo de pessoas – uma comunidade no sentido mais amplo do conceito).

... E quando eu saí daqui (ela foi entrevistada no seu local de trabalho) e, que eu fui embora, peguei minha mochila e fui embora, não olhei pra trás. Porque eu era uma adolescente pensando em tudo ao mesmo tempo, mas não tinha alguém pra (dizer)... "olha você vai, estudar!" Igual eu fiz com meu filho. Com meu filho, eu falei com ele: "você não vai trabalhar! Você vai estudar!" "mas, (ele argumentou) "mãe..." (e ela disse) "não, vc vai estudar!" aí, eu deixei pra lá (os estudos dela). Parei... Fiz até a 7ª série, fiz 7ª série à noite e parei. Mas, aquilo ficava me incomodando, me incomodava demais. Eu dormi a e sonhava que eu estava na sala de aula, eu sonhava que eu estava estudando. Mas aí, eu casei nesse meio tempo. Eu parei de estudar, engravidei e casei. então aí, não tinha mesmo volta, Meu marido achava um absurdo eu estudar. Eu morava

longe. Eu morava em Xerém, roça! Era assim, meia hora depois do final de Xerém, onde eu morava. e ele falava: não, não tem como você estudar, as crianças são pequenas, porque eu também cuidava do filho dele, que ele era viúvo. E eu criei o filho dele também. E chegou um momento que eu disse: Eu quero voltar a estudar! E isso vai me incomodar a vida toda. Isso me deixa doente, saber que eu não terminei os estudos! (Glória, 39 anos, curso de pedagogia).

Além disto, conseguir vencer o desafio construído socialmente como algo inacessível para a população mais pobre parece mais um objetivo em si mesmo do que um meio para alcançar perspectivas de concretização intelectual, política, artística ou profissional – percepção esta corroborada, por exemplo, pelo fato de Glória (que tanto valor pareceu conferir à educação) pretender permanecer no emprego em que está como trabalhadora doméstica. Neste sentido, na fala de Glória, como também das demais entrevistadas com maior idade (Joana e Regiane), a educação superior guarda um significado simbólico mais próximo a um sonho do que uma função utilitária, mesmo que esta noção não desapareça por completo de seu universo simbólico

eu estava tão feliz... eu não tive uma primeira impressão, eu estava feliz porque eu tinha conquistado uma coisa que eu almejei há vinte anos atrás e com muito medo de não ser capaz, tinha muito medo, cheguei mesmo a acreditar que eu não iria conseguir passar do 1º período, tive muitas dificuldades... e eu tive uma recepção muito boa, eu fui muito bem recebida aqui, então, foi uma boa impressão que eu tive, nessa primeira.. Nesse primeiro contato aqui foi muito bom. (Regiane, 43 anos, parda, curso de Geografia)

... nunca me senti tão orgulhosa de mim mesmo, sei lá, tive aquela sensação: consegui! eu fiz três vestibulares e passei nos três. No primeiro, meu marido não deixou eu vir, no segundo ele ficou meio reticente, mas eu tentei de novo, no terceiro eu dobrei ele e cheguei aqui. Poxa, três anos! (Joana, 57 anos, curso de Pedagogia).

Ainda na interrelação entre as representações simbólicas e as consequências mais concretas, o significado da educação superior para estas mulheres parece, em si mesmo, ter relação com um processo sutil de emancipação quanto à representação de si mesmas enquanto sujeitos capazes, autônomos, com condições de gerir suas próprias vidas a partir de suas ideias. Neste aspecto, o fator do desenvolvimento de

autoconfiança nas estudantes pareceu deveras relevante, a despeito de outros elementos que podem ser julgados como insuficientes quando se tem em vista um modelo de educação humanista para o pensamento autônomo, conforme discutido no capítulo sobre educação superior.

Tal sensação pode ser verificada na fala seguinte:

Eu era muito acanhada [quando estudava, na adolescência] e tinha vergonha de perguntar, tinha esse detalhe. Era uma pessoa super bicho do mato mesmo. A professora falava as coisas, eu não entendia, deixava pra lá, eu não perguntava e depois quando eu voltei, adulta, podendo tudo, sabendo que eu podia perguntar indagar e tudo mais, eu voltei diferente. Descobri que conseguia... assim, as contas que eu achava um absurdo, matemática, eu era primeira da turma, eu dava aula pros meus amigos da sala. Então isso me ajudou muito a querer fazer faculdade. Eu descobri que era capaz. (Glória, 39 anos, negra, Curso de Pedagogia).

Por outro lado, na fala das nove entrevistadas mais jovens, o significado da educação superior parece ser outro: ter uma profissão – qualquer que seja ela e trabalhar em uma função pública – qualquer que seja ela também. Conforme relatado na caracterização inicial do perfil das entrevistadas, sete não tinham o curso em que estudam como primeira opção. Destas que não o tinham como primeira opção, todas escolheram o curso em que estavam pelas condições mais facilitadas de ingresso a partir da relação candidato/vaga conjugada ao local do campus ser de melhor e mais fácil acesso. Dizendo de outra forma: a relação candidato vaga dos cursos no campus em que estavam matriculadas (Duque de Caxias) no momento da pesquisa eram menores que as de outros campus em outros municípios do estado do Rio de Janeiro. Talvez, inclusive, por se situar num município da Baixada Fluminense.

A escolha por cursar o ensino superior nos casos das estudantes mais jovens foi quase uma imposição familiar e social com o objetivo de ascensão econômica. *“o que a levou a entrar no ensino superior foi”* então, *querer ter uma vida melhor, querer ter um emprego.*” (Raquel, 31 anos).; *“Porque isso me dava uma condição melhor de encarar o mercado aí fora, ter um pouco mais renda também”* (Eduarda, 31 anos).; *“um futuro melhor né, pq não dá pra fazer mais nada sem o superior.”* (Geórgia, 20

anos). ; *“(o que me levou a entrar no ensino superior foi) então, querer ter uma vida melhor, querer ter um emprego. Até pq na minha família, não tem ninguém que tem ensino superior ainda..”* (Raquel, 31 anos).

Entretanto, no relato de Raquel algo que se coloca de diferente foi o vetor que a estimulou – um professor de um curso de Pré Vestibular para Negros e Carentes – o PVNC:

... bom, na época eu estava desempregada e eu tinha um colega que era coordenador de um curso pré-vestibular comunitário (PVNC) e aí, ele me ofereceu, mesmo que eu não pagasse nada, pra eu estudar, aí eu falei: pô, é minha chance! Quando a gente tem oportunidades assim... então, eu entrei no começo de maio, mais ou menos, já tinha perdido a 1ª prova da [INSTITUIÇÃO X]⁶³, mas aí fiz a 2ª, de qualificação, aí passei, fiz a específica e passei, aí eu entrei na [INSTITUIÇÃO X]. E quem me orientou sobre o curso, foi meus professores, na época que eu estudava no pré-vestibular. (Raquel, 31 anos, curso de Matemática).

Percebe-se na fala da estudante que a educação superior não era algo estimulado na cultura do seio familiar. Caso não fosse criada uma alternativa compatível com sua condição econômica empobrecida e não lhe fosse dado o devido estímulo, possivelmente esta estudante não teria tido a iniciativa de tentar concorrer a uma das vagas oferecidas.

O mesmo indício pode ser encontrado na fala de Odete e dá à iniciativa dos PVNCs um lugar de destaque no estímulo às populações mais marginalizadas quanto à possibilidade de ingressarem em um estilo de vida diferente do que comumente é oferecido aos mais pobres pelas estruturas de poder dominantes na sociedade de classes

eu já tinha feito curso normal, aí eu... na verdade, tem... tinha um pré-vestibular na Taquara, e alguns amigos meus começaram a fazer o pré-vestibular comunitário, PVNC - pré vestibular pra negros e carentes, e eu resolvi também experimentar, mas eu nunca pensei na possibilidade de fazer faculdade, porque sempre me foi dado como algo muito difícil, especialmente pra mim né, porque as pessoas que estão ao meu redor, são pessoas pobres. Então, eu comecei fazendo no primeiro só de experiência, pra saber como era, e acabei passando pro curso de pedagogia e entrei. Aí depois trabalhei 3 anos como voluntária. (Odete, 28 anos, curso de Pedagogia).

⁶³ O nome da instituição não será revelado por questões éticas de respeito à identidade das entrevistadas.

Ainda no bojo das imposições sociais e econômicas, algo que chama à atenção é a “naturalização” das imposições: a educação formal é algo construído como sendo parte da ordem natural da vida (ver segundo depoimento), mesmo que, no seio das representações sociais do grupo em foco esta educação formal de nível superior seja algo inatingível e inconciliável com a vida das pessoas pobres.

No depoimento de Odete (28 anos), algo relevante a esse respeito é a dicotomia que a mesma apresenta entre o que considera um “ideal de vida” e o que vê como horizonte para a classe econômica menos favorecida a qual pertence. Em sua experiência, o PVNC se mostrou de fundamental importância para superação desta dicotomia simbólica que se ergueu na história do país entre a condição econômica e intelectual das elites e a dos pobres, conforme sua fala quanto ao que a levou a ingressar no ensino superior:

...eu acho que o preconceito. Porque, quando você não tem o nível superior, você é muito julgado. Hoje em dia, você é valorizado pelo que você tem e não pelo que você é. E se você tem um nível superior, você tem um acúmulo, as pessoas te olham melhor, te olham só por você ter uma profissão melhor, eles já te olham diferente. (Ana, 27 anos).

4.2.8. Política, participação e emancipação: os desafios que permanecem para as mulheres da periferia na educação superior

Um fato significativo no campo do simbólico e do político, com implicações práticas na vida concreta das mulheres entrevistadas emerge de suas falas no tocante a sua condição de gênero. Nenhuma delas, quando perguntadas sobre “o que seria desejável para que sua permanência na educação superior fosse melhor aproveitada” se referiu a qualquer problema imediatamente ligado à sua condição de gênero. Na fala delas, o que mais emergiu foram fatores que sequer questionam o

modelo de educação superior adotado no país, se limitando a questões estruturais relativas à educação básica.

Ficam aqui questionamentos sobre quais seriam as determinações para esta ausência de uma visão crítica quanto a sua própria condição de mulher já que muitas delas vivenciam a condição de mães solteiras, de pobreza e de sobrecarga de tarefas superior à masculina pelo fato de serem mulheres inseridas na divisão sexual do trabalho ou mesmo na sociedade patriarcal como um todo. Talvez este fato traga alguma relação com o fato de as mesmas conhecerem apenas superficialmente alguns de seus direitos (apenas uma mencionou a licença maternidade como um direito das mulheres e, embora praticamente todas tenham mencionado a Lei Maria da Penha, nenhuma delas demonstrou conhecer sua função) ou/e também pela inexistência de participação política das mesmas.

Um elemento que pode ser lançado como hipótese, mas que não foi alvo de pergunta explícita, foi o fato de que as questões relacionadas à ideologia de gênero não serem discutidas em sala enquanto conteúdos de reflexão política e acadêmica – embora sejam, junto com questões étnico-raciais e questões ambientais e de sustentabilidade, conteúdos indicados pelo MEC como de fundamental importância a serem incluídos nos currículos de todos os níveis de educação.

Outro fator importante em suas falas refere-se à participação política das mesmas em qualquer tipo de instituição, organização ou movimento ser inexistente: nenhuma delas participa e nem vê importância na participação política. Muitas delas, inclusive, confundiram “participação política” com “participação em partidos políticos”, demandando uma breve explicação da entrevistadora sobre a intencionalidade da pergunta.

Comparando-se tal panorama com a forte história de lutas da região já narrada em capítulo anterior, percebe-se o peso das práticas violentas na coibição das atividades políticas. Ao que parece, para elas, a participação política já não tem mais o forte significado que possuía na vida da população citadina de décadas anteriores, ou melhor (ou pior), não tem qualquer significado além da política partidária, sobre a qual há consenso quanto a sua rejeição por parte das entrevistadas.

Outro dado fundamental para análise é o do desconhecimento quanto à história da Baixada Fluminense por absolutamente todas as entrevistadas.

Considerações Finais

“Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que a sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas essas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transforma com maior ou menor rapidez.” (MARX, 1982: 25).

Hoje percebo que o processo de construção deste trabalho se iniciou muito antes mesmo do ingresso no programa de pós graduação em ciências humanas na PUC-Rio e processou mudanças pessoais muito profundas em minha vida pessoal, política e acadêmica. Influenciou em minha visão da totalidade, em minha representação de classe e gênero, em minha identidade baixadense e caxiense e mesmo em minha práxis como ator político e docente do ensino superior para um curso majoritariamente feminino: o curso de Serviço Social – fonte de reflexão diária que alimentou esta tese desde sua concepção até a entrega do manuscrito final à banca.

A despeito da importância da distância entre o intelectual e o objeto (e de todas as discussões político-acadêmicas travadas no interior das ciências sociais e humanas sobre neutralidade, usos da ciência e outras questões, de fato, importantes), o tema tratava de assuntos com os quais lidava diariamente no cotidiano de mulher, professora, mãe solteira, empobrecida, estudante, moradora de periferia, atingida pelos desdobramentos da ideologia de gênero, da violência, da acumulação capitalista bárbara e cruel; de pessoa atingida pessoalmente pela violência dos grupos de extermínio com a morte de mais um presidente de associação de moradores local chamado José Geraldo Willeman em 1995 – por acaso, meu pai.

Não negar tais aspectos pessoais, não significa aqui que se esteja abolindo a importância do distanciamento do pesquisador para com o objeto, mas afirmando que este distanciamento ou uma desejável objetividade no trato das questões de pesquisa pode ser auferido pelo método, pelas técnicas e pela transparência na condução do processo investigativo e de construção da pesquisa.

Creio, inclusive, no valor positivo de um aspecto já mencionado nas páginas anteriores: o da identidade do intelectual com os interesses de um grupo o qual representa. A qualidade de intelectual vinculada organicamente com os interesses da classe das mulheres trabalhadoras baixadenses, contudo, não me impediu de verificar aspectos graves trazidos em suas falas e trajetórias.

Se durante a graduação (UFRJ – Praia Vermelha) e o mestrado (PUC-Rio – Gávea) pude estar envolvida com outras socialidades e temáticas, foi no doutoramento em Educação na PUC-Rio sobre a trajetória destas mulheres em Duque de Caxias que pude me encontrar novamente com as questões que vivi durante a infância e adolescência como que num chamamento a pensar nas realidades mais áridas de que sempre se tenta desviar na fuga dos estigmas sociais, conforme alertara Goffman.

Para além do esforço natural ao processo de cursar um doutoramento num Programa de Pós Graduação muito bem avaliado em nível nacional, somaram-se as tarefas de percorrer teóricos complexos e,

por vezes, herméticos, advindos da opção teórico metodológica e ético política da crítica marxista – fruto de minha inegável origem político acadêmica como assistente social; além da tarefa de se pensar como sujeito componente do grupo em foco, análise e crítica.

Neste trabalho, então, o que parece marcante é exatamente esta opção, que, tento fazer permear a construção de todos os capítulos, inclusive na própria ordem deles, indo do macro ao micro, e, de forma dialética, fazendo interpenetrações destas dimensões num movimento constante de reconstrução do real por meio de uma perspectiva crítica da totalidade e tentando abarcar o máximo possível de elementos do objeto em questão, não me limitando ao fenomênico ou ao aparente.

É neste sentido que, no primeiro capítulo debruço-me sobre alguns dos principais pontos que constituem Duque de Caxias enquanto um território geográfico único, com uma historicidade própria, que o define como município periférico e violento dotado de características particulares que determinam sua lógica de funcionamento até os dias atuais e, portanto seu *ethos*, conforme sugerido na hipótese de pesquisa.

Segundo este *ethos*, as atividades de participação política nesta territorialidade, caracterizada por ser um território que obedece em vez de mandar (SANTOS, 2000), foram e são, institucional ou parainstitucionalmente, silenciadas, formando um terreno próspero para a dominação de certos pequenos grupos de poder político e econômico, atendendo à lógica capitalista de dominação para exploração a qualquer custo. De acordo com a pesquisa feita, a violência, característica fundamental da formação da região, jamais deixou de ser o elemento definidor das condutas políticas, assim como o medo por parte da população e o consequente desestímulo desta à participação nas decisões políticas e econômicas do município. Tão grave quanto este aspecto, foi perceber a legitimação da população a esta violência e, em muitos casos, sua reprodução pelos mesmos sujeitos que a sofrem.

Pensar numa democracia, nestes termos, continua sendo, conforme Wood (2010), uma utopia.

Aliados à lógica neoliberal de diminuição do Estado para o social e maximização dos lucros dos grandes proprietários de capital, estes

elementos redundam num município com vultosa arrecadação de impostos, onde ainda persistem níveis altíssimos de desigualdade e miséria e onde a prática política ainda parece irrelevante para a classe dominante e inacessível para a classe dominada (OLIVEIRA, 2000 *apud* LEABAUPIN, 2006).

No segundo capítulo, discuto a importância e o lugar da formação acadêmica de nível superior não apenas enquanto adestramento para o mercado de trabalho, função e ela delegada pela prédica capitalista; mas como possibilidade de aquisição de saberes e reflexões para a condução da própria vida enquanto atores sociais.

Com as profundas reformas processadas nas últimas décadas, o modelo imposto ao Brasil e aos países considerados periféricos, mesmo nas universidades públicas, é o da educação baseada na razão técnico instrumental, aligeirada e direcionada ao mercado de trabalho. Este elemento pode ser confirmado com a perspectiva do Estado na escolha do investimento na construção de IES a partir do critério geográfico, ficando as regiões periféricas com quantitativos de cursos muito aquém do que se investe nas regiões ricas e centrais do estado do Rio de Janeiro, mesmo depois do REUNI.

Ainda o PROUNI guarda como elemento fundamental tem a tarefa de fomentar com fundos públicos a empresa privada e não oferece cursos com a mesma qualidade que a oferecida nas IES públicas, conjugando o tripé ensino-pesquisa-extensão, ou mesmo as modalidades de cursos oferecidas nestas últimas. Em artigo escrito para o Jornal *Le monde diplomatique* de março de 2013, o educador Roberto Leher denuncia que o valor investido pelo Estado nos estudantes do PROUNI (IES privadas) seriam superiores aos das IES públicas, demonstrando a intencionalidade do Estado no desmonte destas.

Neste panorama, o que se percebe é que, dadas as fortes interferências das instâncias internacionais de controle dos países dependentes, sobretudo o Banco Mundial, o ensino superior no Brasil tende a figurar como um sonho se for desejado como investimento numa formação humana, emancipada e crítica. Hoje, a grande tendência para todos os níveis de educação, não apenas a superior, tem sido uma

educação mercadoria, adestradora, unicamente técnica, utilitarista e vista exclusivamente como meio de ascensão econômica pelas classes mais empobrecidas. Sem condições críticas de construir objetivar mediações a respeito desta totalidade neste bloco histórico, a compreensão, posicionamento e superação deste quadro parece distante para além de conquistas pessoais e subjetivas.

No terceiro capítulo, onde trago à lauda as discussões teóricas e consequências políticas da formação e transformação da categoria analítica gênero, analiso o trajeto dos movimentos de mulheres no Brasil e no mundo, seus avanços e entraves.

Em termos de conquistas políticas e legislativas, é possível perceber que um dos problemas mais importantes a serem enfrentados pelos movimentos de mulheres contemporaneamente é o da fragmentação do movimento, sua especialização (quando perdidas da noção de totalidade) e a privatização das políticas sociais como resposta à burocracia capitalista.

A partir do paradigma da dupla opressão enfrentada pelas mulheres torna-se fundamental compreender que, além de questões ideológicas de dominação masculina de gênero, sua condição de inferioridade na sociedade deve-se à dominação capitalista. Perceber os limites dos próprios movimentos sociais impostos pela dinâmica da acumulação capitalista e a relação capital x trabalho no bojo da questão social já seria um grande avanço no tocante ao redesenho das agendas de lutas.

Se neste capítulo sobre gênero, (analisando a conjuntura atual da educação superior) pude concluir que, embora ingressem em maior número e mesmo que se formem em maior número que os homens, estes quantitativos não significam uma mudança estrutural na condição das mulheres no Brasil: as mulheres ainda não ocupam as vagas nas universidades de forma equitativa, ou seja, concentram-se nos cursos de menor prestígio social e econômico, em geral, cursos que significarão em suas profissões, carreiras com menores salários e status que os homens. Note-se que este dado é conjuntural e revela a dinâmica histórica e social das últimas décadas, prometendo, ainda, muitas mudanças.

Comparando-se tais dados com as informações coletadas em campo através das entrevistas, pode-se verificar qualitativamente que o “passar” pela universidade não produz significativas transformações políticas em suas vidas do ponto de vista de consciência de classe. Em se tratando de gênero, a percepção é próxima de significância nenhuma nos cursos em que se processou a presente investigação, embora sejam cursos da área de humanidades e que possivelmente gerarão profissionais que lidarão com tais questões em seu cotidiano profissional.

Não se pode negar um ganho no tocante à “auto-estima”, à “auto-valorização” destas mulheres enquanto pessoas que conseguiram ascender à condição de “estudantes universitárias”, formando uma identidade positiva, por assim dizer, que faz parte do conjunto de valores nacionais, mas, sobretudo, para as populações mais pobres, que tem na formação uma espécie de esperança guardada, como alguma perspectiva de ascensão econômica e social em termos de status.

Contudo, no que se refere à reflexão e automediação de classe e gênero, nenhum avanço pôde ser evidenciado em suas falas. Elas permanecem sofrendo violência de gênero e não são capazes de identificar a origem ideológica desta violência, isto quando identificam a violência em si, sendo este dado da naturalização da violência, um elemento, por vezes, contraditório.

Se, por um lado, a violência incomoda quando atinge a um parente que “não deu motivos” para ser executado, por outro, a compreensão de uma violência instituída, estrutural e inerente a um sistema racional de dominação não é aparente em suas falas.

No quarto e último capítulo, foi possível verificar, a partir do material empírico construído através das entrevistas, diversos elementos que confirmam as hipóteses de pesquisa, e ainda conhecer outros elementos não mensurados no início do processo. Um fato marcante refere-se aos posicionamentos familiares em relação ao empreendimento feminino de estudar: na maioria dos casos, estas mulheres que optaram por sua formação não tem amplo apoio para a consecução de seus estudos, ficando por sua própria conta o sucesso ou fracasso.

Percebe-se também, através de elementos de sua condição sócio econômica, que a maioria delas não faz parte dos estratos mais pobres residentes no município, o que permite afirmar que, embora vivam numa região periférica, o bem educacional não é democraticamente acessado, ficando ainda reservado apenas aos grupos com maior poder aquisitivo.

Outro elemento marcante nas entrevistas foi relacionado às conjugalidades. Embora todas afirmem sua concepção quanto à importância da educação para sua formação pessoal, elementos relacionados às suas vivências afetivas e conjugais ainda se mostram como dificultadores para a consecução de seus cursos, aparentemente ou sutilmente ligados às concepções da ideologia de gênero e à divisão de classe e raça no Brasil.

Em nenhum caso foi relatado o uso da violência física por parte dos companheiros, contudo, o uso da violência simbólica e do abandono foram marcantes em vários relatos, indicando que a trajetória educacional da mulher, ainda que permitida, é um caminho a ser trilhado sozinha.

Ainda quanto às conjugalidades e ao formato de família das entrevistadas, percebe-se a centralidade da figura do homem enquanto chefe da família, conforme os modelos conservadores determinados tanto pela ideologia de gênero quanto pela feição da família burguesa do modelo capitalista de produção e acumulação.

Outro elemento aí ligado refere-se à criação dos filhos, tida exclusivamente como responsabilidade feminina, ainda que, em alguns momentos, compartilhada com algum membro da família, do que resulta muitas mulheres apenas conseguirem ou se permitirem ingressar no sonho da educação superior quando suas “obrigações de mãe” se vêem cumpridas, em muitos casos em idades mais maduras.

Neste aspecto, o sonho da graduação parece cada vez mais próximo apenas de uma realização subjetiva quanto ao seu valor pessoal, porém, distante de uma realização a partir da aplicação concreta de suas potencialidades em uma possível carreira profissional.

No tocante às percepções das entrevistadas quanto à violência contra a mulher e à violência como um todo, um fato surpreendente se mostrou: a maioria delas não assimila sua condição de vida à violência.

Tal fato, decorrente da naturalização tanto da violência de gênero quanto da violência socialmente construída no *ethos* baixadense, mostra-se como uma das principais a serem observadas para a agenda das mulheres da Baixada Fluminense. Na fuga da estigmatização, elas omitem, não reconhecem ou atribuem a outrem as causas da violência quanto inquiridas.

Creio que todas estas constatações são decorrentes de uma em especial verificada em uma das questões das entrevistas: a ausência quase total da participação ou do interesse em assuntos ligados a política, tanto na esfera acadêmica quanto no restante dos espaços de sociabilidade de que participam.

Conforme aprofundado no primeiro capítulo, não se trata da “preguiça” dos mais pobres para com assuntos importantes, mas de uma estrutura política regional construída *pari passu* com a história do território simbólico da Baixada Fluminense. Se em décadas precedentes os movimentos sociais baixadenses figuravam como alguns dos mais combativos da história do Rio de Janeiro, brutal progressivamente, ele foi sendo desestimulado até se transformar em sua grande parte em apatia, resignação ou cooptação.

Em meu ver, cabe à universidade o papel de fomentar debates sobre tais questões, forjando oportunidades de estas mulheres, ao menos enquanto estudantes, terem a experiência da participação em totalidades maiores, de definição da vida em sociedade, por meio da participação política e da reflexão academicamente embasada, além da importante e desejosa relação que a universidade deveria ter com a comunidade como um todo em vez de seu isolamento e distanciamento dela.

Se a universidade na Baixada Fluminense não pode ser um local de articulação, dadas as condições objetivas de participação política, ao menos, que seja um local de resistência e denúncia, a partir dos intelectuais sérios e certamente conscientes que a compõem. Como diria Gramsci, não existe posição neutra na relação de forças sociais na sociedade capitalista: ou se está do lado da classe trabalhadora, ou se está contra ela.

Referências bibliográficas

ALVES, José Cláudio Souza. **Dos barões ao extermínio**: uma história da violência na Baixada Fluminense. Duque de Caxias, APPH/ CLIO, 2003.

_____. Violência e política na Baixada: o caso dos grupos de extermínio. *In*: **IMPUNIDADE NA BAIXADA FLUMINENSE**. (Parceria: CESeC, Fase, Justiça Global, Laboratório de Análises da Violência da UERJ, SOS Queimados e Viva Rio). 2005. Disponível em: <http://redeglobo3.globo.com/relatorio/rjtv/impunidadenabaixada.doc>. Acesso em: 23 setembro de 2012.

BARREYRO, Gladys Beatriz. **A educação superior no Brasil**: o público e o privado a partir dos dados estatísticos (1980 – 2004). *In*: *Tempo Brasileiro*. Nº 178, Rio de Janeiro, jul-set. 2009.

BARREYRO, Gladys Beatriz e ROTHEN, José Carlos. **“SINAES” contraditórios**: considerações sobre a elaboração e implantação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. *In*: *Educação e Sociedade*. Vol 27. Nº 96, Campinas, out. 2006.

BARRETO, Alessandra. **Um olhar sobre a Baixada**: usos e representações sobre o poder local e seus atores. *In*: *Campos*, Curitiba, v. 5, n. 2, 2004.

BARROCO, Maria Lúcia S. **Ética**: fundamentos sócio históricos. São Paulo, Cortez, 2008.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Política Social no capitalismo tardio**. 3ª. ed., Cortez, São Paulo, 2007.

BEHRING, Elaine Rossetti e BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. Cortez, São Paulo, 2011.

BITTAR, M. e FERREIRA JR., A. **História, epistemologia marxista e pesquisa educacional brasileira**. In: *Educação Brasileira*. Campinas, vol. 30, n. 107. Maio/ago, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**. Por uma sociologia clínica do campo científico. Editora UNESP/INRA, São Paulo, 2004.

BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais**. Lisboa: Ed. Presença, 1990. Primeira edição 1958.

BRAZ, Antonio Augusto & ALMEIDA, Tania Maria Amaro de. **De Merity a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade**. APPH/Clio, Duque de Caxias, 2010.

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários ao favela-bairro: as políticas públicas nas favelas do Rio de Janeiro. In: ZALUAR, Alba e ALVITO, Marcos (Orgs.) **Um século de favela**. 5ª. Ed. FGV. Rio de Janeiro, 2004.

CARNEIRO, Sueli. Identidade Feminina. In: SAFIOTTI, H.B. (Org.) **Mulher brasileira é assim**. Rosa dos Tempos/NIPAS, Rio de Janeiro/Brasília, 1994.

CARRARA (et al). **Gênero** (disciplina 2). Curso de Especialização em gênero e sexualidade. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **Uma análise do financiamento do PROUNI: instrumento de estímulo à iniciativa privada e/ou democratização do acesso à educação superior?** In: *Anais da 34ª. Reunião da ANPED*. Natal, 2011.

Censo da Educação Superior 2010. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/censo-da-educacao-superior> . Consultado no dia 25 de junho de 2011 às 14:30h.

CHAUI, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva.** In: *Revista Brasileira de Educação*, Campinas, Autores Associados, set./out./nov./dez. 2003.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Representação de interesses, formulação de políticas e hegemonia.** In: TEIXEIRA, Sônia Fleury. *Reforma Sanitária. Em busca de uma teoria.* São Paulo. Cortez/Abrasco, 1989.

COSTA PINTO, Luiz Aguiar da. **O negro no Rio de Janeiro:** relações de raças numa sociedade em mudança. Editora UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.

CUNHA, Luiz Antônio. **Desenvolvimento desigual e combinado no ensino superior – Estado e mercado.** In: *Educação e Sociedade*, vol 25, n.88, Especial – Out. 2004.

_____. **A universidade crítica:** o ensino superior na república populista. 3ª. ed. Editora UNESP, São Paulo, 2007.

CUNHA, Marina Silva e VASCONCELOS, Marcos Roberto. **Evolução da desigualdade na distribuição dos salários no Brasil.** In: *Economia Aplicada*, v.16, n.1, 2012.

D'ATRI, Andrea. **Pão e Rosas.** Identidade de gênero e antagonismos de classe no capitalismo. Edições Iskra, São Paulo, 2008.

DIAS, Marco Antonio Rodrigues. **Comercialização no ensino superior:** É possível manter a ideia de bem público? In: *Revista Educação e Sociedade*. Vol. 24, N. 84, Campinas, Setembro de 2003.

_____. **Dez anos de antagonismo nas políticas sobre ensino superior em nível internacional.** In: *Revista Educação e Sociedade*. Vol. 25, N. 88, Campinas, Outubro de 2004.

DUARTE, Rosália Maria. Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo. In: **Cadernos de Pesquisa**, n. 115, março/ 2002.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico.** Martins Fontes, São Paulo, 1995.

EARP, Maria de Lourdes Sá. **Etnografia na sala de aula.** Olhar de professor. Ponta Grossa, 2008, v?11 (n?1) 23-42,. Disponível em: <http://www.uepg.br/olhardeprofessor>. Consultado em 10 de janeiro de 2011 às 15:13h.

FALEIROS, V.P. **A política social do Estado capitalista.** São Paulo: Cortez, 2009.

FERNANDES, Florestan. **Os circuitos da história.** São Paulo: Hucitec, 1977.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI.** In: *Revista Brasileira de Educação*. V. 16, N. 46, Jan/Abr – 2011.

GATTI, Bernadete. **Implicações e perspectivas da pesquisa no Brasil contemporâneo.** Cadernos de Pesquisa, Fundação Carlos Chagas, , n. 113, p. 65-81, São Paulo, 2001.

GOFFMAN, Erving. **Estigma** – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Tradução: Mathias Lambert. Data Publicação Original: 1963. Coletivo Sabotagem. Data da Digitalização: 2004

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. Edições Loyola, São Paulo, 7ª Edição, 2008a.

_____. **Abordagens teóricas no estudo dos movimentos sociais na América Latina**. *In*: CADERNO CRH, Salvador, v. 21, n. 54, p. 439-455, Set./Dez. 2008b.

_____. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. Edições Loyola, São Paulo, 2ª Edição, 2009.

_____. **Movimentos Sociais e redes de mobilizações civis: no Brasil contemporâneo**. Petrópolis – RJ, Editora Vozes, 2010.

GOULART, Gustavo. **Rio de Janeiro: capital com a 5ª menor taxa de homicídios**. *In*: *O Globo*. Publicado em 18 de janeiro de 2012. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/rio-de-janeiro-capital-com-5-menor-taxa-de-homicidios-3698634#ixzz27K1sqxve> . Consultado em 23 de setembro de 2012 às 16:17h.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Vol. 2. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2011.

GROSSI, M. P. Identidade de Gênero e Sexualidade. *In*: **Antropologia em Primeira Mão**. Florianópolis, 1998.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão investigativa no exercício profissional**. *In*: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. UNB/CFESS/ABEPSS, Brasília, 2009.

HIRATA, Helena e KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. *In*: Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set. p. 5 95-609, set./dez. 2007.

KONDER, Leandro. Benjamin e o marxismo. *In: Alea* : Estudos Neolatinos. V.5, N. 2, Rio de Janeiro, JULHO – DEZEMBRO 2003.

IBGE **Cidades.** Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Consultado em 01 de maio de 2011 às 14:45h.

IBGE. Síntese dos Indicadores Sociais de 2010. Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=1717&id_pagina=1 . . Consultado em 25 de novembro de 2010 às 13:00h.

Indicadores Sociais Municipais 2010: incidência de pobreza é maior nos municípios de porte médio. Disponível em :
http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2019&id_pagina=1. Consultado no dia 25 de agosto de 2012 às 19:48h.

JACOB, Vera . **Mulher e universidade:** um estudo sobre a atuação da mulher no magistério superior da Universidade Federal do Pará. *In: Ver a educação*, Belém, v.I, n.2, p.37-52, jul./dez., 1995.

LAGO, Luciana Correia. **Trabalho e Moradia na Periferia:** para Uma Política Urbana Economicamente Orientada. *In: Revista Em Pauta*, N.24. Uerj, Rio de Janeiro, 2009.

LEHER, Roberto. **Educação superior minimalista:** a educação que convém ao capital no capitalismo dependente. *In: Caderno de textos do I Seminário de Formação do Coletivo Braços Dados*. Setembro, 2011.

LESBAUPIN, Ivo. A democracia e a construção de alternativas. CEFEP, 2006.

LIBÂNEO, José Carlos. **Tendências Pedagógicas na didática Escolar**. In: LIBÂNEO, José Carlos. *Democratização da Escola Pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos*. São Paulo: Loyola, 1985 (1ª. Ed.). p.19-44.

LUKÁCS, Georg. **Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: Ciências Humanas, 1972.

_____. **Ontologia do ser social**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MAIO, Marcos Chor. O projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. In: **RBCS- Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 14 no 41 outubro/99.

MAPA DA VIOLÊNCIA – 2012. FLACSO/CEBELA – Cento Brasileiro de Estudos Latino Americanos, 2012. Disponível em: <http://mapadaviolencia.org.br/>. Consultado em 23 de setembro de 2012, às 16:34h.

MAPA DA VIOLÊNCIA – 2012. **CADERNO COMPLEMENTAR 1 - HOMICÍDIO DE MULHERES NO BRASIL**. FLACSO/CEBELA – Cento Brasileiro de Estudos Latino Americanos, 2012. Disponível em: <http://mapadaviolencia.org.br/>. Consultado em 23 de setembro de 2012, às 16:34h.

MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach**. Alfa-Omega, São Paulo, 1977.

_____. **Para a crítica da economia política**. Salário, preço e lucro. O rendimento e suas fontes. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **Miséria da filosofia**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **O 18 Brumário de Luis Bonaparte.** Boitempo, São Paulo, 2011.

MARX, Karl e ENGELS, Frederich. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, István. **A teoria da alienação em Marx.** Boitempo, São Paulo, 2006.

_____. **O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI.** Boitempo, São Paulo, 2007.

_____. **A educação para além do capital.** Boitempo, São Paulo, 2008.

_____. **Estrutura social e formas de consciência.** São Paulo: Boitempo, 2009.

MISSE, Michel. A violência como sujeito difuso. *In:* FEGHALI, Jandira; MENDES, Cândido & LENG RUBER (Org.). **Reflexões sobre violência urbana:** (In)segurança e (Des) esperanças. Seminário Violência Urbana, Segurança Pública e Cidadania no Rio de Janeiro: Prevenção e Ação. Junho/2003. Editora MAUAD. Rio de Janeiro, 2006.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. **Marxismo e feminismo** : afinidades e diferenças. *In:* Dossiê : Marxismo, feminismo e "estudos de gênero". UNICAMP, São Paulo, 2002.

MURARO, Rose Marie. Breve introdução histórica. *In:* KRAMER, Heinrich e SPRENGER, James. **O martelo das feiticeiras:** Malleus Maleficarum. Rosa dos tempos, Rio de Janeiro, 1991.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da teoria social**. In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. UNB/CFESS/ABEPSS, Brasília, 2009.

OJIMA, R. et al. **A Mobilidade Pendular na Definição das Cidades-Dormitório**: caracterização sociodemográfica e novas territorialidades no contexto da urbanização brasileira. In: Anais do V Encontro Nacional sobre Migrações. UNICAMP. Campinas 15-17 de outubro de 2007. Consultado no endereço:
http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/5EncNacSobreMigracao/comunic_sec_1_mob_pen_def.pdf em 15 de janeiro de 2011, às 20:50h.

PEDRO, Joana Maria. **Feminismo e gênero na universidade**: trajetórias e tensões da militância. In: *História Unisinos*, São Leopoldo/RS, v. 9, n. 3, p. 170-176, 2005.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Política Social**: temas & questões. Cortez/CNPq, São Paulo, 2009.

REZENDE, Ricardo Figueira. **Pisando fora da própria sombra**: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2004.

ROCHA, M.S. P. de & PEROSA, G. S. **Notas etnográficas sobre a desigualdade educacional brasileira**. In: *Educação e Sociedade*, Campinas, , vol.29, n.103, maio/ago 2008.

SANSONE, Lívio. **Não-trabalho, consumo e identidade negra**: uma comparação entre Rio e Salvador. In: MAGGIE, Y e REZENDE, C. *Raça como retórica – a construção da diferença*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2002.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, María Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. In: *Educação e Realidade*. Vol.20. no. 2, Jul/dez, Porto Alegre, 1995.

_____. **O enigma da igualdade**. In: *Estudos Feministas*, N. 13, v. 1, Florianópolis, janeiro-abril/2005.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social**. Cortez/ UFSC, 1999.

Síntese de Indicadores Sociais: Uma Análise das Condições de Vida da População Brasileira 2010. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **IBGE** - Coordenação de População e Indicadores Sociais. Número 27. Brasília, 2010.

SOBRINHO, José Dias. **Democratização, qualidade e crise da educação superior: faces da exclusão e limites da inclusão**. In: *Educação e sociedade*. V. 31, n. 113, Campinas, 2010.

SOUZA, Marlúcia Santos de. **Entre o rural e o urbano-industrial: a produção de uma região moderna e as disputas políticas locais**. In: *Hidra de Igoassú: caderno de textos sobre história local e regional da Baixada Fluminense*. APPH/Clio, Duque de Caxias, Ano I, nº01, fevereiro de 2012.

TRINDADE, José Damião de Lima. **História social dos direitos humanos**. São Paulo: Petrópolis, 2002.

VAN ZANTEN, A. **Cultura da escola ou cultura da rua?** Educação e Pesquisa. São Paulo, v.26, n.1, jan/jun 2000.

_____. **Comprender y hacerse comprender:** como reforzar la legitimidad interna y externa de los estudios cualitativos. Educação e Pesquisa. São Paulo, , v.30, n.2, maio/ago 2004.

VINAGRE SILVA, Marlise. **Conjugalidade e violência:** retratos em multicolor. Tese de doutorado. PUC-SP, 1999.

WILLEMAN, E. M. . **Da validade da busca de "inclusão" numa lógica excludente.** *In:* Em Debate (PUCRJ. Online), v. 04, p. 01, 2006. Disponível em http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/rev_emdebate.php?strSecao=input0.

WOOD, Ellen M. **Democracia contra capitalismo:** a renovação do materialismo histórico. Boitempo Editorial, São Paulo, [2003] 2010.

XAVIER DE BRITO, A. & LEONARDOS, A.C. **A identidade das pesquisas qualitativas:** construção de um quadro analítico. *In:* Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Editora Autores Associados, 2001, n. 113, p. 7-38.

Anexos

Anexo I - Ficha de dados pessoais

1. Questões sócio econômicas básicas

- 1.1. Nome:
- 1.2. Curso:
- 1.3. Período:
- 1.4. Nascimento:
- 1.5. e-mail:
- 1.6. Telefones:
- 1.7. Religião:
- 1.8. sexo:
- 1.9. Orientação sexual:
- 1.10. Raça/etnia
- 1.11. Estado de origem:
- 1.12. Bairro onde mora atualmente:
- 1.13. Quantas pessoas moram na sua casa? ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4
☐ 5 ☐ mais: ____
- 1.14. Possui filhos? ☐ 0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 ☐ mais:
- 1.15. Chefe da família? ☐ você ☐ outros. Quem? Estado civil: ☐
solteira ☐ casada ☐ viúva ☐ divorciada ☐ amasiada
- 1.16. Quantidade de menores no domicílio: ☐ 0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3
☐ 4 ☐ mais: ____
- 1.17. Renda pessoal aproximada: ☐ 1 a 3sm ☐ +3 a 5sm ☐ +5 a
7sm ☐ + 7sm
- 1.18. Qual a sua fonte de renda? ☐ trabalho ☐ pensão
☐ benefício ☐ mesada ☐ não tem renda ☐ outros:
- 1.19. Renda pessoal aproximada: ☐ 1 a 3sm ☐ +3 a 5sm ☐ +5 a
7sm ☐ + 7sm
- 1.20. Alguém na sua família recebe algum benefício do governo
federal? ☐ não ☐ sim. Quem? qual benefício?
- 1.21. Tipo de moradia: ☐ própria ☐ alugada ☐ outros:

Anexo II - ROTEIRO DE ENTREVISTA

2. Educação Superior

- 2.1. Em que curso você ingressou no ensino superior? Foi a 1ª. Opção?
- 2.2. O que te levou a resolver ingressar no ensino superior?
- 2.3. Qual foi a sua primeira impressão ao ingressar? Como você se sentiu?
- 2.4. Qual a sua impressão quanto à experiência de cursar o ensino superior hoje?
- 2.5. Estar na universidade afetou a sua vida em que?
- 2.6. Quais os aspectos mais positivos da sua experiência?
- 2.7. Quais são as dificuldades que você tem enfrentado?
- 2.10. Em que tipo de escola você estudou no ensino fundamental?
() pública () privada. Quem pagava? _____
- 2.11. E no médio?
() pública () privada. Quem pagava? _____
- 2.12. E no ensino superior?
() pública () privada. Quem paga? _____
- 2.13. Como você se sente estudando em uma instituição pública?
Tem algum privilégio? Alguma desvantagem?
- 2.14. Quem é o responsável financeiro pela sua educação no ensino superior?
() a própria () companheiro(a) () pais () avós () outros:
- 2.15. Quantas e quais pessoas cursam (ou cursaram) o ensino superior em sua família?
- _____

3. Gênero, família e sociabilidade

- 3.1. Como sua família reagiu a sua entrada no ensino superior?
- 3.2. E os seus amigos?
- 3.3. Como você vê o papel da mulher hoje na sociedade brasileira?
- 3.4. Como você vê o papel da mulher hoje na família brasileira?
- 3.5. Como você vê o papel do homem hoje na sociedade brasileira?
- 3.6. Como você vê o papel do homem hoje na família brasileira?
- 3.7. Em que situações você se sente mais reconhecida como mulher?

3.8. Em que situações você se sente menos reconhecida como mulher?

3.9. Como é vista a sua inserção como mulher no ensino superior pela sua família?

3.10. E pelos seus amigos?

3.11. Algo mudou na relação com as pessoas?

3.12. (HAVENDO CÔNJUGE): E pelo(a) cônjuge?

3.13. Conhece alguma política social voltada para mulheres?

3.14. Já ouviu falar de algum direito especial das mulheres?

3.15. Quais você acha que são as principais lutas das mulheres hoje na sociedade brasileira?

3.16. Para que a experiência no ensino superior (especialmente das mulheres) fosse mais desenvolvida, o que você proporia?

4. Território e participação política

4.1. O que significa viver na Baixada Fluminense hoje pra você?

4.2. Como você caracterizaria a realidade atual da Baixada Fluminense?

4.3. Qual a importância da participação política hoje?

4.4. Participa de algum grupo ou organização? Qual? Onde?

4.5. Você conhece alguma organização na Baixada Fluminense? E voltada para mulheres?

4.6. Que papel você acha que estas organizações tem?

4.7. Quais você acha que são as principais lutas das mulheres hoje na sociedade brasileira?

4.8. Por último: a baixada é conhecida pela violência. O que você acha disso? Acha que interfere na vida das pessoas?

Anexo III - AUTORIZAÇÃO

Eu, abaixo assinado e identificado, autorizo graciosamente Estela Martini Willeman, portadora da Identidade AS15583, do CPF 052440897-14, residente na Cidade de Duque de Caxias CEP: 25086-480, a utilizar o conteúdo da transcrição de entrevistas gravadas com minha voz, para fins de produção acadêmica a cerca do tema “condições de acesso e permanência de mulheres da periferia ao ensino superior”, ou ainda em outros textos e projetos acadêmicos e/ou educativos produzidos ou licenciados por ela, sem limitação de tempo, páginas ou número de publicações.

Esta autorização inclui o uso de todo material de áudio, bem a como a transcrição do mesmo que possam ser captados. Autorizando ainda que Estela Martini Willeman utilize o material da forma que melhor lhe aprouver, para toda e qualquer forma de comunicação ao público, tais como material impresso, publicações, rádio, radiodifusão, bem como Internet, independente do tipo de transporte de sinal ou suporte material que venha ser utilizado para tais fins, sem limitação de tempo, páginas ou número de publicações, no Brasil e/ou no exterior, sendo certo que todo material criado destina-se à produção de obras intelectuais organizadas e de titularidade exclusiva de Estela Martini Willeman, conforme expresso na Lei 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais)

Na condição de única titular dos direitos patrimoniais de autor do texto produzido a partir do meu depoimento, Estela Martini Willeman poderá dispor livremente do mesmo, para toda e qualquer modalidade de utilização, por si e/ou por terceiros por ela autorizados, não cabendo a mim qualquer direito ou remuneração, a qualquer tempo e título.

Duque de Caxias,____, _____ de 2011.

Nome		Assinatura	
CPF		telefone	
End.			
e-mail			

Anexo IV - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(De acordo com as normas da Resolução CNS nº196, do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde, de 10/10/96)

Você está sendo convidado para participar da pesquisa **Condições de acesso e permanência das mulheres da Periferia ao ensino superior: o caso de Duque de Caxias – RJ**. Você foi selecionado método de amostra por casos típicos, e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição.

Os objetivos deste estudo são Geral: Compreender as trajetórias, as condições de acesso e permanência das mulheres de Duque de Caxias que estejam cursando o ensino superior.

Específicos: **Identificar** a existência de políticas sociais em Duque de Caxias - Baixada Fluminense relacionadas à educação e às relações de gênero e políticas sociais públicas voltadas para as mulheres bem como a existência de organizações sociais de outras naturezas e redes de mobilizações com os mesmos objetivos; **Descrever** o perfil sócio econômico de mulheres em cursos de nível superior em Duque de Caxias – Baixada Fluminense; **Analisar** a trajetória de mulheres de Duque de Caxias – Baixada Fluminense cursando o ensino superior, as dificuldades que enfrentam, assim como o que facilita e/ou mobiliza sua permanência nos cursos escolhidos; **Compreender** o papel e o sentido da educação para mulheres de Duque de Caxias – Baixada Fluminense e como as instituições formais influenciam nesta construção nos dias atuais (Estado, família, escola, religião).

Sua participação nesta pesquisa consistirá em conceder entrevista semi estruturada para coleta de dados empíricos qualitativos.

Não há riscos relacionados com sua participação.

Os benefícios relacionados com a sua participação são possíveis ganhos políticos e legais quanto à emancipação de gênero das mulheres da Baixada Fluminense.

As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação através da utilização de nomes fictícios tanto para os sujeitos quanto para a instituição.

Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com a senhora, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento com a pesquisadora Estela Martini Willeman no endereço eletrônico: martiniwill@yahoo.com.br ou no telefone (21) 88639530.

Pesquisador(res) Responsável(veis)

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

Duque de Caxias, ____ de ____ de 20____.

Sujeito da pesquisa